



RELATÓRIO E CONTAS

CONTAS INDIVIDUAIS

20
17

SEGURADORAS UNIDAS, S.A.



SEGURADORAS UNIDAS, S.A.

Av. da Liberdade, n.º 242
1250 - 149 Lisboa/ Portugal
Registo na Conservatória de Registo Comercial de Lisboa
NIPC: 500 940 231 • Autorização ASF n.º 1197 • LEI: 549300CGCHTYQ1Z4V333

01

**ÓRGÃOS
SOCIAIS**

04

02

**RELATÓRIO
DO CONSELHO
DE ADMINISTRAÇÃO**

06

03

**DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS**

17

04

**DEMONSTRAÇÃO
DO RENDIMENTO
INTEGRAL**

21

05

**DEMONSTRAÇÃO
DE VARIAÇÃO
DE CAPITALS PRÓPRIOS**

23

06

**DEMONSTRAÇÃO
DE FLUXOS
DE CAIXA**

25

07

**ANEXO ÀS
DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS**

27

08

**DIVULGAÇÃO
DAS POLÍTICAS
DE REMUNERAÇÃO**

90

09

**CERTIFICAÇÃO
LEGAL
DAS CONTAS**

98

10

**RELATÓRIO E PARECER
DO CONSELHO
FISCAL**

107

01

ÓRGÃOS SOCIAIS

ÓRGÃOS SOCIAIS

ASSEMBLEIA GERAL

Sofia Leite Borges (Presidente)
Denise Alfaro Guimarães Luz (Secretário)

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO⁽¹⁾

Gustavo Alexandre Pontes Teixeira de Mesquita Guimarães (Presidente)
Alexander Wallace Humphreys
Bogdan Ignashchenko
Gernot Wilhelm Friedrich Lohr
Gonçalo Fernando de Salvado Marques Oliveira
Jan Adriaan de Pooter
José António Correia Dias Nogueira da Silva
Pedro Luís Francisco Carvalho

CONSELHO FISCAL⁽¹⁾

Luís Maria Viana Palha da Silva (Presidente)
Manuel Maria de Paula Reis Boto
Pedro Manuel Aleixo Dias
Sandra Maria Simões Filipe de Ávila Valério (Suplente)

REVISOR OFICIAL DE CONTAS⁽²⁾

KPMG e Associados, SROC, S.A., representado por Ana Cristina Soares Valente Dourado (ROC Efetivo)
Fernando Gustavo Duarte Antunes (ROC Suplente)

¹ Eleitos em Assembleia Geral realizada em 20 de julho de 2016, para o triénio 2016-2018 (ata n.º. 54)

² Eleitos em Assembleia Geral realizada em 20 de julho de 2017 – prorrogação do mandato por mais um ano (ata n.º. 64)

02

RELATÓRIO
DO CONSELHO
DE ADMINISTRAÇÃO

RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Nos termos da Lei e do Contrato de Sociedade, o Conselho de Administração tem a honra de submeter à apreciação de V. Exas o Relatório de Gestão e as Contas da Seguradoras Unidas, S.A. (adiante designada por “Seguradoras Unidas” ou “Companhia”) respeitantes ao exercício de 2017.

2.1 ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

Ao longo de 2017, a economia global apresentou um crescimento sólido e acima do previsto, sustentado na recuperação do comércio internacional e do investimento, num quadro de manutenção de política monetária acomodaticia e de desanuviamento de alguns fatores de ordem política.

2.1.1 SITUAÇÃO ECONÓMICA INTERNACIONAL

O ano de 2017 foi marcado pela evolução positiva do sentimento de mercado, essencialmente suportada pelas indicações favoráveis dos dados conhecidos para os EUA (PIB e emprego), Reino Unido (resiliência do mercado de trabalho), Zona Euro (expansão de +2,4% para 2017), Japão (após um crescimento de apenas +0,9% em 2016, antecipa-se um crescimento de +1,8% em 2017), e dos dados acima do esperado relativos à China onde se estima que o PIB tenha registado um crescimento de 6,8% em 2017. A atenuação de alguns fatores de ordem política contribuiu igualmente para esta evolução.

Os preços do petróleo subiram em 2017, num contexto de mais uma extensão do acordo de redução da produção até ao final de 2018, com impacto positivo nas empresas do setor e nas economias exportadoras de petróleo. O ritmo de crescimento dos preços tem vindo a normalizar nos países desenvolvidos, mas aquém do desejado pelas autoridades monetárias.

A evolução positiva do sentimento de mercado em 2017 traduziu-se em subidas dos principais índices de ações, destacando-se as valorizações dos principais índices dos EUA, asiáticos e do brasileiro Ibovespa.

Índices Acionistas	2017	2016	VAR 17/16 (%)
DOW Jones Ind. Avg.	24 719	19 763	25,1%
Nasdaq Comp.	6 903	5 383	28,2%
S&P 500	2 674	2 239	19,4%
Euro Stoxx 50 Pr	3 504	3 291	6,5%
PSI 20	5 388	4 679	15,2%
FTSE 100	7 688	7 143	7,6%
DAX	12 918	11 481	12,5%
CAC 40	5 313	4 862	9,3%
IBEX 35	10 044	9 352	7,4%
BRAZIL IBOVESPA	76 402	60 227	26,9%
NIKKEI 225	22 765	19 114	19,1%
Hang Seng	29 919	22 001	36,0%

Por seu lado, os *spreads* a 10 anos da dívida dos países periféricos da Zona Euro face à dívida alemã diminuíram sendo de destacar os desagravamentos em Portugal (-204 p.b.) e na Grécia (-321 p.b.), que também registaram os maiores desagravamentos no prazo de 2 anos (-28 p.b. e -448 p.b., respetivamente). Na Irlanda, Itália e Espanha também se observaram descidas dos *spreads* embora mais moderadas.

As *yields* da dívida alemã registaram uma subida nos prazos de 2 e 10 anos (num contexto de manutenção da política expansionista do BCE), enquanto nos EUA se assistiu a uma subida apenas no curto prazo refletindo as expectativas de novos aumentos de taxas por parte do Fed.

Mercado Dívida	2 Y (%)		
	2017	2016	VAR 17/16 (p.p.)
Div. Alemanha	-0,63	-0,77	0,14
Div. França	-0,47	-0,66	0,19
Div. Inglaterra	0,44	0,08	0,35
Div. Itália	-0,25	-0,18	-0,07
Div. Espanha	-0,35	-0,28	-0,07
Div. Portugal	-0,10	0,04	-0,14

Mercado Dívida	10 Y		
	2017	2016	VAR 17/16 (p.p.)
Div. Alemanha	0,43	0,21	0,22
Div. França	0,79	0,69	0,10
Div. Inglaterra	1,19	1,24	-0,05
Div. Itália	2,02	1,82	0,20
Div. Espanha	1,57	1,38	0,18
Div. Portugal	1,94	3,76	-1,82

Os *spreads* do mercado de crédito *corporate* revelaram comportamentos também favoráveis, observando-se descidas em todos os índices de CDS (Credit Default Swaps), traduzindo algum alívio relativamente à saúde do setor bancário europeu (embora, a partir do final do 3.º trimestre, tenham aumentado os receios devido ao enquadramento dos bancos espanhóis num eventual cenário de independência da Catalunha), que vinha a condicionar uma maior subida das ações europeias, em particular dos bancos com maior exposição a crédito malparado (Portugal e, sobretudo, Itália).

As taxas do dólar (Libor) subiram, refletindo os aumentos do *target* para os *fed funds* realizados pelo Fed em 2017 e a realizar em 2018. Já as taxas do euro (Euribor) renovaram mínimos históricos, refletindo a política monetária expansionista que continua a ser seguida pelo BCE e apresentaram valores negativos ao longo do ano nos 3, 6 e 12 meses.

O BCE manteve a sua política expansionista, não alterando a política monetária convencional e mantendo ao longo do ano de 2017 as suas taxas de referência. No final de outubro, o BCE anunciou o segundo prolongamento do programa de *quantitative easing* (QE) até pelo menos, setembro de 2018, com o ritmo médio de compras mensais de ativos a manter-se nos 60 mM€ até ao final de dezembro de 2017, mas a ser reduzido para 30 mM€ entre janeiro e setembro de 2018.

Nos EUA, na reunião de dezembro, o Fed decidiu subir as taxas de juro de referência, em linha com o esperado, ou seja, em 2017 o Fed aumentou as taxas num total de 75 p.b. após ter subido apenas 25 p.b. em 2016 e em 2015. Assim, a *fed funds target rate* fechou 2017 no intervalo de 1,25% a 1,50%. As boas perspetivas da Fed para os EUA levaram a autoridade monetária a sinalizar a intenção de realizar três subidas de taxas em 2018.

2.1.2 SITUAÇÃO ECONÓMICA NACIONAL

Em 2017, a economia portuguesa cresceu mais que o conjunto dos países da região do euro, o que já não acontecia desde 1999 (em 2009 a recessão foi menos profunda, mas pelo facto da economia portuguesa ser uma economia mais fechada ao exterior).

As últimas projeções apontam para que a atividade económica tenha registado uma expansão de 2,7% em 2017, sendo os principais motores de crescimento, as exportações, e o consumo das famílias.

Em 2017, o destaque vai para a prossecução da estratégia de maior abertura ao exterior (exportações acima de 40% do PIB) e progressivo alargamento da base produtiva transacionável, quer reforçando as exportações quer assumindo uma função de maior relevo na substituição de importações.

A procura interna deverá evoluir positivamente, mas de forma moderada pois persistem importantes desequilíbrios nos balanços de famílias, empresas e Estado – grau de endividamento em queda, mas ainda elevado quando comparado em termos internacionais; setor financeiro com balanços mais saudáveis mas ainda com níveis elevados de crédito não produtivo nos seus balanços. Deste modo, a evolução das taxas de juro internacionais, dos preços do petróleo, a evolução das economias externas e do grau de apetência por risco configuram os principais condicionantes da atividade económica em Portugal no médio prazo.

A melhoria das perspetivas de crescimento económico, o ajustamento do setor bancário e a evolução do saldo orçamental, num contexto de manutenção de uma política monetária acomodatória, traduziram-se na melhoria da avaliação do risco de Portugal pelos investidores/ agências de *rating* internacionais com impacto na descida das taxas de juro de mercado.

2.1.3 MERCADO SEGURADOR

Em termos globais, a produção de seguro direto em 2017 registou um aumento de 6,5% face a 2016, situando-se em 11 580 milhões de euros (+704 milhões de euros). O ramo Vida retomou o crescimento da produção, mantendo a tendência verificada no ano anterior.

O segmento Vida foi afetado nos últimos anos por uma conjuntura que aliou a persistência das baixas taxas de juro de longo prazo, a acentuada redução da taxa de poupança dos particulares e a adoção de um novo regime de solvência que penaliza os riscos inerentes às garantias financeiras, em 2017 constata-se o início de um novo ciclo tendo-se registado um ligeiro crescimento dos produtos de poupança.

Os prémios do ramo Vida alcançaram 7 090 milhões de euros, +6,2% face ao ano anterior (+413 milhões de euros). Apenas os prémios das contribuições para PPR's cresceram relativamente a 2016 (+30,3%). Os Produtos de Seguro Tradicionais diminuíram -0,5% (-4 milhões de euros) e os Produtos de Capitalização diminuíram -2,6% (-104 milhões de euros) face ao ano anterior.

Quanto ao segmento Não-Vida, continuou a crescer a um ritmo assinalável (6,9%), a maior taxa de crescimento anual dos últimos 10 anos. O volume de prémios Não-Vida atingiu 4 490 milhões de euros (+290 milhões de euros) com destaque para o ramo Acidentes de Trabalho que cresceu 13,0%, dando um novo impulso à recuperação iniciada em 2014. O aumento da massa salarial, expetável com o relançamento da atividade económica, assim como as correções tarifárias para fazer face ao desequilíbrio técnico do ramo, estão na origem deste aumento do volume de prémios.

Os ramos Saúde (+8,3%) e Automóvel (+5,4%) consolidaram a tendência de crescimento que já apresentavam, progredindo em 2017 a um ritmo mais elevado do que em anos anteriores. O ramo de Incêndio e outros Danos (+3,0%), com destaque para os ramos Multirriscos (+2,8%), também apresentou taxas de crescimento positivas embora mais moderadas.

De acordo com os últimos dados provisórios divulgados pela Associação Portuguesa de Seguradores, o Resultado Líquido das empresas de seguros (sob supervisão da APS) foi positivo em 2017, atingindo 373 milhões de euros, substancialmente superior ao registado em 2016 (89 milhões de euros).

2.2 FACTOS RELEVANTES EM 2017

2017 foi um ano de forte crescimento do setor segurador em Portugal, com uma variação do volume total de prémios de 6,9%, com particular destaque para o setor Não-Vida.

Este desempenho resultou de dois vetores principais. Por um lado, o crescimento a níveis históricos da economia e a recuperação do poder de compra das famílias e atividade das empresas. Por outro, da dinâmica competitiva do setor, com o crescente foco no equilíbrio técnico, nomeadamente por via de *repricing*.

Segundo as estimativas, o PIB cresceu 2,7% em 2017, impulsionado sobretudo pelo investimento e exportações. Trata-se do nível mais alto desde 2000, quando a economia cresceu 3,8%. O consumo privado deu também um forte contributo para este desempenho, estimando-se uma evolução de 2,5%.

Neste contexto, o setor segurador consolidou a trajetória de crescimento. No segmento Não-Vida, merecem particular destaque o desempenho dos ramos de Acidentes de Trabalho e Pessoais (+13,0% e +8,0%, respetivamente), Saúde (+8,3%) e Automóvel (+5,4%). Para tal contribuíram, no caso dos ramos de acidentes, o movimento de *repricing* e, no caso de Automóvel, o número de viaturas seguras.

O segmento Vida apresentou uma evolução positiva de 6,2%, sobretudo impulsionado pelos produtos financeiros (+7,3%), que têm funcionado como refúgio no contexto de taxas de juro baixas.

Do ponto de vista da rentabilidade, o mercado continua a enfrentar importantes desafios com o rácio combinado ainda acima dos 100% devido sobretudo a dois fatores preponderantes: o aumento da sinistralidade (quer a relativa a grandes eventos como os incêndios florestais, quer a relacionada com os efeitos colaterais do aumento da disponibilidade das famílias e da atividade das empresas e a consequente maior circulação automóvel e de atividade laboral) e a escala subótima da maioria dos operadores no mercado.

Para a Seguradoras Unidas, 2017 foi um ano de consolidação da sua posição e quota de mercado (estável, acima de 15% no segmento Não-Vida). Foi também um ano de integração das carteiras, sistemas e processos das Companhias incorporadas na Tranquilidade (Açoreana, LOGO e T-Vida), com cerca de 70% da migração concluída e em linha com o plano. Para além disso, foi dada continuidade à estratégia digital e de melhoria contínua de níveis de serviço, sobretudo através da simplificação e digitalização de processos e da disponibilização de novas plataformas a Clientes e Parceiros.

A evolução da carteira de prémios foi impulsionada sobretudo pela componente de Não-Vida (+5,4%), e em particular pelos ramos Automóvel (+8,2%), Saúde (+6,2%) e Acidentes de Trabalho (AT) (+10,5%). À semelhança do comportamento do mercado, o efeito de *repricing* no caso de AT e o aumento do número de objetos e pessoas seguras nos restantes produtos estratégicos explicam este bom desempenho. Deu-se continuidade, por isso, ao redirecionamento comercial para os segmentos e ramos priorizados na estratégia da Companhia, estratégia essa que se manterá para os próximos anos.

Em linha com esta estratégia, durante o ano foram lançados novos produtos em Particulares e Empresas, com foco nos ramos estratégicos e com destaque para os seguintes:

Particulares

- Oferta Automóvel e Habitação unificada para as marcas do universo;
- Nova oferta Saúde, com a revisão do clausulado e implementado um novo processo de avaliação clínica (*teleunderwriting*) mais célere e robusto;
- Solução agregadora Pleno 2.0, com desconto de equipamento pela subscrição de mais que um produto, isenção de custos de apólice para Clientes desmaterializados e possibilidade de escolha de dia de cobrança;
- Oferta Multirrisco Condomínio atualizada.

Empresas

- Nova oferta conjunta AT (incluindo cobertura única no mercado para deslocados);
- Nova oferta *Cyber Risks*, produto inovador para prevenção, proteção e gestão contra ataques cibernéticos.

A estratégia digital e de inovação das plataformas de serviço ao Cliente e aos Parceiros manteve-se como uma prioridade clara enquanto pilar diferenciador do posicionamento da Companhia no mercado:

- Atingiu-se os 120 mil Clientes “Verde”, Clientes desmaterializados, os quais contam com uma proposta de valor diferenciada, quer a nível financeiro quer de nível de serviço e que permite à Companhia um elevado nível de eficiência;
- Foi lançada a *App Tranquilidade*, com funcionalidades inovadoras, em particular, a nível do *tracking* de sinistros e cujo plano de enriquecimento para 2018 permitirá transformar a experiência de Cliente;
- Foram concluídos os desenvolvimentos do novo simulador Automóvel e foi lançado o desenvolvimento do simulador de Saúde;
- Lançou-se um ambicioso programa de robotização de processos que permitirá o aumento da eficiência e que apresentou resultados claros no suporte ao processo de migração de sistemas;
- Por fim, foi ainda lançado um programa transversal, com coordenação central, de simplificação de processos, com foco no aumento da qualidade e da eficiência, através da aplicação de princípios *lean* e de melhoria contínua.

A nível da estratégia de distribuição, o foco do ano centrou-se no reforço e uniformização da relação com os Parceiros. Nesse sentido, foram unificados os sistemas de incentivos e *overs*, reforçado o *intelligence* de apoio à venda dos Parceiros através da introdução de *leads* digitais e a sistematização das campanhas de e-mail marketing e da criação do *toolkit* digital dos Agentes.

Em resultado, o desempenho dos diferentes grupos voltou a demonstrar o forte compromisso entre os Parceiros e a Companhia:

- Os Parceiros Multimarca e Exclusivos cresceram 9% face a 2016, com principal relevo para os ramos Não-Vida de Acidentes de Trabalho e Automóvel;
- Os Corretores apresentaram um crescimento de 3%, numa correção face ao desempenho de 2016;
- As Parcerias cresceram globalmente 3%, sobretudo com enfoque no segmento estratégico de Retalho onde a plataforma cresceu 14%.

No âmbito da rede de distribuição, foi ainda iniciado o programa de consolidação de espaços físicos e concluído o concurso para transferência de espaços selecionados para gestão pelos Parceiros. O processo teve uma elevada adesão, com a colocação garantida no mercado de 20 lojas.

Em resultado do esforço e foco da Companhia na melhoria da qualidade de serviço a Clientes e Parceiros, os inquéritos de realizados voltaram a indicar um elevado nível de satisfação particular:

- Por parte dos Parceiros, uma avaliação de 6,6 pontos, onde se destacam a qualidade e proximidade do acompanhamento comercial, a oferta de produtos e os sistemas informáticos disponibilizados;
- Nos Clientes, o nível de satisfação com a qualidade de serviço em sinistros manteve-se ao nível dos 8 pontos (numa escala de 0-10), com um forte aumento em Multirisco Habitação que progrediu de 7,3 para 7,7. A intenção de recomendação mantém-se elevada, entre os 80% e os 93%, transversalmente a todos os ramos. Em relação às reclamações, as mesmas seguiram uma tendência de subida, em linha com a verificada noutros setores da economia portuguesa. Em resposta, a atuação da Companhia pautou-se por uma atuação muito célere, endereçando, em média, todas as reclamações em 7,4 dias, abaixo do objetivo de 8 dias para 80%.

Durante o ano, a Companhia foi mais uma vez distinguida pela sua estratégia de mercado e serviço prestado a Clientes e Parceiros, tendo recebido os seguintes prémios:

- “Escolha dos Profissionais do setor segurador”, que renovámos pelo 4.º ano consecutivo;
- “Best Buy Award”, que reconhece a Tranquilidade como a Companhia com melhor relação Preço/ Qualidade, pelo 2.º biénio consecutivo, desde 2015;
- “SuperBrand 2017”, eleita pelos consumidores.

2.3 PRINCIPAIS VARIÁVEIS E INDICADORES DE ATIVIDADE

	2017	2016	VAR 17/16 (%)
(milhares de euros)			
Balanco			
Investimentos ^(a)	1 572 151	1 623 915	-3,2
Ativo líquido	2 232 308	2 210 768	1,0
Capital próprio	131 902	158 898	-17,0
Provisão p/ prémios não adquiridos (SD+RA)	155 094	150 041	3,4
Provisão matemática e passivos de contratos de investimento	734 677	806 192	-8,9
Provisão para sinistros (SD+RA)	989 836	890 894	11,1
Provisão para sinistros, líquida de resseguro	911 993	835 609	9,1
Provisões técnicas (SD+RA)	1 781 524	1 757 733	1,4
Ganhos e Perdas			
Prémios brutos emitidos de seguro direto	735 659	341 403	115,5
Vida	54 797	-	-
Não-Vida	680 862	341 403	99,4
Prémios adquiridos, líquidos de resseguro	641 748	292 386	119,5
Vida	49 661	-	-
Não-Vida	592 087	292 386	102,5
Custos com sinistros de seguro direto	638 737	232 051	175,3
Vida	106 054	-	-
Não-Vida	532 683	232 051	129,6
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	578 893	216 722	167,1
Vida	104 027	-	-
Não-Vida	474 866	216 722	119,1
Custos operacionais	170 010	70 684	140,5
Rendimentos	23 711	12 539	89,1
Resultado líquido	-41 690	29 851	-239,7
Indicadores			
Taxa de sinistralidade de seguro direto	79,2%	68,7%	10,5 p.p.
Taxa de sinistralidade líquida de resseguro	90,2%	74,1%	16,1 p.p.
Resultado líquido/ prémios brutos emitidos	-5,6%	8,6%	-14,2 p.p.
Rácio combinado líquido de resseguro	110,5%	103,1%	7,4 p.p.

(a) Inclui: Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos, Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas, Ativos disponíveis para venda, Empréstimos e contas a receber e Terrenos e edifícios. Exclui derivados com justo valor negativo.

Nas variáveis de balanço, as variações apresentadas refletem o efeito da integração das Sociedades Açoreana, LOGO e T-Vida na Tranquilidade, ocorrida em 30 de dezembro de 2016. As variáveis de ganhos e perdas de 2016 respeitam unicamente à atividade da Tranquilidade até à data da integração.

2.4 A ATIVIDADE DA SEGURADORAS UNIDAS EM 2017

2.4.1 PRÉMIOS DE SEGURO DIRETO

A produção de seguro direto atingiu 735 659 milhares de euros em 2017, o que significa, numa base comparável (valor agregado em 2016), uma variação de +1,4% em relação ao ano anterior. O mercado segurador Não-Vida apresentou uma variação positiva de 6,5% relativamente a 2016.

A Companhia, numa base comparável, apresentou um crescimento significativo no volume de prémios de seguro direto de 9 860 milhares de euros, para o qual contribuíram o crescimento verificado nos ramos Acidentes e Doença (+7,6%, ou seja, +15 392 milhares de euros) e em Automóvel (+8,2%, ou seja, +22 360 milhares de euros).

Em Acidentes e Doença a variação positiva deveu-se ao comportamento positivo do ramo Acidentes de Trabalho, que registou um acréscimo de +13 496 milhares de euros, correspondendo a uma variação de +10,5%, apesar de ligeiramente inferior ao mercado (+13,0%). O ramo Saúde cresceu face ao ano anterior, embora ainda a níveis inferiores aos registados pelo mercado (+6,2% face a 8,3% do mercado).

(milhares de euros)

Prémios de Seguro Direto	2017	%	2016	%	VAR 17/16 (%)
Vida	54 797	7,4	-	-	-
Tradicionais	40 605	5,5	-	-	-
Financeiros	14 192	1,9	-	-	-
Não-Vida	680 862	92,6	341 403	100,0	99,4
Acidentes e doença	216 786	29,5	107 517	31,5	101,6
Incêndio e outros danos	105 039	14,3	65 569	19,2	60,2
Automóvel	295 702	40,2	136 435	40,0	116,7
Transportes	6 298	0,9	4 997	1,4	26,0
Responsabilidade civil	17 139	2,3	10 116	3,0	69,4
Diversos	39 898	5,4	16 769	4,9	137,9
Total	735 659	100,0	341 403	100,0	115,5

Em 2016, os valores respeitam unicamente à atividade da Tranquilidade até à data da integração.

2.4.2 CUSTOS COM SINISTROS DE SEGURO DIRETO

O total de custos com sinistros de seguro direto Não-Vida em 2017 ascendeu a 532 683 milhares de euros o que representa, numa base comparável, uma variação de +7,2% em relação a 2016.

Numa base comparável, o ramo Incêndio e outros Danos apresentou um aumento significativo dos custos com sinistros de 79,8% em 2017 face ao ano anterior (+44 382 milhares de euros), com destaque para o acréscimo em Multirriscos.

Este crescimento deveu-se maioritariamente aos grandes fogos que devastaram Portugal no segundo semestre de 2017, cujo impacto em custos com sinistros de seguro direto ascendeu a aproximadamente 51 600 milhares de euros.

(milhares de euros)

Custos com Sinistros de Seguro Direto	2017	2016	VAR 17/16 (%)
Vida	106 054	-	-
Tradicionais	26 620	-	-
Financeiros	79 434	-	-
Não-Vida	532 683	232 051	129,6
Acidentes e doença	186 206	100 087	86,0
Incêndio e outros danos	99 994	31 803	214,4
Automóvel	233 051	94 014	147,9
Transportes	2 195	1 667	31,7
Responsabilidade civil	9 866	2 050	381,3
Diversos	1 371	2 430	-43,6
Total	638 737	232 051	175,3

Em 2016 os valores respeitam unicamente à atividade da Tranquilidade até à data da integração.

A taxa de sinistralidade Não-Vida em 2017 (custos com sinistros brutos/ prémios brutos adquiridos) situou-se em 79,2% o que representa, numa base comparável, um aumento de 1,7 p.p. em relação ao ano anterior.

(%)

Custos com Sinistros Não Vida/ Prémios Brutos Adquiridos Não-Vida*	2017	2016
Acidentes e doença	86,4	93,6
Incêndio e outros danos	94,7	48,7
Automóvel	81,0	70,2
Transportes	33,1	32,4
Responsabilidade civil	57,4	20,3
Diversos	3,4	14,8
Total	79,2	68,7

* custos com sinistros com custos imputados em % dos prémios adquiridos.

Em 2016 os valores respeitam unicamente à atividade da Tranquilidade até à data da integração.

2.4.3 PROVISÕES TÉCNICAS

As provisões técnicas de seguro direto e resseguro aceite em 2017 ascenderam a 1 781 524 milhares de euros, resultando numa variação de +1,4% (+ 23 791 milhares de euros) face a 2016.

(milhares de euros)

Provisões Técnicas de Seguro Direto e Resseguro Aceite	2017	2016	VAR 17/16 (%)
Provisão para prémios não adquiridos	155 094	150 041	3,4
Provisão matemática vida	591 765	654 581	-9,6
Provisão para sinistros	989 836	890 894	11,1
Vida	65 377	46 457	40,7
Acidentes de trabalho	552 058	532 660	3,6
Outros ramos	372 401	311 777	19,4
Outras provisões técnicas	44 829	62 217	-27,9
Total	1 781 524	1 757 733	1,4

Os valores de 2016 refletem o efeito da integração das Sociedades Açoreana, LOGO e T-Vida na Tranquilidade, ocorrida em 30 de dezembro de 2016.

2.4.4 RESSEGURO CEDIDO

O saldo de resseguro cedido em 2017 ascendeu a 14 563 milhares de euros negativo.

No âmbito do saldo de resseguro, de destacar o impacto em sinistros e variação das provisões técnicas resultante dos mencionados fogos ocorridos em Portugal em 2017, que resultaram no reconhecimento de recuperáveis de resseguro no montante de 41 127 milhares de euros.

(milhares de euros)			
Resseguro Cedido	2017	2016	VAR 17/16 (%)
Vida	1 032	-	-
Prémios	4 771	-	-
Comissões	-1 571	-	-
Sinistros e variação das provisões técnicas	-2 168	-	-
Não-Vida	13 531	27 859	-51,4
Prémios	83 962	52 374	60,3
Comissões	-12 303	-8 118	51,6
Sinistros e variação das provisões técnicas	-58 128	-16 397	254,5
Resultado	14 563	27 859	-47,7

Em 2016, os valores respeitam unicamente à atividade da Tranquilidade até à data da integração.

2.4.5 SALDO TÉCNICO LÍQUIDO DE RESSEGURO

O saldo técnico líquido de resseguro em 2017 foi de 76 210 milhares de euros e apresenta, numa base comparável, um crescimento de 61,0% em relação ao ano anterior (+28 874 milhares de euros), sobretudo devido ao desagravamento do saldo desfavorável de resseguro cedido (+36 190 milhares de euros).

Por ramos, ainda numa visão comparável, a melhoria substancial foi registada em Acidentes e Doença, cujo saldo técnico apresentou um crescimento de 64 066 milhares de euros (diminuição dos custos com sinistros), com particular ênfase no ramo Acidentes de Trabalho, que registou um aumento de 59 882 milhares de euros, em resultado igualmente da diminuição dos custos com sinistros.

O ramo Incêndio e Outros Danos apresentou uma evolução desfavorável, com o saldo técnico a decrescer 19 905 milhares de euros numa base comparável. Esta evolução decorre sobretudo do ramo Multiriscos, fortemente influenciado pela catástrofe dos incêndios, cujo saldo técnico líquido de resseguro decresceu 15 396 milhares de euros em relação a 2016.

(milhares de euros)			
Saldo Técnico, Líquido de Resseguro	2017	2016	VAR 17/16 (%)
Acidentes e doença	15 355	-2 046	850,4
Incêndio e outros danos	5 216	16 127	-67,7
Automóvel	40 107	38 239	4,9
Transportes	2 319	1 302	78,1
Responsabilidade civil	5 261	5 777	-8,9
Diversos	7 952	69	11 494,8
Total	76 210	59 468	28,2

Em 2016 os valores respeitam unicamente à atividade da Tranquilidade até à data da integração.

2.4.6 CUSTOS OPERACIONAIS

Os custos operacionais ascenderam a 170 010 milhares de euros em 2017, numa base comparável, +20,7% em relação ao ano anterior. Em termos de custos recorrentes, verificou-se uma diminuição de 6 536 milhares de euros, -5,3% face a 2016.

Os Custos com Pessoal no valor de 97 664 milhares de euros apresentam, numa base comparável, um aumento de 42,3% face a 2016. Este aumento está diretamente relacionado com custos não recorrentes relativos à reestruturação da Companhia pós fusão (+35 610 milhares de euros). Sem este efeito, os Custos com Pessoal ficariam 5,6% abaixo de 2016.

Os custos com Fornecimentos e Serviços Externos diminuiram, numa base comparável, 1,1% face a 2016, -611 milhares de euros.

(milhares de euros)			
Custos Operacionais	2017	2016	VAR 17/16 (%)
Custos com pessoal	97 664	34 503	183,1
Fornecimentos e serviços externos	53 000	28 432	86,4
Impostos e taxas	5 797	2 589	123,9
Amortizações	11 085	4 194	164,3
Outros *	2 464	966	155,1
Total	170 010	70 684	140,5

* Inclui Provisões para Riscos e Encargos, Juros Suportados, Comissões e Outros Custos com Investimentos.

Em 2016 os valores respeitam unicamente à atividade da Tranquilidade até à data da integração.

2.4.7 QUADRO DE PESSOAL

Durante o exercício de 2017 foram admitidos no quadro efetivo 50 novos Colaboradores e verificaram-se 219 saídas, das quais, 2 por situação de pré-reforma ou de reforma.

O número elevado de saídas em 2017 deve-se ao facto de ter sido concedido o Estatuto de Empresa em Reestruturação pelo Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social as Seguradoras Unidas para os anos 2017 e 2018.

	2017	2016	VAR 17/16 (%)
Total quadro efetivo a 1/1	1 292	689	87,5
Admissões	50	11	354,5
Saídas	219	43	409,3
das quais pré-reforma ou reforma	2	6	-66,7
Integração de colaboradores por via da fusão	0	635	n.a.
Rescisões mútuo acordo por via de empresa declarada em reestruturação	177	0	
Total Quadro Efetivo a 31/12	1 123	1 292	-13,1

2.4.8 INVESTIMENTOS

A atividade financeira da Seguradoras Unidas registou uma rentabilidade média global de 2,4%, para a qual contribuiu a manutenção da estratégia de investimento em obrigações de taxa fixa e em fundos de investimento diversificados e o processo de redução da exposição ao setor imobiliário.

A evolução dos mercados financeiros em 2017 manteve o comportamento dos últimos anos sendo caracterizada por grande volatilidade e por taxas de juro em níveis historicamente baixos. Neste contexto, e devido à incerteza sobre a evolução dos mercados financeiros, a Companhia manteve a estratégia de investimentos conservadora e focada sobretudo em ativos de rendimento fixo quer através de investimentos diretos, quer através de fundos de investimentos.



substituído por investimento em *Exchange Traded Funds* e sobretudo através do ICAV, detido integralmente pela Companhia.

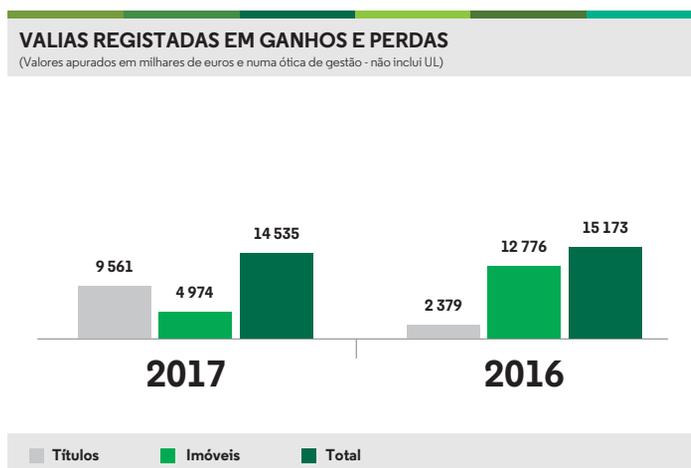
Em 2017 houve um aumento da exposição a fundos de investimentos em que a Companhia tem controlo e participação total tendo atingido o montante de 360 milhões de euros no final de 2017, destacando-se o investimento no fundo de empréstimos (cerca 150 milhões de €) com rentabilidades acima do mercado.

Simultaneamente, promoveu-se uma redução gradual da exposição a emitentes do sul da Europa por contrapartida do aumento da exposição a emitentes da zona “core” europeia.

O investimento em ações e em imóveis foi fortemente reduzido ao longo do ano, sendo intenção da Companhia durante continuar a redução da sua exposição a estas classes de ativos.

No final do ano, a carteira de investimentos da Seguradoras Unidas situou-se em 1 657 milhares de euros. O investimento em obrigações de taxa fixa representou a maior fatia do investimento, com 56% do total da carteira de investimentos. Destaca-se ainda, a exposição a fundos de investimento no valor de 528 308 milhares de euros, reportando-se essencialmente a fundos de títulos de rendimento fixo (463 878 milhares de euros) e fundos imobiliários (58 525 milhares de euros).

A carteira de obrigações (investimento direto) apresentou um *rating* médio de *investment grade* (A) e uma exposição a dívida soberana de 718 463 milhares de euros, com forte exposição aos países Euro Core.



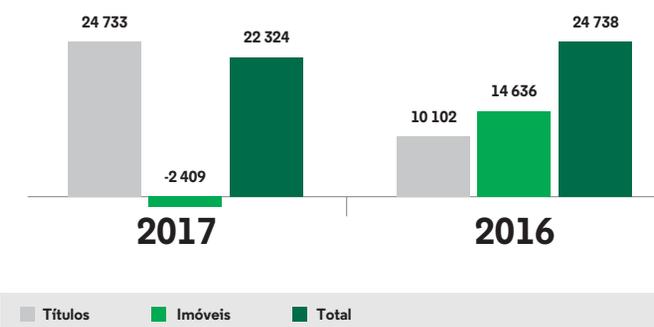
A estratégia de investimentos adotada teve entre os seus principais vetores, a gestão da duração dos ativos e passivos e minimização do risco de taxa de juro da carteira de investimentos, seguindo a regulamentação da atividade seguradora designada de Solvência II. Desta forma a estratégia de investimentos executada em 2017 visou eliminar o *gap* de durações entre ativos e passivos, sobretudo em Não-Vida, e identificar ativos com *yields* superiores melhorando o RoSCR e libertando capital para o *core business* da Companhia.

De forma a promover o aumento da duração das carteiras de investimentos, a Companhia promoveu o investimento em obrigações de dívida pública Euro Core (ou *quasi-government*) com durações longas, tendo sido mantida exposição em maturidades curtas em ativos *High Yield*, *Investment Grade* e Financeiros para capturar uma correlação significativa com o portefólio referência da EIOPA em termos de Ajustamento da Volatilidade.

Com o objetivo de dispersão de risco a outros emitentes fora da Zona Euro e a outras classes de ativos com maior rentabilidade, embora sempre com cobertura do risco cambial, e de forma a atribuir maior flexibilidade e rapidez na execução de transações, o investimento direto em ativos financeiros foi

RESULTADOS ATIVIDADES FINANCEIRAS

(Valores apurados em milhares de euros e numa ótica de gestão - não inclui UL)



NOTA: Inclui imparidades em títulos em 2017 de 7 329 milhares de euros (2 974 milhares de euros em 2016), e em imparidade de imóveis em 2017 de 8 590 milhares de euros.

No ano de 2017, o resultado da atividade financeira da Seguradoras Unidas foi positivo em 22 324 milhares de euros o que representa uma diminuição de 2 414 milhares de euros, face ao ano anterior. A redução dos dividendos recebidos, o aumento da exposição a fundos de investimento e sobretudo a redução da exposição ao setor imobiliário com fortes impactos em termos de resultados, foram os grandes responsáveis por esta redução.

A rentabilidade média dos ativos financeiros da Companhia foi de 1,3% (+4,1% em 2016, antes da fusão com Açoreana, T-Vida e LOGO). Se contabilizarmos os ganhos não realizados contabilizados na reserva de justo valor, a rentabilidade foi de 2,4% (+5,9% em 2016, antes da fusão com Açoreana, T-Vida e LOGO).

2.4.9 CAPITAL PRÓPRIO E MARGEM DE SOLVÊNCIA

O resultado líquido da Companhia em 2017 foi negativo em 41,7 milhões de euros que compara com um resultado positivo de 29,9 milhões de euros em 2016. Porém, importa referir que o resultado líquido de 2017 foi afetado negativamente por um conjunto de eventos de carácter não recorrente dos quais se destacam:

- Reconhecimento em 2017 do custo total a incorrer com o processo de reestruturação da Companhia, estimado em 35,6 milhões de euros;
- Reconhecimento da menos valia potencial a incorrer com a venda em 2018 de um conjunto de imóveis, estimada em 18,8 milhões de euros;
- Imparidades de 4,9 milhões de euros nas empresas participadas em Angola e Moçambique.

O Capital Próprio reduziu-se em 27 milhões de euros fruto sobretudo do resultado líquido do exercício (negativo em 41,7 milhões de euros).

(milhares de euros)

Capital Próprio	2017	2016	VAR 17/16 (%)
Capital social	84 000	84 000	0,0
Outros instrumentos de capital	27 097	27 097	0,0
Reservas de reavaliação	14 335	3 917	266,0
Outras reservas	46 688	39 427	18,4
Resultados transitados	1 472	-25 394	n.a.
Resultado líquido	-41 690	29 851	-239,7
Total	131 902	158 898	-17,0

Os valores de 2016 refletem o efeito da integração das Sociedades Açoreana, LOGO e T-Vida na Tranquilidade, ocorrida em 30 de dezembro de 2016. Com exceção do resultado líquido que respeita unicamente à atividade da Tranquilidade até à data da integração.

A Companhia monitoriza a solvência de acordo com o novo Regime de Solvência II em vigor a partir de 1 de janeiro de 2016. De acordo com o que está estabelecido na legislação, os dados definitivos da margem de solvência serão divulgados publicamente durante o próximo mês de maio através do Relatório sobre a solvência e a situação financeira.

2.4.10 GESTÃO DE RISCO, SISTEMA DE CONTROLO INTERNO E COMPLIANCE

Gestão de Risco e Sistema de Controlo Interno

A aplicação dos requisitos qualitativos, regulado na Diretiva Solvência II e a entrada em vigor do novo Regime Jurídico de Acesso e Exercício da Atividade Seguradora e Resseguradora (RJASR), introduziram significativas alterações na atividade seguradora, com particular enfoque nos princípios associados ao desenvolvimento de boas práticas a nível de gestão de riscos.

A criação de requisitos qualitativos veio fomentar a eficiência dos sistemas de governação e gestão de riscos, bem como dos procedimentos de controlo interno. Neste contexto, relevo para uma maior interligação entre as estruturas de gestão da seguradora e a autoavaliação do risco, vistos agora como parte integrante, fundamental, da estratégia de negócio.

Ao nível do *Governance*, a nova ordem normativa veio dar maior enfoque à atuação do órgão de gestão da empresa de seguros, imputando-lhe a responsabilidade da implementação de sistemas eficazes de controlo interno e gestão de riscos.

Neste contexto, no ano de 2017 foram desenvolvidas diversas ações e projetos, dos quais destacamos os seguintes:

- Elaboração e envio à ASF dos reportes quantitativos e qualitativos a nível individual e Grupo;
- Finalização do projeto para substituição das ferramentas/ *Datawarehouse* que permitam responder aos requisitos de Pilar I e III;
- Participação ativa em grupos de trabalho da Associação Portuguesa de Seguradores sobre matérias referentes à evolução do projeto Solvência II;
- Revisão e respetiva formalização de diversas políticas no âmbito do acompanhamento do Programa Solvência II em vigor;
- Desenvolvimento de estudos para aplicação de cargas de capital ao *pricing* de Não-Vida e revisão de processos, informação e documentação para efeitos do respetivo reporte;
- Reporte público do Relatório sobre a solvência e situação financeira, a nível individual e Grupo;
- Reporte do ORSA individual e Grupo;
- Atualização da ferramenta de projeção de *cash-flows*;
- Revisão do Sistema de Governo;
- Melhoramento de ferramentas de monitorização e reporte do risco operacional relacionado com a fraude;
- Acompanhamento, específico, da aplicação da Política de Investimentos e Política de Subscrição e Resseguro;
- Relativamente ao risco de Continuidade de Negócio:
 - Foi implementada uma melhoria ao nível dos exercícios, nomeadamente no envolvimento das equipas de Gestão de Crise (Administração) e de Gestão de Incidentes (Diretores) em *Table Top Exercises*, contemplando diferentes simulações de eventos disruptivos de impacto elevado;
 - Implementada e testada uma nova ferramenta de apoio à notificação de incidentes aos Colaboradores que integram o Plano de Continuidade de Negócio;
- Desenvolvimento de programas de formação específicos e de informação.

Sobre a informação não financeira prevista no artigo 66.º-B do Código das Sociedades Comerciais, dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 6, do Código das Sociedades Comerciais, informamos que a Entidade irá preparar um relatório separado do relatório de gestão que inclui a informação não financeira, conforme previsto no artigo 66.º-B do Código das Sociedades Comerciais, o qual deverá ser publicado no seu sítio na Internet no prazo legal.

2.5. PRINCIPAIS VARIÁVEIS E INDICADORES DA ATIVIDADE

A 30 de dezembro de 2016, foi efetuada a operação de fusão por incorporação das sociedades Açoreana, LOGO e T-Vida na Tranquilidade, tendo esta última, na mesma data, alterado a sua denominação social para Seguradoras Unidas.

Deste modo, e para efeitos comparativos da evolução da atividade, apresentamos os valores agregados das Companhias que integraram na Seguradoras Unidas, referentes aos anos de 2017 e 2016.

(milhares de euros)

	2017	2016	VAR 17/16 (%)
Ganhos e Perdas			
Prémios Brutos Emitidos de Seguro Direto	735 659	725 799	1,4
Vida	54 797	79 737	-31,3
Não-Vida	680 862	646 062	5,4
Prémios Adquiridos, Líquidos de Resseguro	641 748	628 760	2,1
Vida	49 661	74 700	-33,5
Não-Vida	592 087	554 060	6,9
Custos com Sinistros de Seguro Direto	638 737	690 320	-7,5
Vida	106 054	193 053	-45,1
Não-Vida	532 683	497 267	7,1
Custos com Sinistros, Líquidos de Resseguro	578 893	659 668	-12,2
Vida	104 027	188 660	-44,9
Não-Vida	474 866	471 008	0,8
Custos operacionais	170 010	140 818	20,7
Rendimentos	23 711	42 554	-44,3
Resultado líquido	-41 690	-53 306	21,8
Indicadores			
Prémios brutos emitidos/ n.º de empregados	655,1	571,5	14,6
Taxa de sinistralidade de seguro direto	79,2%	77,5%	1,7 p.p.
Taxa de sinistralidade líquida de resseguro	90,2%	85,0%	5,2 p.p.
Resultado líquido/ prémios brutos emitidos	-5,6%	-7,3%	1,7 p.p.
Rácio combinado líquido de resseguro - Não-Vida	110,5%	111,6%	-1,1 p.p.

Os prémios brutos emitidos de Seguro Direto (agregados) evoluíram de 725 799 milhares de euros em 2016 para 735 659 milhares de euros em 2017, o que representa um crescimento de +1,4%.

No que se refere ao segmento Vida, os prémios brutos emitidos apresentam uma variação de -31,3%, assente sobretudo na quebra da produção dos produtos financeiros e rendas, cuja venda ativa foi descontinuada no final de 2016. No segmento Não-Vida a produção de 2017 foi de 680 862 milhares de euros, o que representa uma variação de 5,4% face ao ano anterior, abaixo do mercado segurador (7,0%).

A quota de mercado de Não-Vida em 2017 situa-se em 15,2%, ocupando a Companhia desta forma o 2.º lugar no *ranking* das seguradoras Não-Vida.

Os custos com sinistros de Seguro Direto totalizam 638 737 milhares de euros em 2017, o que representa uma variação positiva face ao ano anterior de -7,5%. Os custos com sinistros vida, no valor de 106 054 milhares de euros, apresentam uma variação positiva de -45,1% face ao ano anterior, em resultado do menor valor de resgates e vencimentos de produtos financeiros face a 2016, ano em que foram significativamente elevados.

Relativamente aos ramos Não-Vida, os custos com sinistros atingiram os 532 683 milhares de euros, traduzindo-se numa variação face ao período homólogo de 7,1%. De salientar que o maior impacto na variação dos custos com sinistros se verificou no ramo IOD, em resultado dos fogos registados em Portugal em 2017.

A taxa de sinistralidade Não-Vida fixou-se nos 79,2% em 2017, o que representa uma variação de +1,7 p.p. face a 2016.

Os custos operacionais alcançaram os 170 010 milhares de euros, representando uma variação face ao ano anterior de 20,7%.

O resultado líquido de 2017 situou-se nos -41 690 milhares de euros, representando uma melhoria face ao resultado líquido agregado de 2016, no valor de -53 306 milhares de euros.

2.6 PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O Conselho de Administração da Seguradoras Unidas, S.A. vem propor, nos termos e para os efeitos previstos na alínea b) do artigo 376º do Código das Sociedades Comerciais, que o resultado líquido negativo do exercício de 2017, no montante de 41 689 510,79 euros seja transferido para Resultados Transitados.

2.7 OBJETIVOS PARA 2018

Do ponto de vista macroeconómico, em 2018 espera-se a consolidação da recuperação económica da economia portuguesa e europeia, não obstante as incertezas sobre a solidez de algumas classes de ativos e o processo preparatório para a saída do Reino Unido da União Europeia (UE) previsto para o início de 2019.

Após o ano de 2017, em que a economia apresentou um dos maiores crescimentos das últimas décadas, 2018 deverá trazer alguma correção, sobretudo motivada pelo desempenho do mercado externo. O consumo privado deverá manter-se em linha com 2017, enquanto que se espera uma descida da Formação Bruta de Capital Fixo.

O mercado de trabalho deverá manter o bom desempenho dos últimos dois anos, refletindo-se na continuada descida da taxa de desemprego, para níveis mais baixos que da UE. A taxa de inflação poderá sofrer uma ligeira correção, nomeadamente em consequência do processo de revisão das taxas de juro de referência nos principais mercados de comércio extracomunitário e da racionalização do consumo privado face ao último ano.

No setor segurador, em concreto, espera-se a consolidação da trajetória de recuperação de prémios, acompanhando a evolução do aumento do poder de compra das famílias e uma cada vez maior apetência para os produtos não tradicionais. A inovação continuará a ser uma tônica do mercado, quer a nível de produto, quer do nível e funcionalidades de serviço colocados à disposição dos Clientes e Parceiros. Tanto mais que, do ponto de vista do ambiente competitivo, será de esperar a continuação do foco no equilíbrio técnico nos vários ramos.

Para a Seguradoras Unidas, o ano de 2018 tem três objetivos principais:

1. A consolidação da operativa resultante da fusão e a captura (em velocidade cruzada) das sinergias da mesma;
2. O fortalecimento da posição de mercado através da inovação no serviço e simplificação dos processos;
3. O atingimento dos níveis de eficiência objetivo, de forma transversal a todas as áreas da Companhia.

O cumprimento destes objetivos tem por base a execução de um conjunto de iniciativas estratégicas, designadamente:

1. Conclusão da integração dos sistemas das Companhias e fazer o *decommissioning* dos sistemas *legacy* e duplicados;
2. Desenvolvimento de uma Rede de Distribuição mais eficaz, designadamente através da sistemática de acompanhamento comercial dos Agentes e de modelos analíticos de prevenção da erosão e identificação de oportunidades;
3. Reforço da proposta de valor dos ramos de maior rentabilidade, nomeadamente Saúde, Vida Risco e nas Pequenas e Médias Empresas;
4. Sofisticação dos modelos de *pricing* e deteção da propensão à fraude;
5. Simplificação da operativa, nomeadamente através da digitalização dos processos;
6. Formação dos Colaboradores e transformação cultural no sentido de uma cultura cada vez mais única e colaborativa, aberta à mudança e focada na capacidade de execução.

É na base destes objetivos e desafios estratégicos que continuaremos, a Companhia espera concretizar o plano e objetivos de crescimento e rentabilidade até 2020.

2.8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste ano extremamente desafiante, o Conselho de Administração deseja expressar o seu reconhecimento aos seus Clientes, Mediadores, Colaboradores e restantes Parceiros, pela sua contribuição para a mitigação dos impactos negativos na Companhia e desenvolvimento da mesma.

A Seguradoras Unidas reconhece também a colaboração que a Associação Portuguesa de Seguradores tem vindo a prestar à Companhia em vários domínios das suas áreas de competência e garantindo a defesa dos interesses do setor.

Um último agradecimento ao apoio da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões que contribuiu também e de forma decisiva, para que a Seguradoras Unidas conseguisse ultrapassar com sucesso mais uma etapa importante da sua história.

Lisboa, 13 de março de 2018

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Gustavo Alexandre Pontes Teixeira de Mesquita Guimarães

(Presidente do Conselho de Administração)

Alexander Wallace Humphreys

(Vogal)

Bogdan Ignashchenko

(Vogal)

Gernot Wilhelm Friedrich Lohr

(Vogal)

Gonçalo Fernando de Salvado Marques Oliveira

(Vogal)

Jan Adriaan de Pooter

(Vogal)

José António Correia Dias Nogueira da Silva

(Vogal)

Pedro Luís Francisco de Carvalho

(Vogal)

03

DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

BALANÇO (ATIVO) DE 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(milhares de euros)

ATIVO	Notas do Anexo	31 de Dezembro de 2017			31 de Dezembro de 2016
		Valor Bruto	Imparidade, Depreciações/ Amortizações ou Ajustamentos	Valor Líquido	
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	8	52 821		52 821	37 629
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	7	18 570	1 506	17 064	19 561
Ativos financeiros detidos para negociação					
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	6	14 980		14 980	24 088
Derivados de cobertura					
Ativos disponíveis para venda	6	1 532 308	9 343	1 522 965	1 469 644
Empréstimos e Contas a Receber		31 875	15 000	16 875	33 475
Depósitos junto de empresas cedentes	6	2		2	2
Outros depósitos	6				13 003
Empréstimos concedidos	6	20 982	15 000	5 982	11 890
Contas a receber					
Outros	6	10 891		10 891	8 580
Investimentos a deter até à maturidade					
Terrenos e Edifícios		266		266	77 148
Terrenos e edifícios de uso próprio	9				33 257
Terrenos e edifícios de rendimento	9	266		266	43 891
Outros ativos tangíveis	10	50 478	46 260	4 218	3 445
Inventários	4 e 10	78		78	49
Goodwill	12	65 981		65 981	65 981
Outros ativos intangíveis	12	143 454	128 335	15 119	21 037
Provisões Técnicas de Resseguro Cedido		100 359		100 359	79 198
Provisão para prémios não adquiridos	4	21 365		21 365	22 905
Provisão matemática do ramo Vida	4	1 151		1 151	1 004
Provisão para sinistros	4	77 843		77 843	55 285
Provisão para participação nos resultados	4				4
Provisão para compromissos de taxa					
Provisão para estabilização de carteira					
Outras provisões técnicas					
Ativos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	23	209		209	
Outros Devedores por Operações de Seguros e Outras Operações		161 110	25 980	135 130	91 590
Contas a receber por operações de seguro direto	13	70 458	8 790	61 668	54 705
Contas a receber por outras operações de resseguro	13	62 429	3 980	58 449	23 333
Contas a receber por outras operações	13	28 223	13 210	15 013	13 552
Ativos por Impostos		108 187		108 187	92 624
Ativos por impostos correntes	24	5 702		5 702	728
Ativos por impostos diferidos	24	102 485		102 485	91 896
Acréscimos e diferimentos	13	2 925		2 925	3 041
Outros elementos do ativo	13	124 404		124 404	131 433
Ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas	13	50 727		50 727	60 825
Total Ativo		2 458 732	226 424	2 232 308	2 210 768

O CONTABILISTA CERTIFICADO
Paulo Jorge Pinheiro Santos

O DIRETOR DE CONTABILIDADE
Pedro Manuel Borges Medalhas da Silva

O DIRETOR FINANCEIRO
Alexandre Miguel Varela Simões Lopes

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
Gustavo Alexandre Pontes Teixeira de Mesquita Guimarães
Alexander Wallace Humphreys
Bogdan Ignaschenko
Gernot Wilhelm Friedrich Lehr
Gonçalo Fernando de Salgado Marques Oliveira
Jan Adriaan de Pooter
José António Correia Dias Noqueira da Silva
Pedro Luís Francisco de Carvalho

BALANÇO (PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO) DE 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(milhares de euros)

PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	Notas do Anexo	31 de Dezembro de 2017	31 de Dezembro de 2016
PASSIVO			
Provisões Técnicas		1 781 524	1 757 733
Provisão para prémios não adquiridos	4	155 094	150 041
Provisão matemática do ramo vida	4	591 765	654 581
Provisão para Sinistros		989 836	890 894
De vida	4	65 377	46 457
De acidentes de trabalho	4	552 058	532 660
De outros ramos	4	372 401	311 777
Provisão para participação nos resultados	4	16 491	20 812
Provisão para compromissos de taxa	4		9 236
Provisão para estabilização de carteira	4	427	127
Provisão para desvios de sinistralidade	4	15 858	14 529
Provisão para riscos em curso	4	12 053	17 513
Outras provisões técnicas			
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	5	142 913	151 610
Outros Passivos Financeiros		400	21 302
Derivados de cobertura			
Passivos subordinados	5		8 540
Depósitos recebidos de resseguradores	5	400	11 722
Outros	5 e 6		1 040
Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	23	415	4 491
Outros Credores por Operações de Seguros e Outras Operações		96 842	60 913
Contas a pagar por operações de seguro direto	13	34 672	27 995
Contas a pagar por outras operações de resseguro	13	54 244	23 004
Contas a pagar por outras operações	13	7 926	9 914
Passivos por Impostos		16 036	16 935
Passivos por impostos correntes	24	16 036	16 935
Passivos por impostos diferidos			
Acréscimos e diferimentos	13	58 268	37 271
Outras provisões	13	4 008	1 615
Outros passivos			
Passivos de um grupo para alienação classificado como detido para venda			
Total Passivo		2 100 406	2 051 870
Capital Próprio			
Capital	25	84 000	84 000
(Ações próprias)			
Outros instrumentos de capital	25	27 097	27 097
Reservas de reavaliação		20 066	6 054
Por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros	26	20 066	6 054
Por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio			
Por revalorização de ativos intangíveis			
Por revalorização de outros ativos tangíveis			
Por ajustamentos no justo valor de instrumentos de cobertura em coberturas de fluxos de caixa			
Por ajustamentos no justo valor de cobertura de investimentos líquidos em moeda estrangeira			
De diferenças de câmbio			
Reserva por impostos diferidos	26	-5 731	-2 137
Outras reservas	26	46 688	39 427
Resultados transitados	25	1 472	-25 394
Resultado líquido do exercício		-41 690	29 851
Total Capital Próprio		131 902	158 898
Total Passivo e Capital Próprio		2 232 308	2 210 768

CONTAS DE GANHOS E PERDAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016

(milhares de euros)

CONTA DE GANHOS E PERDAS	Notas do Anexo	31 de Dezembro de 2017			31 de Dezembro de 2016	
		Técnica Vida	Técnica Não-Vida	Não Técnica	Total	
Prémios Adquiridos Líquidos de Resseguro		49 661	592 087		641 748	292 387
Prémios brutos emitidos	14	54 918	685 631		740 549	348 729
Prémios de resseguro cedido	14	-4 771	-83 962		-88 733	-52 374
Provisão para prémios não adquiridos (variação)	4 e 14	-491	-8 037		-8 528	-3 668
Provisão para prémios não adquiridos, parte resseguradores (variação)	4 e 14	5	-1 545		-1 540	-300
Comissões de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços	15	573			573	
Custos com Sinistros, Líquidos de Resseguro		104 027	474 866		578 893	216 722
Montantes pagos		85 444	409 465		494 909	205 888
Montantes brutos	4	87 125	446 583		533 708	219 742
Parte dos resseguradores	4	-1 681	-37 118		-38 799	-13 854
Provisão para sinistros (variação)		18 583	65 401		83 984	10 834
Montante bruto	4	18 920	87 956		106 876	13 677
Parte dos resseguradores	4	-337	-22 555		-22 892	-2 843
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	4	-8 936	-4 130		-13 066	-9 456
Provisão Matemática do Ramo Vida, Líquida de Resseguro		-65 916			-65 916	
Montante bruto	4	-65 770			-65 770	
Parte dos resseguradores	4	-146			-146	
Participação nos resultados, líquida de resseguro	4	-4 416			-4 416	-3
Custos e Gastos de Exploração Líquidos	21	22 450	190 953		213 403	94 399
Custos de aquisição		15 046	151 442		166 488	73 221
Custos de aquisição diferidos (variação)	4	-323	-3 149		-3 472	-592
Gastos administrativos		9 298	54 963		64 261	29 888
Comissões e participação nos resultados de resseguro		-1 571	-12 303		-13 874	-8 118
Rendimentos	16	9 735	13 490	486	23 711	12 538
De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas		7 408	5 546	97	13 051	2 387
De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas						
Outros		2 327	7 944	389	10 660	10 151
Gastos Financeiros	16	1 829	3 089	84	5 002	1 940
De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas						
De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas						
Outros		1 829	3 089	84	5 002	1 940
Ganhos Líquidos de Ativos e Passivos Financeiros Não Valorizados ao Justo Valor Através de Ganhos e Perdas		-1 296	6 936	-214	5 426	3 042
De ativos disponíveis para venda	17 e 18	2 784	6 936	-165	9 555	3 891
De empréstimos e contas a receber						
De investimentos a deter até à maturidade						
De passivos financeiros valorizados a custo amortizado	5 e 17	-4 080			-4 080	
De outros	17 e 18			-49	-49	-849
Ganhos Líquidos de Ativos e Passivos Financeiros Valorizados ao Justo Valor Através de Ganhos e Perdas		3 903	-70	176	4 009	-611
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros detidos para negociação						
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	5, 17 e 18	3 903	-70	176	4 009	-611
Diferenças de câmbio	19			-1 217	-1 217	684
Ganhos líquidos pela venda de ativos não financeiros que não estejam classificados como ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas	17 e 18	-499	-5 762		-6 261	12 776
Perdas de Imparidade (Líquidas de Reversão)		-637	-15 274	-766	-16 677	-1 746
De ativos disponíveis para venda	6	-637	-5 179	-7	-5 823	-2 973
De empréstimos e contas a receber valorizados a custo amortizado						
De investimentos a deter até à maturidade						
De outros	7, 12, 13 e 18		-10 095	-759	-10 854	1 227
Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro	20		-4 111		-4 111	-2 592
Outras provisões (variação)	13			-2 393	-2 393	-407
Outros rendimentos/gastos	20			3 262	3 262	-2 710
Goodwill negativo reconhecido imediatamente em ganhos e perdas						
Ganhos e perdas de associadas e empreendimentos conjuntos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial						
Ganhos e perdas de ativos não correntes (ou grupos para alienação) classificados como detidos para venda	17			11 234	11 234	
Resultado Líquido Antes de Impostos		12 402	-77 482	10 484	-54 596	9 759
Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos correntes	24			-1 487	-1 487	-618
Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos diferidos	24			14 393	14 393	20 710
Resultado Líquido do Exercício		12 402	-77 482	23 390	-41 690	29 851
Resultado por Ação (em Euros)	27				-0,23	0,16

04

DEMONSTRAÇÃO
DO RENDIMENTO
INTEGRAL

DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL

DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016

(milhares de euros)

	2017	2016
Resultado Líquido do Exercício	-41 690	29 851
Itens que Poderão vir a ser Reclassificados para a Demonstração dos Resultados	10 418	8 623
Variação de justo valor dos ativos disponíveis para venda	14 012	11 014
Variação dos impostos correntes e diferidos	-3 594	-2 391
Itens que não irão ser Reclassificados para a Demonstração dos Resultados	4 276	4 168
Variação de desvios atuariais reconhecidos nas reservas	4 276	4 168
Variação dos impostos correntes e diferidos	-	-
Outro Rendimento Integral do Exercício Depois de Impostos	14 694	12 791
Total do Rendimento Integral do Exercício	-26 996	42 642

05

**DEMONSTRAÇÃO
DE VARIAÇÃO
DE CAPITAIS PRÓPRIOS**

DEMONSTRAÇÃO DE VARIAÇÃO DE CAPITALS PRÓPRIOS

DEMONSTRAÇÃO DE VARIAÇÃO DE CAPITALS PRÓPRIOS NOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016

(milhares de euros)

	Capital Social	Outros Instrumentos de Capital	Reservas de Reavaliação	Reserva por Impostos Diferidos e Correntes	Outras Reservas		Resultados Transitados	Resultado Líquido do Exercício	Total
					Reserva Legal	Outras Reservas			
		Prestações Suplementares	Por Ajustamentos no Justo Valor de Ativos Financeiros Disponíveis para Venda						
Balço a 1 de Janeiro 2016	12 600	60 000	-1 278	405	36 252	-1 811	-	29 364	135 532
Aumento de capital	71 400	58 497							129 897
Redução capital/ cobertura de prejuízos		-91 400							-91 400
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda			11 014						11 014
Ajustamentos por reconhecimento de impostos diferidos e correntes				-2 391					-2 391
Desvios atuariais reconhecidos nas reservas						4 168			4 168
Aumentos de reservas por aplicação de resultados					2 936		-2 936		-
Efeito fusão			-3 682	-151		-2 118	-51 822		-57 773
Aplicação dos resultados do exercício anterior							29 364	-29 364	-
Total das Variações do Capital Próprio	71 400	-32 903	7 332	-2 542	2 936	2 050	-25 394	-29 364	-6 485
Resultado líquido do exercício								29 851	29 851
Balço a 31 de Dezembro 2016	84 000	27 097	6 054	-2 137	39 188	239	-25 394	29 851	158 898
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda			14 012						14 012
Ajustamentos por reconhecimento de impostos diferidos e correntes				-3 594					-3 594
Desvios atuariais reconhecidos nas reservas						4 276			4 276
Aumentos de reservas por aplicação de resultados					2 985		-2 985		-
Aplicação dos resultados do exercício anterior							29 851	-29 851	-
Total das Variações do Capital Próprio	-	-	14 012	-3 594	2 985	4 276	26 866	-29 851	14 694
Resultado líquido do exercício								-41 690	-41 690
Balço a 31 de Dezembro 2017	84 000	27 097	20 066	-5 731	42 173	4 515	1 472	-41 690	131 902

06

DEMONSTRAÇÃO
DE FLUXOS
DE CAIXA

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016

(milhares de euros)

	2017	2016
Fluxos de Caixa de Atividades Operacionais	-32 976	35 462
Resultado líquido do exercício	-41 690	29 851
Depreciações e amortizações do exercício	11 086	4 194
Varição das provisões técnicas de seguro direto	23 792	6 439
Varição das provisões técnicas de resseguro cedido	-21 159	-2 543
Varição de passivos por contratos de investimento	-8 698	-
Varição de outras provisões	2 393	-1 797
Varição de devedores por operações de seguro direto, de resseguro e outros	-43 540	8 153
Varição de outros ativos e passivos por impostos	-16 462	-25 756
Varição de outros ativos e passivos	25 372	-5 803
Varição de credores por operações de seguro direto, de resseguro e outros	35 930	22 724
Fluxos de Caixa de Atividades de Investimento	48 168	-70 280
Varição de Investimentos	-39 414	-46 732
Aquisição subsidiária Açoreana Seguros, S.A. (incluindo aumento de capital)	-	-41 424
Dividendos recebidos	8 676	6 986
Juros	16 037	7 988
Aquisições de ativos tangíveis e intangíveis	-8 582	-2 947
Alienações de ativos tangíveis e intangíveis	-	22
Aquisição de imóveis	-	-
Alienações de terrenos e edifícios	71 451	5 827
Fluxos de Caixa de Atividades de Financiamento	-	38 497
Distribuição de dividendos	-	-
Subscrição de capital	-	38 497
Varição Líquida em Caixa e seus Equivalentes e Depósitos à Ordem	15 192	3 679
Caixa e equivalentes no início do exercício	37 629	14 077
Efeito fusão	-	19 873
Caixa e equivalentes no fim do exercício	52 821	37 629

07

**ANEXO ÀS
DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS**

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

NOTA 1 INFORMAÇÕES GERAIS

A Seguradoras Unidas, S.A. (adiante designada por Companhia) é uma companhia de seguros resultante da fusão por incorporação na Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A., das companhias de seguros por esta detidas a 100%, a T-Vida, Companhia de Seguros, S.A. (constituída em julho de 2006), a Seguros LOGO, S.A. (constituída em dezembro de 2007) e a Açoreana Seguros, S.A. (adquirida em 5 de agosto de 2016 - Nota 32).

Esta fusão foi registada e produziu efeitos a 30 de dezembro de 2016, após aprovação dos órgãos de gestão e de fiscalização das quatro entidades envolvidas e mediante aprovação prévia da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF), tendo as entidades incorporadas sido extintas por incorporação nessa data (Nota 32). Nesta mesma data, a Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A. alterou a sua designação para Seguradoras Unidas, S.A. Não obstante, do ponto de vista comercial, a gestão da Companhia decidiu manter ativas as marcas Tranquilidade, Açoreana e LOGO.

Em 15 de janeiro de 2015, a totalidade do capital acionista da Companhia foi adquirida pela Calm Eagle Holdings, S.à r.l., uma sociedade controlada pelos fundos de investimento afiliados da Apollo Global Management, LLC, tendo esta aquisição merecido a aprovação prévia da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF).

A Companhia tem sede social e local principal de negócios na Av. da Liberdade, n.º 242, em Lisboa, estando registada com o NIPC 500940231 e matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa. Exerce a atividade de seguros e resseguros em Portugal em todos os ramos técnicos Vida e Não-Vida (com exceção do Seguro de Crédito), sob a supervisão da ASF e mediante a autorização n.º 1197 e LEI: 549300CGCHTYQ1Z4V333.

Após a fusão, a Companhia opera através dos seus escritórios de Lisboa, Porto e Ponta Delgada. A rede de distribuição em Portugal está dividida em zonas comerciais e delegações, que são suportadas por um total de 616 pontos físicos de venda que se distribuem geograficamente por todo o território continental e regiões autónomas. Por tipologia, a rede física é composta por 44 lojas próprias e por 568 lojas de Parceiros com imagem da Tranquilidade ou Açoreana, dos quais 214 são Exclusivos de uma das marcas.

Através da LOGO, marca digital de seguros lançada em janeiro de 2008, e foi a primeira *low-cost* a disponibilizar serviços e produtos do ramo Não-Vida exclusivamente através da Internet e telefone, atualmente disponibiliza seguros Automóvel (incluindo moto), Casa, Saúde e Vida Risco Crédito Habitação, contando com mais de 120 mil Clientes.

Tendo a Companhia resultado da fusão por incorporação de entidades com data efeito de 30 de dezembro de 2016, a informação financeira de 2016 exposta nas demonstrações financeiras e apresentada nas seguintes Notas corresponde ao balanço fusionado de todas as entidades, sendo que o ganhos e perdas de 2016 corresponde apenas ao da entidade incorporante, ou seja, a Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A., conforme normas contabilísticas.

NOTA 2 INFORMAÇÃO POR SEGMENTOS

Os valores desta nota devem ser interpretados tendo em atenção os condicionalismos de apresentação de informação financeira referidos na Nota 1.

Após a fusão, a Companhia explora todos os ramos de seguros Vida e Não-Vida, para os quais foi autorizada pela ASF e as suas políticas e regras de subscrição são definidas, tendo por objetivo obter por produto, o melhor equilíbrio custo/ benefício para a Companhia, Cliente e Parceiro de Negócio, utilizando para o efeito todas as fontes de informação disponíveis para uma avaliação da qualidade dos riscos físicos, financeiros e morais.

Os segmentos operacionais objeto de relato correspondem a uma tipologia de enquadramento das linhas de negócio.

A análise das principais rubricas da conta de ganhos e perdas em 31 de dezembro de 2017 e segmentada pelas linhas de negócio Vida mais relevantes é como segue:

(milhares de euros)

2017	Total Vida	Tradicionalis	Capitalização com Participação de Resultados	Outros
Rubricas de Ganhos e Perdas				
Prémios brutos emitidos	54 918	40 727	9 620	4 571
Comissões de contratos de investimento	573	-	-	573
Prémios brutos adquiridos	54 427	40 236	9 620	4 571
Resultado dos investimentos	9 378	6 882	1 625	871
Custos com sinistros brutos	106 045	26 612	76 295	3 138
Variação da provisão matemática	-65 770	-8 263	-57 507	-
Variação da provisão para compromissos de taxa	-9 236	-4 765	-4 471	-
Variação da provisão para estabilização carteira	300	300	-	-
Participação nos resultados	-4 416	1 291	-5 707	-
Custos de exploração brutos	24 021	12 491	2 131	9 399
Saldo de resseguro	-1 032	-1 032	-	-
Resultado técnico	12 402	18 420	504	-6 522

A análise das principais rubricas da conta de ganhos e perdas em 31 de dezembro de 2017 e 2016 e segmentada pelas linhas de negócio Não-Vida mais relevantes é como segue:

(milhares de euros)

2017	Total Não-Vida	Acidentes de Trabalho	Incêndio e Outros Danos	Automóvel	Outros
Rubricas de Ganhos e Perdas					
Prémios brutos emitidos	685 631	142 269	106 003	295 959	141 400
Prémios de resseguro cedido	-83 962	-2 794	-41 330	-1 079	-38 759
Prémios brutos adquiridos	677 594	141 172	106 838	288 060	141 524
Resultado dos investimentos	-3 769	319	-925	-2 448	-715
Custos com sinistros brutos	534 539	131 924	100 190	233 100	69 325
Custos de exploração brutos	203 256	36 070	42 114	83 414	41 658
Resultado técnico	-77 482	-21 700	-23 923	-33 323	1 464

(milhares de euros)

2016	Total Não-Vida	Acidentes de Trabalho	Incêndio e Outros Danos	Automóvel	Outros
Rubricas de Ganhos e Perdas					
Prémios brutos emitidos	348 729	67 886	66 808	137 408	76 627
Prémios de resseguro cedido	-52 374	-1 456	-26 995	-877	-23 046
Prémios brutos adquiridos	345 061	67 513	67 061	134 902	75 585
Resultado dos investimentos	22 764	10 619	2 604	7 217	2 324
Custos com sinistros brutos	233 419	72 063	31 982	93 254	36 120
Custos de exploração brutos	102 517	17 007	22 439	41 874	21 197
Resultado técnico	10 896	-10 167	4 245	12 131	4 687

Ao longo de 2016 a Companhia encerrou a sua sucursal em Espanha, sendo de realçar que os respetivos valores são imateriais em termos de relato individualizado.

NOTA 3 BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E DAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

BASES DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras da Companhia agora apresentadas, reportam-se ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e foram preparadas de acordo com os princípios estabelecidos no Plano de Contas para as Empresas de Seguros, emitido pela ASF.

O normativo consagrado no Plano de Contas para as Empresas de Seguros corresponde às Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/ IFRS), conforme adotadas pela União Europeia, de acordo com o Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho, transposto para o ordenamento nacional pelo Decreto-Lei n.º 35/2005, de 17 de fevereiro, exceto no que se refere à aplicação da IFRS 4 – “Contratos de seguros”, relativamente à qual apenas foram adotados os princípios de classificação do tipo de contrato de seguro. Os IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas

pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretation Committee* (IFRIC), e pelos respetivos órgãos antecessores.

Em 2017, a Companhia adotou as IFRS e interpretações de aplicação obrigatória para exercícios que se iniciaram a 1 de janeiro de 2017. Essas normas apresentam-se discriminadas na Nota 35. De acordo com as disposições transitórias dessas normas e interpretações, são apresentados valores comparativos relativamente às novas divulgações exigidas.

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas, mas que ainda não entraram em vigor e que a Companhia ainda não aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras podem também ser analisadas na Nota 34.

As políticas contabilísticas abaixo descritas foram aplicadas de forma consistente para os períodos apresentados nas demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras estão expressas em milhares de euros, arredondado ao milhar mais próximo, sendo que os montantes arredondados apresentados podem não somar à unidade em todos os casos.

As demonstrações financeiras estão preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção dos ativos e passivos registados ao seu justo valor, nomeadamente ativos financeiros disponíveis para venda, ativos financeiros ao justo valor através de ganhos e perdas e propriedades de investimento. Os restantes ativos e passivos financeiros, bem como ativos e passivos não financeiros, são registados ao custo amortizado ou custo histórico, deduzido de eventuais perdas por imparidade.

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com o Plano de Contas para as Empresas de Seguros requer que a Companhia efetue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de proveitos, custos, ativos e passivos.

Estas estimativas e pressupostos são baseados na informação disponível mais recente, servindo de suporte para os julgamentos sobre os valores dos ativos e passivos cuja valorização não é suportada por outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas.

Tal como referido na Nota 1, e tendo a Companhia resultado da fusão por incorporação de entidades com data efeito de 30 de dezembro de 2016, a informação financeira de 2016 exposta nas demonstrações financeiras e apresentada nas seguintes Notas corresponde ao balanço fusionado de todas as entidades, sendo que o ganhos e perdas de 2016 corresponde apenas ao da entidade incorporante, ou seja, a Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A.

Nos termos das normas contabilísticas aplicáveis e da legislação em vigor, a Companhia prepara demonstrações financeiras consolidadas, e por sua vez consolida na AP VIII Calm Eagle Holdings SCA, com sede no Luxemburgo, na Avenue J.F. Kennedy L-1855, 44.

As demonstrações financeiras da Companhia em 31 de dezembro de 2017 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 13 de março de 2018. Estas demonstrações financeiras estão pendentes de aprovação pela respetiva Assembleia Geral.

PRINCIPAIS PRINCÍPIOS CONTABILÍSTICOS E CRITÉRIOS VALORIMÉTRICOS ADOPTADOS

Investimentos em subsidiárias e associadas

Subsidiárias

São classificadas como subsidiárias as entidades (incluindo fundos de investimento e veículos de securitização) controladas pela Companhia. A Companhia controla uma entidade quando está exposta, ou tenha direitos, à variabilidade nos retornos provenientes do seu envolvimento com essa entidade e possa apoderar-se dos mesmos através do poder que detém sobre as atividades relevantes dessa entidade (controlo de facto).

Os investimentos em subsidiárias são valorizados ao custo de aquisição, deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Associadas

São classificadas como associadas, todas as empresas sobre as quais a Companhia tem influência significativa, mas não exerce controlo sobre a sua política financeira e operacional.

Presume-se que a Companhia exerce influência significativa quando detém o poder de exercer mais de 20% dos direitos de voto da associada. Caso a Companhia detenha, direta ou indiretamente, menos de 20% dos direitos de voto, presume-se que a Companhia não possui influência significativa, exceto quando essa influência possa ser claramente demonstrada.

Os investimentos em associadas são valorizados ao custo de aquisição, deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Imparidade

O valor recuperável dos investimentos em subsidiárias e associadas é avaliado anualmente, independentemente da existência de indicadores de imparidade. As perdas por imparidade são apuradas tendo por base a diferença entre o valor recuperável dos investimentos em subsidiárias ou associadas e o seu valor contabilístico. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.

O valor recuperável é determinado com base no maior valor, entre o valor em uso dos ativos e o justo valor deduzido dos custos de venda, sendo calculado com recurso a metodologias de avaliação, suportadas em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

Sempre que o valor dos passivos de uma subsidiária ultrapassar os seus ativos, além da constituição de imparidade para anular o investimento, a Companhia constitui uma provisão quando existe responsabilidade sobre os passivos dessa subsidiária.

Ativos financeiros

Classificação

A Companhia classifica os seus ativos financeiros no início de cada transação considerando a intenção que lhes está subjacente, de acordo com as seguintes categorias:

- Ativos financeiros ao justo valor através de resultados, que inclui:
 - Os ativos financeiros detidos para negociação, que correspondem essencialmente a títulos adquiridos com o objetivo de realização de ganhos como resultado de flutuações de curto prazo nos preços de mercado. Incluem-se também nesta categoria os instrumentos financeiros derivados, excluindo aqueles que cumpram os requisitos de contabilidade de cobertura;
 - Os ativos financeiros designados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor com variações são reconhecidos em resultados, nomeadamente quando:
 - Tais ativos financeiros são geridos, avaliados e analisados internamente com base no seu justo valor;
 - Tal designação elimina uma inconsistência de reconhecimento e mensuração (*accounting mismatch*);
 - Tais ativos financeiros contêm derivados embutidos.
- Ativos financeiros disponíveis para venda, que inclui:
 - Os ativos financeiros não derivados em que existe intenção de manter por tempo indeterminado;
 - Os ativos financeiros que são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial;
 - Os ativos financeiros que não se enquadrem nas categorias restantes.
- Empréstimos concedidos e contas a receber, onde são classificados os ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados num mercado ativo, que inclui os valores a receber relacionados com operações de seguro direto, resseguro cedido e transações relacionadas com contratos de seguro e outras transações.
- Ativos financeiros a deter até à maturidade, que inclui ativos financeiros não derivados, com pagamentos fixos ou determináveis e maturidade fixa, para os quais a Companhia tem a intenção e capacidade de manter até à maturidade e que não foram designados para nenhuma outra categoria de ativos financeiros. Qualquer reclassificação ou venda de ativos financeiros reconhecidos nesta categoria que não seja realizada próxima da maturidade, obrigará a Companhia a reclassificar integralmente esta carteira para ativos financeiros disponíveis para venda e a Companhia ficará durante dois anos impossibilitada de classificar qualquer ativo financeiro nesta categoria. Durante 2014, a Companhia procedeu à alienação de ativos desta categoria, não cumprindo com os requisitos definidos na IAS39 ("tainting"). Nesta base, até ao final do exercício de 2016 a Companhia não pôde ter ativos classificados nesta categoria.

Reconhecimento, mensuração inicial e desreconhecimento

Aquisições e alienações de ativos financeiros ao justo valor através de resultados e ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos na data da negociação (*trade date*), ou seja, na data em que a Companhia se compromete a adquirir ou alienar o ativo.

Os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transação, exceto nos casos de ativos financeiros ao justo valor através de resultados, caso em que estes custos de transação são diretamente reconhecidos em resultados.

Estes ativos são desreconhecidos quando (i) expiram os direitos contratuais da Companhia ao recebimento dos seus fluxos de caixa ou (ii) a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção.

Mensuração subsequente

Após o seu reconhecimento inicial, os ativos financeiros ao justo valor através de resultados são valorizados ao justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em resultados.

Os investimentos classificados como ativos financeiros disponíveis para venda são registados ao justo valor sendo as respetivas variações reconhecidas em reservas, até que os investimentos sejam desreconhecidos ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas é transferido para resultados.

As variações cambiais associadas a estes investimentos são reconhecidas também em reservas, no caso de ações, e em resultados, no caso de instrumentos de dívida. Os juros, calculados à taxa de juro efetiva, e os dividendos são também reconhecidos na demonstração de ganhos e perdas.

O justo valor dos ativos financeiros cotados é o seu preço de compra corrente (*bid-price*). Na ausência de cotação, a Companhia estima o justo valor utilizando (i) metodologias de avaliação, tais como a utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, técnicas de fluxos de caixa descontados e modelos de avaliação de opções customizados de modo a refletir as particularidades e circunstâncias do instrumento, e (ii) pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado.

Os empréstimos concedidos e contas a receber, são posteriormente valorizados ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efetiva.

Os instrumentos financeiros para os quais não é possível mensurar com fiabilidade o justo valor são registados ao custo de aquisição, líquido de perdas por imparidade.

Transferências entre categorias

Em outubro de 2008, o IASB emitiu a revisão da norma IAS 39 - Reclassificação de instrumentos financeiros (*Amendments to IAS 39 Financial Instruments: Recognition and Measurement and IFRS 7: Financial Instruments Disclosures*).

Esta alteração veio permitir que uma entidade transfira ativos financeiros ao justo valor através de resultados para as carteiras de ativos financeiros disponíveis para venda, Empréstimos e contas a receber ou para ativos financeiros a deter até à maturidade, desde que esses ativos financeiros obedeam às características de cada categoria.

Adicionalmente, as transferências de Ativos financeiros reconhecidas na categoria de Ativos financeiros disponíveis para venda para as categorias de Crédito a Clientes - Crédito titulado e Ativos financeiros a deter até à maturidade são permitidas, em determinadas circunstâncias específicas.

Imparidade

A Companhia avalia regularmente se existe evidência objetiva de que um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, apresenta sinais de imparidade. Para os ativos financeiros que apresentam sinais de imparidade, é determinado o respetivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

Um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objetiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial, tais como: (i) para os títulos representativos de capital, uma desvalorização continuada ou de valor significativo na sua cotação, e (ii) para títulos de dívida, quando esse evento (ou

eventos) tenha um impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, que possa ser estimado com razoabilidade.

De acordo com as políticas da Companhia, 30% de desvalorização no justo valor de um instrumento de capital é considerada uma desvalorização significativa e o período de 1 ano é assumido como uma desvalorização continuada do justo valor abaixo do custo de aquisição.

Quando existe evidência de imparidade nos Ativos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada em reservas, correspondente à diferença entre o custo de aquisição e o justo valor atual, deduzida de qualquer perda por imparidade no ativo anteriormente reconhecida em resultados, é transferida para resultados.

Se num período subsequente o montante da perda por imparidade diminui, a perda por imparidade anteriormente reconhecida é revertida por contrapartida de resultados do exercício até à reposição do custo de aquisição, se o aumento do justo valor for objetivamente relacionado com um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por imparidade, exceto no que se refere a ações ou outros instrumentos de capital, casos em que o aumento do justo valor dos títulos é reconhecido por contrapartida de reservas.

Instrumentos Financeiros Derivados

Os instrumentos financeiros derivados são reconhecidos na data da sua negociação (*trade date*), pelo seu justo valor. Subsequentemente, o justo valor dos instrumentos financeiros derivados é reavaliado numa base regular, sendo os ganhos ou perdas resultantes dessa reavaliação registados diretamente em resultados do período.

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados corresponde ao seu valor de mercado, quando disponível, ou é determinado tendo por base técnicas de valorização incluindo modelos de desconto de fluxos de caixa (*discounted cash-flows*) e modelos de avaliação de opções, conforme seja apropriado.

Derivados Embutidos

Os derivados que estão embutidos em outros instrumentos financeiros são tratados separadamente quando as suas características económicas e os seus riscos não estão relacionados com o instrumento principal e o instrumento principal não está contabilizado ao seu justo valor através de resultados. Estes derivados embutidos são registados ao justo valor com as variações reconhecidas em resultados.

Passivos Financeiros

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os passivos financeiros não derivados incluem empréstimos, credores por operações de seguro direto e resseguro e outros passivos. Estes passivos financeiros são registados (i) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transação incorridos e (ii) subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efetiva, com a exceção dos passivos por contratos de investimento em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro, os quais são registados ao justo valor.

A Companhia procede ao desreconhecimento de passivos financeiros quando estes são liquidados, cancelados ou extintos.

Operações em Moeda Estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados, exceto quando classificadas como coberturas de fluxos de caixa ou coberturas de um investimento líquido, em que as variações cambiais resultantes são reconhecidas em reservas.

Os ativos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio à data da transação. Ativos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado.

Ativos Tangíveis

Os ativos tangíveis da Companhia encontram-se valorizados ao custo de aquisição deduzido das respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade.

Os custos subsequentes com os ativos tangíveis são capitalizados apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a Companhia. Todas as despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Os terrenos não são amortizados. As amortizações dos ativos tangíveis são calculadas segundo o método das quotas constantes, às seguintes taxas de amortização que refletem a vida útil esperada dos bens:

Tipo de Ativos	Número de Anos
Imóveis de serviço próprio	13 a 72
Equipamento informático	3 a 6
Mobiliário e material	4 a 8
Instalações interiores	5 a 20
Máquinas e ferramentas	4 a 8
Material de transporte	4
Outro equipamento	7 a 10

A vida útil esperada dos bens é revista em cada data de balanço e ajustada, se apropriado, de acordo com o padrão esperado de consumo dos benefícios económicos futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo.

Quando existe indicação de que um ativo possa estar em imparidade, o IAS 36 exige que o seu valor recuperável seja estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um ativo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração de ganhos e perdas.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o justo valor deduzido dos custos de venda, e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

Propriedades de Investimento

A Companhia classifica como propriedades de investimento os imóveis detidos para arrendamento ou para valorização do capital ou ambos.

As propriedades de investimento são reconhecidas inicialmente ao custo de aquisição, incluindo os custos de transação diretamente relacionados, e subsequentemente ao seu justo valor. Variações de justo valor determinadas a cada data de balanço são reconhecidas em resultados. As propriedades de investimento não são amortizadas.

Dispêndios subsequentes relacionados são capitalizados quando for provável que a Companhia venha a obter benefícios económicos futuros em excesso do nível de desempenho inicialmente estimado.

Ativos Não Correntes Detidos para Venda

Os ativos não correntes são classificados como detidos para venda quando existe a intenção de alienar os referidos ativos e estão disponíveis para venda imediata e a sua venda é muito provável.

Imediatamente antes da sua classificação como ativos não correntes detidos para venda, a mensuração de todos os ativos não correntes é efetuada de acordo com as IFRS aplicáveis. Após a sua reclassificação, estes ativos são mensurados ao menor entre o seu custo e o seu justo valor deduzido dos custos de venda.

O justo valor é baseado no valor de mercado, sendo este determinado com base no preço expectável de venda obtido através de avaliações periódicas efetuadas pela Companhia.

A mensuração subsequente destes ativos é efetuada ao menor do seu valor contabilístico e o correspondente justo valor, líquido dos custos de venda, não sendo sujeitos a amortização. Caso existam perdas não realizadas, estas são registadas como perdas de imparidade por contrapartida de resultados do exercício.

Ativos Intangíveis

O valor do negócio adquirido (*Value in force-VIF*) é reconhecido como um ativo intangível e é amortizado pelo período de reconhecimento do proveito associado às apólices adquiridas. O VIF corresponde ao valor atual estimado dos fluxos de caixa futuros dos contratos em vigor à data de aquisição.

Os custos incorridos com a aquisição de *software* são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas pela Companhia necessárias à sua implementação. Estes custos são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada destes ativos, normalmente 3 anos.

Os custos diretamente relacionados com o desenvolvimento de aplicações informáticas pela Companhia, sobre os quais seja expectável que estes venham a gerar benefícios económicos futuros para além de um exercício, são reconhecidos e registados como ativos intangíveis. Estes custos são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada destes ativos, a qual não excede na sua maioria os 5 anos.

Todos os restantes encargos relacionados com os serviços informáticos são reconhecidos como custos quando incorridos. Quando existe indicação de que um ativo possa estar em imparidade, o IAS 36 exige que o seu valor recuperável seja estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um ativo exceda o seu valor recuperável.

O valor recuperável é determinado com base no maior valor entre o valor em uso dos ativos e o valor de mercado deduzido dos custos de venda, sendo calculado com recurso a metodologias de avaliação, suportadas em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

As perdas por imparidade são reconhecidas nos resultados.

Goodwill

O *goodwill* resultante da aquisição de um negócio é definido como a diferença entre o valor do custo de aquisição e o justo valor total ou proporcional dos ativos, passivos e passivos contingentes desse negócio, consoante a opção tomada.

Caso o *goodwill* apurado seja negativo este é registado diretamente em resultados do período em que a concentração de atividades ocorre.

O valor recuperável do *goodwill* é avaliado anualmente, independentemente da existência de indicadores de imparidade. As eventuais perdas por imparidade determinadas são reconhecidas em resultados do exercício. O valor recuperável é determinado com base no maior valor entre o valor em uso dos ativos e o valor de mercado deduzido dos custos de venda, sendo calculado com recurso a metodologias de avaliação, suportadas em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

Loações

A Companhia classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais, em função da sua substância e não da sua forma legal cumprindo os critérios definidos no IAS 17 – Locações.

São classificadas como locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo são transferidos para o locatário. Todas as restantes operações de locação são classificadas como locações operacionais.

Nas locações operacionais os pagamentos efetuados pela Companhia à luz dos contratos de locação operacional são registados em custos nos períodos a que dizem respeito.

Os contratos de locação financeira são registados na data do seu início, no ativo e no passivo, pelo custo de aquisição da propriedade locada, que é equivalente ao valor atual das rendas de locação vincendas. As rendas são constituídas (i) pelo encargo financeiro que é debitado em resultados e (ii) pela amortização financeira do capital que é deduzida ao passivo.

Os encargos financeiros são reconhecidos como custos ao longo do período da locação, a fim de produzirem uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo em cada período.

Caixa e Equivalentes de Caixa

Para efeitos da preparação da demonstração de fluxos de caixa, a Companhia considera como “Caixa e seus equivalentes” o total da rubrica “Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem”. Caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de balanço, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em instituições de crédito.

Resseguro

Os contratos de resseguro são revistos de forma a determinar se as respetivas disposições contratuais pressupõem a transferência de um risco de seguro significativo. Os contratos de resseguro que não pressupõem a transferência de risco de seguro significativo são contabilizados utilizando o método do depósito e registados em empréstimos como ativos ou passivos financeiros relacionados com a atividade de resseguro. Os montantes recebidos ou pagos ao abrigo destes contratos são contabilizados como depósitos utilizando o método da taxa de juro efetiva.

No decurso da sua atividade, a Companhia aceita e cede negócio. Os valores a receber ou a pagar relacionados com a atividade de resseguro, incluem saldos a receber ou a pagar de empresas de seguro e de resseguro, de acordo com as disposições contratuais previamente definidas nos respetivos tratados de resseguro.

Os princípios contabilísticos aplicáveis aos passivos relacionados com resseguro aceite, no âmbito dos contratos de seguro que pressupõem risco de seguro significativo, são tratados de forma idêntica aos contratos de seguro direto.

Benefícios aos Empregados

As responsabilidades com benefícios dos empregados são reconhecidas de acordo com os princípios estabelecidos pela Norma IAS 19 – Benefícios dos Trabalhadores.

Plano de benefício pós-reforma

A Companhia assume a responsabilidade de conceder aos seus empregados benefícios complementares às pensões de reforma por velhice e invalidez emergentes do regime geral da segurança social, nos termos estabelecidos nos Instrumentos de Regulamentação Coletivas de Trabalho (IRCT) que lhes sejam aplicáveis.

A convenção coletiva de trabalho que originariamente se aplicava às relações laborais vigentes na Companhia era o Contrato Coletivo de Trabalho, publicado no BTE n.º 32 de 29 de agosto 2008, no qual se previa que os empregados abrangidos por esta convenção, admitidos no setor até 22 de junho de 1995, poderiam aceder a uma prestação pecuniária complementar à reforma atribuída pela Segurança Social.

A Companhia, em sintonia com as demais empresas de seguros em idênticas circunstâncias, declarou o fim da vigência e da aplicação desta convenção com efeitos a 31 de dezembro de 2016, designadamente no que respeita aos referidos planos complementares de pensões de benefício definido.

As responsabilidades da Companhia relativas às referidas prestações complementares às pensões de reforma (plano de benefícios definidos) são calculadas anualmente, na data de fecho de contas, individualmente para cada plano.

Em 23 de dezembro de 2011, foi aprovado um novo Contrato Coletivo de Trabalho dos Seguros, publicado no BTE n.º 2, de 15 de janeiro de 2012, que veio alterar um conjunto de benefícios anteriormente definidos. Este contrato coletivo de trabalho foi sucedido e substituído pelo Acordo Coletivo de Trabalho publicado no BTE, n.º 4 de 29 de janeiro de 2016.

O Acordo Coletivo de Trabalho foi objeto de portaria de extensão, publicada no BTE n.º 25, de 8 de julho de 2016, o que determinou a aplicação dos regimes desta convenção a todos os empregados da Companhia não filiados nos

sindicatos outorgantes, com exceção dos empregados filiados no Sinapsa – Sindicato Nacional dos Profissionais de Seguros e Afins.

Das alterações decorrentes do Contrato Coletivo de Trabalho de 2012, que se mantiveram no novo Acordo Coletivo de Trabalho são de salientar as seguintes:

- (i) no que respeita a benefícios pós-emprego, os empregados passam a estar abrangidos por um plano de contribuição definido;
- (ii) prémio de permanência equivalente a 50% do seu ordenado efetivo, o qual será devido, verificadas as respetivas condições de atribuição, sempre que o trabalhador complete um ou mais múltiplos de 5 anos na Companhia.

Relativamente à alteração do plano complementar de pensões, cuja natureza mudou de benefício definido para contribuição definida, e tendo em consideração que o valor integralmente financiado das responsabilidades pelos serviços passados relativo às pensões de reforma por velhice devidas aos empregados no ativo abrangidos pela nova convenção foi convertido em contas individuais desses empregados, integrando o respetivo plano individual de reforma, a Companhia, de acordo com o IAS 19, procedeu à liquidação da responsabilidade (*settlement*).

A responsabilidade líquida da Companhia relativa ao plano de pensões de benefício definido, nos referidos casos limitados em que a mesma ainda perdura, é calculada separadamente para cada plano através da estimativa do valor de benefícios futuros que cada Colaborador deve receber em troca pelo seu serviço no período corrente e em períodos passados. O benefício é descontado de forma a determinar o seu valor atual, sendo aplicada a taxa de desconto correspondente à taxa de obrigações de alta qualidade, de empresas de rating elevado, com maturidade semelhante à maturidade média das obrigações do plano. A responsabilidade líquida é determinada após a dedução do justo valor dos ativos do Fundo de Pensões.

O proveito/ custo de juros com o plano de pensões é calculado pela Companhia multiplicando o ativo/ responsabilidade líquido com pensões de reforma (responsabilidades deduzidas do justo valor dos ativos do fundo) pela taxa de desconto utilizada para efeitos da determinação das responsabilidades com pensões de reforma e atrás referida. Nessa base, o proveito/ custo líquido de juros inclui o custo dos juros associado às responsabilidades com pensões de reforma e o rendimento estimado dos ativos do fundo, ambos mensurados com base na taxa de desconto utilizada no cálculo das responsabilidades.

Os ganhos e perdas de remensuração, nomeadamente (i) os ganhos e perdas atuariais, resultantes das diferenças entre os pressupostos atuariais utilizados e os valores efetivamente verificados (ganhos e perdas de experiência) e das alterações de pressupostos atuariais e (ii) os ganhos e perdas decorrentes da diferença entre o rendimento estimado dos ativos do fundo e os valores obtidos, são reconhecidos por contrapartida de capital próprio na rubrica de outro rendimento integral (Outras reservas).

A Companhia reconhece na sua demonstração de ganhos e perdas um valor total líquido que inclui (i) o custo do serviço corrente, (ii) o proveito/ custo líquido de juros com o plano de pensões, (iii) o efeito das reformas antecipadas, (iv) custos com serviços passados e (v) os efeitos de qualquer liquidação ou corte ocorridos no período. O proveito/ custo líquido com o plano de pensões é reconhecido em custos com pessoal. Os encargos com reformas antecipadas correspondem ao aumento de responsabilidades decorrente da reforma ocorrer antes do trabalhador atingir a idade da reforma.

O plano é financiado anualmente com contribuições da Companhia para cobrir responsabilidades projetadas com Pensões, incluindo benefícios

complementares quando apropriado. O financiamento mínimo das responsabilidades é de 100% para as pensões em pagamento e de 95% para os serviços passados do pessoal no ativo.

Em cada data de reporte a Companhia avalia, individualmente para cada Plano, a recuperabilidade de qualquer excesso do fundo, baseado na perspetiva de futuras contribuições que possam ser necessárias.

Plano de contribuição definida

Para os planos de contribuição definida, que abrangem a generalidade dos empregados, as responsabilidades relativas ao benefício atribuível aos empregados da Companhia são reconhecidas como custo do exercício quando devidas.

Em 31 de dezembro de 2017, e ressalvados os empregados abrangidos pelo plano de benefício definido, a Companhia tem dois planos de contribuição definida, consoante a origem inicial da entidade patronal (Tranquilidade ou Açoreana, anterior a fusão) para os empregados no ativo admitidos até 22 de junho de 1995, bem como para todos os empregados que observem as condições definidas no novo Acordo Coletivo de Trabalho, efetuando contribuições anuais, tendo em atenção a remuneração individual de cada trabalhador.

Prémio de permanência

O prémio de permanência equivale a 50% do seu ordenado sempre que o trabalhador, além das demais condições previstas na Cláusula 42ª do referido Acordo Coletivo de Trabalho, complete um ou mais múltiplos de 5 anos na Companhia. O prémio de permanência é determinado utilizando a mesma metodologia e pressupostos dos benefícios pós-emprego.

Os desvios atuariais determinados são registados por contrapartida de resultados quando incorridos.

Este benefício aplica-se a todos os empregados abrangidos pelo Acordo Coletivo de Trabalho de 2016.

Benefícios de saúde

Adicionalmente a Companhia concedeu um benefício de assistência médica aos empregados no ativo e aos pré-reformados até à idade da reforma. O cálculo e registo das obrigações da Companhia com benefícios de saúde atribuíveis aos pré-reformados até à idade de reforma são efetuados de forma semelhante às responsabilidades com pensões.

Benefícios de curto prazo

Os restantes benefícios de curto prazo, incluindo remunerações variáveis quando haja lugar ao seu pagamento aos empregados, são contabilizados como custo do exercício a que respeitam.

Impostos sobre Lucros

A Companhia está sujeita a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) e a Derrama Municipal, cuja taxa agregada nos exercícios de 2017 e 2016 corresponde a 22,5%, acrescida da respetiva Derrama Estadual, determinada nos termos da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, que corresponde à aplicação de uma taxa adicional de 3% sobre a parte do lucro tributável superior a 1 500 000 euros e inferior a 7 500 000 euros, de 5% sobre a parte do lucro tributável superior a 7 500 000 euros e inferior a 35 000 000 euros, e de 7% sobre a parte do lucro tributável que exceda este valor.

Os impostos sobre lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre lucros são reconhecidos em resultados, exceto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos diretamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios.

Os impostos reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de investimentos disponíveis para venda são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

O imposto corrente é calculado com base no lucro tributável do exercício, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos à matéria coletável resultantes de custos ou proveitos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutros períodos contabilísticos, bem como de ajustamentos de valor para efeitos de apuramento das valias tributáveis.

Os impostos diferidos correspondem ao impacto no imposto a recuperar/pagar em períodos futuros resultantes de diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis entre o valor de balanço dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizada na determinação do lucro tributável.

Os passivos por impostos diferidos são normalmente registados para todas as diferenças temporárias tributáveis, enquanto os impostos diferidos ativos só são reconhecidos até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam a utilização das correspondentes diferenças tributárias dedutíveis ou de reporte de prejuízos fiscais. Adicionalmente, não são registados impostos diferidos ativos nos casos em que a sua recuperabilidade possa ser questionável devido a outras situações, incluindo questões de interpretação da legislação fiscal em vigor.

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa venham a estar em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, as quais correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data de balanço.

Provisões e Passivos Contingentes

Procede-se à constituição de provisões quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados relativamente à qual seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser determinado com fiabilidade. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são objeto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

As “Outras provisões” destinam-se a fazer face a contingências fiscais e outras resultantes da atividade da Companhia.

Reconhecimento de Juros

Os resultados referentes a juros de ativos financeiros disponíveis para venda e ao justo valor por via de resultados são reconhecidos nas rubricas específicas de ganhos e perdas.

O cálculo do custo amortizado é efetuado utilizando o método da taxa efetiva, sendo o seu impacto registado em rendimentos de investimento.

A taxa de juro efetiva é a taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro.

Para o cálculo da taxa de juro efetiva são estimados os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo opções de pagamento antecipado), não considerando, no entanto, eventuais perdas de crédito futuras. O cálculo inclui as comissões que sejam parte integrante da taxa de juro efetiva, custos de transação e todos os prémios e descontos diretamente relacionados com a transação.

Dividendos Recebidos

Os rendimentos de instrumentos de capital (dividendos) são reconhecidos quando recebidos.

Resultados por Ação

Os resultados por ação básicos são calculados dividindo o resultado líquido da Companhia pelo número médio ponderado de ações ordinárias emitidas.

Compensação de Instrumentos Financeiros

Ativos e passivos financeiros são apresentados no balanço pelo seu valor líquido quando existe a possibilidade legal de compensar os montantes já reconhecidos e exista a intenção de os liquidar pelo seu valor líquido ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Ajustamentos de Recibos por Cobrar e de Créditos de Cobrança Duvidosa

Com referência a cada data de apresentação de demonstrações financeiras a Companhia avalia a existência de indícios de imparidade ao nível dos ativos originados por contratos de seguro e de resseguro, nomeadamente as contas a receber de segurados, mediadores, resseguradores e ressegurados e as provisões técnicas de resseguro cedido, e também ao nível das outras contas a receber.

Caso sejam identificadas perdas por imparidade, o valor de balanço dos respetivos ativos é reduzido por contrapartida da demonstração de ganhos e perdas do exercício, sendo o custo refletido na rubrica “Perdas por imparidade (líquidas de reversão)”. Os montantes destes ajustamentos são calculados com base no valor dos prémios por cobrar e nas dívidas de cobrança duvidosa, segundo a aplicação dos critérios estabelecidos pela ASF.

Reporte por Segmentos Operacionais

A Companhia determina e apresenta segmentos operacionais baseados na informação de gestão produzida internamente.

Um segmento operacional de negócio é uma componente identificável da Companhia que se destina a fornecer um produto ou serviço individual ou um grupo de produtos ou serviços relacionados, dentro de um ambiente económico específico e que esteja sujeito a riscos e benefícios que sejam diferenciáveis de outros, que operem em ambientes económicos diferentes.

A Companhia controla a sua atividade através dos segmentos operacionais principais referidos na Nota 2. A Companhia não adotou o IFRS 8 uma vez que não é uma entidade cotada. A informação apresentada respeita os requisitos de divulgação definidos pela ASF.

PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS UTILIZADOS NA ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Os IFRS estabelecem uma série de tratamentos contabilísticos e requerem que o Conselho de Administração utilize o julgamento e faça as estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado.

As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pela Companhia são analisadas como segue, no sentido de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados da Companhia e a sua divulgação.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados pela Companhia poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido. O Conselho de Administração considera que as escolhas efetuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da Companhia e os resultados das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes.

As alternativas analisadas de seguida são apresentadas apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas são mais apropriadas.

Imparidade para Investimentos em Subsidiárias e Associadas

A Companhia avalia anualmente o valor recuperável dos investimentos em subsidiárias e associadas, independentemente da existência de indicadores de imparidade. As perdas por imparidade são apuradas tendo por base a diferença entre o valor recuperável dos investimentos em subsidiárias ou associadas e o seu valor contabilístico. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.

O valor recuperável é determinado com base no maior entre o valor em uso dos ativos e o valor de mercado deduzido dos custos de venda, sendo calculado com recurso a metodologias de avaliação, suportadas em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio, os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

Metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas poderiam resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados da Companhia.

Justo Valor dos Instrumentos Financeiros e Outros Ativos ao Justo Valor

O justo valor é baseado em cotações de mercado, quando disponíveis, e na ausência de cotação é determinado com base na utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado ou com base em metodologias de avaliação, baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados considerando as condições de mercado, o valor temporal, a curva de rentabilidade e fatores de volatilidade.

Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo, poderia originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados.

Imparidade dos Ativos Financeiros Disponíveis para Venda

A Companhia determina que existe imparidade nos seus ativos disponíveis para venda quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor. A determinação de uma desvalorização continuada ou de valor significativo requer julgamento.

De acordo com as políticas da Companhia, 30% de desvalorização no justo valor de um instrumento de capital é considerada uma desvalorização significativa e o período de 1 ano é assumido como uma desvalorização continuada do justo valor abaixo do custo de aquisição, para instrumentos de capital e eventos que alterem os *cash-flows* futuros estimados para títulos de dívida.

Adicionalmente, as avaliações são obtidas através de preços de mercado ou de modelos de avaliação os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

A utilização de metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas, poderá resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados da Companhia.

Impostos sobre os Lucros

A determinação dos impostos sobre os lucros requer determinadas interpretações e estimativas. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

De acordo com a legislação fiscal em vigor, as Autoridades Fiscais têm a possibilidade de rever o cálculo da matéria coletável efetuado pela Companhia durante um período de quatro anos, ou um período superior se estiver em causa a dedução de prejuízos fiscais, sendo nesse caso aplicado um período idêntico ao limite temporal de dedução dos mesmos.

Desta forma, é possível que haja correções à matéria coletável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção do Conselho de Administração da Companhia, de que não haverá correções significativas aos impostos sobre lucros registados nas demonstrações financeiras.

Imparidade do Goodwill

O valor recuperável do *goodwill* registado no ativo da Companhia é revisto anualmente independentemente da existência de sinais de imparidade.

Para o efeito, o valor de balanço que se encontra reconhecido no ativo do respetivo *goodwill*, é comparado com o seu valor recuperável. É reconhecida uma perda por imparidade associada ao *goodwill* quando o valor recuperável da entidade a ser testada é inferior ao seu valor de balanço.

Na ausência de um valor de mercado disponível, o mesmo é calculado com base em técnicas de valores descontados usando uma taxa de desconto que considera o risco associado à unidade a ser testada. A determinação dos fluxos de caixa futuros a descontar e da taxa de desconto a utilizar envolve julgamento.

Imparidade dos Ativos de Longo Prazo

Os ativos intangíveis de longo prazo (VIF) são revistos para efeitos de imparidade quando existem factos ou circunstâncias que indicam que o seu valor líquido não é recuperável.

Considerando as incertezas quanto à determinação do valor recuperável líquido dos ativos intangíveis, pelo facto de se basear na melhor informação disponível à data, as alterações dos pressupostos poderão resultar em impactos distintos na determinação do nível de imparidade e consequentemente nos resultados da Companhia.

Provisões Técnicas e Responsabilidades Relativas a Contratos de Investimento

A determinação das responsabilidades da Companhia por contratos de seguros é efetuada com base nas metodologias e pressupostos descritos na Nota 4. Estes passivos refletem uma estimativa quantificada do impacto de eventos futuros nas contas da Companhia, efetuada com base em pressupostos atuariais, histórico de sinistralidade e outros métodos aceites no sector.

As provisões técnicas relativas aos produtos vida tradicionais e rendas foram determinadas tendo por base vários pressupostos nomeadamente mortalidade, longevidade e taxa de juro, aplicáveis a cada uma das coberturas incluindo uma margem de risco e incerteza.

As provisões técnicas relativas aos produtos Acidentes e Doença foram determinadas tendo por base vários pressupostos, nomeadamente mortalidade, longevidade e taxa de juro, aplicáveis a cada uma das coberturas, incluindo uma margem de risco e incerteza.

Os pressupostos utilizados foram baseados na experiência passada da Companhia e do mercado. Estes pressupostos poderão ser revistos se for determinado que a experiência futura venha a confirmar a sua desadequação.

As provisões técnicas decorrentes de contratos de seguro e de investimento com participação nos resultados discricionária incluem (i) provisão para participação nos resultados atribuída e a atribuir, (ii) provisão para prémios não adquiridos, (iii) provisão para riscos em curso, (iv) teste de adequação das responsabilidades, (v) provisão para sinistros reportados e não reportados, incluindo as despesas de regularização respetivas, (vi) provisão matemática de contratos vida e (vii) provisão para estabilização de carteira.

A provisão matemática inclui a avaliação resultante do teste de adequação das responsabilidades. A provisão para participação nos resultados inclui a responsabilidade apurada através do *Shadow Accounting*. A provisão para sinistros inclui a estimativa das responsabilidades dos sinistros ocorridos à data do balanço.

Quando existem sinistros indemnizáveis ao abrigo dos contratos de seguro, qualquer montante pago ou que se estima vir a ser pago pela Companhia é reconhecido como perda nos resultados.

A Companhia estabelece provisões para pagamento de sinistros decorrentes dos contratos de seguro e de investimento com participação nos resultados e na sua determinação avalia periodicamente as suas responsabilidades utilizando metodologias atuariais e tomando em consideração as coberturas de resseguro respetivas. As provisões são revistas periodicamente por atuários qualificados.

A Companhia regista provisões para sinistros do ramo Não-Vida para cobrir os pagamentos a efetuar considerando a estimativa do custo último dos sinistros reportados e não reportados no final de cada data de balanço.

As provisões para sinistros não representam um cálculo exato do valor da responsabilidade, mas sim uma estimativa resultante da aplicação de técnicas de avaliação atuariais. Estas provisões estimadas correspondem à expectativa da Companhia de qual será o custo último de regularização dos sinistros, baseado numa avaliação de factos e circunstâncias conhecidas nessa data,

numa revisão dos padrões históricos de regularização, numa estimativa das tendências em termos de frequência e custo da sinistralidade e outros fatores.

As variáveis utilizadas na determinação da estimativa das provisões podem ser afetadas por eventos internos e/ ou externos, nomeadamente alterações nos processos de gestão de sinistros, inflação e alterações legais. Muitos destes eventos não são diretamente quantificáveis, particularmente numa base prospetiva.

Adicionalmente, poderá existir uma diferença temporal significativa entre o momento da ocorrência do evento seguro (sinistro) e o momento em que este evento é reportado à Companhia. As provisões são revistas regularmente, através de um processo contínuo, à medida que informação adicional é recebida e as responsabilidades vão sendo liquidadas.

Face ao exposto e tendo em conta a natureza da atividade seguradora, a determinação das provisões para sinistros e outros passivos por contratos de seguros reveste-se de um elevado nível de subjetividade, podendo os valores reais a desembolsar no futuro vir a ser significativamente diferentes das estimativas efetuadas.

No entanto, a Companhia considera que os passivos por contratos de seguros refletidos nas demonstrações financeiras refletem de forma adequada a melhor estimativa na data de balanço dos montantes a desembolsar pela Companhia.

NOTA 4 NATUREZA E EXTENSÃO DAS RUBRICAS E DOS RISCOS RESULTANTES DE CONTRATOS DE SEGURO E ATIVOS DE RESSEGURO

PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÃO QUE PERMITA IDENTIFICAR E EXPLICAR AS QUANTIAS INDICADAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS RESULTANTES DE CONTRATOS DE SEGURO E DE INVESTIMENTO

Políticas Contabilísticas Adotadas Relativamente a Contratos de Seguro e de Investimento

Os valores desta nota devem ser interpretados tendo em atenção os condicionalismos de apresentação de informação financeira referidos na Nota 1.

A Companhia emite contratos que incluem risco de seguro, risco financeiro ou uma combinação dos riscos de seguro e financeiro.

Um contrato em que a Companhia aceita um risco de seguro significativo de outra parte, aceitando compensar o segurado no caso de um acontecimento futuro incerto específico afetar adversamente o segurado é classificado como um contrato de seguro.

Um contrato emitido pela Companhia em que o risco de seguro transferido não é significativo, mas cujo risco financeiro transferido é significativo, em particular devido à existência de participação nos resultados com componente discricionária da Companhia, é considerado como um contrato de investimento, mas reconhecido e mensurado de acordo com as políticas contabilísticas aplicáveis aos contratos de seguro.

Um contrato emitido pela Companhia que transfere apenas risco financeiro, sem participação nos resultados com componente discricionária da Companhia, é registado como um instrumento financeiro.

Os contratos de vida em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro (*Unit-linked*) emitidos pela Companhia, sem participação nos resultados com componente discricionária da Companhia, foram classificados como contratos de investimento e contabilizados como instrumentos financeiros. Os passivos correspondem ao valor da unidade de participação associada, deduzido das comissões de gestão, comissões de resgate e quaisquer penalizações.

Os contratos *Unit-linked* detidos pela Companhia são classificados como passivos financeiros ao justo valor através de resultados, o qual depende do justo valor dos ativos financeiros, derivados e/ou propriedades de investimento que integram o fundo de investimento coletivo *Unit-linked*. São utilizadas técnicas de valorização para determinar o justo valor à data de emissão e em cada data de balanço.

O justo valor do passivo financeiro é determinado através das unidades de participação, que refletem o justo valor dos ativos que integram cada fundo de investimento, multiplicado pelo número de unidades de participação atribuíveis a cada tomador de seguro à data de balanço.

Os passivos por contratos *Unit-linked* representam o valor capitalizado dos prémios recebidos à data de balanço, incluindo o justo valor de quaisquer garantias ou derivados embutidos.

Os contratos de seguro e os contratos de investimento com participação nos resultados são reconhecidos e mensurados como segue:

Reconhecimento de custos e proveitos

Os custos e os proveitos são registados no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização do exercício.

Prémios

Os prémios brutos emitidos dos ramos Não-Vida de seguro direto e de resseguro aceite e os prémios de resseguro cedido são registados respetivamente como proveitos e custos na rubrica "Prémios adquiridos líquidos de resseguro", da demonstração de ganhos e perdas, no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento.

Os prémios de apólices de seguro de vida e de contratos de investimento com participação nos resultados discricionária e que são considerados como contratos de longa duração, são reconhecidos como proveitos quando devidos pelos tomadores de seguro.

Os benefícios e outros custos são reconhecidos em simultâneo com o reconhecimento dos proveitos ao longo da vida dos contratos. Esta especialização é efetuada através da constituição de provisões/responsabilidades de contratos de seguros e contratos de investimento com participação nos resultados discricionária.

A análise quantitativa dos prémios de seguro direto, resseguro aceite e de resseguro cedido é abordada na Nota 14.

Provisão para prémios não adquiridos

A provisão para prémios não adquiridos corresponde ao valor dos prémios emitidos de contratos de seguro imputáveis a exercícios seguintes, ou seja, a parte correspondente ao período desde a data de encerramento do balanço até ao final do período a que o prémio se refere.

A Companhia calculou esta provisão recibo a recibo, mediante a aplicação do método *pro-rata temporis* aos respetivos prémios brutos emitidos relativos a contratos em vigor.

Custos de aquisição

Os custos de aquisição que estão direta ou indiretamente relacionados com a venda de contratos, incluindo comissões de mediação e as restantes despesas imputadas à função de aquisição, são capitalizados e diferidos pelo período de vida dos contratos correspondentes, sendo reconhecidos como uma dedução ao valor das provisões técnicas de contratos de seguros e refletidas na rubrica de provisões para prémios não adquiridos. Os custos de aquisição diferidos estão sujeitos a testes de recuperabilidade no momento da emissão dos contratos e sujeitos a testes de imparidade à data de balanço.

Os custos de aquisição diferidos do ramo Não-Vida são amortizados ao longo do período em que os prémios associados a esses contratos vão sendo adquiridos. Os custos de aquisição diferidos para cada ramo técnico estão limitados a 20% da respetiva provisão para prémios não adquiridos.

Provisão matemática vida

As provisões matemáticas vida têm como objetivo registrar o valor atual das responsabilidades futuras da Companhia relativamente aos contratos de seguro e de investimento com participação nos resultados discricionária emitidos e são calculadas mediante tabelas e fórmulas atuariais plenamente enquadradas no normativo da ASF, como segue:

Produtos Carteira Tranquilidade	Tábua de Mortalidade	Taxa Técnica	Produtos Carteira Açoreana	Tábua de Mortalidade	Taxa Técnica
Planos Poupança Reforma e Produtos Capitalização (*)			Planos Poupança Reforma e Produtos Capitalização (*)		
Até dezembro 1997	GKM 80	4%	Até dezembro 1998	GKM 80	4%
De janeiro 1998 a junho 1999	GKM 80	3,25%	De janeiro 1999 a julho 2003	GKM 80	3%
Após 1 de julho de 1999	GKM 80	3% e 2,5%	De agosto 2003 a setembro 2011	GKM 80	3% e variável
Após março de 2003	GKM 80	2,75%	Após 3 de outubro de 2011 (**)	GKM 80	1% a 3%
Após 1 de janeiro de 2004 (**)	GKM 80	0% e 0,919%			
Seguros em Caso de Vida (*)			Seguros em caso de Vida (*)		
Rendas - Até junho de 2002	TV 73/77	4%	Rendas - até dezembro de 1997	PF 6064	6%
Após 1 de julho de 2002	TV 73/77	3%	Após 1 de dezembro de 1997	GKF 80	3% e 4%
Após 1 de janeiro de 2004	GKF 95	3%	Após 1 de janeiro de 2007	GKF 95 e GKF 80	2% e 3%
Após 1 de outubro de 2006	GKF 95 e GKF 80	3%, 2,25% e 1,15%	Após 1 de outubro de 2016	GRF 95	1,5%
Outros seguros em caso de Vida	TV 73/77	4%			
Seguros em Caso de Morte (*)			Seguros em caso de Morte (*)		
Até dezembro de 2004	GKM 80	4%	Até abril de 2013	GKM 80	3% e 4%
Após 1 de janeiro de 2005	GKM 80	4%	Após 1 de abril de 2013	GKM 95	3% e 4%
Após 1 de janeiro de 2008	GKM 80 e GKM 95	4%			
Após 1 de outubro de 2013	PASEM 2010	0%			
Seguros Mistos (*)			Seguros Mistos (*)		
Até setembro de 1998	GKM 80	4%	Até fevereiro de 2001	PM 6064	4%
Após 1 de outubro de 1998	GKM 80	3,25%	Após 1 de março de 2001	GKM 80	3% e 4%

(*) Bases técnicas dos produtos de acordo com o ano em que foram comercializados.

(**) Taxas definidas anualmente. Os valores indicados dizem respeito à definição relativa a 2017.

Relativamente à carteira adquirida da Açoreana Seguros, S.A. em 5 de agosto de 2016, para efeitos de determinação do respetivo justo valor, as responsabilidades foram descontadas tendo em consideração a curva da EIOPA (taxa de juro sem risco) com ajustamento de volatilidade.

Provisão matemática Não-Vida

As provisões matemáticas Não-Vida têm como objetivo registrar o valor atual das responsabilidades futuras da Companhia relativamente aos contratos de seguro emitidos e são calculadas, com base em métodos atuariais reconhecidos nos termos da legislação em vigor aplicável.

Para as Pensões Não Remíveis (incluindo pagamentos futuros para o FAT) aplica-se 95% da tábua de mortalidade TD 88/90 para homens (2016: 95% da TD 88/90) e 95% da tábua de mortalidade TV 88/90 para mulheres (2016: 95% da TV 88/90), com uma taxa de juro de 2,75% (2016: 2,75%) e encargos de gestão de 1,5% (2016: 1,5%), e para as Pensões Remíveis a tábua de mortalidade TD 88/90 (2016: TD 88/90) com uma taxa de juro de 5,25% (2016: 5,25%) e encargos de gestão de 0% (2016: 0%).

Relativamente à carteira adquirida da Açoreana Seguros, S.A. em 5 de agosto de 2016, para efeitos de determinação do respetivo justo valor, as responsabilidades foram descontadas tendo em consideração a curva da EIOPA (taxa de juro sem risco) com ajustamento de volatilidade.

Provisão para sinistros

A provisão para sinistros corresponde ao valor estimado, não descontado, das indemnizações a pagar por sinistros já ocorridos, incluindo a responsabilidade estimada para os sinistros ocorridos e ainda não reportados (IBNR), e aos custos diretos e indiretos a incorrer com a regularização futura dos sinistros que atualmente se encontram em processo de gestão e dos sinistros IBNR. A provisão para sinistros reportados e não reportados é estimada pela Companhia com base na experiência passada, na informação disponível e na aplicação de métodos atuariais.

Para a determinação desta provisão é efetuada uma análise aos sinistros em curso no final de cada exercício e a consequente estimativa da responsabilidade existente nessa data. Nos ramos de Acidentes de Trabalho na parte não relativa a pensões e no ramo Automóvel, aplica-se o método do custo médio. É também calculada pelo método do custo médio a provisão para custos de gestão de sinistros.

Para o cálculo das responsabilidades associadas a sinistros ocorridos e não participados (IBNR), para os ramos de maior expressão, foram feitas estimativas atuariais, baseadas em triangulações de valores pagos, tendo em conta as características específicas de cada ramo, quanto aos ramos que não registam dimensão suficiente aplica-se uma taxa genérica ao valor dos custos com sinistros do exercício relativos a sinistros declarados.

Efetua-se ainda uma Provisão Matemática no ramo de Acidentes de Trabalho, para sinistros ocorridos até 31 de dezembro de 2017 que envolvam pagamentos de pensões já homologadas pelo Tribunal do Trabalho ou com acordo de conciliação já realizado, e também a estimativa das responsabilidades com pensões de sinistros registados até 31 de dezembro de 2017 e que se encontram pendentes de acordo final ou sentença.

As Provisões Matemáticas relativas a sinistros ocorridos, envolvendo o pagamento de pensões vitalícias referentes ao ramo de Acidentes de Trabalho, são calculadas utilizando pressupostos atuariais por referência a métodos atuariais reconhecidos e legislação laboral vigente. Adicionalmente, considera-se ainda uma Provisão Matemática para fazer face às responsabilidades com pensões de sinistros já ocorridos relativas a potenciais incapacidades permanentes de sinistrados em tratamento em 31 de dezembro de 2017 ou de sinistros já ocorridos e ainda não participados.

A provisão para sinistros não é descontada, exceto as do ramo de Acidentes de Trabalho que são calculadas com técnicas de vida ou similares, procedendo assim a Companhia à avaliação da adequação das responsabilidades tendo por base a projeção dos *cash-flows* futuros, descontados a taxas de juro que correspondem à rentabilidade esperada dos ativos afetos a estas responsabilidades. Qualquer deficiência, se existir, é registada nos resultados da Companhia quando determinada.

Provisão para participação nos resultados atribuída

A provisão para participação nos resultados atribuída corresponde a montantes atribuídos aos segurados ou aos beneficiários dos contratos de seguro e de investimento, sob a forma de participação nos resultados, que não tenham ainda sido distribuídos ou incorporados.

Esta provisão é calculada de acordo com as bases técnicas dos produtos e tendo em consideração, quando aplicável, os rendimentos das carteiras de ativos afetos, incluindo as mais e menos valias realizadas e não realizadas reconhecidas em resultados do exercício e as perdas por imparidade registadas no período, e deduzidos dos saldos negativos dos exercícios anteriores, nos casos em que esta dedução se encontre contratualmente prevista.

Provisão para participação nos resultados a atribuir de vida (shadow accounting)

A provisão para participação nos resultados a atribuir do ramo Vida reflete o valor líquido das mais e menos-valias potenciais (ajustamentos de justo valor) dos ativos financeiros afetos a responsabilidades de contratos de seguro e de investimento com participação nos resultados, na parte estimada dos tomadores de seguro ou beneficiários do contrato, desde que os saldos por carteira não resultem negativos, tendo por base a expectativa de que estes irão participar nesses ganhos e perdas não realizadas quando se realizarem, de acordo com as condições contratuais e regulamentares aplicáveis.

Esta provisão é constituída diretamente por contrapartida das reservas de reavaliação por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda afetos aos produtos de vida com participação nos resultados.

Provisão para riscos em curso

A provisão para riscos em curso corresponde ao montante estimado para fazer face a prováveis indemnizações e outros encargos a suportar após o termo do exercício e que excedam o valor dos prémios imputáveis a exercícios seguintes relativos aos contratos em vigor à data das demonstrações financeiras.

De acordo com o estipulado pela ASF, o montante da provisão para riscos em curso a constituir deverá ser igual ao produto da soma dos prémios brutos emitidos imputáveis ao(s) exercício(s) seguinte(s) (prémios não adquiridos) e dos prémios exigíveis ainda não processados relativos a contratos em vigor, por um rácio que tem por base o somatório dos rácios de sinistralidade, despesas e cedência ao qual é deduzido o rácio de investimentos.

Provisão para desvios de sinistralidade

A provisão para desvios de sinistralidade destina-se a fazer face a uma eventual sinistralidade excepcionalmente elevada nos ramos de seguros em que, pela sua natureza, se preveja que aquela tenha maiores oscilações ao longo do tempo, e é constituída para os seguros de Cauções, Risco Atómico e Risco de Fenómenos Sísmicos.

Para os seguros de Cauções e Risco Atómico esta provisão é constituída quando o resultado técnico destes ramos for positivo. Esta provisão é calculada com base em taxas específicas estabelecidas pela ASF aplicadas ao resultado técnico. Para o Risco Fenómenos Sísmicos, é calculada através da aplicação de um fator de risco, definido pela ASF para cada zona sísmica, ao capital retido pela Companhia.

Provisões de resseguro cedido

As provisões de resseguro cedido são determinadas aplicando os critérios acima descritos para o seguro direto, tendo em atenção as percentagens de cessão, bem como as restantes disposições dos tratados em vigor. Relativamente à Provisão para Sinistros, consoante o resseguro provenha do seguro direto ou do resseguro aceite, é calculada em conformidade com o previsto no normativo em vigor.

Variações de Provisões Técnicas de Seguro Direto e de Resseguro

Os valores desta nota devem ser interpretados tendo em atenção os condicionalismos de apresentação de informação financeira referidos na Nota 1.

A provisão para prémios não adquiridos (PPNA) de seguro direto e resseguro aceite refletida no passivo, líquida dos custos de aquisição diferidos (CAD), é analisada como segue:

(milhares de euros)

Balço	2017					2016		
	PPNA Bruta	CAD	PPNA Líquida	PPNA Bruta	CAD	Efeito fusão PPNA Bruta	Efeito Fusão CAD	PPNA Líquida
Ramos/ Grupos de Ramos								
Vida	3 355	327	3 028	-	-	2 864	-	2 864
Acidentes e doença	24 137	4 816	19 321	14 048	2 559	8 675	1 667	18 497
Incêndio e outros danos	38 946	7 770	31 176	24 107	4 762	15 674	3 080	31 939
Automóvel	106 024	21 203	84 821	50 013	10 000	48 111	8 525	79 599
Marítimo, aéreo e transportes	1 635	325	1 310	1 329	262	651	94	1 624
Responsabilidade civil geral	4 497	883	3 614	3 186	635	1 379	260	3 670
Crédito e caução	53	10	43	18	4	58	4	68
Proteção jurídica	85	12	73	5	1	88	12	80
Assistência	13 656	2 552	11 104	5 450	1 090	8 001	1 427	10 934
Diversos	753	149	604	852	169	103	20	766
Total	193 141	38 047	155 094	99 008	19 482	85 604	15 089	150 041

A variação da provisão para prémios não adquiridos (PPNA) de seguro direto e resseguro aceite é refletida na conta de ganhos e perdas pelo seu valor bruto dentro do grupo de prémios adquiridos e o valor de custos de aquisição diferidos (CAD) no grupo de custos e gastos de exploração, e pode ser analisada como segue:

(milhares de euros)

Ganhos e Perdas	2017			2016		
	PPNA Bruta	CAD	PPNA Líquida	PPNA Bruta	CAD	PPNA Líquida
Ramos/ Grupos de Ramos						
Vida	491	323	168			
Acidentes e doença	1 413	590	823	1 298	103	1 195
Incêndio e outros danos	-835	-72	-763	-253	-37	-216
Automóvel	7 900	2 678	5 222	2 505	500	2 005
Marítimo, aéreo e transportes	-345	-31	-314	-185	-36	-149
Responsabilidade civil geral	-68	-12	-56	-	3	-3
Crédito e caução	-23	2	-25	-4	-	-4
Proteção jurídica	-8	-1	-7	-	-	-
Assistência	205	35	170	192	38	154
Diversos	-202	-40	-162	115	21	94
Total	8 528	3 472	5 056	3 668	592	3 076

A provisão para prémios não adquiridos (PPNA) de resseguro cedido refletida no ativo, líquida dos custos de aquisição diferidos (CAD), e a variação da provisão para prémios não adquiridos de resseguro cedido refletida no ativo e refletida na conta de ganhos e perdas são analisadas como segue:

(milhares de euros)

Ramos/ Grupos de Ramos	Saldo de Balço				Variação de Ganhos e Perdas	
	2017		2016		2017	2016
	PPNA Líquida	PPNA Líquida	Efeito Fusão PPNA Líquida	PPNA Líquida		
Vida	12	-	7	7	5	-
Acidentes e doença	178	167	18	185	-7	-10
Incêndio e outros danos	8 230	6 238	4 353	10 591	-2 361	-465
Automóvel	-	-	-	-	-	-2
Marítimo, aéreo e transportes	697	710	253	963	-266	-27
Responsabilidade civil geral	493	410	44	454	39	7
Crédito e caução	14	4	21	25	-11	-1
Proteção jurídica	22	-	25	25	-3	-
Assistência	11 059	6 332	3 563	9 895	1 164	220
Diversos	660	618	142	760	-100	-22
Total	21 365	14 479	8 426	22 905	-1 540	-300

A evolução da provisão matemática de Vida refletida no passivo é analisada como segue:

(milhares de euros)			
	Saldo de Balanço		
	2017	2016	
Saldo em 1 de Janeiro	654 581	-	
Efeito fusão	-	654 581	
Varição do ano	-65 770	-	
Incorporação de participação nos resultados	2 609	-	
Outros movimentos	345	-	
Saldo em 31 de Dezembro	591 765	654 581	

A provisão matemática de resseguro cedido refletida no ativo é analisada como segue:

(milhares de euros)				
Produtos	Saldo de Balanço		Variação de Ganhos e Perdas	
	2017	2016	2017	2016
Tradicionais	1 151	1 004	146	-
Total	1 151	1 004	146	-

A provisão para sinistros de seguro direto e resseguro aceite refletida no passivo e a respetiva variação anual na conta de ganhos e perdas é analisada como segue:

(milhares de euros)						
Ramos/ Grupos de Ramos	Saldo de Balanço				Variação de Ganhos e Perdas	
	2017	2016	Efeito Fusão 2016	Total 2016	2017	2016
Vida	65 377	-	46 457	46 457	18 920	-
Acidentes de trabalho	552 059	245 753	286 907	532 660	26 421	21 790
Acidentes pessoais e doença	15 526	7 973	6 452	14 425	1 036	-761
Incêndio e outros danos	80 949	30 668	11 240	41 908	38 992	1 080
Automóvel	236 169	120 246	97 960	218 206	18 968	-6 977
Marítimo, aéreo e transportes	3 206	3 143	568	3 711	-484	-420
Responsabilidade civil geral	32 197	21 163	8 861	30 024	2 109	-2 038
Crédito e caução	184	13	223	236	-27	-7
Proteção jurídica	13	13	-	13	-	-6
Assistência	1	-	-	-	1	-1
Diversos	4 155	3 127	127	3 254	940	1 017
Total	989 836	432 099	458 795	890 894	106 876	13 677

No saldo da provisão para sinistros de Acidentes de Trabalho está incluído o montante de 417 351 milhares de euros (2016: 408 636 milhares de euros) referente à provisão matemática para Acidentes de Trabalho. Neste saldo da provisão matemática está incluído o resultado obtido pelo teste de adequação de responsabilidades, que em 2017 e 2016 foi nulo, e uma provisão para as contribuições para o Fundo de Acidentes de Trabalho no montante de 23 633 milhares de euros (2016: 22 009 milhares de euros).

Em 2016, a Companhia procedeu à alteração dos pressupostos atuariais utilizados no cálculo das provisões matemáticas do ramo Acidentes de Trabalho e do respetivo teste de adequação, face aos utilizados em 2015. Neste contexto, (i) a taxa de desconto utilizada no cálculo destas provisões foi alterada para 2,75% (2015: 4,00%), (ii) a tábua de mortalidade TD 88/90 foi substituída por 95% da tábua de mortalidade TV 88/90, para a população masculina, e a tábua de mortalidade TV 88/90 foi substituída por 95% da tábua de mortalidade TV 88/90, para a população feminina, e (iii) a taxa de despesas, na marca Tranquilidade, foi alterada de 2,0% para 1,5%.

O efeito da alteração dos pressupostos atuariais resultou num acréscimo das responsabilidades com acidentes de trabalho registadas pela Companhia em 31 de dezembro de 2016 e numa diminuição dos resultados do exercício no montante de 17,3 milhões de euros (13,5 milhões de euros após considerado o respetivo efeito fiscal), referentes à carteira Tranquilidade.

Relativamente ao efeito do mesmo tema na carteira Açoreana o impacto correspondente ascende ao montante de 25,9 milhões de euros (20 milhões de euros após considerado o respetivo efeito fiscal), encontrando-se este efeito incluído na mensuração das provisões técnicas ao justo valor de acordo com os requisitos da IFRS 3 – Concentrações em atividades empresariais.

Relativamente à carteira adquirida da Açoreana Seguros, S.A. em 5 de agosto de 2016, para efeitos de determinação do respetivo justo valor, as responsabilidades foram descontadas tendo em consideração a curva da EIOPA (taxa de juro sem risco) com ajustamento de volatilidade.

O saldo da provisão para sinistros inclui uma provisão estimada no montante de 56 529 milhares de euros (2016: 38 763 milhares de euros) relativo a sinistros ocorridos até 31 de dezembro de 2017 e ainda não reportados (IBNR). Inclui ainda uma estimativa no montante de 25 417 milhares de euros (2016: 16 618 milhares de euros) para encargos de gestão relativos à regularização dos sinistros pendentes declarados.

O desenvolvimento da provisão para sinistros ocorridos em exercícios anteriores e dos seus reajustamentos, é analisado como segue:

(milhares de euros)				
Ramos/ Grupos de Ramos	Provisão para Sinistros em 31.12.2016 (1)	Sinistros* Pagos em 2017 (2)	Provisão para Sinistros* em 31.12.2017 (3)	Reajustamentos (3) + (2) - (1)
Acidentes e doença	547 084	82 803	468 605	4 324
Incêndio e outros danos	41 908	20 907	24 411	3 410
Automóvel				
- Responsabilidade civil	182 882	82 049	107 597	6 764
- Outras coberturas	35 324	24 068	12 178	922
Marítimo, aéreo e transportes	3 712	1 952	1 220	-540
Responsabilidade civil geral	30 024	5 851	26 129	1 956
Crédito e caução	236	9	183	-44
Proteção jurídica	13	15	12	14
Assistência	-	1	-	1
Diversos	3 254	231	1 495	-1 528
Total	844 437	217 886	641 830	15 279

* Sinistros ocorridos no ano de 2016 e anteriores.

Sendo o primeiro ano após a fusão das duas empresas, os reajustamentos resultam sobretudo da harmonização de critérios de regularização de sinistros e da gestão corrente.

Ainda de referir que o grupo de ramos Acidentes e Doença, os ajustamentos no ramo Acidentes de Trabalho devem-se também ao facto de o mapa não considerar os rendimentos financeiros afetos às Provisões Matemáticas.

A provisão para sinistros de resseguro cedido refletida no ativo e a respetiva variação anual na conta de ganhos e perdas é analisada como segue:

(milhares de euros)

Ramos/ Grupos de Ramos	Saldo de Balanço			Variação de Ganhos e Perdas		
	2017	2016	Efeito Fusão 2016	Total 2016	2017	2016
Vida	3 300	-	2 963	2 963	337	-
Acidentes de trabalho	5 236	5 470	169	5 639	-403	69
Acidentes pessoais e doença	175	181	157	338	-163	78
Incêndio e outros danos	44 198	15 980	4 393	20 373	24 159	1 800
Automóvel	11 951	7 795	5 473	13 268	-1 317	338
Marítimo, aéreo e transportes	1 262	986	71	1 057	205	-179
Responsabilidade civil geral	8 469	7 377	886	8 263	206	-532
Crédito e caução	349	5	388	393	-44	1
Proteção jurídica	-	-	-	-	-	-
Assistência	2	2	-1	1	1	-1
Diversos	2 901	2 911	79	2 990	-89	1 269
Total	77 843	40 707	14 578	55 285	22 892	2 843

O saldo da provisão para sinistros de resseguro cedido inclui uma provisão estimada no montante de 2 183 milhares de euros (2016: 1 310 milhares de euros) relativo a sinistros ocorridos até 31 de dezembro de 2017 e ainda não reportados (IBNR).

A discriminação dos custos com sinistros do exercício de 2017 é analisada como segue:

(milhares de euros)

Ramos/ Grupos de Ramos	Montantes Pagos - Prestações (1)	Montantes Pagos - Custos de Gestão de Sinistros Imputados (2)	Variação da Provisão para Sinistros (3)	Custos com Sinistros (4) = (1) + (2) + (3)
Vida				
Tradicional	22 267	-	4 354	26 621
PPR's e capitalização com part. resultados	61 719	3 139	14 575	79 433
Não-Vida				
Acidentes e doença	149 210	9 596	27 400	186 206
Incêndio e outros danos	58 584	2 489	38 921	99 994
Automóvel				
- Responsabilidade civil	129 259	13 217	7 105	149 581
- Outras coberturas	66 558	5 089	11 823	83 470
Marítimo, aéreo e transportes	2 448	316	-569	2 195
Responsabilidade civil geral	6 374	1 382	2 110	9 866
Crédito e caução	5	4	-27	-18
Proteção jurídica	10	6	-	16
Assistência	4	-	1	5
Diversos	411	17	940	1 368
Total	496 849	35 255	106 633	638 737
Resseguro aceite	1 604	-	243	1 847
Total Geral	498 453	35 255	106 876	640 584

A discriminação dos custos com sinistros do exercício de 2016 é analisada como segue:

(milhares de euros)

Ramos/ Grupos de Ramos	Montantes Pagos - Prestações (1)	Montantes Pagos - Custos de Gestão de Sinistros Imputados (2)	Variação da Provisão para Sinistros (3)	Custos com Sinistros (4) = (1) + (2) + (3)
Acidentes e doença	75 736	3 396	20 955	100 087
Incêndio e outros danos	29 312	1 542	949	31 803
Automóvel				
- Responsabilidade civil	58 485	5 090	-5 988	57 587
- Outras coberturas	33 688	2 063	676	36 427
Marítimo, aéreo e transportes	1 945	144	-422	1 667
Responsabilidade civil geral	3 645	448	-2 043	2 050
Crédito e caução	-34	1	-7	-40
Proteção jurídica	26	4	-5	25
Assistência	-	-	-1	-1
Diversos	1 422	7	1 017	2 446
Total	204 225	12 695	15 131	232 051
Resseguro aceite	2 822	-	-1 454	1 368
Total Geral	207 047	12 695	13 677	233 419

A provisão para participação nos resultados refletida no passivo apresentou a seguinte evolução em 2017 e 2016:

(milhares de euros)

	2017	2016
Saldo em 1 de Janeiro	20 812	-
Efeito fusão	-	20 812
Dotação do ano	3 169	-
Pagamentos	-1 135	-
Incorporação em provisão matemática	-2 609	-
Variação da participação a atribuir (<i>shadow accounting</i>)	-3 746	-
Saldo em 31 de Dezembro	16 491	20 812

A provisão para participação nos resultados de resseguro cedido refletida no ativo e a respetiva variação anual na conta de ganhos e perdas são analisadas como segue:

(milhares de euros)

Ramos/ Grupos de Ramos	Saldo de Balanço		Variação de Ganhos e Perdas	
	2017	2016	2017	2016
Vida	-	4	-4	-
Total	-	4	-4	-

A provisão para compromissos de taxa refletida no passivo é analisada como segue:

(milhares de euros)

Ramos/ Grupos de Ramos	Saldo de Balanço		Variação de Ganhos e Perdas	
	2017	2016	2017	2016
Tradicionais	-	8 870	-8 870	-
Capitalização com participação nos resultados	-	366	-366	-
Total	-	9 236	-9 236	-

Atendendo à evolução da taxa de rendimentos dos ativos, em 2017, a análise técnica resultou na não necessidade de constituição desta provisão.

A provisão para estabilização de carteira refletida no passivo é analisada como segue:

(milhares de euros)

Produtos	Saldo de Balanço		Variação de Ganhos e Perdas	
	2017	2016	2017	2016
Tradicionais	427	127	300	-
Total	427	127	300	-

A provisão para desvios de sinistralidade refletida no passivo e a respetiva variação anual na conta de ganhos e perdas são analisadas como segue:

(milhares de euros)

Ramos/ Grupos de Ramos	Saldo de Balanço				Variação de Ganhos e Perdas	
	2017	2016	Efeito Fusão 2016	Total 2016	2017	2016
Acidentes e doença	-	-	-	-	-	-
Incêndio e outros danos	13 565	8 345	3 943	12 288	1 277	673
Automóvel	-	-	-	-	-	-
Marítimo, aéreo e transportes	-	-	-	-	-	-
Responsabilidade civil geral	1 305	-	1 305	1 305	-	-
Crédito e caução	887	582	260	842	45	14
Proteção jurídica	-	-	-	-	-	-
Assistência	-	-	-	-	-	-
Diversos	101	93	1	94	7	6
Total	15 858	9 020	5 509	14 529	1 329	693

A provisão para riscos em curso refletida no passivo e a respetiva variação anual na conta de ganhos e perdas são analisadas como segue:

(milhares de euros)

Ramos/ Grupos de Ramos	Saldo de Balanço				Variação de Ganhos e Perdas	
	2017	2016	Efeito Fusão 2016	Total 2016	2017	2016
Acidentes e doença	5 393	1 768	12 104	13 872	-8 479	-2 072
Incêndio e outros danos	4 505	-	71	71	4 434	-782
Automóvel	2 139	1 382	1 482	2 864	-725	-7 317
Marítimo, aéreo e transportes	17	63	-	63	-46	-5
Responsabilidade civil geral	-	-	-	-	-	-
Crédito e caução	-	-	-	-	-	-
Proteção jurídica	-3	-	-	-	-3	-
Assistência	-33	530	-	530	-563	20
Diversos	35	113	-	113	-78	7
Total	12 053	3 856	13 657	17 513	-5 460	-10 149

De acordo com a Norma Regulamentar 10/2016-R de 15 de setembro, os custos com carácter extraordinário incluindo os custos com pessoal relativos a pré-reformas e a indemnizações ou compensações concedidas aos empregados das empresas de seguros a título de rescisões de contratos de trabalho por mútuo acordo, provenientes de forma inequívoca e devidamente comprovada de processos de reestruturação não integrados no âmbito de operações de concentração de empresas, podem não ser considerados no cálculo da provisão para riscos em curso.

Ao abrigo desta Norma, em 2017 e 2016, o cálculo da provisão para riscos em curso foi alvo de procedimentos extraordinários, solicitados pela Companhia, e devidamente aprovados pela ASF, através do qual se teve em consideração o carácter especial e particular de operações de concentração de empresas.

De referir que desde a sua aquisição pela Apollo Global Management, a Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A. foi interveniente em diversos processos de concentração de empresas tendo durante o exercício de 2016 adquirido 100% do capital social da Açoreana Seguros, S.A.. O acréscimo de custos daí resultante, iria provocar um aumento no valor da provisão para riscos em curso não relacionado com insuficiências tarifárias.

Assim, em 2017, a Companhia considerou que o montante de 35 610 milhares de euros, relativo a custos totais incorridos com pessoal de carácter extraordinário relativos a indemnizações ou compensações concedidas a colaboradores decorrentes de rescisões por mútuo acordo que em nada representam os níveis recorrentes associados a uma operação em curso normal, pelo que a Companhia optou por não considerar para efeitos de cálculo desta provisão o montante imputado a Não-Vida, i.e., 32 097 milhares de euros.

De igual forma, em 2016, a Companhia considerou que o montante de 6 927 milhares de euros, relativo a custos com assessoria de projetos, custos incorridos com pessoal de carácter extraordinário relativos a indemnizações ou compensações concedidas a colaboradores decorrentes de rescisões por mútuo acordo e o impacto do *curtailment* ao nível dos planos de benefícios, em nada representam os níveis recorrentes associados a uma operação em curso normal, pelo que a Companhia optou por não considerar os referidos montantes para efeitos de cálculo desta provisão.

Os valores de outras provisões técnicas líquidas de resseguro expressas na conta de ganhos e perdas correspondem à soma da variação expressa acima nos quadros de provisão para desvios de sinistralidade de seguro direto e de provisão para riscos em curso de seguro direto.

NATUREZA E EXTENSÃO DOS RISCOS ESPECÍFICOS DE SEGUROS

Com a introdução do regime de Solvência II, a Companhia desenvolveu a sua estrutura e os seus procedimentos no sentido de se dotar das ferramentas necessárias para dar resposta às exigências de Gestão de Risco.

A Companhia mantém o seu Comité de Gestão de Risco Global, que tem como principais responsabilidades, analisar e verificar a conformidade das decisões tomadas pela Companhia com a estratégia e as políticas estabelecidas para a gestão do risco, sistema de controlo interno e *compliance*.

Após a introdução do Comité de Gestão de Risco Global, foram criados grupos de trabalho de riscos económicos e financeiros que têm como principais atribuições:

- Orientar a introdução de modelos de gestão de risco integrados, bem como modelos de capital económico, aprovados pelo Conselho de Administração;
- Validar, numa perspetiva técnica, a modelação dos riscos técnicos e dos riscos financeiros, a serem elaborados pelo Departamento de Risco Global e aprovados pelo Conselho de Administração;
- Desenvolver indicadores de tolerância com base nos modelos e monitorizar as variações dos indicadores;
- Desenvolver mecanismos de controlo de riscos considerando o apetite ao risco e as respetivas tolerâncias definidos pelo Conselho de Administração;
- Definir estratégias integradas de mitigação de risco, numa lógica de adequação de ativos e passivos para análise em sede de Comité de Gestão de Risco Global.

Neste âmbito são também monitorizados os diversos riscos a que a Companhia se encontra sujeita e propostos planos de ação para mitigação dos mesmos ao Conselho de Administração, quando tal se justificar.

Paralelamente à definição e divulgação de políticas associadas às várias atividades de negócio (Investimentos, Subscrição, Resseguro, etc), a Companhia realizou uma atualização da sua Política de Gestão de Risco, restabelecendo limites e tolerâncias, redefinindo simultaneamente um conjunto de ações consideradas de implementação prioritária e urgente em caso de quebras de capital.

Relativamente ao risco específico de seguros, o mesmo corresponde ao risco inerente à comercialização de contratos de seguros, desenho de produtos e respetiva tarifação, ao processo de subscrição e de provisionamento das responsabilidades e à gestão dos sinistros e do resseguro.

Nos seguros do ramo Vida, o risco pode ser subdividido em riscos biométricos (Longevidade, Mortalidade, Invalidez), Risco de Despesas, Risco de Revisão, Risco de Lapses e Risco Catastrófico.

Nos seguros do ramo Não-Vida, o risco pode ser subdividido em Risco de Prémios, Risco de Reservas, Risco de Lapses e Risco Catastrófico.

Nos seguros do ramo Não-Vida classificados como “Health” em Solvência II – Acidentes Pessoais, Saúde e Acidentes de Trabalho – o risco é tratado da seguinte forma:

- Pensões de Acidentes de Trabalho e Assistência Vitalícia são considerados riscos de saúde avaliados com técnicas semelhantes às dos seguros de vida e, como tal, o seu risco subdivide-se de forma análoga ao dos produtos Vida.
- Sinistros gerais de AT e sinistros de AP e Saúde são tratados como Não-Vida e os seus riscos subdividem-se de forma análoga.

Os processos de subscrição, provisionamento e resseguro encontram-se devidamente documentados no que respeita às principais atividades, riscos e controlos no relatório de política de risco.

Em termos sucintos, alguns dos mecanismos de controlo de maior relevância são:

- Delegação de Competências definida formalmente para os diferentes processos;
- Segregação de funções entre as áreas que procedem à análise de risco, que elaboram tarifários, que emitem pareceres técnicos e que procedem à emissão das apólices;
- Acesso limitado às diferentes aplicações de acordo com o respetivo perfil de utilizador;
- Digitalização da documentação nos processos de emissão e na gestão de sinistros;
- Procedimentos de conferências casuísticas, relatórios de exceção e auditorias;
- Política de recrutamento e formação adequada às responsabilidades e complexidade técnica das diferentes funções.

O nível de provisões é acompanhado mensalmente, com principal enfoque nas provisões para sinistros sobre as quais são efetuadas análises regulares sobre a suficiência das mesmas, estando inclusive implementados modelos de avaliação com recurso a modelos estocásticos.

Os eventuais ajustamentos resultantes de alterações nas estimativas das provisões são refletidos nos resultados correntes de exploração. No entanto, devido ao facto da constituição das provisões para sinistros ser um processo necessariamente incerto, não pode haver garantias de que as perdas efetivas não sejam superiores às estimadas, estando este risco coberto pelo capital suplementar de solvência.

A evolução da comparação entre i) os montantes pagos dos ramos Não-Vida, líquidos de reembolsos, sem custos de gestão, brutos de resseguro e excluindo as provisões matemáticas de Acidentes de Trabalho e ii) a estimativa final do custo, é como segue:

(milhares de euros)

Montantes Pagos Líquidos de Reembolso (Valores Acumulados)										
	Ano de Ocorrência									
	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Anos Decorridos										
0	206 721	203 512	237 626	236 495	226 612	239 778	226 253	214 233	215 648	227 095
1	306 169	317 476	358 391	341 803	328 120	338 924	324 031	306 579	313 123	
2	329 944	347 970	383 391	363 125	351 666	361 143	347 438	323 209		
3	342 503	362 827	395 329	374 118	364 994	374 176	355 978			
4	348 998	369 912	403 580	379 458	370 561	382 210				
5	353 282	375 089	410 214	383 758	375 987					
6	359 158	377 835	414 548	387 361						
7	361 693	381 203	416 781							
8	363 619	384 481								
9	366 404									

(milhares de euros)

Estimativa Final do Custo com Sinistros Líquidos de Reembolsos										
	Ano de Ocorrência									
	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Anos Decorridos										
0	407 898	398 229	434 023	397 409	393 492	395 285	378 890	354 953	358 620	458 759
1	391 712	397 715	431 281	402 056	386 724	390 466	387 346	355 408	350 735	
2	396 434	404 384	438 271	403 487	388 590	398 662	395 066	353 846		
3	385 509	396 449	428 598	401 755	390 139	403 239	396 646			
4	379 282	391 028	426 586	400 511	390 167	403 831				
5	375 951	389 925	425 883	401 815	390 759					
6	373 325	389 074	428 858	403 166						
7	372 912	389 968	429 227							
8	372 875	390 927								
9	372 566									

A Companhia pratica uma política de resseguro que tem como objetivo primordial a proteção ao impacto de grandes sinistros ou de eventos catastróficos, mitigando o risco, reduzindo a necessidade de capital e protegendo os interesses dos seus tomadores, segurados, outros beneficiários de seguros, acionistas e trabalhadores.

Para a sua persecução, a Companhia contrata o tipo de resseguro mais adequado à mitigação dos riscos aceites, baseada em tratados proporcionais e não proporcionais, conforme quadros seguintes:

Ramos Não-Vida	Tipo de Resseguro
Assistência	Proporcional
Cauções	Proporcional
Cauções (fidelidade)	Proporcional
Engenharia	Proporcional
Incêndio (riscos simples)	Proporcional
Incêndio (condomínio)	Proporcional
Incêndio e perda de lucros (estabelecimento e riscos industriais)	Proporcional
Incêndio e outros danos (proteção retenção-catástrofes)	Não proporcional
Incêndio e outros danos (proteção retenção-catástrofes-top-sub-layer)	Não proporcional
Incêndio e outros danos (proteção retenção-catástrofes-sub-layer)	Não proporcional
Incêndio e outros danos (proteção retenção-agregada)	Não proporcional
Saúde (doenças graves)	Proporcional
Saúde (despesas médicas)	Não proporcional
Saúde (2.ª opinião)	Proporcional
Responsabilidade civil <i>cyber risks</i>	Proporcional
Responsabilidade civil geral	Não proporcional
Responsabilidade civil ambiental	Proporcional
Responsabilidade civil profissionais de saúde	Proporcional
Responsabilidade civil administradores (art.º 396)	Proporcional
Responsabilidade civil D&O	Proporcional
Marítimo (carga)	Proporcional
Marítimo (cascos)	Proporcional
Marítimo (cascos-frotas)	Proporcional
Marítimo (proteção retenção)	Não proporcional
Automóvel (responsabilidade civil)	Não proporcional
Automóvel (danos próprios)	Não proporcional
Acidentes pessoais	Não proporcional
Acidentes pessoais (proteção ao crédito)	Proporcional
Acidentes de trabalho	Não proporcional
Agro	Proporcional

Ramos Vida	Tipo de Resseguro
Vida Crédito Habitação	Proporcional
Vida Grupo	Proporcional
Vida Individual	Proporcional
Vida VTCC2.0	Proporcional
Vida Profissionais de Saúde	Proporcional
Vida + Cool	Proporcional
Vida Catástrofes	Não proporcional
Vida Proteção de Cúmulos	Não proporcional
Assistência	Proporcional
Saúde	Proporcional
Vida Proteção aos Prémios	Proporcional
Vida Grupo Contributivo e Grupo Não Contributivo	Proporcional
Vida Gestão de Tesouraria Banif	Proporcional
Capitalização/ PPR	Proporcional

A análise de sensibilidade do risco de seguros, tendo em atenção as suas principais condicionantes, é como segue:

(milhares de euros)

Área de Análise	Cenários	Impacto no Resultado Antes de Impostos	
		2017	2016
Custos com sinistros	Aumento de 5% nos custos com sinistros do exercício, líquidos de resseguro	-33 643	-14 530
Despesas	Aumento de 10% nos custos de exploração, líquidos de resseguro	-24 494	-11 926
Longevidade	Descida de 10% na mortalidade dos atuais pensionistas de Acid. de Trabalho	-7 016	-6 891
Mortalidade	Descida de 10% na mortalidade dos segurados do ramo vida	770	-2 883

O risco de variações no nível de custos com sinistros e de despesas gerais deriva da influência que é exercida nestas rubricas seja por razões de maior ocorrência de factos geradores de custo, inflação ou menor eficiência interna.

O risco de longevidade cobre a incerteza das perdas efetivas resultantes das pessoas seguras viverem mais anos que o esperado e pode ser mais relevante, por exemplo, nas pensões matemáticas do ramo Acidentes de Trabalho.

O risco de longevidade é gerido através do preço, da política de subscrição e duma revisão regular das tabelas de mortalidade usadas para definir os preços e constituir as provisões em conformidade. Quando se conclui que a longevidade está acima do assumido nas tabelas de mortalidade, são criadas provisões suplementares e as tabelas são atualizadas.

De referir, que para efeitos da análise da sensibilidade do risco de Mortalidade de vida, não são tidos em consideração os prémios futuros.

NATUREZA E EXTENSÃO DE OUTROS RISCOS

Risco de Mercado

O risco de mercado está normalmente associado ao risco de perda ou à ocorrência de alterações adversas na situação financeira da Companhia e resulta do nível ou da volatilidade dos preços de mercado dos instrumentos financeiros, estando também fortemente relacionado com o risco de *mismatching* entre ativos e passivos, para o qual a Companhia dispõe de uma política de ALM implementada.

Neste, incluem-se ainda os riscos associados ao uso de instrumentos financeiros derivados, bem como o risco cambial, o risco de ações, o risco imobiliário, o risco de taxa de juro, o risco de *spread* e o risco de concentração.

A gestão do risco de mercado é integrada no âmbito da Política de Investimentos, nas regras de afetação de ativos por classe e tipo de emitente, através da estrutura do Comité de Investimentos. As políticas de investimento adotadas pela Companhia, devidamente formalizadas em documento próprio, pautam-se por prudentes níveis de aceitação de risco e diversificação de carteira, atendendo à evolução dos mercados financeiros.

Importa ainda salientar que a Política de Investimentos em vigor na Companhia é proposta pelo Comité de Investimentos, em articulação com os limites definidos no Comité de Gestão de Risco Global e aprovada pelo Conselho de

Administração, existindo desta forma uma efetiva segregação de competências nesta matéria.

Risco cambial

O risco cambial é originado pela volatilidade das taxas de câmbio face ao Euro e a análise de sensibilidade é descrita como segue:

(milhares de euros)

Área de Análise	Cenários	Impacto no Resultado Antes de Impostos	
		2017	2016
Cambial	Valorização de 10% no valor de todas as moedas estrangeiras face ao euro	-902	-1 111

Risco de ações

O risco de ações decorre da volatilidade dos preços de mercado das ações e pretende medir apenas o risco sistemático, dado que o não sistemático é considerado no risco de concentração.

Encontram-se expostos a este risco os títulos bolsistas detidos pela Companhia – bem como os fundos de investimento total ou parcialmente compostos por estes títulos – e as participações da Companhia em outras empresas. A análise de sensibilidade é descrita como segue:

(milhares de euros)

Área de Análise	Cenários	Impacto no Resultado e nas Reservas de Justo Valor Antes de Imposto	
		2017	2016
Ações	Descida de 10% nos valores de mercado bolsistas	-49 422	-36 324

Risco imobiliário

O risco imobiliário é originado pela volatilidade dos preços do mercado imobiliário. A análise de sensibilidade é descrita como segue:

(milhares de euros)

Área de Análise	Cenários	Impacto no Resultado e nas Reservas de Justo Valor Antes de Imposto	
		2017	2016
Imóveis	Descida de 10% no valor dos imóveis e fundos imobiliários	-10 952	-20 097

Risco de taxa de juro

O risco de taxa de juro verifica-se em relação a todos os ativos e passivos cujo valor seja sensível a alterações da estrutura temporal ou da volatilidade das taxas de juro. Em termos de exposição ao risco, no que diz respeito aos ativos encontra-se sobretudo nas obrigações.

Os passivos estão expostos através das pensões não obrigatoriamente remíveis de Acidentes de Trabalho e das provisões matemáticas do ramo Vida.

O cenário de subida de taxas é o cenário que implica perda de valor para a Companhia:

(milhares de euros)

Área de Análise	Cenários	Impacto nas Reservas de Justo Valor Antes de Imposto	
		2017	2016
Taxa de juro	Descida de 100 b.p. na curva de taxa de juro - Efeito nos ativos	86 940	90 159
	Subida de 100 b.p. na curva de taxa de juro - Efeito nos ativos	-64 384	-78 101

(milhares de euros)

Área de Análise	Cenários	Impacto no Resultado Antes de Impostos	
		2017	2016
Taxa de juro	Descida de 100 b.p. na curva de taxa de juro - Efeito nos passivos	-46 045	-51 547
	Subida de 100 b.p. na curva de taxa de juro - Efeito nos passivos	29 559	24 902

Em 2016, esta análise não inclui o efeito da Açoreana Seguros, S.A. dado que as provisões técnicas foram reconhecidas ao justo valor no momento da aquisição (Nota 32).

Risco de spread

O risco de *spread* reflete a volatilidade dos *spreads* de crédito ao longo da curva de taxas de juro sem risco. Os títulos expostos a este risco são sobretudo obrigações *corporate*.

(milhares de euros)

Rating	2017		2016	
	%	Valor	%	Valor
AAA	20%	200 516	21%	232 351
AA	33%	335 266	21%	230 692
A	8%	81 142	9%	100 252
BBB	30%	302 440	34%	368 098
BB	6%	63 812	11%	121 996
B	1%	5 817	1%	10 220
CCC	0%	1 267	0%	527
Unrated	1%	12 731	3%	38 459
Total	100%	1 002 991	100%	1 102 595

Estes valores não incluem depósitos por se entenderem fora do âmbito de análise para o risco em causa.

Risco de concentração

O risco de concentração refere-se à volatilidade adicional existente em carteiras muito concentradas e às perdas parciais ou totais pelo incumprimento do emissor. A sua distribuição por setores de atividade é analisada como segue:

(milhares de euros)

Setor de Atividade	2017			2016		
	%	Valor Bruto	Imparidade	%	Valor Bruto	Imparidade
Recursos básicos	0%	5 056	-	1%	15 767	-
Comunicações	2%	28 731	-747	2%	34 845	-
Bens consumíveis (cíclico)	1%	17 422	-24	2%	29 628	-
Bens consumíveis (não-cíclico)	2%	32 332	-238	2%	36 511	-
Energia	2%	30 902	-	3%	43 310	-
Financeiro	8%	120 030	-1 554	13%	188 578	-
Fundos	31%	472 441	-2 441	22%	304 733	-
Dívida pública	47%	710 412	-	48%	692 299	-
Industrial	2%	23 957	-	3%	40 477	-
Medicina	0%	2 750	-	0%	2 918	-
Tecnologia	0%	2 093	-	0%	2 610	-
Serviços públicos/ coletivos	4%	55 978	-	5%	67 991	-
Outros	0%	111	-	0%	6 168	-
Total	100%	1 502 215	-5 004	100%	1 465 836	-

Os valores englobam as rubricas de Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos, Ativos financeiros detidos para negociação, Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas, Ativos disponíveis para venda e os suprimentos e prestações acessórias da rubrica de Empréstimos concedidos. Da rubrica Ativos disponíveis para venda são excluídos os fundos de investimento imobiliário por razões de coerência com a não inclusão também nesta análise dos investimentos em Terrenos e edifícios.

Estes valores não incluem depósitos por se entenderem fora do âmbito de análise para o risco em causa.

Risco de liquidez

O risco de liquidez advém da possibilidade da Companhia não deter ativos com liquidez suficiente para fazer face aos requisitos de fluxos monetários necessários ao cumprimento das obrigações para com os tomadores de seguros e outros credores à medida que elas se vençam. Importa salientar que para efeitos de mitigação deste risco, a Companhia elabora um plano de tesouraria em base mensal, ajustado semanalmente às suas necessidades/ excedentes de capital.

A análise de maturidade e dos fluxos estimados dos ativos e passivos alvo deste tipo de risco, em 31 de dezembro de 2017 e 2016, é como segue:

(milhares de euros)

2017	< 1 Mês	1-3 Meses	3-12 Meses	1-5 Anos	> 5 Anos	Sem Maturidade	Total
Ativos financeiros	54 575	121 572	47 988	281 778	811 654	549 607	1 867 174
Passivos financeiros, provisão matemática e responsabilidades com contratos de investimentos	8 365	97 733	80 305	310 557	334 960	-	831 920
Líquido	46 210	23 839	-32 317	-28 779	476 694	549 607	1 035 254

(milhares de euros)

2016	< 1 Mês	1-3 Meses	3-12 Meses	1-5 Anos	> 5 Anos	Sem Maturidade	Total
Ativos financeiros	53 022	92 892	49 506	331 597	859 038	401 804	1 787 859
Passivos financeiros, provisão matemática e responsabilidades com contratos de investimentos	4 832	52 770	94 870	309 103	426 410	421	888 406
Líquido	48 190	40 122	-45 364	22 494	432 628	401 383	899 453

Risco de crédito

O risco de crédito corresponde às perdas possíveis por incumprimento ou deterioração nos níveis de crédito das contrapartes que se encontrem a mitigar o risco existente, como os contratos de resseguro ou derivados, montantes a receber provenientes de mediadores, assim como outras exposições ao crédito que não tenham sido considerados no risco de *spread*.

Como procedimento de controlo é sistematicamente monitorizada a evolução dos montantes e a antiguidade dos prémios em dívida. Na seleção dos bancos depositários e dos resseguradores são tidos em consideração os *ratings* e é acompanhada periodicamente a evolução dos mesmos ao longo do ano.

A distribuição dos saldos de depósitos é analisada como segue:

(milhares de euros)

Rating	2017		2016	
	%	Valor	%	Valor
AAA	0%	-	0%	-
AA	0%	-	0%	-
A	57%	30 282	15%	7 390
BBB	14%	7 407	8%	4 095
BB	1%	330	32%	16 403
B	0%	20	8%	4 166
CCC	27%	14 349	34%	17 090
Unrated	1%	316	3%	1 390
Total	100%	52 704	100%	50 534

A distribuição dos saldos devedores dos resseguradores, sem dedução de imparidade, é analisada como segue:

(milhares de euros)

Rating	2017		2016	
	%	Valor	%	Valor
AAA	0%	-	0%	-
AA	44%	23 460	40%	5 806
A	55%	29 327	53%	7 639
BBB	0%	-	0%	-
BB	0%	-	0%	-
B	0%	-	0%	-
CCC	0%	-	0%	-
Unrated	1%	238	7%	950
Total	100%	53 025	100%	14 395

Risco operacional

O risco operacional corresponde ao risco de perdas relevantes resultantes da inadequação ou falhas em processos, pessoas ou sistemas, ou eventos externos, no âmbito da atividade diária da Companhia, podendo subdividir-se nas seguintes categorias:

- Má conduta profissional intencional (fraude interna);
- Atividades ilícitas efetuadas por terceiros (fraude externa);
- Práticas relacionadas com os recursos humanos e com a segurança no trabalho;
- Clientes, produtos e práticas comerciais;
- Eventos externos que causem danos nos ativos físicos;
- Interrupção da atividade e falhas nos sistemas;
- Riscos relacionados com os processos de negócio;
- Risco legal.

Risco estratégico

O Risco Estratégico é o risco resultante de decisões estratégicas. Definimos Risco Estratégico como o risco de tomar decisões de negócio inadequadas, implementar decisões de forma desajustada ou não ser capaz de se adaptar às mudanças no ambiente operacional. O Risco Estratégico, em regra, é um risco que surge em conjunto com outros riscos, mas também pode emergir como um risco individual.

Risco de reputação

O Risco de Reputação é o risco que decorre de possíveis danos à reputação das empresas como consequência da percepção negativa do público (por exemplo, entre Clientes, Parceiros de negócio, Acionistas ou Autoridades). Assim como o risco estratégico, o risco reputacional é um risco que surge em conjunto com outros riscos, mas também pode emergir como um risco individual.

Risco intragrupo

O risco de a entidade estar dependente de transações intragrupo significativas que possam influenciar significativamente a solvência ou a posição de liquidez

do grupo ou de uma das entidades envolvidas nestas transações. Essas transações podem ser relacionadas com:

- Investimentos;
- Saldos entre empresas, incluindo empréstimos, recuperáveis e acordos para centralizar a gestão de ativos ou dinheiro;
- Garantias e compromissos, tais como cartas de crédito;
- Operações com derivativos;
- Dividendos, cupões e outros pagamentos de juros;
- Operações de resseguro;
- Prestação de serviços ou acordos de partilha de custos;
- Compra, venda ou arrendamento de bens.

Risco sistémico

Ao risco de destabilização do sistema financeiro ou mercado com consequências ao nível dos ativos, taxas de juro, câmbio, afetando a economia como um todo.

Riscos emergentes

Riscos existentes ou que possam surgir, de difícil quantificação e com potencial de perdas elevadas. Caracterizados por um elevado grau de incerteza, onde mesmo a informação básica, que suportaria uma avaliação adequada sobre a frequência e severidade de um determinado risco, é reduzida.

Medidas de mitigação

Como principais medidas de mitigação existentes na Companhia face aos riscos atrás identificados, destacamos os seguintes:

- Existência de Código de Conduta;
- Atualização constante de normativos internos e manuais de procedimentos;
- Implementação de políticas e procedimentos de prevenção da fraude interna e externa;
- Implementação de medidas relacionadas com a segurança no acesso às instalações;
- Implementação de medidas relacionadas com a segurança no acesso às bases de dados e aos sistemas de informação;
- Definição e implementação de política de gestão de recursos humanos;
- Existência de programas de treino e formação que abranjam a reciclagem de conhecimentos;
- Formação e treino dos colaboradores que interagem diretamente com os Clientes;
- Implementação e documentação de um plano de recuperação em caso de catástrofe e realização periódica de testes e simulações ao respetivo plano;
- Implementação e documentação de um plano de continuidade de negócio, bem como de procedimentos que permitam a recuperação das atividades e funções de negócio críticas.

SOLVÊNCIA

Em 2015 foi transposta para o Regime Jurídico Nacional a Diretiva Solvência II (Diretiva 2009/138/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de novembro de 2009), relativa ao acesso à atividade de seguros e resseguros e ao seu exercício, e respetivas alterações, através da Lei n.º 147/2015, de 9 de setembro de 2015, que definiu a data de entrada em vigor do novo Regime de Solvência II a 1 de janeiro de 2016.

A Companhia monitoriza a solvência de acordo com o novo regime em vigor. De acordo com o que está estabelecido na legislação, os dados definitivos da margem de solvência e informação mais detalhada sobre a Gestão do Risco

serão divulgados publicamente durante o mês de maio de 2018 através do Relatório sobre a solvência e a situação financeira.

ADEQUAÇÃO DOS PRÉMIOS E DAS PROVISÕES

Relativamente à adequação dos prémios, procede-se anualmente à análise das bases técnicas e dos princípios e regras atuariais utilizados para a construção das tarifas relativamente aos referidos seguros, verificando nomeadamente, dentro do que é razoável prever, a adequação dos prémios praticados a uma base atuarial prudente de forma a garantirem os compromissos, assumidos pela Companhia, decorrentes dos sinistros associados aos seguros em causa.

Em termos gerais, a política de provisionamento da Companhia é de natureza prudencial, utilizando métodos actuarialmente reconhecidos e cumprindo os normativos regulamentares e legais.

RÁCIOS DE ATIVIDADE

Os principais rácios de atividade de Não-Vida, brutos de resseguro, são como segue:

	(%)	
	2017	2016
Rácio de sinistralidade ^{a)}	78,9%	65,7%
Rácio de aquisição ^{b)}	21,6%	20,8%
Rácio administrativo ^{c)}	8,0%	8,6%
Rácio Combinado	108,5%	95,1%

a) (Custos com sinistros + custos imputados + variação das provisões técnicas + outros custos - proveitos técnicos)/ prémios adquiridos.
b) (Remunerações de mediação de aquisição + custos imputados + variação dos custos de aquisição diferidos)/ prémios brutos emitidos.
c) (Remunerações de mediação administrativas + custos imputados)/ prémios brutos emitidos.

Os principais rácios de atividade de Vida, brutos de resseguro, são como segue:

	(milhares de euros)	
	2017	2016
Sinistros/ prémios (IFRS 4)	193,1%	-
Benefícios pagos/ Depósitos recebidos (IAS 39)	2176,8%	-
Custos de aquisição/ (Prémios + Depósitos recebidos)	26,3%	-
Custos administrativos/ (Prémios + Depósitos recebidos)	16,6%	-

MONTANTES RECUPERÁVEIS DE SINISTROS

Os montantes recuperáveis, relativamente a prestações efetuadas pela ocorrência de sinistros, provenientes da aquisição dos direitos ou da obtenção da propriedade, e o risco de não cobrança dos mesmos encontram-se incluídos nas rubricas abaixo mencionadas e ascendem aos seguintes montantes:

	(milhares de euros)	
	2017	2016
Contas a receber	4 416	9 828
Ajustamento de crédito de cobrança duvidosa	-2 410	-2 059
Total Líquido	2 006	7 769

Quanto à obtenção da propriedade legal dos bens seguros (salvados) os montantes estão incluídos na rubrica seguinte e são como segue:

	(milhares de euros)	
	2017	2016
Inventários	78	49

NOTA 5 PASSIVOS POR CONTRATOS DE INVESTIMENTO E OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS

Os valores desta nota devem ser interpretados tendo em atenção os condicionalismos de apresentação de informação financeira referidos na Nota 1.

A decomposição da rubrica de Passivos financeiros por contratos de investimento pode ser analisada como segue:

	(milhares de euros)				
	Financieros sem Participação	Unit-Linked	PPR Unit-Linked	OCA's Unit-Link	Total
Saldos a 31 de Dezembro de 2016	116 360	7 078	27 872	300	151 610
Passivos adicionais do período, líquido de comissões	585	-	-	-	585
Montantes pagos	-13 911	-	8	-	-13 903
Juros técnicos	5 128	-	9	-	5 137
Outros movimentos	20	-	-505	-31	-516
Saldos a 31 de Dezembro de 2017	108 182	7 078	27 384	269	142 913

Os valores dos passivos financeiros de contratos *Unit-linked*, no valor total de 34 731 milhares de euros (2016: 35 250 milhares de euros) correspondem ao nível 2 do método de valorização, de acordo com os níveis prescritos no IFRS13, dado serem instrumentos financeiros valorizados de acordo com cotações disponíveis (não ajustadas) em mercados oficiais e com cotações divulgados por entidades fornecedoras de preços de transações em mercados líquidos.

Os ganhos e perdas em passivos financeiros por contratos de investimento podem ser analisados como segue:

	(milhares de euros)					
	2017			2016		
	Ganho	Perda	Saldo	Ganho	Perda	Saldo
Valorizados ao justo valor por ganhos e perdas	5 906	-2 131	3 775	-	-	-
Capitalização	3 881	-727	3 154	-	-	-
PPR	2 025	-1 404	621	-	-	-
Valorizados ao custo amortizado	-	-4 080	-4 080	-	-	-
Capitalização	-	-3 454	-3 454	-	-	-
PPR	-	-626	-626	-	-	-
Total	5 906	-6 211	-305	-	-	-

Os montantes apresentados nas demonstrações financeiras incluem também os valores das Notas 17 e 18, pelo que a análise deve ser feita em conjunto com as referidas notas.

A decomposição da rubrica de Outros passivos financeiros pode ser analisada como segue:

(milhares de euros)		
	2017	2016
Outros passivos financeiros		
Depósitos recebidos de resseguradores	400	11 722
Derivados	-	1 040
Passivos subordinados	-	8 540
Valor de Balanço	400	21 302

Os Depósitos recebidos de resseguradores representam o valor das cauções prestadas por resseguradores, em consequência da aceitação de riscos e do recebimento de prémios de operações originadas pelo negócio de resseguro cedido. Os valores de Derivados encontram-se analisados na Nota 6.

Os passivos financeiros subordinados apresentam a seguinte composição e detalhe:

(milhares de euros)			
	2016		
	Montante	Taxa	Maturidade
Empréstimo obrigacionista	8 540	1,283%	17/12/17

NOTA 6 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os valores desta nota devem ser interpretados tendo em atenção os condicionalismos de apresentação de informação financeira referidos na Nota 1.

O inventário detalhado de participações e instrumentos financeiros é apresentado no final do anexo às demonstrações financeiras através do Anexo 1, sendo o resumo da sua decomposição como segue:

(milhares de euros)		
	2017	2016
Ativos financeiros disponíveis para venda	1 522 965	1 469 644
Investimentos em filiais e associadas	17 064	19 561
Depósitos a prazo	-	13 003
Ativos financeiros classificados ao justo valor através de ganhos e perdas	14 980	24 088
Ativos financeiros detidos para negociação	-	-
Investimentos a deter até à maturidade	-	-
Total Participações e Instrumentos Financeiros	1 555 009	1 526 296
Outros ativos financeiros	16 875	20 472
Total Ativos Financeiros	1 571 884	1 546 768

Os investimentos em filiais e associadas são analisados na Nota 7, e os restantes instrumentos financeiros são analisados ao longo da presente Nota 6.

ATIVOS FINANCEIROS CLASSIFICADOS NO RECONHECIMENTO INICIAL AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE GANHOS E PERDAS

Encontram-se classificados nesta rubrica os títulos que a Companhia, conforme previsto pela Norma IAS 39 e de acordo com a opção tomada e a estratégia documentada de gestão do risco, considera que (i) são geridos e o seu desempenho é avaliado numa base de justo valor e/ ou (ii) contêm instrumentos derivados embutidos.

O saldo desta tipologia de ativos é decomposto como segue:

(milhares de euros)		
	2017	2016
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
De emissores públicos	1 575	2 393
De outros emissores	10 153	18 345
Ações	-	-
Outros títulos de rendimento variável	3 252	3 350
Valor de Balanço	14 980	24 088
Valor de aquisição	14 284	23 576

Em 31 de dezembro de 2017, esta rubrica inclui títulos de rendimento fixo com derivados embutidos no montante de 8 508 milhares de euros (2016: 13 132 milhares de euros).

Adicionalmente, esta rubrica inclui ainda títulos de rendimento fixo híbridos ligados a financiamentos *tier 1/2* de capital no montante de 2 922 milhares de euros (2016: 7 252 milhares de euros). Estes títulos encontram-se valorizados pelo seu justo valor determinado com base nos preços indicados pelas fontes utilizadas pela Companhia para a totalidade do instrumento, de acordo com as condições de mercado vigentes à data de referência das demonstrações financeiras.

ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

O saldo desta tipologia de ativo é decomposto como segue:

(milhares de euros)		
	2017	2016
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
De emissores públicos	716 888	690 593
De outros emissores	272 923	391 264
Ações	4 846	23 410
Outros títulos de rendimento variável	528 308	364 377
Valor de Balanço	1 522 965	1 469 644

A decomposição dos valores finais de balanço em 31 de dezembro de 2017 e 2016 é como segue:

(milhares de euros)

	Custo Amortizado ou de Aquisição	Juro Decorrido	Reserva de Justo Valor	Imparidade	Valor de Balanço
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo					
De emissores públicos	682 503	8 809	-719	-	690 593
De outros emissores	382 660	7 724	880	-	391 264
Ações	22 405	-	2 534	-1 529	23 410
Outros títulos de rendimento variável	362 572	-	4 929	-3 124	364 377
Saldo a 31 de Dezembro de 2016	1 450 140	16 533	7 624	-4 653	1 469 644
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo					
De emissores públicos	710 024	9 314	-2 450	-	716 888
De outros emissores	257 396	5 306	10 221	-	272 923
Ações	5 205	-	698	-1 057	4 846
Outros títulos de rendimento variável	519 587	-	17 007	-8 286	528 308
Saldo a 31 de Dezembro de 2017	1 492 212	14 620	25 476	-9 343	1 522 965

Em 31 de dezembro de 2017, os Outros títulos de rendimento variável incluem 58 526 milhares de euros relativos a participações detidas pela Companhia em fundos de investimento imobiliário (2016: 62 994 milhares de euros).

Os movimentos ocorridos nas perdas por imparidade podem ser detalhados como segue:

(milhares de euros)

	2017	2016
Saldo em 1 de Janeiro	4 653	5 753
Dotações do exercício	5 823	2 973
Anulações do exercício por venda de ativos	-1 133	-4 073
Reversões do exercício	-	-
Saldo em 31 de Dezembro	9 343	4 653

As imparidades registadas em ganhos e perdas por via de ajustamento de justo valor em investimentos, segregado pelas respetivas categorias, são como segue:

(milhares de euros)

	2017	2016
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	-	-
Ações e outros títulos de rendimento variável	-5 823	-2 973
Total	-5 823	-2 973

ATIVOS/ PASSIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

O saldo desta tipologia de ativos e passivos é decomposto como segue:

(milhares de euros)

	2017		2016	
	Justo Valor	Valor Nocial	Justo Valor	Valor Nocial
Derivados				
Contratos <i>forward</i>	-	-	-1 040	19 160
Opções	-	-	-	-
Total	-	-	-1 040	19 160

Os investimentos realizados pela Companhia são predominantemente em euros, detendo, contudo, na sua carteira algumas operações expressas em outras moedas. Desta forma, e sempre mediante autorização do seu Comité Financeiro, a Companhia efetuou alguns contratos de cobertura cambial para os respetivos investimentos em divisas.

Esses contratos de cobertura cambial, apesar de não realizarem uma cobertura perfeita, tentam cobrir o risco cambial do capital e do juro, através de sucessivas renovações ao longo do ano, utilizando para tal os mecanismos de *swap* e *forward*. As variações do justo valor destes instrumentos derivados são registadas diretamente na demonstração de ganhos e perdas, uma vez que a Companhia não utiliza contabilidade de cobertura por não se encontrarem cumpridos os requisitos definidos para o efeito pela Norma IAS 39.

Dado que estes contratos apresentam em 2016 um justo valor negativo, os mesmos são apresentados no Passivo, na rubrica Outros passivos financeiros – Outros.

INVESTIMENTOS A DETER ATÉ À MATURIDADE

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 não existem ativos classificados nesta categoria. No entanto, importa realçar que durante 2014 a Companhia procedeu à alienação de ativos desta categoria, não cumprindo com os requisitos definidos na IAS39 (“tainting”). Nesta base, até ao final do exercício de 2016 a Companhia não pôde ter ativos classificados nesta categoria.

OUTROS ATIVOS FINANCEIROS

Para além dos instrumentos financeiros atrás descritos a Companhia detém ainda outros ativos, conforme segue:

(milhares de euros)

	2017	2016
Empréstimos concedidos	5 982	11 890
Depósitos junto de empresas cedentes	2	2
Outros	10 891	8 580
Total de Outros Ativos Financeiros	16 875	20 472

Em 2017 e 2016, o valor de Outros corresponde a operações financeiras em fase de regularização tendo em atenção as suas datas valor.

A decomposição dos Outros ativos financeiros em 31 de dezembro de 2017 e 2016 é como segue:

(milhares de euros)			
	Custo Aquisição	Imparidade	Valor de Balanço
Outros ativos financeiros			
Prestações acessórias	2 310	-	2 310
Empréstimos	24 580	-15 000	9 580
Outros	8 582	-	8 582
Saldo a 31 de Dezembro de 2016	35 472	-15 000	20 472
Outros ativos financeiros			
Prestações acessórias	2 310	-	2 310
Empréstimos	18 672	-15 000	3 672
Outros	10 893	-	10 893
Saldo a 31 de Dezembro de 2017	31 875	-15 000	16 875

As perdas por imparidade da rubrica Empréstimos correspondem à totalidade do empréstimo de tesouraria concedido à Espírito Santo Financial Portugal, SGPS, S.A..

Os movimentos ocorridos nas perdas por imparidade são apresentados como segue:

(milhares de euros)		
	2017	2016
Saldo em 1 de Janeiro	15 000	36 750
Dotações do exercício	-	-
Anulações do exercício por desconhecimento	-	-
Reversões do exercício	-	-
Efeito fusão	-	-21 750
Saldo em 31 de Dezembro	15 000	15 000

O detalhe dos empréstimos concedidos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, é conforme segue:

(milhares de euros)		
	2017	2016
Prestações acessórias - Europ Assistance	1 410	1 410
Prestações acessórias - AdvanceCare Health International	900	900
Empréstimos - AdvanceCare	1 750	1 750
Empréstimos/ Suprimentos - Imocrescente	-	3 125
Empréstimos/ Suprimentos - Corpus Christi	-	2 222
Empréstimos a colaboradores	1 922	2 483
Total de Empréstimos Concedidos	5 982	11 890

JUSTO VALOR DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS REGISTRADOS AO CUSTO AMORTIZADO

O justo valor dos ativos e passivos financeiros que estão registados ao custo amortizado é analisado como segue:

(milhares de euros)				
	2017		2016	
	Justo Valor	Valor Balanço	Justo Valor	Valor Balanço
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	52 821	52 821	37 629	37 629
Empréstimos e contas a receber	16 875	16 875	33 475	33 475
Investimentos a deter até à maturidade	-	-	-	-
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	135 130	135 130	91 590	91 590
Ativos Financeiros ao Custo Amortizado	204 826	204 826	162 694	162 694
Passivos financeiros de contratos de investimento	151 328	142 913	145 981	151 610
Outros passivos financeiros	400	400	21 302	21 302
Outros credores por operações de seguros e outras operações	96 842	96 842	60 913	60 913
Passivos Financeiros ao Custo Amortizado	248 570	240 155	228 196	233 825

O justo valor dos passivos financeiros de contratos de investimento é estimado contrato a contrato utilizando a melhor estimativa dos pressupostos para a projeção dos fluxos de caixa esperados futuros e a taxa de juro sem risco à data da emissão.

Tendo em conta que estes ativos e passivos são de curto prazo, considera-se como uma estimativa razoável para o seu justo valor, o saldo à data do balanço.

No que diz respeito ao método utilizado de valorização, de acordo com os níveis prescritos no IFRS 13, todos os instrumentos financeiros registados ao custo amortizado são de Nível 3, exceto Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem que é de Nível 1.

METODOLOGIAS DE VALORIZAÇÃO

Os instrumentos financeiros são estratificados de acordo com os níveis prescritos no IFRS 13, que representam a seguinte descrição:

- **Nível 1** - Instrumentos financeiros valorizados de acordo com cotações disponíveis (não ajustadas) em mercados oficiais e com cotações divulgados por entidades fornecedoras de preços de transações em mercados líquidos.
- **Nível 2** - Instrumentos financeiros valorizados de acordo com metodologias de valorização internas considerando maioritariamente parâmetros e variáveis observáveis no mercado.
- **Nível 3** - Instrumentos financeiros valorizados de acordo com metodologias de valorização internas considerando parâmetros ou variáveis não observáveis no mercado e com impacto significativo na valorização do instrumento e preços fornecidos por entidades terceiras cujos parâmetros utilizados não são observáveis no mercado.

O valor dos instrumentos financeiros estratificado pelo método utilizado de valorização e de acordo com os níveis acima descritos, é analisado como segue:

(milhares de euros)

	2017			Total
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	1 020 866	432 157	69 942	1 522 965
Títulos e unidades de participação	80 263	388 296	59 749	528 308
Ações e outros títulos de rendimento variável	2 021	175	2 650	4 846
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo				
De emissores públicos	680 294	29 051	7 543	716 888
De outros emissores	258 288	14 635	-	272 923
Derivados	-	-	-	-
Ativos Financeiros Classificados ao Justo Valor Através de Ganhos e Perdas	14 129	634	217	14 980
Títulos e unidades de participação	3 035	-	217	3 252
Ações e outros títulos de rendimento variável	-	-	-	-
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo				
De emissores públicos	1 575	-	-	1 575
De outros emissores	9 519	634	-	10 153
Derivados	-	-	-	-
Total Ativos Financeiros	1 034 995	432 791	70 159	1 537 945
Derivados	-	-	-	-
Total Passivos Financeiros	-	-	-	-

O valor em 2017 classificado como Nível 2, na rubrica de Títulos e Unidades de Participação, inclui cerca de 368 milhões de euros que dizem respeito a um investimento em 5 subfundos pertencentes a um organismo de investimento coletivo, designado por ICAV (*Irish collective asset-management vehicle*), que é detido 100% pela Companhia.

A determinação do *fair value* destes ativos teve por base o seu valor patrimonial, que por sua vez é determinado com base em valores de mercado ou em informação de mercado disponível para valorização do ativo (curvas de risco, *spreads*, etc.) tal como definidos pela IFRS 13. Adicionalmente este fundo é alvo de análise *look-through* por parte da Companhia tal como definido pelos requisitos de Solvência II.

(milhares de euros)

	2016			Total
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	1 310 675	90 043	68 926	1 469 644
Títulos e unidades de participação	207 892	90 043	66 442	364 377
Ações e outros títulos de rendimento variável	20 926	-	2 484	23 410
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo				
De emissores públicos	690 593	-	-	690 593
De outros emissores	391 264	-	-	391 264
Derivados	-	-	-	-
Ativos Financeiros Classificados ao Justo Valor Através de Ganhos e Perdas	23 815	-	273	24 088
Títulos e unidades de participação	3 077	-	273	3 350
Ações e outros títulos de rendimento variável	-	-	-	-
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo				
De emissores públicos	2 393	-	-	2 393
De outros emissores	18 345	-	-	18 345
Derivados	-	-	-	-
Total Ativos Financeiros	1 334 490	90 043	69 199	1 493 732
Derivados	-	-1 040	-	-1 040
Total Passivos Financeiros	-	-1 040	-	-1 040

O valor em 2016, de cerca de 90 milhões de euros, classificado como Nível 2, diz respeito a um investimento em 2 subfundos pertencentes a um organismo de investimento coletivo, designado por ICAV (*Irish collective asset-management vehicle*), que é detido 100% pela Companhia.

A reconciliação dos ativos de Nível 3 é como segue:

(milhares de euros)

	31 Dez 2016	Valias Potenciais	Compras	Vendas	Reembolsos	Imparidades	Valias Realizadas	31 Dez 2017
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	68 926	-354	10 498	-7 814	-	-3 519	2 205	69 942
Títulos e unidades de participação	66 442	-514	2 656	-7 814	-	-3 226	2 205	59 749
Ações e outros títulos de rendimento variável	2 484	85	374	-	-	-293	-	2 650
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo								
De emissores públicos	-	75	7 468	-	-	-	-	7 543
De outros emissores	-	-	-	-	-	-	-	-
Ativos Financeiros Classificados ao Justo Valor Através de Ganhos e Perdas	273	5	-	-68	-	-	7	217
Títulos e unidades de participação	273	5	-	-68	-	-	7	217
Ações e outros títulos de rendimento variável	-	-	-	-	-	-	-	-
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo								
De emissores públicos	-	-	-	-	-	-	-	-
De outros emissores	-	-	-	-	-	-	-	-

Os Títulos e unidades de participação contemplados neste nível incluem 55 415 milhares de euros relativos a unidades de participação em fundos de investimento imobiliário fechados (2016: 60 155 milhares de euros) e 4 551 milhares de euros relativos a fundos de *private equity* (2016: 6 183 milhares de euros, cujo justo valor resultou da divulgação do Valor Líquido Global do Fundo (VLGF) determinado pelas sociedades gestoras.

O património desses fundos resulta de um conjunto diversificado de ativos e passivos, valorizados nas respetivas contas ao justo valor, por metodologias internas utilizadas pelas sociedades gestoras. Não sendo praticável apresentar uma análise de sensibilidade às diferentes componentes dos respetivos pressupostos utilizados pelas entidades, o impacto de uma alteração de +/- 10% no VLGF dos fundos, é analisado, em 2017 e 2016, como segue:

(milhares de euros)

2017		Impacto no Resultado do Exercício		Impacto na Reserva de Justo Valor	
Área de Análise	Cenários	Subida de 10%	Descida de 10%	Subida de 10%	Descida de 10%
Fundo de investimento	Fundos de investimento imobiliário fechados	-	-3 216	5 541	-2 326
	Fundos <i>private equity</i>	22	-271	433	-184

(milhares de euros)

2016		Impacto no Resultado do Exercício		Impacto na Reserva de Justo Valor	
Área de Análise	Tipologia de Ativos	Subida de 10%	Descida de 10%	Subida de 10%	Descida de 10%
Fundo de investimento	Fundos de investimento imobiliário fechados	-	-1 085	6 015	-4 930
	Fundos <i>private equity</i>	-	-424	618	-194

NOTA 7 INVESTIMENTOS EM FILIAIS E ASSOCIADAS

Os valores desta nota devem ser interpretados tendo em atenção os condicionalismos de apresentação de informação financeira referidos na Nota 1.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os dados financeiros das subsidiárias e associadas da Companhia podem ser resumidos da seguinte forma:

(milhares de euros)

Nome da Empresa/ Sede	Classificação	Método Valorização	Participação (%)			Dados Financeiros							
			Direta	Direito de Voto	Efetiva	Ativo		Passivo		Capital Próprio		Resultado Líquido	
						2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Advancecare Health International, S.A. Av. da Liberdade, 242 1250-149 Lisboa (Portugal)	Subsidiária	C.Aqui liq. imparidade	100,00	100,00	100,00	7 440	4 922	609	544	6 831	4 378	2 453	3 428
Europ Assistance, S.A. Av. Álvares Cabral, 41 - 3º e 4º 1250-015 Lisboa (Portugal)	Empresa associada	C.Aqui liq. imparidade	47,00	47,00	47,00	48 865	47 052	31 367	28 806	17 498	18 246	4 265	5 626
GNB - Companhia de Seguros, S.A. Av. Columbano Bordalo Pinheiro, 75, 8º 1070-061 Lisboa (Portugal)	Empresa associada	C.Aqui liq. imparidade	25,00	25,00	25,00	122 287	114 705	90 915	80 262	31 372	34 443	6 322	9 461
Tranquilidade - Corporação Angolana de Seguros, S.A. Edifício ESCOM, Rua Marechal Brós Tito, nº 35 15ºD LUANDA	Empresa associada	C.Aqui liq. imparidade	49,00	49,00	49,00	42 105	34 632	34 308	29 664	7 797	4 968	3 369	2 834
Tranquilidade Moçambique Companhia de Seguros, S.A. Av. Armando Tivane, 1212 Caixa Postal 1959, Maputo, Moçambique	Subsidiária	C.Aqui liq. imparidade	99,996	100,00	100,00	3 572	3 231	3 096	2 594	476	637	-145	382
Tranquilidade Moçambique Companhia de Seguros Vida, S.A. Av. Armando Tivane, 1212 Caixa Postal 1959, Maputo, Moçambique	Subsidiária	C.Aqui liq. imparidade	99,997	100,00	100,00	2 234	2 034	1 404	1 313	830	721	77	438
Tranquilidade Diversified Income ICAV 2 nd Floor, Block E Iveagh Court Harcourt Road Dublin D02 YT22 Ireland	Empresa associada	C.Aqui liq. imparidade	100,00	100,00	100,00	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.

Os valores de 2017 representam a última informação financeira não auditada recebida por parte de cada subsidiária ou associada, pelo que os valores oficiais definitivos poderão ser divergentes.

Durante o exercício de 2016, a Companhia alienou a participação de 55,42% do capital social da Espírito Santo Contact Center, S.A. que detinha pelo valor de 1 846 milhares de euros, tendo registado na rubrica Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas a menos-valia de 849 milhares de euros resultante desta venda (Nota 17).

Ainda durante o exercício de 2016, a Companhia adquiriu a participação de 100% do capital social da Açoreana Seguros, S.A., pelo valor de 7 124 milhares de euros, tendo igualmente procedido à realização de aumentos de capital no

valor de 34 300 milhares de euros. Decorrente da fusão ocorrida em 2016, esta participação foi anulada nos ajustamentos de específicos desse processo.

No processo de fusão referido na Nota 1, em 30 de dezembro de 2016 procedeu-se aos ajustamentos na entidade incorporante (Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A.) de eliminação das participações nas 3 entidades incorporadas detidas a 100% (Açoreana Seguros, S.A., T-Vida, Companhia de Seguros, S.A. e Seguros LOGO, S.A.).

Decorrente do mesmo processo de fusão surgiram através do ativo da Açoreana Seguros, S.A. duas novas participações em subsidiárias e associadas, a CRIA - Centro de Reabilitação Integrada de Acidentes e a GIGA - Grupo Integrado de Gestão de Acidentes, com participações de 70% e 60%, respetivamente.

No final do exercício de 2017, a Companhia alienou estas 2 participações, tendo registado resultante destas vendas na rubrica Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas, uma mais-valia de 19 milhares de euros e uma menos-valia de 68 milhares de euros, respetivamente (Nota 17).

No início do quarto trimestre de 2016, com o intuito de aceder a novas classes de ativos, a Companhia procedeu à constituição, pelo montante de 2 euros, de um organismo de investimento coletivo, designado por Tranquilidade Diversified Income ICAV (*Irish Collective Asset-management Vehicle*), que é detido na sua totalidade pela Companhia. Este organismo não detém património, tratando-se apenas de uma entidade legal sob a forma de fundo que detém subfundos transacionáveis como sejam fundos individuais de investimento.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a rubrica Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos pode ser detalhada da seguinte forma:

(milhares de euros)

2017	Valor de Aquisição	Imparidade	Valor de Balanço
AdvanceCare Health International	100	-	100
Europ Assistance	4 222	-	4 222
GNB Seguros	3 759	-	3 759
Tranquilidade - Corp. Angolana Seguros	7 318	-	7 318
Tranquilidade - Moçambique Seguros	1 361	-645	716
Tranquilidade - Moçambique Seguros Vida	1 810	-861	949
Total	18 570	-1 506	17 064

(milhares de euros)

2016	Valor de Aquisição	Imparidade	Valor de Balanço
AdvanceCare Health International	100	-	100
CRIA - Centro Reab Integrada Acidentes	403	-	403
Europ Assistance	4 222	-	4 222
GIGA - Grupo Integrado de Gestão de Acidentes	588	-	588
GNB Seguros	3 759	-	3 759
Tranquilidade - Corp. Angolana Seguros	7 318	-	7 318
Tranquilidade - Moçambique Seguros	1 361	-	1 361
Tranquilidade - Moçambique Seguros Vida	1 810	-	1 810
Total	19 561	-	19 561

Nos exercícios de 2017 e 2016, a variação do saldo desta rubrica pode ser detalhada como segue:

(milhares de euros)

2017	Valor de Balanço Inicial	Aquisições, Aumentos de Capital e Alienações	Imparidade	Valor de Balanço Final
AdvanceCare Health International	100	-	-	100
CRIA - Centro Reab Integrada Acidentes	403	-403	-	-
Europ Assistance	4 222	-	-	4 222
GIGA - Grupo Integrado de Gestão de Acidentes	588	-588	-	-
GNB Seguros	3 759	-	-	3 759
Tranquilidade - Corp. Angolana Seguros	7 318	-	-	7 318
Tranquilidade - Moçambique Seguros	1 361	-	-645	716
Tranquilidade - Moçambique Seguros Vida	1 810	-	-861	949
Total	19 561	-991	-1 506	17 064

(milhares de euros)

2016	Valor de Balanço Inicial	Aquisições, Aumentos de Capital e Alienações	Imparidade	Ajustamentos de Fusão	Valor de Balanço Final
Açoreana Seguros	-	41 424	-	-41 424	-
AdvanceCare Health International	100	-	-	-	100
CRIA - Centro Reabilitação Integrada Acidentes	-	-	-	403	403
ES Contact Center	1 846	-1 846	-	-	-
Europ Assistance	4 222	-	-	-	4 222
GIGA - Grupo Integrado de Gestão de Acidentes	-	-	-	588	588
GNB Seguros	3 759	-	-	-	3 759
LOGO	5 842	-	-	-5 842	-
Tranquilidade - Corp. Angolana Seguros	7 318	-	-	-	7 318
Tranquilidade - Moçambique Seguros	1 361	-	-	-	1 361
Tranquilidade - Moçambique Seguros Vida	1 810	-	-	-	1 810
T-Vida	77 489	-	-	-77 489	-
Total	103 747	39 578	-	-123 764	19 561

De acordo com o IAS 36 e a política contabilística, a Companhia procedeu à análise de imparidade das subsidiárias e associadas tendo por base o *value in use* determinado com base nos planos de negócios aprovados pelo Conselho de Administração de cada entidade ou o *fair value less cost to sell*, nos casos aplicáveis.

Adicionalmente, a Companhia detém em 31 de dezembro de 2017 e 2016 as seguintes entidades de finalidade especial, classificadas na rubrica de Ativos financeiros detidos para venda (Nota 6), nas quais exerce controlo e que estão incluídas no perímetro de consolidação:

	Sede	Atividade	% Interesse Económico	
			2017	2016
CORPUS CHRISTI	Portugal	Fundo de investimento imobiliário fechado	100,00%	100,00%
IMOPRIME	Portugal	Fundo de investimento imobiliário fechado	84,89%	84,89%
AAME TRQ CORP LOANS/ HIGH YIELD BONDS FUND	Irlanda	Fundo de investimento mobiliário aberto	100,00%	100,00%
AAME TRQ GLOBAL INV GRADE CORP CREDIT	Irlanda	Fundo de investimento mobiliário aberto	100,00%	100,00%
AAME MULTI-CREDIT STRATEGY FUND	Irlanda	Fundo de investimento mobiliário aberto	100,00%	-
AAME FINANCIAL BOND FUND	Irlanda	Fundo de investimento mobiliário aberto	100,00%	-
AAME TRQ LOAN ORIGINATION FUND	Irlanda	Fundo de investimento mobiliário aberto	100,00%	-

No início do quarto trimestre de 2016 a empresa procedeu, através do organismo de investimento coletivo designado por Tranquilidade Diversified Income ICAV (*Irish Collective Asset-management Vehicle*), ao investimento de 90 milhões de euros em 2 subfundos de investimento mobiliário aberto referidos no quadro, tendo ao longo de 2017 reforçado os investimentos em 270 milhões de euros adicionais, num total acumulado de 360 milhões de euros, agora distribuídos por 5 subfundos de investimento mobiliário aberto.

NOTA 8 CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E DEPÓSITOS À ORDEM

Os valores desta nota devem ser interpretados tendo em atenção os condicionalismos de apresentação de informação financeira referidos na Nota 1.

O saldo desta rubrica é analisado como segue:

	(milhares de euros)	
	2017	2016
Caixa	117	98
Depósitos em instituições de crédito	52 704	37 531
Total	52 821	37 629

NOTA 9 TERRENOS E EDIFÍCIOS

Os valores desta nota devem ser interpretados tendo em atenção os condicionalismos de apresentação de informação financeira referidos na Nota 1.

Conforme referido na Nota 3 acima, os terrenos e edifícios detidos pela Companhia são valorizados pelo modelo do custo no caso dos imóveis de serviço próprio, de acordo com a opção prevista pela IAS 16, e pelo modelo de justo valor no caso dos imóveis de rendimento, de acordo com o tratamento previsto pela IAS 40. Independentemente do modelo de valorimetria são efetuadas avaliações regulares a todos os imóveis.

As avaliações dos terrenos e edifícios, são efetuadas tendo em vista a obtenção do presumível valor de transação, normalmente o valor de mercado (justo valor), isto é, o preço pelo qual o terreno ou edifício poderia ser vendido, à data da avaliação, por contrato privado entre um vendedor e um comprador interessados e independentes, entendendo-se que o bem é objeto de uma oferta pública no mercado, que as condições deste permitem uma venda regular e ordenada, e que se dispõe de um prazo normal para negociar a venda, tendo em conta a natureza do bem.

Estas avaliações são efetuadas através da ponderação combinada dos métodos de avaliação “Comparativo de Mercado” e “Rendimento”, e os valores respetivos conduzem às alterações de justo valor nas propriedades de investimento (imóveis de rendimento) e servem para efeitos de teste de imparidade nos ativos tangíveis (imóveis de serviço próprio).

O método “Comparativo de Mercado” é sempre utilizado, sendo o mesmo suportado em evidências de mercado, onde é efetuada uma prospeção de mercado de imóveis que sejam comparáveis ao imóvel objeto de avaliação, fundamentando-se os valores pela análise de transações de propriedades análogas. O método do “Rendimento” consiste no apuramento do valor do terreno ou edifício mediante o quociente entre a renda anual efetiva e uma taxa de capitalização adequada.

No caso dos imóveis de rendimento que sejam transferidos para Ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas, ao abrigo do IFRS 5, os mesmos são avaliados de acordo com os valores descritos nos contratos promessa de compra e venda deduzidos de eventuais custos de alienação.

Conforme previsto pela Norma IFRS 13 - Justo valor, as avaliações dos terrenos e edifícios maximizam a utilização de dados observáveis de mercado. No entanto, uma vez que a generalidade das avaliações considera também dados não observáveis, o justo valor dos terrenos e edifícios da Companhia encontra-se classificado no nível 3 da hierarquia de justo valor definida pela IFRS 13.

A Companhia considera que os terrenos e edifícios que detém são sujeitos à sua maior e melhor utilização possível, pelo que as avaliações efetuadas para apurar o respetivo justo valor são preparadas tendo em consideração a sua utilização atual, conforme previsto pela Norma IFRS 13 - Justo valor.

Os terrenos e edifícios são classificados como imóveis de uso próprio quando sejam utilizados na atividade operacional da Companhia e de rendimento nos casos restantes. Nos casos em que, pelo seu uso ser repartido, merecem a classificação de mistos, cada parte será analisada e valorizada separadamente. Os avaliadores responsáveis pela valorização do património estão devidamente certificados para o efeito, encontrando-se inscritos na CMVM.

Modelo de justo valor

Os saldos e os movimentos ocorridos nos Imóveis de Rendimento em ambos os exercícios podem ser analisados como segue:

(milhares de euros)		
Propriedades de Investimento - Edifícios de Rendimento	2017	2016
Saldo Líquido a 1 de Janeiro	43 891	41 151
Adições por aquisição	-	-
Adições por beneficiações	-	92
Transferências p/ ativos a descontinuar	-34 939	-37 254
Transferências de serviço próprio	7 697	-
Abates/ vendas	-9 959	-5 827
Variações justo valor	-6 424	5 951
Efeito fusão	-	39 778
Saldo Líquido a 31 de Dezembro	266	43 891

Todos os imóveis de rendimento detidos diretamente pela Companhia têm como objetivo a obtenção de rendas, mesmo que por alguma razão não seja cobrada renda, não havendo, portanto, imóveis com o objetivo exclusivo de valorização.

O valor referido em 2017 de Transferências corresponde a ativos imobiliários sobre os quais a Companhia detém uma efetiva intenção de venda e cujos processos se perspectiva estarem concluídos ao longo de 2018, com a efetiva realização. Decorrente desse facto foram transferidos para a rubrica de Ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas (Nota 11).

O valor referido em 2016 de Transferências corresponde a ativos imobiliários sobre os quais, em dezembro desse ano, a Companhia celebrou dois contratos promessa de compra e venda com data prevista de efetiva realização em data posterior a 31 de dezembro de 2016.

Decorrente desse facto foram transferidos para a rubrica de Ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas (Nota 11).

A análise dos imóveis de rendimento consoante a sua capacidade de gerar renda é analisada como segue:

(milhares de euros)		
	2017	2016
Imóveis que geraram rendimentos de rendas	220	4 113
Imóveis que não geraram rendimentos de rendas	46	-
Efeito fusão	-	39 778
Total	266	43 891

As quantias reconhecidas em resultados relativas a rendimentos e custos com propriedades de investimento são como segue:

(milhares de euros)		
	2017	2016
Rendimentos de Rendas	1 207	1 860
Custos Operacionais	465	250
- em imóveis que geraram rendimentos de rendas	75	123
- em imóveis que não geraram rendimentos de rendas	390	127

Modelo do custo

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o saldo das rubricas de Imóveis de Serviço Próprio é analisado como segue:

(milhares de euros)		
	2017	2016
Valor Bruto	-	33 257
Amortizações e imparidades acumuladas	-	-
Saldo Líquido a 31 de Dezembro	-	33 257

O movimento ocorrido nos Imóveis de Serviço Próprio em ambos os exercícios pode ser analisado como segue:

(milhares de euros)		
Ativos Tangíveis - Edifícios de Serviço Próprio	2017	2016
Saldo Líquido a 1 de Janeiro	33 257	24 053
Adições por aquisição	-	-
Adições por beneficiações	-	21
Transferências p/ ativos a descontinuar	-15 789	-23 571
Transferências p/ propriedades de investimento	-7 697	-
Abates/ vendas	-667	-
Imparidades - [(dotação)/ utilização]	-8 590	-
Amortizações do exercício	-514	-503
Efeito fusão	-	33 257
Saldo Líquido a 31 de Dezembro	-	33 257

O valor referido em 2017 de Transferências corresponde a ativos imobiliários sobre os quais a Companhia detém uma efetiva intenção de venda e cujos processos se perspectiva estarem concluídos ao longo de 2018, com a efetiva realização. Decorrente desse facto foram transferidos para a rubrica de Ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas (Nota 11).

O valor referido em 2016 de Transferências corresponde a ativos imobiliários sobre os quais, em dezembro desse ano, a Companhia celebrou dois contratos promessa de compra e venda com data prevista de efetiva realização em data posterior a 31 de dezembro de 2016. Decorrente desse facto foram transferidos para a rubrica de Ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas (Nota 11).

O valor final de balanço em 2016 corresponde também ao justo valor dos respetivos ativos tendo em atenção a metodologia de valorização utilizada no processo de aquisição da Açoreana Seguros, S.A.

NOTA 10 OUTROS ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS E INVENTÁRIOS

Os valores desta nota devem ser interpretados tendo em atenção os condicionalismos de apresentação de informação financeira referidos na Nota 1.

Além dos imóveis de serviço próprio referidos na Nota 9, a Companhia possui outros ativos tangíveis valorizados ao modelo do custo, que em 31 de dezembro de 2017 e 2016 são analisados como segue:

	(milhares de euros)	
	2017	2016
Equipamento	48 427	48 296
Equipamento administrativo	5 126	5 111
Máquinas e ferramentas	2 032	2 012
Equipamento Informático	34 589	34 533
Instalações interiores	2 678	2 678
Despesas edifícios arrendados	3 257	3 113
Material transporte	52	156
Outras imobilizações corpóreas	693	693
Imobilizado em Curso	2 051	-
Amortizações Acumuladas	-46 260	-44 851
Imparidades	-	-
	4 218	3 445

Os movimentos ocorridos nesta rubrica, sobre o saldo líquido, são analisados como segue:

	(milhares de euros)		
	Equipamento	Imobilizado em Curso	Total
Saldo a 1 de Janeiro de 2016	3 292	-	3 292
Adições	470	-	470
Transferências	-	-	-
Amortizações do exercício	-1 383	-	-1 383
Abates/ vendas	-22	-	-22
Efeito fusão	1 088	-	1 088
Saldo a 31 de Dezembro de 2016	3 445	-	3 445
Adições	243	2 051	2 294
Transferências	-	-	-
Amortizações do exercício	-1 521	-	-1 521
Abates/ vendas	-	-	-
Efeito fusão	-	-	-
Saldo a 31 de Dezembro de 2017	2 167	2 051	4 218

De referir ainda a existência de outros ativos, fundamentalmente relacionados com situações de salvados e que representam em 2017, 78 milhares de euros (2016: 49 milhares de euros).

NOTA 11 ATIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA E UNIDADES OPERACIONAIS DESCONTINUADAS

Os valores desta nota devem ser interpretados tendo em atenção os condicionalismos de apresentação de informação financeira referidos na Nota 1.

Os ativos não correntes são classificados como detidos para venda quando existe a intenção de alienar os referidos ativos e estão disponíveis para venda imediata e a sua venda é muito provável.

O saldo do ativo de Ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas é decomposto como segue:

	(milhares de euros)		
	Edifícios - Rendimento	Edifícios - Uso Próprio	Total
Saldo a 1 de Janeiro de 2016	-	-	-
Transferências	37 254	23 571	60 825
Variações justo valor	-	-	-
Abates/ vendas	-	-	-
Saldo a 31 de Dezembro de 2016	37 254	23 571	60 825
Transferências	34 939	15 788	50 727
Variações justo valor	-	-	-
Abates/ vendas	-37 254	-23 571	-60 825
Saldo a 31 de Dezembro de 2017	34 939	15 788	50 727

O valor referido em 2017 de Transferências corresponde a ativos imobiliários sobre os quais a Companhia detém uma efetiva intenção de venda e cujos processos se perspetiva estarem concluídos ao longo de 2018, com a efetiva realização (Nota 9).

Os valores de 2016 dizem respeito a ativos imobiliários que foram transferidos das rubricas de Imóveis de Rendimentos e Imóveis de Uso Próprio, e sobre os quais, em dezembro desse ano, a Companhia celebrou dois contratos promessa de compra e venda com data prevista de efetiva realização em data posterior a 31 de dezembro de 2017 (Nota 9).

Os imóveis que foram transferidos para esta rubrica, em 2016 e 2017, ao abrigo do IFRS 5, foram avaliados de acordo com os valores descritos nas propostas ou nos contratos promessa de compra e venda ou deduzidos de eventuais custos de alienação, com exceção dos valores de imóveis de serviços próprio em 2016, onde o justo valor era de 35 314 milhões de euros.

NOTA 12 ATIVOS INTANGÍVEIS

Os valores desta nota devem ser interpretados tendo em atenção os condicionalismos de apresentação de informação financeira referidos na Nota 1.

Todos os ativos intangíveis são valorizados ao método do custo. Com exceção do *Goodwill*, todas as vidas úteis estimadas são finitas, sendo de 5 anos para as despesas de desenvolvimento de aplicações informáticas (amortização linear), 3 anos para o *software* (amortização linear) e com duração própria até à maturidade da respetiva carteira adquirida e amortização não linear, no caso do *Value in force* (VIF).

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o *Goodwill* registado corresponde apenas à diferença positiva entre o custo de aquisição e o justo valor atribuível dos respetivos ativos líquidos adquiridos, no valor de 65 981 milhares de euros, referente à aquisição em 5 de agosto de 2016 da Açoreana Seguros, S.A. (Nota 32).

Em 2017 foi efetuado o teste de imparidade ao *Goodwill*, tendo por base o plano de negócios, através da metodologia de *discounted cash-flows*, com base no qual não se obteve qualquer indicador de imparidade do *Goodwill*. Os principais pressupostos utilizados foram:

- taxa de desconto: 10%;
- taxa de crescimento na perpetuidade dos *cash-flows*: 2%;
- *free cash-flow*: com base no excesso sobre o *target* de rácio de capital (125%).

Em 31 de dezembro de 2017, o VIF corresponde ao valor do custo de aquisição das posições contratuais que resultam dos contratos angariados, incluindo todos os direitos, obrigações e garantias emergentes dos mesmos, no valor líquido de amortizações e imparidades de:

- 5 353 milhares de euros, referente à aquisição em 2006 da carteira de apólices relativa ao canal tradicional de mediadores à GNB - Companhia de Seguros de Vida, S.A.;
- 311 milhares de euros, referente à aquisição em 2014 da carteira de apólices vida da sucursal em Portugal da A.M.A. - Agrupación Mutual Aseguradora, Mútua de Seguros a Prima Fija;
- 2 619 milhares de euros, referente à aquisição em 2016 da carteira de apólices vida da Açoreana Seguros, S.A..

Estes ativos são amortizados pelo período de reconhecimento do proveito associado aos contratos adquiridos.

Como referido e previsto nas políticas contabilísticas, a Companhia efetuou uma revisão do valor recuperável do VIF da carteira adquirida em 2006 à GNB - Companhia de Seguros de Vida, tendo concluído pela existência de uma perda por imparidade no valor de 18 498 milhares de euros.

O saldo das rubricas de *Goodwill* e Outros ativos intangíveis é analisado como segue:

	(milhares de euros)	
	2017	2016
Goodwill	65 981	65 981
Outros Intangíveis	143 454	142 450
Despesas de desenvolvimento de aplicações informáticas	73 755	70 671
Software	12 509	12 180
Intangíveis em curso	355	2 763
Value in force	56 836	56 836
Amortizações Acumuladas	-109 837	-100 786
Outros intangíveis	-109 837	-100 786
Imparidades	-18 498	-20 627
	81 100	87 018

O movimento ocorrido em ambos os exercícios pode ser analisado como se segue:

	(milhares de euros)						
	Goodwill	Outros Intangíveis	Despesas de Desenvolvimento de Aplicações Informáticas	Software	Intangíveis em Curso	Value in Force	Total
Saldo a 1 de Janeiro de 2016	-	7 283	5 098	62	1 190	933	7 283
Adições	-	2 477	33	303	2 141	-	2 477
Amortizações do exercício	-	-2 308	-1 873	-124	-	-311	-2 308
Imparidades	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	1 214	-	-1 214	-	-
Efeito fusão	65 981	13 585	3 970	129	646	8 840	79 566
Saldo a 31 de Dezembro de 2016	65 981	21 037	8 442	370	2 763	9 462	87 018
Adições	-	6 288	42	329	5 917	-	6 288
Amortizações do exercício	-	-9 051	-5 448	-295	-	-3 308	-9 051
Imparidades	-	2 129	-	-	-	2 129	2 129
Transferências	-	-5 284	3 041	-	-8 325	-	-5 284
Efeito fusão	-	-	-	-	-	-	-
Saldo a 31 de Dezembro de 2017	65 981	15 119	6 077	404	355	8 283	81 100

O saldo remanescente do *Value in Force* será amortizado com segue:

	(milhares de euros)					
	2018	2019	2020	2021	Após	Total
Amortização estimada	1 401	1 239	1 453	444	3 746	8 283

As amortizações de ativos intangíveis encontram-se distribuídas pelos itens da conta de ganhos e perdas, como segue:

	(milhares de euros)	
	2017	2016
Amortizações do Exercício de Ativos Intangíveis	9 051	2 308
Custos com Sinistros, Líquidos de Resseguro		
Montantes pagos - montantes brutos	1 602	494
Custos e gastos de exploração líquidos		
Custos de aquisição	3 096	1 128
Gastos administrativos	4 030	685
Gastos financeiros		
Outros	323	1

NOTA 13 OUTROS ATIVOS, PASSIVOS, AJUSTAMENTOS E PROVISÕES

Os valores desta nota devem ser interpretados tendo em atenção os condicionalismos de apresentação de informação financeira referidos na Nota 1.

Ativos e ajustamentos

O saldo da rubrica de Contas a receber por operações de seguro direto é decomposto como segue:

(milhares de euros)		
	2017	2016
Ativo Bruto	70 458	63 344
Tomadores de seguro		
- Recibos por cobrar	53 412	44 992
- Reembolsos de sinistros	7 317	12 513
Mediadores de seguro	1 904	424
Cosseguradoras	7 825	5 415
Ajustamentos	-8 790	-8 639
Recibos por cobrar	-3 849	-3 439
Créditos de cobrança duvidosa	-4 941	-5 200
Ativo Líquido	61 668	54 705

Os reembolsos brutos de imparidades e exigidos relativamente às prestações efetuadas em consequência de sinistros ocorridos durante o período de suspensão de garantias e ainda não recebidos são no montante de 4 416 milhares de euros (2016: 9 828 milhares de euros).

O saldo da rubrica de Contas a receber por operações de resseguro é decomposto como segue:

(milhares de euros)		
	2017	2016
Ativo Bruto	62 429	24 717
Resseguradores	53 025	14 395
Ressegurados	9 404	10 322
Ajustamentos	-3 980	-1 384
Créditos de cobrança duvidosa	-3 980	-1 384
Ativo Líquido	58 449	23 333

Em 31 de dezembro de 2017 a rubrica Ressegurados inclui valores a receber da Tranquilidade – Corporação Angolana de Seguros, S.A., no valor de cerca de 8,6 milhões de euros (2016: 9,2 milhões de euros) sobre os quais estão registados ajustamentos por créditos de cobrança duvidosa no montante de cerca de 2,4 milhões de euros (2016: zero) associados aos valores pendentes de recebimento.

Em 31 de dezembro de 2017 a rubrica Ressegurados inclui ainda valores a receber das 2 subsidiárias em Moçambique, no valor total de cerca de

0,8 milhões de euros (2016: 0,8 milhões de euros) sobre os quais estão registados ajustamentos por créditos de cobrança duvidosa no montante de cerca de 0,3 milhões de euros (2016: zero) associados aos valores pendentes de recebimento.

O saldo da rubrica de Contas a receber por outras operações é decomposto como segue:

(milhares de euros)		
	2017	2016
Ativo Bruto	28 223	26 621
Entidades relacionadas	8 027	7 806
Operações imobiliárias	553	-
Adiantamentos a fornecedores de bens e serviços	95	235
IFAP	2 397	22
FAT	1 222	1 228
Gestão por conta IDS e representadas	5 153	3 209
Cauções	1 446	1 190
Rendas e outros valores à cobrança	943	5 880
Pessoal	390	396
Clientes	164	48
Outros valores a receber	7 833	6 607
Ajustamentos	-13 210	-13 069
Créditos de cobrança duvidosa	-13 210	-13 069
Ativo Líquido	15 013	13 552

Em 31 de dezembro de 2017, a rubrica Entidades relacionadas inclui valores a receber da Tranquilidade – Corporação Angolana de Seguros, S.A., no valor de cerca de 6,0 milhões de euros (2016: 6,8 milhões de euros) sobre os quais estão registados ajustamentos por créditos de cobrança duvidosa no montante de cerca de 5,4 milhões de euros (2016: 5,4 milhões de euros) associados aos valores pendentes de recebimento.

Em 31 de dezembro de 2017, a rubrica Entidades relacionadas inclui ainda valores a receber das 2 subsidiárias de Moçambique, no valor de cerca de 1,2 milhões de euros (2016: 1,0 milhões de euros) sobre os quais estão registados ajustamentos por créditos de cobrança duvidosa no montante de cerca de 0,4 milhões de euros (2016: zero) associados aos valores pendentes de recebimento.

O movimento ocorrido relativo aos ajustamentos em Contas a receber e refletido nas Perdas de imparidade – Outros, da conta de ganhos e perdas, pode ser analisado como segue:

(milhares de euros)		
	2017	2016
Ajustamento de Recibos por Cobrar		
Saldo em 1 de Janeiro	3 439	4 098
Dotações do exercício	410	-
Reversões do exercício	-	-1 366
Efeito fusão	-	707
Saldo em 31 de Dezembro	3 849	3 439
Ajustamento de Créditos de Cobrança Duvidosa		
Saldo em 1 de Janeiro	19 653	2 857
Dotações do exercício	2 478	139
Reversões do exercício	-	-
Efeito fusão	-	10 483
Saldo em 31 de Dezembro	22 131	19 653

O saldo do ativo de acréscimos e diferimentos é decomposto como segue:

(milhares de euros)		
	2017	2016
Acréscimos de Rendimentos	1 499	903
- Profit commission de resseguro	-	-
- Prestações de serviços	1 499	903
Gastos Diferidos	1 426	2 138
Seguros	47	37
Rendas	284	17
Gastos de aquisição	1 095	2 084
Total	2 925	3 041

O saldo do ativo de Outros elementos do ativo em 2017 no valor de 124 404 milhares de euros, (2016: 131 433 milhares de euros), diz respeito a contratos de investimento comercializados pela Companhia, mas cujos ativos são geridos operacionalmente pela GNB – Seguros Vida.

Passivos e provisões

O saldo do Passivo da rubrica de Contas a pagar por operações de seguro direto é decomposto como segue:

(milhares de euros)		
	2017	2016
Tomadores de seguro (estornos a pagar)	4 157	4 663
Mediadores de seguro		
- Comissões a pagar	3 446	4 061
- Contas correntes	3 913	3 277
Cosseguradoras	8 748	11 963
Prémios recebidos antecipadamente	14 408	4 031
Total	34 672	27 995

O saldo do Passivo da rubrica de Contas a pagar por operações de resseguro é decomposto como segue:

(milhares de euros)		
	2017	2016
Resseguradores	54 232	22 988
Ressegurados	12	16
Total	54 244	23 004

O saldo do Passivo da rubrica de Contas a pagar por outras operações é decomposto como segue:

(milhares de euros)		
	2017	2016
Entidades relacionadas	2	8
Outros fornecedores de bens e serviços	2 113	2 610
IFAP	1 013	2 569
Pensões AT	1 571	2 743
Outros valores a pagar	3 227	1 984
Total	7 926	9 914

O saldo do Passivo de acréscimos e diferimentos é decomposto como segue:

(milhares de euros)		
	2016	2015
Rendimentos Diferidos	54	56
- Rendas	54	56
Acréscimo de Custos	58 214	37 215
- Custos com pessoal (subsídios, encargos e bônus)	34 052	9 628
- Custos de aquisição (incentivos e comissões)	10 519	7 601
- Fornecimentos e serviços externos	13 411	19 878
- Impostos	232	109
Total	58 268	37 271

O saldo do Passivo de Outras provisões e os respetivos movimentos são decompostos como segue:

(milhares de euros)		
	2017	2016
Contingências fiscais e de segurança social	2 257	359
Contingências judiciais	1 001	1 126
Outras provisões	750	130
Total	4 008	1 615

(milhares de euros)		
	2017	2016
Saldo em 1 de Janeiro	1 615	2 204
Dotações do exercício	2 925	407
Utilizações do exercício	-532	-2 204
Efeito fusão	-	1 208
Saldo em 31 de Dezembro	4 008	1 615

Em 2017, a Companhia constitui provisões para i) eventual contingência com a Segurança Social no valor de 2 257 milhares de euros referente a diferenças de interpretação sobre a incidência de contribuições sobre algumas remunerações variáveis relativas a anos transatos e ii) contingências contratuais relativas à alienação de imóveis no valor de 750 milhares de euros.

Em 2016, a Companhia aderiu ao Programa Especial de Redução do Endividamento de Estado (PERES) o que lhe permitiu ser perdoados os juros dos casos acima referidos, tendo, portanto, registado o proveito dos juros que estavam aqui prudentemente registados, no final de 2015, no valor de cerca 2,2 milhões de euros. Para além deste proveito existiram outros valores de juros referentes ao próprio exercício de 2016 que em conjunto com algumas diferenças face ao apuramento final do valor perdoado, resultaram num efeito total bruto positivo de cerca de 2,7 milhões de euros.

NOTA 14 PRÉMIOS DE CONTRATOS DE SEGURO

Os valores desta nota devem ser interpretados tendo em atenção os condicionalismos de apresentação de informação financeira referidos na Nota 1.

Os prémios brutos emitidos, a variação da provisão para prémios não adquiridos (PPNA) e os prémios adquiridos, de seguro direto e resseguro aceite, são analisados como segue:

(milhares de euros)

Ramos/ Grupos de Ramos	Prémios Brutos Emitidos		Variação PPNA		Prémios Adquiridos	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Vida						
Tradicionais	40 727	-	491	-	40 236	-
PPR's e Capitalização com participação nos resultados	14 191	-	-	-	14 191	-
Não-Vida						
Acidentes e doença	220 135	112 311	1 414	1 298	218 721	111 013
Incêndio e outros danos	106 003	66 808	-834	-253	106 837	67 061
Automóvel	295 959	137 408	7 899	2 505	288 060	134 903
Marítimo, aéreo e transportes	6 341	5 121	-345	-185	6 686	5 306
Responsabilidade civil geral	17 253	10 282	-68	-	17 321	10 282
Crédito e caução	79	27	-23	-4	102	31
Proteção jurídica	199	11	-8	-	207	11
Assistência	36 782	13 766	204	192	36 578	13 574
Diversos	2 880	2 995	-202	115	3 082	2 880
Total	740 549	348 729	8 528	3 668	732 021	345 061

Os prémios emitidos, a variação da provisão para prémios não adquiridos (PPNA) e os prémios adquiridos, de resseguro cedido, são analisados como segue:

(milhares de euros)

Ramos/ Grupos de Ramos	Prémios Brutos Emitidos		Variação PPNA		Prémios Adquiridos	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Vida						
Tradicionais	4 771	-	5	-	4 766	-
PPR's e Capitalização com participação nos resultados	-	-	-	-	-	-
Não-Vida						
Acidentes e doença	7 441	3 749	-7	-10	7 448	3 759
Incêndio e outros danos	41 330	26 995	-2 361	-465	43 691	27 460
Automóvel	1 079	877	-	-2	1 079	879
Marítimo, aéreo e transportes	2 920	2 994	-266	-27	3 186	3 021
Responsabilidade civil geral	1 849	1 454	38	7	1 811	1 447
Crédito e caução	22	7	-11	-1	33	8
Proteção jurídica	28	-	-3	-	31	-
Assistência	26 435	13 660	1 164	220	25 271	13 440
Diversos	2 858	2 638	-99	-22	2 957	2 660
Total	88 733	52 374	-1 540	-300	90 273	52 674

A discriminação de alguns valores relativos ao seguro Não-Vida de 2017, conforme formato requerido pela ASF, é analisado como segue:

(milhares de euros)

Ramos/ Grupos de Ramos	Prémios Brutos Emitidos	Prémios Brutos Adquiridos	Custos com Sinistros Brutos	Custos de Exploração Brutos	Saldo de Resseguro
Acidentes e doença	216 786	215 537	186 207	59 045	-3 453
Incêndio e outros danos	105 039	105 599	99 994	41 850	18 536
Automóvel					
- Responsabilidade civil	183 930	179 942	149 581	49 160	1 106
- Outras coberturas	111 772	107 844	83 469	34 243	-464
Marítimo, aéreo e transportes	6 298	6 630	2 196	2 605	-1 461
Responsabilidade civil geral	17 139	17 199	9 866	6 947	-1 051
Crédito e caução	79	102	-18	22	-41
Proteção jurídica	199	208	16	37	-31
Assistência	36 782	36 577	5	6 998	-24 757
Diversos	2 838	3 043	1 367	1 043	-1 527
Total	680 862	672 681	532 683	201 950	-13 143
Resseguro aceite	4 769	4 913	1 856	1 306	-388
Total Geral	685 631	677 594	534 539	203 256	-13 531

A indicação de alguns valores do ramo Vida é como segue:

	(milhares de euros)	
	2017	2016
Prémios brutos emitidos de seguro direto e resseguro aceite	54 918	-
Relativos a contratos individuais	35 751	-
Relativos a contratos de grupo	19 167	-
	54 918	-
Periódicos	44 009	-
Não periódicos	10 909	-
	54 918	-
De contratos sem participação nos resultados	31 333	-
De contratos com participação nos resultados	23 585	-
	54 918	-
Saldo de Resseguro	-1 032	-

NOTA 15 COMISSÕES RECEBIDAS DE CONTRATOS DE SEGURO

Os contratos de seguro emitidos pela Companhia relativamente aos quais existe apenas a transferência de um risco financeiro sem participação nos resultados discricionária, nomeadamente produtos de capitalização com taxa de rendimento fixa e produtos em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro são classificados como contratos de investimento e contabilizados como um passivo, sendo as comissões de subscrição, gestão e resgate dos mesmos registadas como proveitos e calculadas fundo a fundo, de acordo com as condições gerais de cada produto.

NOTA 16 RENDIMENTOS/ RÉDITOS E GASTOS DE INVESTIMENTOS

Os valores desta nota devem ser interpretados tendo em atenção os condicionalismos de apresentação de informação financeira referidos na Nota 1.

As políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento de réditos e gastos relativos a investimentos são abordadas na Nota 3.

O saldo da rubrica de Rendimentos, tendo em atenção os condicionalismos de apresentação de informação financeira referidos na Nota 1, segregado pelos seus diversos tipos de rédito é como segue:

	(milhares de euros)	
	2017	2016
Juros	13 827	3 692
Ativos financeiros disponíveis para venda	13 086	2 649
Ativos financeiros classificados ao justo valor através de ganhos e perdas	776	1 305
Ativos financeiros detidos para negociação	-	-
Investimentos a deter até à maturidade	-	-
Depósitos, empréstimos e outros ativos	-35	-262
Rendas	1 207	1 860
Terrenos e edifícios	1 207	1 860
Dividendos	8 677	6 986
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	4 615	5 357
Ativos financeiros disponíveis para venda	4 059	1 629
Ativos financeiros classificados ao justo valor através de ganhos e perdas	3	-
Total	23 711	12 538

O saldo da rubrica de Rendimentos, analisado por tipo de ativo é como segue:

	(milhares de euros)	
	2017	2016
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
De emissores públicos	5 525	961
De outros emissores	8 337	2 993
Ações	5 455	5 908
Outros títulos de rendimento variável	3 222	1 078
Imóveis	1 207	1 860
Depósitos	-218	-515
Empréstimos e outros ativos	183	253
Total	23 711	12 538

O saldo da rubrica de Gastos financeiros é decomposto como segue:

	(milhares de euros)	
	2017	2016
Custos imputados à função investimentos	4 537	1 690
Custos diretos de funcionamento	465	250
Total	5 002	1 940

NOTA 17 GANHOS E PERDAS REALIZADOS EM INVESTIMENTOS

Os valores desta nota devem ser interpretados tendo em atenção os condicionalismos de apresentação de informação financeira referidos na Nota 1.

As quantias registadas em ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros, segregadas pelas respetivas categorias, são como segue:

	(milhares de euros)					
	2017			2016		
	Ganho	Perda	Saldo	Ganho	Perda	Saldo
Financeiros - Não ao Justo Valor por Resultados	11 526	-2 020	9 506	6 932	-3 890	3 042
Ativos financeiros disponíveis para venda	11 507	-1 952	9 555	6 932	-3 041	3 891
Investimentos a deter até à maturidade	-	-	-	-	-	-
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	19	-68	-49	-	-849	-849
Financeiros - ao Justo Valor por Resultados	270	-215	55	-	-829	-829
Ativos financeiros classificados ao justo valor através de ganhos e perdas	270	-215	55	-	-829	-829
Ativos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	-	-
Não Financeiros	493	-330	163	7 177	-	7 177
Terrenos e edifícios - Uso próprio	4	-143	-139	-	-	-
Terrenos e edifícios - Rendimento	489	-187	302	7 177	-	7 177
Ativos Não Correntes Classificados como Detidos para Venda	11 746	-512	11 234	-	-	-
Terrenos e edifícios - Uso próprio	11 746	-	11 746	-	-	-
Terrenos e edifícios - Rendimento	-	-512	-512	-	-	-
Total	24 035	-3 077	20 958	14 109	-4 719	9 390

Os valores em 2017 de Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos, em 2017, correspondem às valias realizadas nas vendas da CRIA - Centro de Reabilitação Integrada de Acidentes e da GIGA - Grupo Integrado de Gestão de Acidentes, respetivamente, uma mais-valia de 19 milhares de euros e uma menos-valia de 68 milhares. Em 2016, os valores desta rubrica correspondem à menos-valia realizada na venda na Espírito Santo Contact Center, S.A. (Nota 7).

Os valores dos Ativos financeiros geridos por terceiros dizem respeito ao retorno gerado pelos ativos que são geridos operacionalmente pela GNB-Seguros Vida, S.A., respeitante a contratos de investimento não *Unit-linked* comercializados pela Companhia.

Adicionalmente aos valores de ganhos e perdas realizados em investimentos, os montantes apresentados nas demonstrações financeiras incluem o juro técnico dos passivos financeiros valorizados ao custo amortizado no montante de 4 080 milhares de euros, conforme ilustrado na Nota 5.

NOTA 18 GANHOS E PERDAS DE AJUSTAMENTOS DE JUSTO VALOR EM INVESTIMENTOS

Os valores desta nota devem ser interpretados tendo em atenção os condicionalismos de apresentação de informação financeira referidos na Nota 1. Os ganhos e perdas provenientes de ajustamentos de justo valor em investimentos podem ser analisados como segue:

	(milhares de euros)					
	2017			2016		
	Ganho	Perda	Saldo	Ganho	Perda	Saldo
Financeiros - Ao Justo Valor	306	-127	179	3 500	-3 282	218
Ativos financeiros classificados ao justo valor através de ganhos e perdas						
- Títulos de dívida	192	-127	65	3 500	-3 282	218
- Ações, UP's e outros títulos de rendimento variável	114	-	114	-	-	-
Não Financeiros	7 017	-22 030	-15 013	13 686	-8 087	5 599
Terrenos e edifícios - Rendimento	7 017	-13 441	-6 424	13 686	-8 087	5 599
Terrenos e edifícios - Serviço próprio	-	-8 589	-8 589	-	-	-
Total	7 323	-22 157	-14 834	17 186	-11 369	5 817

Os valores dos Ativos financeiros geridos por terceiros dizem respeito ao retorno gerado pelos ativos que são geridos operacionalmente pela GNB-Seguros Vida, S.A. respeitante a contratos de investimento *Unit-linked* comercializados pela Companhia.

Adicionalmente aos valores de ganhos e perdas de ajustamentos de justo valor em investimentos, os montantes apresentados nas demonstrações financeiras incluem o juro técnico dos passivos financeiros valorizados ao justo valor por ganhos e perdas no montante de 3 775 milhares de euros, conforme ilustrado na Nota 5.

NOTA 19 GANHOS E PERDAS EM DIFERENÇAS DE CÂMBIO

Os valores desta nota devem ser interpretados tendo em atenção os condicionalismos de apresentação de informação financeira referidos na Nota 1.

Esta rubrica inclui os resultados decorrentes da reavaliação cambial de ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira de acordo com a política contabilística descrita na Nota 3, exceto as que resultem de instrumentos financeiros valorizados pelo justo valor através dos resultados.

O saldo é decomposto como segue:

	(milhares de euros)					
	2017			2016		
	Ganho	Perda	Saldo	Ganho	Perda	Saldo
Ativos financeiros disponíveis para venda	1 040	-1 040	-	1 635	-1 671	-36
Ativos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	-	-
Outros	759	-1 976	-1 217	1 326	-606	720
Total	1 799	-3 016	-1 217	2 961	-2 277	684

NOTA 20 OUTROS RENDIMENTOS, GASTOS E VARIAÇÃO DE OUTRAS PROVISÕES

Os valores desta nota devem ser interpretados tendo em atenção os condicionalismos de apresentação de informação financeira referidos na Nota 1.

O saldo da rubrica de Outros rendimentos/ gastos técnicos, líquidos de resseguro é decomposto como segue:

(milhares de euros)		
	2017	2016
Outros Rendimentos Técnicos	8 956	6 405
Comissões de gestão de cosseguro	192	109
Taxas de gestão de sinistros	-	9
Gestão por conta de sinistros	8 764	6 287
Outros Gastos Técnicos	13 067	8 997
Comissões de gestão de cosseguro	515	507
Gestão por conta de sinistros	12 552	8 490
Total	-4 111	-2 592

O saldo da rubrica de Outros rendimentos/ gastos é decomposto como segue:

(milhares de euros)		
	2017	2016
Outros Rendimentos Não Técnicos	7 729	6 078
Restituição de impostos	4 898	211
Outros ganhos	2 356	5 373
Juros e outros ganhos financeiros	44	367
Serviços prestados	403	80
Ganhos por alienação de ativos tangíveis	28	47
Outros Gastos Não Técnicos	4 467	8 788
Donativos	198	113
Mecenato	67	7
Ofertas a clientes	38	171
Multas	24	3
Quotizações	20	14
Dividas incobráveis	1 895	-
Outros gastos	2 040	8 271
Serviços bancários e juros de mora	185	209
Total	3 262	-2 710

No exercício de 2016, os Outros gastos incluem cerca de 5,5 milhões de euros de custos de impostos liquidados no âmbito do processo de fusão e da respetiva integração de ativos imobiliários e outros ativos tangíveis, sobre os quais foi entregue um requerimento de isenção, que em caso de deferimento por parte da Autoridade Tributária resultaria num proveito equivalente.

Em 2017, a Companhia recebeu uma indicação favorável sobre deferimento parcial deste reembolso no valor de 4,9 milhões de euros, sendo essa a justificação do valor de Restituição de impostos. Não obstante o deferimento

não ter sido total, a Companhia encontra-se a avaliar a interposição judicial sobre os restantes 0,6 milhões de euros.

No exercício de 2016, os Outros gastos incluía igualmente o custo com contribuições para segurança social de anos transatos de cerca de 0,6 milhões de euros, cuja liquidação se encontra reclamada judicialmente.

Ainda em 2016, os Outros ganhos incluem essencialmente cerca de 2,5 milhões de euros de proveito, em virtude da Companhia ter aderido ao Programa Especial de Redução do Endividamento de Estado (PERES) o que lhe permitiu serem perdoados 2,2 milhões de euros de juros e 0,3 milhões de euros de outros custos associados. Os Outros ganhos incluem também cerca de 0,9 milhões de euros referentes ao excesso de estimativas de imposto sobre o rendimento efetuadas em anos transatos.

NOTA 21 GASTOS DIVERSOS POR FUNÇÃO E NATUREZA

Os valores desta nota devem ser interpretados tendo em atenção os condicionalismos de apresentação de informação financeira referidos na Nota 1.

Os custos registados nas rubricas de custos por natureza a imputar, não são evidenciados diretamente na conta de ganhos e perdas, dado que são distribuídos pelas 4 funções principais da Companhia, encontrando-se os mesmos refletidos e distribuídos pelas seguintes rubricas:

- Função Sinistros: Custos com sinistros - Montantes pagos brutos;
- Função Aquisição: Custos e gastos de exploração - Custos de aquisição;
- Função Administrativa: Custos e gastos de exploração - Custos administrativos;
- Função Investimentos: Gastos financeiros - Outros.

O processo de imputação dos custos por natureza segue, consoante o caso, os seguintes critérios:

- % de tempo dedicado a cada função por centro de custo;
- % de utilização de meios informáticos;
- % de pessoas afetas a cada função.

A análise desses gastos e sua distribuição usando a classificação baseada na sua função, em 31 de dezembro de 2017 e 2016, é como segue:

(milhares de euros) (%)										
2017	Custos com Sinistros		Custos de Aquisição		Custos Administrativos		Custos com Investimentos		Total	
Custos com pessoal	23 472	24%	43 532	45%	29 280	30%	1 379	1%	97 663	100%
Fornecimentos e serviços externos	9 122	17%	23 126	44%	20 055	38%	697	1%	53 000	100%
Impostos	691	12%	9	0%	4 866	84%	231	4%	5 797	100%
Amortizações	1 963	18%	3 792	34%	4 937	44%	394	4%	11 086	100%
Provisão para riscos e encargos	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%
Outros custos	7	0%	11	1%	145	7%	1 836	92%	1 999	100%
Total	35 255	21%	70 470	42%	59 283	34%	4 537	3%	169 545	100%

(milhares de euros) (%)

2016	Custos com Sinistros		Custos de Aquisição		Custos Administrativos		Custos com Investimentos		Total	
Custos com pessoal	7 235	21%	16 411	48%	10 555	31%	302	1%	34 503	100%
Fornecimentos e serviços externos	4 726	17%	10 002	35%	13 321	47%	383	1%	28 432	100%
Impostos	-	0%	-	0%	2 589	100%	-	0%	2 589	100%
Amortizações	734	18%	1 713	41%	1 458	35%	289	7%	4 194	100%
Provisão para riscos e encargos	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%
Outros custos	-	0%	-	0%	-	0%	716	100%	716	100%
Total	12 695	18%	28 126	40%	27 923	40%	1 690	2%	70 434	100%

O montante dos Custos com pessoal é analisado na Nota 22.

O montante dos Fornecimentos e Serviços Externos é decomposto como segue:

(milhares de euros)

	2017	2016
Eletricidade e água	677	510
Combustíveis	627	202
Material de escritório, impressos e outros	182	95
Artigos para oferta	628	355
Manutenção de equipamento administrativo e imobiliário	379	235
Manutenção de equipamento informático	5 974	2 070
Rendas	3 797	1 997
Aluguer operacional de viaturas e outros alugueres	2 280	940
Despesas de deslocação e representação	1 085	694
Comunicações telefónicas e redes	427	228
Correios	3 095	1 772
Seguros	256	111
Avenças e honorários	369	204
Publicidade e marketing	4 875	906
Limpeza, higiene e conforto	530	346
Vigilância e segurança	177	216
Outsourcing, consultorias e trabalhos especializados	16 792	14 055
Serviços e desenvolvimentos informáticos	7 745	2 248
Quotizações APS	876	240
Cobrança de prémios	1 379	479
Formação de mediadores	64	171
Trabalho temporário	98	42
Outros serviços e fornecimentos diversos	688	316
Total	53 000	28 432

O montante dos Impostos e taxas é decomposto como segue:

(milhares de euros)

	2017	2016
Iva suportado	-	5
Taxa para a ASF	1 674	826
Taxa para o FAT	1 866	886
Imposto municipal sobre imóveis	4	31
Taxa para a Secretaria Geral do MAI	1 815	709
Taxa para o Gabinete Português de Carta Verde	103	55
Outros impostos, taxas e licenças	335	77
Total	5 797	2 589

O montante das Amortizações é decomposto como segue:

(milhares de euros)

	2017	2016
Despesas de desenvolvimento de aplicações informáticas	4 094	1 873
Software	294	124
Outros ativos intangíveis	4 663	311
Equipamento informático	716	667
Imóveis de uso próprio	514	503
Equipamento administrativo e máquinas	205	207
Instalações interiores	123	53
Outro equipamento	477	456
Total	11 086	4 194

O montante de Outros custos é decomposto como segue:

(milhares de euros)

	2017	2016
Juros de depósitos de resseguradores	60	-
Juros de passivos subordinados	104	-
Comissões de guarda, gestão títulos e outros comissões	1 835	716
Total	1 999	716

O montante dos Custos e gastos de exploração líquidos é decomposto como segue:

(milhares de euros)		
	2017	2016
Custos de aquisição		
Remunerações de mediação	78 590	38 588
Custos imputados	70 470	28 126
Outros custos de aquisição	17 428	6 507
Custos de aquisição diferidos (variação)	-3 472	-592
Gastos administrativos		
Remunerações de mediação	4 978	1 965
Custos imputados	59 283	27 923
Comissões e participação nos resultados de resseguro	-13 874	-8 118
Total	213 403	94 399

NOTA 22 GASTOS COM PESSOAL

Os valores desta nota devem ser interpretados tendo em atenção os condicionalismos de apresentação de informação financeira referidos na Nota 1.

O número médio de trabalhadores ao serviço da Companhia segregado por categoria profissional é analisado como segue:

	2017	2016
Diretores/ gestão de topo	27	25
Gestores/ gestão intermedia	41	73
Coordenadores/ gestão operacional	149	109
Técnicos	463	168
Especialistas/ operacionais	438	255
Auxiliares	5	5
Total	1 123	635

Após a fusão de 30 de dezembro de 2016 o número acima referido de 2016 passou para 1 270 trabalhadores.

O montante das despesas com o pessoal é discriminado como segue:

(milhares de euros)		
	2017	2016
Remunerações - Órgãos sociais	2 482	1 838
Remunerações - Pessoal	43 570	25 332
Encargos sobre remunerações - Órgãos sociais	413	346
Encargos sobre remunerações - Pessoal	11 447	5 431
Planos de contribuição definida	1 071	665
Benefícios pós-emprego - Planos de pensões de benefícios definidos	397	-2 937
Benefícios de cessação de emprego	35 610	1 906
Seguros obrigatórios	855	703
Gastos de ação social	1 110	924
Formação	392	173
Outros gastos com pessoal	316	122
Total	97 663	34 503

O valor de Benefícios de cessação de emprego de 2017 engloba os montantes tanto já incorridos como os ainda estimados referentes ao processo de reestruturação aprovado pelo Conselho de Administração, no seguimento do processo de fusão ocorrido no final de 2016, e qual foi igualmente submetido e aprovado pelo Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social.

Os custos com pessoal incluem em 2017 um custo com planos individuais de reforma de 1 071 milhares de euros (2016: 665 milhares de euros), dos quais 425 milhares de euros (2016: 367 milhares de euros) dizem respeito aos órgãos sociais.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 não existiam créditos concedidos pela Companhia aos membros dos órgãos sociais.

As políticas de remuneração dos membros dos Órgãos de Administração, de Fiscalização, da Mesa da Assembleia Geral e dos “Colaboradores com funções-chave” são apresentadas na Divulgação das Políticas de Remuneração, no final do presente Relatório e Contas.

Os honorários faturados e a faturar pela KPMG e Associados, SROC, S.A., o Revisor Oficial de Contas da Companhia, relativos ao exercício de 2017, excluindo despesas e imposto sobre o valor acrescentado, ascendem a 314 milhares de euros, dos quais 265 milhares de euros relativos à Revisão Oficial de Contas e 49 milhares de euros relativos a outros serviços de garantia de fiabilidade, nomeadamente no âmbito de Solvência II e dos procedimentos específicos para o combate ao branqueamento de capitais e política antifraude.

NOTA 23 OBRIGAÇÕES COM BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

Os valores desta nota devem ser interpretados tendo em atenção os condicionalismos de apresentação de informação financeira referidos na Nota 1.

Pensões de reforma e benefícios de saúde

Conforme referido na Nota 3, a Companhia assume a responsabilidade de atribuir aos seus empregados, benefícios complementares às pensões de reforma por velhice e invalidez da Segurança Social, nos termos estabelecidos nos Instrumentos de Regulamentação Coletivas de Trabalho (IRCT) que lhes são aplicáveis.

Em conformidade com o Contrato Coletivo de Trabalho, originariamente aplicável, publicado no BTE n.º 32 de 9 de agosto 2008, os empregados abrangidos por esta convenção, admitidos no setor até 22 de junho de 1995, poderiam aceder a uma prestação pecuniária complementar à pensão de reforma atribuída pela Segurança Social.

Como referido na Nota 3, a Companhia declarou o fim da vigência e da aplicação desta convenção com efeitos a 31 de dezembro de 2016, designadamente no que respeita aos referidos planos complementares de pensões de benefício definido.

Existem também planos que abrangem um conjunto de benefícios de saúde para os empregados no ativo e pré-reformados até à idade normal de reforma.

Como também mencionado na Nota 3, em 23 de dezembro de 2011, foi aprovado um novo Contrato Coletivo de Trabalho dos Seguros, publicado no BTE n.º 2, de 15 de janeiro de 2012, que veio alterar um conjunto de benefícios anteriormente definidos.

Este contrato coletivo de trabalho foi, entretanto, sucedido e substituído pelo Acordo Coletivo de Trabalho publicado no BTE nº 4 de 29 de janeiro de 2016, o qual foi objeto de portaria de extensão, publicada no BTE nº 25, de 8 de julho de 2016, e que ampliou a aplicação dos regimes desta convenção a todos os empregados da Companhia não filiados nos sindicatos outorgantes, com exceção dos empregados filiados no Sinapsa – Sindicato Nacional dos Profissionais de Seguros e Afins.

Das alterações decorrentes do Contrato Coletivo de Trabalho de 2012, que se mantiveram no novo Acordo Coletivo de Trabalho são de salientar as seguintes:

- (i) no que respeita a benefícios pós-emprego, os empregados passam a estar abrangidos por um plano individual de reforma de contribuição definida;
- (ii) prêmio de permanência equivalente a 50% do ordenado efetivo, o qual será devido, verificadas as respetivas condições de atribuição, sempre que o trabalhador complete um ou mais múltiplos de 5 anos na Companhia.

Relativamente à alteração do plano de pensões aplicável aos empregados cuja natureza mudou de benefício definido para contribuição definida, e tendo em consideração que o valor integralmente financiado das responsabilidades pelos serviços passados relativo às pensões de reforma por velhice devidas aos empregados no ativo abrangido pela nova convenção foi convertido em contas individuais desses empregados, integrando o respetivo plano individual de reforma, de acordo com o IAS 19, a Companhia procedeu à liquidação da responsabilidade (“settlement”).

Considerando que os desvios atuariais estão reconhecidos em reservas, a Companhia não teve qualquer impacto adicional nos resultados e nas reservas decorrentes da liquidação efetiva do plano.

Adicionalmente, a Companhia efetuou o “curtailment” ao plano de pensões de benefício definido dos Administradores que tinha até 31 de dezembro de 2015. No decurso de 2016 foi acordado entre o Associado (Tranquilidade) e os participantes e beneficiários com direitos adquiridos a renúncia ao plano em vigor.

Estes participantes acordaram a transferência do valor de responsabilidades financiadas no fundo de pensões, à data da renúncia, para uma adesão a um fundo de pensões aberto de contribuição definida. Para os reformados com pensões em pagamento a responsabilidade é coberta através da compra de rendas vitalícias, assegurando os pagamentos futuros.

A avaliação atuarial dos benefícios por pensões de reforma e benefícios de saúde na Companhia é efetuada anualmente, tendo a última sido efetuada com data de referência a 31 de dezembro de 2017.

Os principais pressupostos considerados nos estudos atuariais, para 31 de dezembro de 2017 e 2016, utilizados para determinar o valor atualizado das responsabilidades com pensões e benefícios de saúde para os empregados pertencentes ao Fundo de Pensões do Grupo Tranquilidade e GNB Seguros Vida, são as seguintes:

	2017	2016
Pressupostos Financeiros		
Taxas de evolução salarial	0,50%	0,25%
Taxa de crescimento das pensões	0,50%	0,25%
Taxa de crescimento das reformas antecipadas	0,50%	0,25%
Taxa de desconto	1,00%	0,75%
Pressupostos Demográficos e Métodos de Avaliação		
Tábua de mortalidade	GKF 95	GKF 95
Tábua de invalidez	Suisse Re 2001	Suisse Re 2001
Método de valorização atuarial	Project Unit Credit Method	

Os principais pressupostos considerados nos estudos atuariais, para 31 de dezembro de 2017, utilizados para determinar o valor atualizado das responsabilidades com pensões e benefícios de saúde para os Colaboradores e ex-Administradores da Global Seguros, do Fundo de Pensões Açoreana Seguros, são as seguintes:

	2017	2016
Pressupostos Financeiros		
Taxas de evolução salarial	0,50%	0,25%
Taxa de crescimento das pensões	0,50%	0,25%
Taxa de desconto	1,55%	1,75%
Pressupostos Demográficos e Métodos de Avaliação		
Tábua de mortalidade		
Homens	GKF 95	GKF 95
Mulheres	GKF 95	GKF 95
Tábua de invalidez	Suisse Re 2001	Suisse Re 2001
Método de valorização atuarial	Project Unit Credit Method	Project Unit Credit Method

De acordo com a política contabilística descrita na Nota 3, a taxa de desconto utilizada para estimar as responsabilidades com pensões de reforma e com benefícios de saúde, corresponde às taxas de mercado à data do balanço, associadas a obrigações de empresas de rating elevado para maturidades similares às das responsabilidades.

A 31 de dezembro de 2017 e 2016, o número de participantes abrangidos pelo plano de benefício definido era o seguinte:

	2017	2016
Ativos	59	92
Reformados	299	319
Total	358	411

A 31 de dezembro de 2017 e 2016, as responsabilidades por serviços passados da Companhia, de acordo com os estudos atuariais efetuados, assim como os fundos e as provisões disponíveis para cobertura das mesmas, ascendiam a:

(milhares de euros)

	2017			2016		
	Pensões Reforma	Benefícios Saúde	Total	Pensões Reforma	Benefícios Saúde	Total
Responsabilidades em 31 de dezembro	-47 585	-357	-47 942	-54 003	-770	-54 773
Saldo do fundo em 31 de dezembro	48 179	-	48 179	51 048	-	51 048
Ativos/ (Responsabilidades) Líquidas em Balanço em 31 de Dezembro	594	-357	237	-2 955	-770	-3 725

Em 2017, a rubrica de Ativos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo, para além do valor de 237 milhares de euros inclui também uma dedução das responsabilidades com os benefícios de contribuição definida de 28 milhares de euros, totalizando desta forma 209 milhares de euros.

Ainda em 2017, a rubrica de Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo inclui as responsabilidades com o prémio de permanência no valor de 415 milhares de euros.

Em 2016, a rubrica de Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo, para além do valor de 3 725 milhares de euros inclui também as responsabilidades com o prémio de permanência no valor de 766 milhares de euros, totalizando desta forma 4 491 milhares de euros.

Importa ainda referir que, no passado, parte das responsabilidades com pensões de reforma foram transferidos pelo Fundo para a Companhia através da aquisição de apólices de seguros de vida (rendas) junto da T-Vida, Companhia de Seguros, S.A. (entidade cuja fusão por incorporação na Seguradoras Unidas ocorreu em 31 de dezembro de 2016).

O número de pensionistas (rendeiros) coberto por essas apólices ascende a 288 (2016: 303), e o valor total da responsabilidade ascende a 5 877 milhares de euros (2016: 6 356 milhares de euros).

Nos termos da Norma Regulamentar n.º 5/2007-R, de 27 de abril, da ASF, as empresas de seguros devem assegurar no final de cada exercício:

- o financiamento integral do valor atual da responsabilidade com pensões em pagamento, incluindo as prestações de pré-reforma e reforma antecipada até à idade normal de reforma e após esta idade; e
- o financiamento de um nível mínimo de 95% do valor atual da responsabilidade por serviços passados de pessoal no ativo, excluindo pré-reformados ou reformados antecipadamente.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, as responsabilidades com pensões em pagamento da Companhia encontravam-se integralmente financiadas.

O plano de pensões em questão é não contributivo e independente da segurança social, sendo financiado pelo fundo de pensões da Companhia.

Dado o atual nível de financiamento do fundo, não é previsível que sejam necessárias contribuições no próximo ano. O fundo de pensões da Companhia apresenta uma duração média de cerca de 8 anos (Fundo de Pensões do Grupo Tranquilidade) e 9 anos (Fundo de Pensões Açoreana Seguros).

A evolução das responsabilidades com pensões de reforma e benefícios de saúde pode ser analisada como segue:

(milhares de euros)

	2017			2016		
	Pensões Reforma	Benefícios Saúde	Total	Pensões Reforma	Benefícios Saúde	Total
Responsabilidades em 1 de Janeiro	54 003	770	54 773	43 106	706	43 812
Custo do serviço corrente	216	-	216	186	27	213
Custo dos juros	455	14	469	557	-	557
(Ganhos e perdas atuariais nas responsabilidades)	-2 820	-345	-3 165	-962	-77	-1 039
Pensões pagas pelo fundo	-4 150	-	-4 150	-3 162	-	-3 162
Benefícios pagos pela Companhia	-	-82	-82	-	-79	-79
Curtailment	-119	-	-119	-3 271	-	-3 271
Efeito fusão	-	-	-	17 549	193	17 742
Responsabilidades em 31 de Dezembro	47 585	357	47 942	54 003	770	54 773

A evolução do valor do fundo de pensões nos exercícios de 2017 e 2016 pode ser analisada como segue:

(milhares de euros)

	2017			2016		
	Pensões Reforma	Benefícios Saúde	Total	Pensões Reforma	Benefícios Saúde	Total
Saldo do Fundo em 1 de Janeiro	51 048	-	51 048	32 452	-	32 452
- Rendimento de juros	411	-	411	436	-	436
- Ganhos e perdas atuariais	1 112	-	1 112	3 129	-	3 129
Contribuições pagas pelos participantes do fundo	-	-	-	-	-	-
Pensões pagas pelo fundo	-4 150	-	-4 150	-3 162	-	-3 162
Transferências para outros fundos de pensões	-242	-	-242	-	-	-
Efeito fusão	-	-	-	18 193	-	18 193
Saldo do Fundo em 31 de Dezembro	48 179	-	48 179	51 048	-	51 048

A evolução dos desvios atuariais reconhecidos na reserva pode ser analisada como segue:

(milhares de euros)

	2017			2016		
	Pensões Reforma	Benefícios Saúde	Total	Pensões Reforma	Benefícios Saúde	Total
Desvios Reconhecidos nas Reservas em 1 de Janeiro	-846	608	-238	1 126	685	1 811
(Ganhos) e perdas atuariais						
- Nas responsabilidades	-2 820	-345	-3 165	-962	-77	-1 039
- Nos ativos do plano	-1 112	-	-1 112	-3 129	-	-3 129
Efeito fusão	-	-	-	2 119	-	2 119
Desvios Reconhecidos nas Reservas em 31 de Dezembro	-4 778	263	-4 515	-846	608	-238

A evolução dos ativos a receber/ passivos a entregar durante 2017 e 2016 pode ser analisada como segue:

(milhares de euros)

	2017			2016		
	Pensões Reforma	Benefícios Saúde	Total	Pensões Reforma	Benefícios Saúde	Total
(Ativos)/ Passivos a Receber ou Entregar em 1 de Janeiro	2 955	770	3 725	10 655	706	11 361
Ganhos e perdas atuariais das responsabilidades	-2 820	-345	-3 165	-962	-77	-1 039
Ganhos e perdas atuariais dos fundos	-1 112	-	-1 112	-3 129	-	-3 129
Encargos do ano:						
- Custo do serviço corrente	216	-	216	186	27	213
- Custo dos juros líquidos no saldo da cobertura das responsabilidades	44	14	58	121	-	121
Contribuições efetuadas no ano e pensões pagas pela Companhia	-	-82	-82	-	-79	-79
Curtailment	123	-	123	-3 271	-	-3 271
Efeito fusão	-	-	-	-644	193	-451
(Ativos)/ Passivos a Receber ou Entregar em 31 de Dezembro	-594	357	-237	2 955	770	3 725

Os custos do exercício com pensões de reforma e com benefícios de saúde podem ser analisados como segue:

(milhares de euros)

	2017			2016		
	Pensões Reforma	Benefícios Saúde	Total	Pensões Reforma	Benefícios Saúde	Total
Custo do serviço corrente	216	-	216	186	27	213
Custo dos juros líquidos no saldo da cobertura das responsabilidades	44	14	58	121	-	121
Curtailment	123	-	123	-3 271	-	-3 271
Custos do Exercício	383	14	397	-2 964	27	-2 937

A análise de sensibilidade e os seus impactos na obrigação acumulada de benefícios pós-emprego, tendo em atenção as suas principais condicionantes, é como segue:

(milhares de euros)

	2017		2016	
	+25 p.p.	-25 p.p.	+25 p.p.	-25 p.p.
Variação na taxa de desconto das responsabilidades	- 581	604	- 604	632
Variação na evolução das pensões	668	- 651	562	- 539
Variação na evolução dos salários	295	- 259	248	- 215

Tendo em atenção que coexistem dois fundos em 31 de dezembro de 2017, os ativos do fundo de pensões total são reportados em separado, conforme 2 quadros seguintes.

Os valores de ativos abaixo divulgados representam a totalidade dos ativos do Fundo de Pensões do Grupo Tranquilidade e GNB Seguros Vida, do qual a Companhia detém cerca de 53,7% (2016: 58,7%) e podem ser analisados como segue:

(milhares de euros)

	2017	2016
Ações e outros títulos de rendimento variável	4 495	3 495
Títulos de rendimento fixo	47 016	35 674
Imobiliário	783	14 969
Liquidez	1 769	1 774
Outros ativos	100	676
	54 163	56 588

Com referência a 29 de dezembro de 2016 a Açoreana Seguros extinguiu a adesão coletiva n.º2 ao Fundo de Pensões Aberto Banif Previdência Empresas, FP, procedendo à constituição do Fundo de Pensões Açoreana Seguros, fundo fechado constituído em 29 de dezembro de 2016, retroagindo os seus efeitos a 1 de janeiro de 2012.

Este Fundo é um Património Autónomo, exclusivamente afeto à realização dos três Planos de Pensões previstos no seu contrato constitutivo (dois Planos de Benefício Definido e um Plano de Contribuição Definida) e os valores dos seus ativos podem ser analisados como segue:

(milhares de euros)

	2017	2016
Ações e outros títulos de rendimento variável	4 240	3 637
Títulos de rendimento fixo	12 314	13 776
Imobiliário	2 786	2 803
Liquidez	1 058	656
Outros ativos	1 763	2 393
	22 161	23 265

O valor total dos ativos dos 2 fundos (Fundo de Pensões do Grupo Tranquilidade e GNB Seguros Vida e Fundo de Pensões Açoreana Seguros) estratificado pelo método utilizado de valorização e de acordo com os níveis descritos na Nota 6, é analisado como segue:

(milhares de euros)

	2017	2016
Nível 1	72 197	62 141
Nível 2	1 368	15 162
Nível 3	2 759	2 550
	76 324	79 853

A reconciliação dos ativos de Nível 3 é como segue:

(milhares de euros)

	Nível 3
31 de Dezembro de 2016	2 550
Compras	321
Alienações	-52
Variação de justo valor	-60
31 de Dezembro de 2017	2 759

O nível 3 é representado essencialmente por fundos imobiliários fechados e a variação de justo valor dos mesmos em cerca de 10% corresponderia a uma perda ou ganho estimado de 276 milhares de euros.

NOTA 24 IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

Os valores desta nota devem ser interpretados tendo em atenção os condicionalismos de apresentação de informação financeira referidos na Nota 1.

Conforme referido na Nota 3, a Companhia está sujeita ao regime fiscal estabelecido pelo Código do IRC – Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas.

Sendo que em 2017 se registou um prejuízo fiscal, o cálculo do imposto corrente do exercício de 2016 foi apurado com base na taxa nominal de imposto e dos diversos escalões de derramas, de cerca de 22,5% que correspondia à taxa nominal aprovada à data do balanço.

A Companhia tem sido objeto de inspeções anuais pela Autoridade Tributária, cujo último projeto de relatório se refere ao exercício de 2015. Genericamente não se têm constatado ajustamentos significativos às declarações entregues e inspeccionadas.

Os exercícios posteriores estão sujeitos a inspeção e eventual ajustamento pelas Autoridades Fiscais durante um período de quatro anos, ou duração superior se estiver em causa a dedução de prejuízos fiscais, sendo nesse caso aplicado um período idêntico ao limite temporal de dedução dos mesmos. Dada a natureza das eventuais correções que poderão ser efetuadas, não é possível quantificá-las neste momento. No entanto, na opinião do Conselho de Administração da Companhia, não é previsível que qualquer correção relativa aos exercícios acima referidos seja significativa para as demonstrações financeiras anexas.

Nas seguintes situações de benefícios fiscais não aceites por parte da Autoridade Tributária, não obstante a Companhia ter uma interpretação divergente e encontrarem-se em 31 de dezembro de 2017 reclamadas e em apreciação judicial, os respetivos cálculos de impostos a pagar foram, entretanto, regularizados pela Companhia:

- Reporte fiscal de fusão ocorrida em 2004, no valor de 40 780 milhares de euros;
- Reinvestimento de mais-valias de venda em 2006 de participação financeira, no valor de 28 754 milhares de euros.

As entidades fusionadas na Companhia apresentaram resultados fiscais negativos nos exercícios descritos conforme segue:

(milhares de euros)

Exercício	Reporte Inicial	Reporte Utilizado	Reporte não Reconhecido	Reporte por Utilizar	Último Ano para Utilização
2013	2 404	-	2 404	-	2018
2014	116 149	-	-	116 149	2026
2015	2 308	-	-	2 308	2027
2016	93 374	-	-	93 374	2028
2017	23 692	-	-	23 692	2022
Total	237 927	-	2 404	235 523	-

Para efeito do cálculo de impostos diferidos e apuramento do valor base de diferenças temporárias, a Companhia realizou um teste de recuperabilidade do total dos prejuízos fiscais das 4 entidades fusionadas face ao plano de negócio aprovado pelos órgãos de gestão e os lucros tributáveis expectáveis decorrentes.

Desta análise resultou o não reconhecimento dos prejuízos referidos de 2013, gerados pela empresa fusionada Seguros LOGO, S.A., no valor total de cerca de 2,4 milhões de euros, que apesar de ainda não terem atingido o ano limite de utilização, não foram considerados para efeitos do cálculo de imposto diferido, tendo em atenção as expectativas de lucro tributável do referido plano de negócio.

A eventual dedução de prejuízos fiscais reportáveis ainda recuperáveis a efetuar em cada um dos períodos de tributação não pode exceder o montante correspondente a 70% do respetivo lucro tributável, não ficando, porém, prejudicada a dedução da parte desses prejuízos que não tenham sido deduzidos, nas mesmas condições e até ao final do respetivo período de dedução.

Em virtude da fusão ocorrida os prejuízos fiscais das entidades fusionadas, com exceção dos referentes à entidade incorporante, ficam sujeitos a uma limitação anual de dedução correspondente ao rácio entre o respetivo capital próprio de cada uma e do último período encerrado anterior à fusão e a totalidade dos capitais próprios de todas as entidades envolvidas na fusão nesse mesmo período.

Sobre os prejuízos fiscais de 2015 da entidade fusionada Açoreana Seguros, S.A., tendo em atenção a alteração da titularidade de mais de 50% do capital social no decurso de 2016 e a limitação à dedução dos prejuízos fiscais consagrada no n.º 8 do Código do IRC, a Companhia entendeu não reconhecer nas suas contas o ativo por impostos diferidos decorrentes dos prejuízos reportáveis no montante de 7,8 milhões de euros, os quais seriam passíveis de utilização nos 12 exercícios posteriores.

A entidade fusionada Açoreana Seguros, S.A. entregou em 2016, dentro dos prazos legais, os respetivos requerimentos de pedido de autorização para manutenção destes prejuízos fiscais, estando a aguardar o deferimento dos mesmos por parte da Autoridade Tributária.

Os ativos e passivos por impostos correntes reportados nos exercícios de 2017 e 2016 explicam-se como segue:

(milhares de euros)

	2017		2016	
	Ativos por Impostos Correntes	Passivos por Impostos Correntes	Ativos por Impostos Correntes	Passivos por Impostos Correntes
Imposto sobre o rendimento	109	227	145	285
Retenção de imposto na fonte	28	1 712	4	2 032
Imposto sobre o valor acrescentado	60	949	60	527
Outros impostos e taxas	411	11 528	334	12 201
Contribuições para a segurança social	195	1 620	185	1 795
Tributos das autarquias locais	4 899	-	-	95
Total	5 702	16 036	728	16 935

Tendo em atenção as restrições das normas contabilísticas no registo de ativos, em 2016 a Companhia registou em Outros gastos não técnicos (Nota 20) os montantes liquidados i) à Autoridade Tributária no valor de 5,5 milhões de euros referente a impostos liquidados no âmbito do processo de fusão e da respetiva integração de ativos imobiliários e outros ativos tangíveis, sobre os quais foi entregue um requerimento de isenção e ii) à Segurança Social no valor de 0,6 milhões de euros referente a diferenças em contribuições detetadas e relativas a anos transatos, cuja liquidação se encontra reclamada judicialmente.

Em ambas as situações, no caso de os despachos das entidades em causa serem positivos para a Companhia o reembolso das quantias referidas resultaria num proveito equivalente.

Em 2017, a Companhia recebeu uma indicação favorável sobre deferimento parcial do reembolso dos impostos liquidados no âmbito do processo de fusão, no valor de 4,9 milhões de euros, sendo essa a justificação do valor de Tributos das autarquias locais. Não obstante o deferimento não ter sido total, a Companhia encontra-se a avaliar a interposição judicial sobre os restantes 0,6 milhões de euros.

Os ativos e passivos por impostos diferidos reconhecidos em balanço, pelo seu líquido, em 2017 e 2016 podem ser analisados como segue:

Rubricas	Ativo		Passivo		Líquido	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Investimentos	25 658	22 578	-5 572	-	20 087	22 578
Benefícios pós-emprego	5 548	315	-	-	5 548	315
Provisão cobranças duvidosas	955	2 281	-	-	955	2 281
Prejuízos fiscais	49 460	42 936	-	-	49 460	42 936
Imóveis	4 493	-	-	-969	4 493	-969
Value in force	4 595	4 351	-651	-	3 944	4 351
Provisões técnicas	16 506	17 672	-	-	16 506	17 672
Outras diferenças temporárias	1 492	2 732	-	-	1 492	2 732
Total	108 707	92 865	-6 222	-969	102 485	91 896

Em 2017 e originado pela fusão da Açoreana Seguros, S.A., encontra-se reconhecido um ativo por impostos diferidos no montante de 17 107 milhares de euros (2016: 14 462 milhares de euros) decorrente das imparidades (ativos disponíveis para venda) ou perdas potenciais (ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através dos ganhos e perdas) associadas à participação detida no BANIF, S.A..

O reconhecimento do aludido ativo decorre do facto de ser expeável que as referidas perdas concorram para efeitos da determinação do lucro tributável quando forem efetivamente realizadas, nomeadamente por via da liquidação do BANIF, S.A. nos termos do n.º 1 do artigo 81.º do Código do IRC.

Em 31 de dezembro de 2017, as Outras diferenças temporárias incluem cerca de 695 milhares de euros (2016: 736 milhares de euros) relativos à amortização extraordinária de ativos intangíveis, que apenas será aceite para efeitos fiscais em exercícios futuros.

Em 31 de dezembro de 2017, e em função de i) as taxas a vigorar após 1 de janeiro de 2018 e ii) a expectativa de conversão em custos e proveitos aceites fiscalmente e perspectiva de prejuízo ou lucro fiscal em cada um dos exercícios futuros, a

Companhia alterou a taxa (taxa base e derramas) utilizada no cálculo de impostos diferidos, de 24,7% e 21%, consoante as situações específicas associadas a diferenças temporárias, para 24,84% (aumento de cerca de 3 293 milhares de euros).

Os impostos correntes e diferidos nos exercícios de 2017 e 2016 foram reconhecidos como segue:

2017	Reserva de Justo Valor	Ganhos e Perdas	Total
Imposto Corrente	210	-1 487	-1 277
Estimativa de IRC	210	-210	-
Imposto autónomo	-	-1 277	-1 277
Imposto Diferido	-3 804	14 393	10 589
Investimentos	-2 178	-313	-2 491
Benefícios pós-emprego	-	5 233	5 233
Provisões não aceites	-	-1 325	-1 325
Prejuízos fiscais	-1 626	8 150	6 524
Imóveis	-	5 462	5 462
Value in force	-	-406	-406
Provisões técnicas	-	-1 166	-1 166
Outras diferenças temporárias	-	-1 241	-1 241
Total	-3 594	12 906	9 312

2016	Reserva de Justo Valor	Ganhos e Perdas	Efeito fusão	Total
Imposto Corrente	-	-618	-	-618
Estimativa de IRC	-	-30	-	-30
Imposto autónomo	-	-588	-	-588
Imposto Diferido	-2 391	20 710	64 592	82 911
Investimentos	-2 391	-1 159	20 567	17 017
Benefícios pós-emprego	-	24	229	253
Provisão cobranças duvidosas	-	1 328	800	2 128
Prejuízos fiscais	-	24 422	18 514	42 936
Imóveis	-	-2 843	462	-2 381
Value in force	-	-	4 351	4 351
Provisões técnicas	-	-	17 672	17 672
Outras diferenças temporárias	-	-1 062	1 997	935
Total	-2 391	20 092	64 592	82 293

A reconciliação da taxa efetiva de imposto pode ser analisada como segue:

	2017	2016
Resultado antes de impostos	-54 596	9 759
Taxa de imposto nominal	21,0%	22,5%
Imposto apurado com base na taxa oficial	11 465	-2 196
Imparidades e provisões não aceites fiscalmente	-922	-290
Reporte de prejuízos fiscais não considerados	-	24 422
Outros proveitos e custos excluídos de tributação/ diferença de taxa ID's	142	-2 410
Imposto autónomo	-1 277	-588
Imóveis	4 014	-
Dividendos excluídos da tributação	1 045	1 312
Benefícios fiscais	187	113
Diferenças nas valias aceites fiscalmente	-1 747	-271
Imposto Reconhecido nos Resultados	12 906	20 092
Taxa de Imposto Efetiva	23,6%	-205,9%

NOTA 25 CAPITAL

Os valores desta nota devem ser interpretados tendo em atenção os condicionalismos de apresentação de informação financeira referidos na Nota 1, encontrando-se todos visíveis no Mapa de Variação de Capitais Próprios.

Em 2016, o acionista procedeu a diversas operações de reforço e devolução de prestações acessórias, tendo o valor líquido destes movimentos refletido um reembolso de 32,9 milhões de euros, sendo que, em 31 de dezembro de 2017, o valor de prestações acessórias ascende a 27,1 milhões de euros, as quais não vencem juros e sobre as quais incidem as condições de reembolso determinadas pela legislação aplicável.

Efetuu-se ainda em 2016 um aumento de capital no valor de 140 milhões de euros e realizado em 71,4 milhões de euros.

Em 31 de dezembro de 2017, o capital social ascende a 182 milhões de euros, representado por 182 milhões de ações de valor nominal de 1 euro cada, que se encontra realizado em 84 milhões de euros, pelo seu acionista único, a sociedade Calm Eagle Holdings S.à r.l.. O capital não realizado deverá ser realizado até ao termo do prazo de 5 anos a contar do dia 30 de dezembro de 2016, podendo ser realizado antecipadamente mediante pedido fundamentado do Conselho de Administração nesse sentido.

Os resultados dos exercícios de 2016 e de 2015 foram aplicados em 2017 e 2016, respetivamente, tendo em atenção os condicionalismos de apresentação de informação financeira referidos na Nota 1, conforme indicado:

	(milhares de euros)	
	2017	2016
Resultados transitados	26 866	26 428
Pagamento de dividendos	-	-
Reserva legal	2 985	2 936
	29 851	29 364

NOTA 26 RESERVAS

Os valores desta nota devem ser interpretados tendo em atenção os condicionalismos de apresentação de informação financeira referidos na Nota 1.

Dentro do capital próprio existem diversos tipos de reservas cuja natureza e finalidade são como segue:

Reserva Legal

A reserva legal só pode ser utilizada para cobrir prejuízos acumulados ou para aumentar o capital. De acordo com a legislação Portuguesa, a reserva legal deve ser anualmente creditada com pelo menos 10% do lucro líquido anual, até à concorrência do capital social.

Reservas de Justo Valor

As reservas de justo valor representam as mais e menos valias potenciais relativas à carteira de investimentos disponíveis para venda, líquidas da imparidade reconhecida em resultados no exercício e/ou em exercícios anteriores.

Reservas por Impostos Diferidos

Os impostos diferidos reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de investimentos disponíveis para venda são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço em cada jurisdição e que se espera virem a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Reservas Livres

As reservas livres resultam da decisão da aplicação dos resultados positivos obtidos no exercício ou transitados, tomada em Assembleia Geral.

Reserva Desvios Atuariais

De acordo com o IAS 19 - Benefícios a empregados, a Companhia reconhece os desvios atuariais por contrapartida de reservas.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, as reservas podem ser analisadas como segue:

	(milhares de euros)	
	2017	2016
Reservas de justo valor de ativos financeiros	20 066	6 054
Reserva por impostos diferidos	-5 731	-2 137
Outras reservas	46 688	39 427
- Reserva legal	42 173	39 188
- Reserva desvios atuariais	4 515	239
- Reservas livres	-	-
Reservas	61 023	43 344

A descrição dos movimentos de cada reserva dentro do capital próprio encontra-se expressa na demonstração de variação de capitais próprios que é apresentada no início do relatório e contas, em conjunto com as restantes demonstrações financeiras.

A reserva de justo valor bruta, segundo a tipologia de ativos, pode ser analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	2017	2016
Títulos de rendimento fixo	7 771	161
Títulos de rendimento variável	17 705	7 463
Shadow accounting	-5 410	-1 570
Reservas de Justo Valor	20 066	6 054

A reserva de justo valor líquida explica-se, em 31 de dezembro de 2017 e 2016, como segue:

	(milhares de euros)	
	2017	2016
Custo amortizado de investimentos disponíveis para venda (sem juro decorrido)	1 492 212	1 450 140
Imparidade	-9 343	-4 653
Custo amortizado/ aquisição líquido de imparidade	1 482 869	1 445 487
Justo valor de investimentos disponíveis para venda (sem juro decorrido)	1 508 345	1 453 111
Reserva de reavaliação bruta (justo valor - custo)	25 476	7 624
Impostos diferidos e correntes	-5 731	-2 137
Shadow accounting	-5 410	-1 570
Reserva de Reavaliação Líquida de Impostos	14 335	3 917

O movimento da reserva de justo valor líquida, nos exercícios de 2017 e 2016, é como segue:

	(milhares de euros)	
	2017	2016
Saldo a 1 de Janeiro	3 917	-873
Variações de justo valor, incluindo variação por alienações	25 181	9 914
Imparidade reconhecida no ano	-7 329	1 100
Variações do shadow accounting	-3 840	-
Varição impostos diferidos e correntes reconhecida no ano	-3 594	-2 391
Efeito fusão	-	-3 833
Saldo a 31 de Dezembro	14 335	3 917

NOTA 27 RESULTADOS POR AÇÃO

Os valores desta nota devem ser interpretados tendo em atenção os condicionalismos de apresentação de informação financeira referidos na Nota 1.

O resultado por ação nos exercícios de 2017 e 2016 foi o seguinte:

	2017	2016
Resultado líquido do exercício (em milhares de euros)	-41 690	29 851
Número de ações (final do exercício)	182 000 000	182 000 000
Resultados por Ação (em Euros)	-0,23	0,16

NOTA 28 DIVIDENDOS POR AÇÃO

Os valores desta nota devem ser interpretados tendo em atenção os condicionalismos de apresentação de informação financeira referidos na Nota 1.

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia tinha como acionista único a sociedade Calm Eagle Holdings, S.à r.l., pertencente ao Grupo Apollo, ao qual não foram pagos dividendos nos exercícios de 2017 e 2016.

NOTA 29 TRANSAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS

Os valores desta nota devem ser interpretados tendo em atenção os condicionalismos de apresentação de informação financeira referidos na Nota 1.

Em 15 de janeiro de 2015, o Grupo Apollo, através da sociedade Calm Eagle Holdings S.à r.l. adquiriu a totalidade do capital acionista da Companhia, tendo esta aquisição merecido a aprovação prévia da ASF. Desta forma, em 31 de dezembro de 2016 e 2017, são consideradas entidades relacionadas da Companhia todas as suas participadas e as restantes entidades que integram o Grupo Apollo.

Os relacionamentos entre as entidades relacionadas, abrangem diversas áreas de negócio, sendo as operações e serviços mais relevantes, estratificadas por tipo de entidade:

- a) Subsidiárias (resseguro, gestão de sinistros e consultadoria);
- b) Associadas (resseguro e consultadoria);
- c) Outras entidades relacionadas (gestão de seguros do ramo saúde, seguros Vida e Não-Vida, consultadoria e serviços médicos).

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 o montante global dos ativos e passivos da Companhia que se referem a operações realizadas com empresas associadas e relacionadas, resume-se como segue:

(milhares de euros)

	2017				2016			
	Ativo	Passivo	Custos	Proveitos	Ativo	Passivo	Custos	Proveitos
ADVANCECARE	2 555	1 132	6 431	188	2 019	538	3 231	193
ADV HEALTH INTERNATIONAL	900	-	-	-	900	-	-	-
APOLLO MANAGEMENT HOLDINGS LLP	-	-	521	-	-	-	317	-
APOLLO MANAGEMENT INTERNATIONAL	-	-	1 423	-	-	-	568	-
APOLLO MANAGEMENT VIII, LP	-	-	500	-	-	-	500	-
CALM EAGLE HOLDINGS S.A.R.L.	6 870	-	-	-	6 326	-	-	-
CORPUS CHRISTI	-	-	-	-	2 222	-	-	-
ESUMÉDICA	6	-	147	-	32	8	750	-
EUROP ASSISTANCE	1 410	1 946	-	2 214	1 410	158	-	1 833
GNB SEGUROS	3	-	-	2 176	7	-	-	1 375
CRIA (*)	-	-	-	-	-	112	-	-
GIGA (*)	-	-	-	-	-	1	-	-
IMOCRESCENTE	-	-	-	-	3 125	-	-	-
TRQ ANGOLA	9 561	-	2 692	3 617	10 807	-	3 304	6 185
TRQ MOÇAMBIQUE NÃO-VIDA	1 525	-	403	667	1 587	-	302	613
TRQ MOÇAMBIQUE VIDA	479	-	-	33	343	-	-	-
AAME TRQ GLOBAL INV GRADE CORP CREDIT	-	-	-	729	-	-	-	-
	23 309	3 078	12 117	9 624	28 778	817	8 972	10 199

(*) Entidade alienada em 2017.

Para além dos valores acima referidos, de notar que a Advancecare Health International, S.A. foi parte de um contrato de financiamento juntamente com a Calm Eagle Portugal – Sociedade Unipessoal Limitada, no montante global de 25 milhões de euros, o qual permitiu a esta última adquirir a totalidade do capital social que ainda não detinha da AdvanceCare, Gestão de Serviços de Saúde, S.A., tendo as ações da Advancecare Health International, S.A., no valor nominal de 100 milhares de euros, sido objeto de penhor financeiro a favor da entidade financiadora.

Em 2017 foi ainda registado um reforço de imparidade de débitos sobre a subsidiária Tranquilidade – Corporação Angolana de Seguros, S.A. de 7,2 milhões de euros (2016: reforço de 0,6 milhões de euros). Também em 2017 foram também registadas imparidades sobre as participações financeiras detidas e débitos sobre as 2 subsidiárias de Moçambique, no valor total de 1,5 e 0,7 milhões de euros, respetivamente.

Em 2017 foi registado um custo com um seguro de responsabilidade civil para as funções do Conselho de Administração no valor de 204 milhares de euros (2016: 200 milhares de euros).

Em 2017 foi registado um custo com planos individuais de reforma de membros do Conselho de Administração de 425 milhares de euros (2016: 367 milhares de euros).

Em 2017 foi registado um custo com rescisões contratuais e respetivos encargos relativos a membros do Conselho de Administração no valor de 761 milhares de euros (2016: zero).

Relativamente aos outros benefícios a empregados, ver adicionalmente informação divulgada na Nota 22 e nas Políticas de Remuneração.

NOTA 30 DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

Os valores desta nota devem ser interpretados tendo em atenção os condicionalismos de apresentação de informação financeira referidos na Nota 1.

A demonstração de fluxos de caixa, elaborada numa ótica indireta de origem e aplicação de fundos, tendo em atenção os condicionalismos de apresentação de informação financeira referidos na Nota 1, é apresentada no início do relatório e contas em conjunto com as restantes demonstrações financeiras.

NOTA 31 COMPROMISSOS E CONTINGÊNCIAS

Os valores desta nota devem ser interpretados tendo em atenção os condicionalismos de apresentação de informação financeira referidos na Nota 1.

Tal como mencionado anteriormente nas Notas 9 e 13, em dezembro de 2016 foram celebrados dois contratos de promessa de compra e venda da maioria dos imóveis detidos pela Companhia e pelo Fundo de Pensões da Companhia bem como de fundos imobiliários participados pela Companhia, nomeadamente Imoprime e Imocrescente.

No âmbito do contrato celebrado a Companhia assumiu o compromisso e garantia de pagamento de uma indemnização máxima de 15% do preço do portfólio dos imóveis alienados, caso se verifique desconformidade quanto às declarações e garantias prestadas pela Companhia das quais se destacam: (i) inexistência de defeitos estruturais ou de construção, (ii) licenciamento dos

imóveis, (iii) inexistência de litígios, dívidas ou compromissos com terceiros, e (iv) propriedade dos imóveis alienados. Em 31 de dezembro de 2016 e 2017 esta possível contingência poderá assumir o valor máximo de 18 743 milhares de euros, caducando a mesma ao fim de 24 meses após a outorgação das escrituras públicas.

Ainda decorrente deste contrato acima referido, foram celebrados com as entidades compradoras contratos de arrendamento de vários espaços ocupados pela Companhia com garantias de renda com a seguinte maturidade:

(milhares de euros)			
	Até 3 Meses	4 a 12 Meses	+1 a 5 Anos
Rendas contratadas	549	1 646	6 312

A Companhia detém também uma opção de compra de 2% do capital da Tranquilidade – Corporação Angolana de Seguros, S.A., que a efetivar-se alterará a participação para 51% do capital e direitos de votos desta entidade, estando todo o processo condicionado à autorização prévia pelas autoridades angolanas competentes.

A Companhia detém contratos de locação operacional referentes a material de transporte e detinha até 31 de dezembro de 2015 contratos de locação financeira para aquisição de equipamento informático e material de transporte.

Os valores de compromissos contratuais expressos no balanço dos contratos em regime de locação financeira, são analisados como segue:

(milhares de euros)		
	2017	2016
Ativos tangíveis (valor bruto)	11 171	11 171
Amortizações acumuladas	-11 171	-11 171
Ativos Tangíveis (Valor Líquido)	-	-
Credores - Fornecedores de Bens	-	-

A maturidade das prestações de locação operacional vincendas é analisada como segue:

(milhares de euros)			
	Até 3 Meses	4 a 12 Meses	+1 a 5 Anos
Contratos de locação operacional	252	546	767

Está em curso um processo contraordenacional aberto pela Autoridade da Concorrência relativo a alegadas práticas anticoncorrenciais no setor, processo esse que se encontra sob segredo de justiça. A Companhia encontra-se a colaborar plenamente com a Autoridade da Concorrência no referido processo. A empresa estima que não venha a ocorrer a aplicação de uma coima no referido processo pois tal não é antecipado pelos assessores jurídicos a acompanhar esta matéria.

NOTA 32 CONCENTRAÇÕES DE ATIVIDADES EMPRESARIAIS

Com o objetivo de aumento de quota de mercado e captação de sinergias, em 5 de agosto de 2016 a Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A. adquiriu 100% da Açoreana Seguros, S.A., que com data efeito de 30 de dezembro de 2016 foi fusionada com a própria Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A. a T-Vida, Companhia de Seguros, S.A. e a Seguros LOGO, S.A., na agora denominada Seguradoras Unidas, S.A..

Em conformidade com a “IFRS 3 - Concentrações em atividades empresariais” e decorrente da diferença positiva entre o custo da aquisição da Açoreana Seguros, S.A. e a alocação do justo valor atribuível aos ativos e passivos na data de aquisição foi gerado um *goodwill* no montante de 65 981 milhares de euros suportado, como segue:

(milhares de euros)			
	Valor Balanço	Justo Valor	Ajustamento
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	12 392	12 392	-
Ativos disponíveis para venda	689 118	689 168	50
Terrenos e edifícios de uso próprio	33 691	33 691	-
Terrenos e edifícios de rendimento	40 327	40 327	-
Ativos por benefícios pós-emprego	2 478	2 478	-
Ativos tangíveis	1 360	1 360	-
Ativos intangíveis	3 304	8 896	5 592
Impostos diferidos ativos	34 907	52 284	17 377
Outros ativos	77 025	77 025	-
Ativo	894 603	917 622	23 019
Provisões técnicas	808 935	908 688	99 753
Passivos subordinados	8 540	8 540	-
Outros passivos	58 641	58 569	-72
Passivo	876 116	975 797	99 681
Capitais Próprios	18 487	-58 175	-76 662
Interesses minoritários*	682	682	-
Capitais Próprios Atribuíveis	17 805	-58 857	-76 662
Custo de aquisição		7 124	
Goodwill		65 981	

* Minoritários das participações GIGA – Grupo Integrado de Gestão de Acidentes, S.A. e CRIA – Centro de Reabilitação Integrada de Acidentes, S.A. detidas pela Açoreana.

O *goodwill* apurado deveu-se essencialmente à contabilização pelo justo valor das provisões matemáticas de acidentes de trabalho e vida financeiros, através do desconto dos *cash-flows* estimados dessas responsabilidades à curva sem risco determinada pela Autoridade Europeia para Seguros e Pensões Ocupacionais (“EIOPA”) com ajustamento de volatilidade, em linha com o definido pelos requisitos de Solvência II.

A contabilização deste ativo (*Goodwill*) foi consubstanciada pela captação de sinergias decorrentes do aumento da dimensão da Companhia, bem como pela fusão operacional da Açoreana Seguros, S.A. na Seguradoras Unidas, S.A..

A variação de 17 377 milhares de euros na rubrica de impostos diferidos corresponde à componente de imposto resultante dos ajustamentos efetuados para o justo valor. A rubrica de outros ativos inclui essencialmente ativos ao custo amortizado líquidos de imparidade. Para estes itens considerou-se que o seu valor líquido contabilístico a melhor estimativa para o justo valor tendo em consideração a sua maturidade e recuperabilidade, como segue:

	(milhares de euros)		
	Valor Bruto	Imparidade	Valor Líquido
Caixa e bancos	8 895	-	8 895
Contas a receber por operações de seguro directo	39 729	-6 134	33 595
Contas a receber por outras operações de resseguro	4 943	-1 059	3 884
Contas a receber por outras operações	18 180	-15 679	2 501
Empréstimos e contas a receber	1 306	-	1 306
Provisões técnicas de resseguro cedido	23 877	-	23 877
Ativos por impostos correntes	992	-	992
Outros	1 974	-	1 974
Total de Outros Ativos	99 897	-22 872	77 025

Importa referir que no âmbito desta transação, foram incorporados por via de aumento de capital 28 637 milhares de euros, respeitantes a dívida subordinada detida pelos anteriores acionistas da Açoreana Seguros, S.A..

O custo de aquisição apresentado desagrega-se maioritariamente em: (i) 3,6 milhões de euros liquidado em dinheiro; (ii) 3,3 milhões de euros através da emissão de uma nota com maturidade em julho de 2018 e uma taxa de remuneração de 5%.

NOTA 33 ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DE BALANÇO NÃO DESCRITOS EM PONTOS ANTERIORES

Em 24 de fevereiro de 2017, já após o encerramento contabilístico do exercício de 2016, foram celebradas as escrituras de venda da maior parte dos imóveis relativos aos dois contratos de promessa de compra e venda mencionados nas Notas 9 e 11, tendo gerado uma valia contabilística positiva de 11 878 milhares de euros, que diz essencialmente respeito ao impacto da alienação do imóvel de uso próprio (edifício sede).

No caso dos imóveis de rendimento, os mesmos foram avaliados em 2016 de acordo com os valores descritos nos contratos de promessa de compra e venda, deduzidos dos eventuais custos de alienação, pelo que o impacto da venda já se encontrava reconhecido nas demonstrações financeiras de 2016.

NOTA 34 OUTRAS INFORMAÇÕES

NORMAS CONTABILÍSTICAS E INTERPRETAÇÕES RECENTEMENTE EMITIDAS

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas que entraram em vigor e que a Companhia aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras, são as seguintes:

Foram emitidas pelo IASB:

- Em 19 de janeiro de 2016 e aplicável aos períodos que se iniciam em, ou após, 1 de janeiro de 2017, alterações à IAS 12 que visaram clarificar os requisitos de reconhecimento de ativos por impostos diferidos para perdas não realizadas para resolver divergências praticadas (adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1989/2017, de 6 de novembro).
- Em 29 de janeiro de 2016 e aplicável aos períodos que se iniciam em, ou após 1 de janeiro de 2017, alterações à IAS 7, iniciativa de divulgações, exigindo às empresas prestação de informação sobre alterações nos seus passivos financeiros proporcionando informação que auxilie os investidores na compreensão do endividamento das empresas (adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1990/2017, de 6 de novembro).
- Os melhoramentos anuais do ciclo 2014-2016, emitidos pelo IASB em 8 de dezembro de 2016 introduzem alterações à norma IFRS 12 (clarificação do âmbito de aplicação da norma), com data efetiva em, ou após, 1 de janeiro de 2017.

Nenhuma destas modificações teve impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

A Companhia decidiu optar pela não aplicação antecipada das seguintes normas e/ou interpretações, adotadas pela União Europeia

IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (emitida em 2009 e alterada em 2010, 2013 e 2014)

A IFRS 9 foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 2067/2016, de 22 de novembro de 2016 (definindo a entrada em vigor o mais tardar a partir da data de início do primeiro exercício financeiro que começa em ou após de 1 de janeiro de 2018).

A IFRS 9 (2009) introduziu novos requisitos para a classificação e mensuração de ativos financeiros. A IFRS 9 (2010) introduziu requisitos adicionais relacionados com passivos financeiros. A IFRS 9 (2013) introduziu a metodologia da cobertura. A IFRS 9 (2014) procedeu a alterações limitadas à classificação e mensuração contidas na IFRS 9 e novos requisitos para lidar com a imparidade de ativos financeiros.

Os requisitos da IFRS 9 representam uma mudança significativa dos atuais requisitos previstos na IAS 39, no que respeita aos ativos financeiros. A norma contém três categorias de mensuração de ativos financeiros: custo amortizado, justo valor por contrapartida em outro rendimento integral (OCI) e justo valor por contrapartida em resultados. Um ativo financeiro será mensurado ao custo amortizado caso seja detido no âmbito do modelo de negócio cujo objetivo é deter o ativo por forma a receber os fluxos de caixa contratuais e os termos dos seus fluxos de caixa dão lugar a recebimentos, em datas especificadas, relacionadas apenas com o montante nominal e juro em vigor.

Se o instrumento de dívida for detido no âmbito de um modelo de negócio que tanto capte os fluxos de caixa contratuais do instrumento como capte por vendas, a mensuração será ao justo valor com a contrapartida em outro rendimento integral (OCI), mantendo-se o rendimento de juros a afetar os resultados.

Para um investimento em instrumentos de capital próprio que não seja detido para negociação, a norma permite uma eleição irrevogável, no reconhecimento inicial, numa base individual por cada ação, de apresentação das alterações de justo valor em OCI. Nenhuma desta quantia reconhecida em OCI será reclassificada para resultados em qualquer data futura. No entanto, dividendos gerados, por tais investimentos, são reconhecidos em resultados em vez de OCI, a não ser que claramente representem uma recuperação parcial do custo do investimento.

Nas restantes situações, quer os casos em que os ativos financeiros sejam detidos no âmbito de um modelo de negócio de *trading*, quer outros instrumentos que não tenham apenas o propósito de receber juro e amortização e capital, são mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Nesta situação incluem-se igualmente investimentos em instrumentos de capital próprio, aos quais a entidade não designe a apresentação das alterações do justo valor em OCI, sendo assim mensurados ao justo valor com as alterações reconhecidas em resultados.

A norma exige que derivados embutidos em contratos cujo contrato base seja um ativo financeiro, abrangido pelo âmbito de aplicação da norma, não sejam separados; ao invés, o instrumento financeiro híbrido é aferido na íntegra e, verificando-se os derivados embutidos, terão de ser mensurados ao justo valor através de resultados. A norma elimina as categorias atualmente existentes na IAS 39 de “detido até à maturidade”, “disponível para venda” e “contas a receber e pagar”.

A IFRS 9 (2010) introduz um novo requisito aplicável a passivos financeiros designados ao justo valor, por opção, passando a impor a separação da componente de alteração de justo valor que seja atribuível ao risco de crédito da entidade e a sua apresentação em OCI, ao invés de resultados. Com exceção desta alteração, a IFRS 9 (2010) na sua generalidade transpõe as orientações de classificação e mensuração, previstas na IAS 39 para passivos financeiros, sem alterações substanciais.

A IFRS 9 (2013) introduziu novos requisitos para a contabilidade de cobertura que alinha esta de forma mais próxima com a gestão de risco. Os requisitos também estabelecem uma maior abordagem de princípios à contabilidade de cobertura resolvendo alguns pontos fracos contidos no modelo de cobertura da IAS 39. A IFRS 9 (2014) estabelece um novo modelo de imparidade baseado em “perdas esperadas” que substituirá o atual modelo baseado em “perdas incorridas” previsto na IAS 39.

Assim, o evento de perda não mais necessita de vir a ser verificado antes de se constituir uma imparidade. Este novo modelo pretende acelerar o reconhecimento de perdas por via de imparidade aplicável aos instrumentos de dívida detidos, cuja mensuração seja ao custo amortizado ou ao justo valor por contrapartida em OCI.

No caso de o risco de crédito de um ativo financeiro não tenha aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial, o ativo financeiro gerará uma imparidade acumulada igual à expectativa de perda que se estime poder ocorrer nos próximos 12 meses.

Caso o risco de crédito aumente significativamente, o ativo financeiro gerará uma imparidade acumulada igual à expectativa de perda que se estime poder ocorrer até à respetiva maturidade, aumentando assim a quantia de imparidade

reconhecida. Uma vez verificando-se o evento de perda (o que atualmente se designa por “prova objetiva de imparidade”), a imparidade acumulada é afeta diretamente ao instrumento em causa, ficando o seu tratamento contabilístico similar ao previsto na IAS 39, incluindo o tratamento do respetivo juro.

A IFRS 9 será aplicável em ou após 1 de janeiro de 2018.

Alterações à IFRS 4: Aplicação da IFRS 9 Instrumentos Financeiros com a IFRS 4: Contratos de Seguro (emitida em 12 de setembro de 2016) permite que uma seguradora, que cumpra determinados critérios especificados, adote uma exceção temporária à IFRS 9 e mantenha a aplicação da IAS 39 até 1 de janeiro de 2021.

Considerando que os critérios previstos para a exceção temporária estão cumpridos, a Companhia optou por não proceder à adoção da norma com referência a 1 de janeiro de 2018. Esta opção tem por base o entendimento já transmitido pela ASF que irá adotar esta alteração do IFRS 4. Não obstante, dada a natureza das atividades da Companhia, é expectável que esta norma venha a ter impactos relevantes nas Demonstrações Financeiras da Companhia.

IFRS 15 - Rêdito de Contratos com Clientes

O IASB, emitiu, em 28 de maio de 2014, a norma IFRS 15 - Rêdito de contratos com Clientes. A IFRS 15 foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1905/2016, de 22 de setembro de 2016. Com aplicação obrigatória em períodos que se iniciem em, ou após, 1 de janeiro de 2018.

A sua adoção antecipada é permitida. Esta norma revoga as normas IAS 11 - Contratos de construção, IAS 18 - Rêdito, IFRIC 13 - Programas de Fidelidade do Cliente, IFRIC 15 - Acordos para a Construção de Imóveis, IFRIC 18 - Transferências de Ativos Provenientes de Clientes e SIC 31 Rêdito - Transações de Troca Direta Envolvendo Serviços de Publicidade.

A IFRS 15 determina um modelo baseado em 5 passos de análise por forma a determinar quando o rêdito de ver reconhecido e qual o montante. O modelo especifica que o rêdito deve ser reconhecido quando uma entidade transfere bens ou serviços ao cliente, mensurado pelo montante que a entidade espera ter direito a receber. Dependendo do cumprimento de alguns critérios, o rêdito é reconhecido:

- No momento preciso, quando o controlo dos bens ou serviços é transferido para o cliente; ou
- Ao longo do período, na medida em que retrata a performance da entidade.

A Companhia não espera impactos relevantes decorrentes da adoção desta norma, considerando que a maioria da sua atividade corresponde a contratos que se enquadram no âmbito do IFRS 4.

IFRS 16 - Locações

O IASB, emitiu, em 13 de janeiro de 2016, a norma IFRS 16 - Locações, de aplicação obrigatória em períodos que se iniciem em, ou após, 1 de janeiro de 2019. A sua adoção antecipada é permitida desde que adotada igualmente a IFRS 15. Esta norma revoga a norma IAS 17 - Locações. A IFRS 16 retira a classificação das locações como operacionais ou financeiras, tratando todas as locações como financeiras.

Locações de curto-prazo (menos de 12 meses) e locações de ativos de baixo valor (como computadores pessoais) são isentos de aplicação dos requisitos da norma.

A Companhia não antecipa qualquer impacto significativo na aplicação desta norma.

Normas, alterações e interpretações emitidas mas ainda não efetivas para a Companhia

IFRS 14 - Contas Diferidas Regulatórias

O IASB emitiu em 30 de janeiro de 2014 uma norma que define medidas provisórias para quem adota pela primeira vez as IFRS e tem atividade com tarifa regulada. A Comissão Europeia decidiu não iniciar o processo de adoção desta norma interina e esperar pela norma final.

A presente norma não é aplicável à Companhia.

IFRIC 22 - Transações em Moeda Estrangeira e Contraprestação de Adiantamentos

Foi emitida em 8 de dezembro de 2016 a interpretação IFRIC 22, com data de aplicação obrigatória para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de janeiro de 2018.

A nova IFRIC 22 vem definir que, tendo existido adiantamentos em moeda estrangeira para efeitos de aquisição de ativos, suporte de gastos ou geração de rendimentos, ao aplicar os parágrafos 21 a 22 da IAS 21, a data considerada de transação para efeitos da determinação da taxa de câmbio a utilizar no reconhecimento do ativo, gasto ou rendimento (ou parte dele) inerente é a data em que a entidade reconhece inicialmente o ativo ou passivo não monetário resultante do pagamento ou recebimento do adiantamento na moeda estrangeira (ou havendo múltiplos adiantamentos, as taxas que vigorarem em cada adiantamento).

A Companhia não espera que ocorram alterações significativas na adoção da presente interpretação.

IFRIC 23 - Incerteza sobre Tratamento Fiscal de Imposto sobre Rendimentos

Foi emitida em 7 de junho de 2017 uma interpretação sobre como lidar, contabilisticamente, com incertezas sobre o tratamento fiscal de impostos sobre o rendimento, especialmente quando a legislação fiscal impõe que seja feito um pagamento às Autoridades no âmbito de uma disputa fiscal e a entidade tenciona recorrer do entendimento em questão que levou a fazer tal pagamento.

A interpretação veio definir que o pagamento pode ser considerado um ativo de imposto, caso seja relativo a impostos sobre o rendimento, nos termos da IAS 12 aplicando-se o critério da probabilidade definido pela norma quanto ao desfecho favorável em favor da entidade sobre a matéria de disputa em causa.

Nesse contexto a entidade pode utilizar o método do montante mais provável ou, caso a resolução possa ditar intervalos de valores em causa, utilizar o método do valor esperado. IFRIC 23 é aplicada para os exercícios que se iniciem em, ou após, 1 de janeiro de 2019 podendo ser adotada antecipadamente.

A Companhia não espera que ocorram alterações significativas na adoção da presente interpretação.

Outras Alterações

Foram ainda emitidas pelo IASB:

- Em 20 de junho de 2016 e aplicável aos períodos que se iniciam em, ou após, 1 de janeiro de 2018, alterações à IFRS 2 – Classificação e Mensuração de Transações com pagamentos baseados em ações;
- Em 8 de dezembro de 2016 e aplicável aos períodos que se iniciam em, ou após 1 de janeiro de 2018, alterações à IAS 40 – Transferência de propriedades de investimento clarificando o momento em que a entidade deve transferir propriedades em construção ou desenvolvimento de, ou para, propriedades de investimento quando ocorra alteração no uso de tais propriedades que seja suportado por evidência (além do listado no parágrafo 57 da IAS 40);
- Os melhoramentos anuais do ciclo 2014-2016, emitidos pelo IASB em 8 de dezembro de 2016 introduzem alterações, com data efetiva de aplicação para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de julho de 2018 às normas IFRS 1 (eliminação da exceção de curto prazo para aplicantes das IFRS pela primeira vez) e IAS 28 (mensuração de uma associada ou *joint venture* ao justo valor) e com data efetiva em, ou após, 1 de janeiro de 2017 à norma IFRS 12 (clarificação do âmbito de aplicação da norma);
- Os melhoramentos do ciclo 2015-2017, emitidos pelo IASB em 12 de dezembro de 2017 introduzem alterações, com data efetiva para períodos que se iniciem em, ou após 1 de janeiro de 2019, às normas IFRS 3 (remensuração da participação anteriormente detida como operação conjunta quando obtém controlo sobre o negócio), IFRS 11 (não remensuração da participação anteriormente detida na operação conjunta quando obtém controlo conjunto sobre o negócio), IAS 12 (contabilização de todas as consequências fiscais do pagamento de dividendos de forma consistente), IAS 23 (tratamento como empréstimos geral qualquer empréstimo originalmente efetuado para desenvolver um ativo quando este se torna apto para utilização ou venda).

A Companhia não antecipa qualquer impacto na aplicação destas alterações nas suas demonstrações financeiras.

ANEXO 1 – INVENTÁRIO DE PARTICIPAÇÕES E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

(valores em euros)

Identificação dos Títulos	Quantidade	Montante do Valor Nominal	% do Valor Nominal	Preço Médio de Aquisição	Valor Total de Aquisição	Valor de Balanço (Inclui Juros Decorridos)	
						Unitário	Total
Designação							
1 - FILIAIS, ASSOCIADAS, EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS E OUTRAS EMPRESAS PARTICIPADAS E PARTICIPANTES							
1.1 - Títulos nacionais							
1.1.2 - Partes de capital em associadas							
ADV HEALTH INTERNATIONAL	100 000			1,00	100 000,00	1,00	100 000,00
GNB SEGUROS	750 000			5,01	3 758 668,00	5,01	3 758 668,00
EUROP ASSISTANCE	705 000			5,99	4 221 800,00	5,99	4 221 800,00
Subtotal	1 555 000	0,00			8 080 468,00		8 080 468,00
1.2 - Títulos estrangeiros							
1.2.2 - Partes de capital em associadas							
TRANQUILIDADE DIVERSIFIED INCOME ICAV	2			1,00	2,00	1,00	2,00
TRQ ANGOLA	2 450			2 986,90	7 317 897,10	2 986,90	7 317 897,10
TRQ MOÇAMBIQUE CS	49 998			27,23	1 361 259,95	14,33	716 392,05
TRQ MOÇAMBIQUE VIDA	66 998			27,02	1 810 331,96	14,17	949 635,97
Subtotal	119 448	0,00			10 489 491,01		8 983 927,12
Total	1 674 448	0,00			18 569 959,01		17 064 395,12
2 - OUTROS							
2.1 - Títulos nacionais							
2.1.1 - Instrumentos de capital e unidades de participação							
2.1.1.1 - Ações							
B.P.G. S.A.	10 472			2,09	21 905,33	1,51	15 810,71
BANIF SGPS	6 954 651 167			0,00	0,00	0,00	0,00
COMP. PREVIDENTE	6			532,54	3 195,23	0,00	0,00
COMP. PREVIDENTE SCPF	198			109,86	21 752,48	247,87	49 077,37
COMPTA	306 960			1,64	503 699,84	0,13	39 904,80
ESTELA GOLF	40			5 540,45	221 618,00	1 015,06	40 602,45
FETAL	2 760			20,84	57 528,12	0,00	0,00
FINPRO SCR S.A.	1 425 332			0,00	0,00	0,00	0,00
HOTEL TURISMO ABRANTES	125			0,00	0,00	0,00	0,00
IMOVALORSGII	90 000			0,00	0,00	0,00	0,00
LUSITANIA GASCOMP GAS DO CENTRO	595			2,80	1 666,54	3,05	1 814,10
MADIBEL	7 955			0,01	80,88	0,00	0,00
NORMA AÇORES	4 000			35,77	143 082,80	35,75	142 986,35
NOS AÇORES	13 936			24,65	343 497,32	23,71	330 461,58
NOS MADEIRA	17 314			62,39	1 080 220,46	48,76	844 196,01
Portugal Capital Ventures S.C.R. S.A.	2 525			6,06	15 300,49	5,67	14 328,30
QUINTA DOS CÓNEGOS	140 600			3,15	443 241,40	4,23	595 389,78
S.N.I.SOC NAC IMOBILIÁRIA S.A.	7 500			0,00	0,00	0,00	0,00
SOCIEDADE PORTUGUESA EMPREENDIMENTOS	4 441			0,13	576,89	1,21	5 364,09
SONAGI	55 600			0,44	24 293,86	3,15	175 140,00
SONAGI AN	100			0,06	5,51	0,01	1,00
SPECTACOLOR PORTUGAL	7 500			14,66	109 986,38	13,01	97 584,35
VIA LITORAL	1 001			373,90	374 274,90	373,90	374 274,90
Subtotal	6 956 750 127	0,00			3 365 926,43		2 726 935,79
2.1.1.3 - Unidades de participação em fundos de investimento							
BANIF IMOGEST	257 879			21,91	5 650 696,22	17,76	4 579 054,25
DUBLIN REAL ESTATE FUND CLASS ID	2 000 000			1,44	2 872 220,00	1,56	3 110 320,00
ESP SANTO INFRASTRUCTURE FUND I	3 500			323,35	1 131 735,73	526,78	1 843 727,66
ESPÍRITO SANTO VENTURES III	200 000 000			0,01	1 832 238,36	0,01	1 492 000,00
EXPLORER II	94			10 711,16	1 006 281,67	10 627,91	998 460,26
FUNDO DE INVEST. IMOB. CORPUS CHRISTI	12 000			997,36	11 968 313,77	1 104,52	13 254 284,40
IMOCRESCENTE FD DE INV IMOB FECHADO	6 548			997,11	6 529 521,90	1 527,58	10 003 262,92
IMOPRIME FUNDO DE INV IMOB FECHADO	30 559			976,27	29 833 605,42	902,46	27 578 123,44
SC1 Classe A Fundo Capital Risco	1 000 000			0,77	772 572,72	0,66	657 490,00
Subtotal	203 310 580	0,00			61 597 185,79		63 516 722,93
Subtotal	7 160 060 707	0,00			64 963 112,22		66 243 658,72

(valores em euros)

Identificação dos Títulos	Quantidade	Montante do Valor Nominal	% do Valor Nominal	Preço Médio de Aquisição	Valor Total de Aquisição	Valor de Balanço (Inclui Juros Decorridos)	
						Unitário	Total
Designação							
2.1.2 - Títulos de dívida							
2.1.2.1 - De dívida pública							
O.T. Fev 3.875% /15-02-2030		700 000,00	115,83%	105,9%	741 459,32	119,2%	834 481,51
PT OT 4.45% 06/15/18		1 100 000,00	102,10%	103,1%	1 134 379,64	104,5%	1 149 732,81
PT OT 4.8% 06/15/20		4 040 000,00	111,73%	109,2%	4 411 433,32	114,3%	4 619 416,24
PT OT 4.95% 10/25/23		3 200 000,00	123,12%	113,8%	3 641 289,38	124,0%	3 968 852,16
PT OT 5.65% 02/15/24		1 100 000,00	127,06%	117,4%	1 291 921,66	132,0%	1 451 988,40
Subtotal	0	10 140 000,00			11 220 483,32		12 024 471,12
2.1.2.3 - De outros emissores							
BCP FINANCE VAR 49-14		500 000,00	62,01%	53,8%	269 119,27	62,0%	310 050,00
BRISA 1.875% 04/25		1 600 000,00	103,86%	102,4%	1 638 917,44	105,1%	1 681 848,98
BRISA 3.875% 04/21		400 000,00	111,78%	112,3%	449 113,50	114,7%	458 743,62
ENTIGERE		23 200,00	0,00%	0,0%	0,00	0,0%	0,00
A. GAUDENCIO TF 25/05/1995		49 900,00	0,00%	0,0%	0,00	0,0%	0,00
BANIF 09/19 TV 30/06/2019		5 000 000,00	0,00%	0,0%	0,00	0,0%	0,00
BCP FINANCE 05/49 TF/TV 4,239% 13/10/2049 CALL 2015		450 000,00	58,65%	44,2%	198 906,88	58,7%	263 925,00
BRISA 6.875% 04/18		1 700 000,00	101,69%	103,9%	1 765 556,18	106,8%	1 816 146,10
C.G.D. TV CMS Cap-Floor/05-08-2021		1 000 000,00	80,00%	80,0%	800 000,00	82,0%	820 273,98
E.D.P. 5.375%/16-09-2075		800 000,00	111,74%	101,9%	815 443,12	116,0%	928 084,38
EDP FINANCE 2.625% 01/22		1 900 000,00	109,14%	107,0%	2 033 843,07	111,6%	2 121 094,41
EDP FINANCE 4.125% 01/21		500 000,00	111,95%	111,0%	555 171,80	115,9%	579 254,86
EDP FINANCE 4.875% 09/20		2 500 000,00	112,79%	112,2%	2 805 293,13	114,2%	2 855 736,65
FNAC INVEST 22/05/1995		24 950,00	0,00%	0,0%	0,00	0,0%	0,00
GALP ENERGIA 3% 01/14/21		1 200 000,00	107,08%	103,4%	1 240 487,69	110,0%	1 319 615,18
GALP ENERGIA 4.125% 01/19		200 000,00	104,18%	104,4%	208 741,81	108,0%	216 052,94
MOTA ENGIL 5.5% 04/19		300 000,00	102,96%	93,7%	281 171,26	104,0%	312 094,33
REN FINANCE 4.75%		2 200 000,00	112,95%	113,3%	2 492 687,37	113,9%	2 506 680,90
REN FINANCE BV 2.5% 02/25		750 000,00	108,94%	106,2%	796 349,65	111,1%	833 591,10
RENTIGLOBO SGPS 0% 17-200626		401 000,00	0,00%	0,0%	0,00	0,0%	0,00
RENTIGLOBO SGPS 0% 200626		2 006 000,00	0,00%	0,0%	0,00	0,0%	0,00
RENTIGLOBO SGPS 1,5% 17-200626		992 700,00	0,00%	0,0%	0,00	0,0%	413,63
Semapa TV /30-11-2020		100 000,00	101,77%	101,1%	101 115,74	102,0%	102 004,04
Subtotal	0	24 597 750,00			16 451 917,91		17 125 610,10
Subtotal	0	34 737 750,00			27 672 401,23		29 150 081,22
Total	7 160 060 707	34 737 750,00			92 635 513,45		95 393 739,94
2.2 - Títulos estrangeiros							
2.2.1 - Instrumentos de capital e unidades de participação							
2.2.1.1 - Ações							
ALLIANZ AG	560			160,01	89 608,19	191,70	107 352,00
AUDATEX PORTUGAL	150			301,47	45 220,35	301,47	45 220,35
AXA	3 619			24,87	90 003,05	24,74	89 515,98
BANCO SANTANDER CENTRAL HISPANO	9 951			4,26	42 408,94	5,48	54 511,58
BASF SE	1 311			69,12	90 622,69	91,75	120 284,25
BAYERISCHE MOTOREN WERKE	933			96,59	90 116,11	86,95	81 124,35
BNP PARIBAS	1 706			53,00	90 410,73	62,24	106 181,44
DAIMLER CHRYSLER AG	1 185			76,13	90 213,15	70,72	83 803,20
MUENCHENER RUECKVER AG	498			183,13	91 200,61	180,75	90 013,50
NCG BANCO NC	185 838			0,50	92 919,00	0,50	92 919,00
PUBLICIS GROUP	687			60,38	41 478,26	56,59	38 877,33
RENAULT S.A.	976			92,14	89 924,56	83,82	81 808,32
ROYAL DUTCH PETROLEUM COMPANY	12 077			20,28	244 960,42	27,78	335 438,69
SCHNEIDER ELECTRIC S.A.	1 720			52,32	89 986,17	70,86	121 879,20
SIEMENS AG	1 034			87,81	90 794,25	116,04	119 985,36
SOCIETE GENERALE	2 104			42,83	90 119,30	43,04	90 556,16
UNILEVER NV-CVA	9 780			38,79	379 343,02	46,96	459 219,92
Subtotal	234 129	0,00			1 839 328,80		2 118 690,63

(valores em euros)

Identificação dos Títulos	Quantidade	Montante do Valor Nominal	% do Valor Nominal	Preço Médio de Aquisição	Valor Total de Aquisição	Valor de Balanço (Inclui Juros Decorridos)	
						Unitário	Total
2.2.1.3 - Unidades de participação em fundos de investimento							
AAME FINANCIAL BOND FUND	701 017			99,85	70 000 000,00	103,98	72 891 006,85
AAME MULTI-CREDIT STRATEGY FUND	1 145 004			100,44	115 000 000,00	101,86	116 633 315,36
AAME TRQ CORP LOANS/HIGH YIELD BONDS FUND	742 217			101,05	75 000 000,00	103,68	76 953 602,29
AAME TRQ GLOBAL INV GRADE CORP CREDIT	650 000			100,00	65 000 000,00	101,28	65 833 458,02
AAME TRQ LOAN ORIGINATION FUND	34 937			1 001,80	35 000 000,00	1 019,50	35 618 535,63
Aberdeen GlobalMManager World Equity Fund A-2	11 900			15,80	187 991,44	18,21	216 699,00
ACE CREDIT ALLOCATION FUND I	19 916			1 004,21	20 000 000,00	1 022,59	20 366 060,92
DBX S&P 500 EUR UCITS ETF	21 969			31,80	698 563,23	41,59	913 690,71
FIDELITY TARGET 2020 ACCÇÕES	83 160			11,97	995 757,05	14,90	1 239 081,47
FIDELITY TARGET 2025 ACCÇÕES	54 030			9,88	533 894,61	15,20	821 257,37
FIDELITY TARGET 2030 ACCÇÕES	22 804			10,47	238 726,88	16,04	365 777,92
FIDELITY TARGET 2035 ACCÇÕES	7 471			21,23	158 585,30	34,46	257 462,03
FIDELITY TARGET 2040 ACCÇÕES	10 018			20,31	203 449,04	34,67	347 322,33
FIDELITY TARGET 2045 ACCÇÕES	80			13,65	1 094,70	14,53	1 165,31
FIDELITY TARGET 2050 ACCÇÕES	199			13,49	2 685,35	14,53	2 893,36
INCOMETRIC FUND	190 447			5,74	1 092 712,32	6,46	1 230 289,46
ISHARES CORE EURO CORP BOND	21 533			131,68	2 835 431,82	130,91	2 818 885,03
ISHARES EURO CORP EX-FINCL	40 067			119,52	4 788 769,10	117,76	4 718 289,92
ISHARES EURO GOVT 15-30 YR	55 081			254,62	14 024 759,53	226,43	12 471 990,83
ISHARES EURO HY CORP	82 235			105,13	8 645 747,25	107,26	8 820 526,10
ISHARES EURO ULTRASHORT BOND	299 948			100,47	30 136 420,11	100,38	30 108 780,24
ISHARES GL CORP BD EU HEDGED	102 133			107,49	10 978 423,63	105,79	10 804 588,79
ISHARES JPM USD EM BND EURH	45 152			106,05	4 788 239,35	102,06	4 608 384,69
	Subtotal	4 341 319	0,00		460 311 250,71		468 043 063,62
	Subtotal	4 575 448	0,00		462 150 579,51		470 161 754,25
2.2.2 - Títulos de dívida							
2.2.2.1 - De dívida pública							
B.T.P.S. ITALIA 04/24 TF 5,125% 31-07-2024		3 500 000,00	122,35%	128,7%	4 506 036,05	124,5%	4 357 545,07
B.T.P.S. ITALIA 08/19 TF 4,5% 01/03/2019		3 910 000,00	105,53%	106,8%	4 175 333,16	107,0%	4 184 384,25
B.T.P.S. ITALIA 09/20 TF 4,25% 01/03/2020		2 000 000,00	109,25%	110,4%	2 208 297,93	110,7%	2 213 037,23
B.T.P.S. ITALIA 2.00% /01-12-2025		2 000 000,00	102,36%	106,9%	2 138 531,73	102,5%	2 050 382,23
B.T.P.S. ITALIA 3.50%/01-03-2030		680 000,00	112,04%	124,4%	845 936,07	113,2%	769 766,42
B.T.P.S. ITALIA 4.50% /01-02-2018		14 000,00	100,37%	101,9%	14 268,29	102,2%	14 312,13
B.T.P.S. ITALIA 4.50% /01-02-2020		630 000,00	109,43%	110,7%	697 337,73	111,3%	701 142,75
B.T.P.S. ITALIA 4.50% /01-08-2018		5 438 000,00	102,90%	104,2%	5 664 300,58	104,8%	5 696 767,23
B.T.P.S. ITALIA 4.75% /01-09-2021		2 500 000,00	115,79%	117,6%	2 940 694,40	117,4%	2 933 903,47
B.T.P.S. ITALIA 5,50%/01-09-2022		350 000,00	121,89%	124,7%	436 508,27	123,7%	432 974,69
BELGIUM KINGDOM 1% 06/22/26		14 852 700,00	104,44%	103,7%	15 397 898,88	105,0%	15 590 140,61
BELGIUM KINGDOM 1% 06/22/31		7 701 400,00	99,93%	100,3%	7 724 387,63	100,5%	7 736 828,55
BELGIUM KINGDOM 1.6% 06/22/47		34 000 000,00	97,92%	96,8%	32 919 800,00	98,8%	33 578 958,90
BELGIUM KINGDOM 2.25% 06/22/57		3 500 000,00	110,06%	113,1%	3 959 200,00	111,2%	3 893 524,66
BELGIUM KINGDOM 4.00%/28-03-2022		3 200 000,00	118,17%	120,9%	3 868 779,99	121,2%	3 878 770,42
BELGIUM KINGDOM 4.25% 09/28/21		600 000,00	117,14%	118,7%	712 421,75	118,2%	709 419,12
BELGIUM KINGDOM 5% 03/28/35		6 120 000,00	160,59%	164,0%	10 037 623,79	164,4%	10 060 987,40
BONOS SPANISH 4,6% 30/07/2019		3 700 000,00	107,78%	108,9%	4 027 985,33	109,7%	4 059 559,41
BONOS SPANISH 4,85% 31/10/2020		10 955 000,00	113,93%	115,2%	12 619 080,41	114,7%	12 569 717,48
BONOS SPANISH 5.15% /31-10-2028		4 230 000,00	133,83%	141,9%	6 004 344,97	134,7%	5 697 458,27
BONOS SPANISH 5.50% /30-04-2021		4 190 000,00	118,04%	119,7%	5 016 209,16	121,7%	5 100 603,51
BONOS Y OBLIG DEL ESTADO 5.85% 01/22		8 000 000,00	123,00%	124,6%	9 965 036,82	128,4%	10 268 172,06
BTPS 0.65% 11/01/20		50 000,00	101,41%	101,5%	50 770,00	101,5%	50 756,92
BTPS 3.75% 09/24		6 970 000,00	115,17%	119,2%	8 311 496,61	116,4%	8 114 026,76
BTPS 4.5% 03/01/26		600 000,00	121,29%	127,3%	763 847,26	122,8%	736 653,00
BTPS 4.5% 03/24		1 800 000,00	119,19%	123,1%	2 215 103,31	120,7%	2 172 195,00
BTPS 4.5% 05/23		3 900 000,00	118,27%	121,4%	4 733 106,92	119,0%	4 641 370,50
BTPS 5% 03/01/25		9 282 000,00	123,88%	129,3%	12 003 680,70	125,5%	11 651 859,60
BTPS 5.5% 11/22		3 620 000,00	122,30%	125,5%	4 544 859,26	123,2%	4 460 035,07
BUND DEUTSCHLAND 4.75% /04-07-2028		2 900 000,00	143,42%	153,9%	4 464 124,11	145,8%	4 226 966,50
BUND DEUTSCHLAND 4.75% /04-07-2034		500 000,00	160,10%	178,6%	892 773,67	162,4%	812 207,33
BUNDES 0% 03/16/18		6 570 000,00	100,12%	100,4%	6 599 080,44	100,1%	6 577 949,70
BUNDES 0% 08/10/21		3 680 000,00	101,44%	101,7%	3 744 172,81	101,4%	3 732 992,00
BUNDES 0% 15/08/26		45 475 000,00	97,59%	97,6%	44 373 033,94	97,6%	44 379 052,50

(valores em euros)

Identificação dos Títulos	Quantidade	Montante do Valor Nominal	% do Valor Nominal	Preço Médio de Aquisição	Valor Total de Aquisição	Valor de Balanço (Inclui Juros Decorridos)	
						Unitário	Total
BUNDES 4% 01/04/37		36 530 000,00	152,98%	159,5%	58 269 092,40	156,9%	57 330 607,34
BUNDES 5.5% 01/04/31		21 337 400,00	160,27%	168,3%	35 919 111,64	165,7%	35 357 080,21
COMMUNAUTE FRANCAISE BEL 2.1% 30/06/2067		20 000 000,00	97,02%	99,5%	19 901 800,00	98,1%	19 615 126,03
EFSF 1.8% 07/10/48		10 000 000,00	105,48%	103,8%	10 382 000,00	106,3%	10 633 315,07
EFSF 2 28/02/56		20 000 000,00	109,31%	107,3%	21 454 000,00	111,0%	22 198 142,47
FRANCE GOVT 0% 05/25/22		2 940 000,00	100,60%	100,3%	2 949 453,88	100,6%	2 957 757,60
FRANCE GOVT 0.25% 25/11/26		35 160 000,00	97,46%	95,8%	33 670 531,07	97,5%	34 275 254,00
FRANCE GOVT 1.25% 05/25/36		43 140 000,00	98,20%	98,7%	42 578 666,25	99,0%	42 688 938,81
FRANCE GOVT 1.5% 05/25/31		41 465 100,00	105,69%	106,3%	44 087 490,01	106,6%	44 198 939,49
FRANCE GOVT 2% 05/25/48		4 500 000,00	105,38%	106,3%	4 783 500,00	106,6%	4 796 481,58
IRISH GOVT 0.8% 03/22		2 000 000,00	103,72%	102,6%	2 051 779,23	104,4%	2 087 136,16
IRISH GOVT 5% 10/18/20		1 250 000,00	115,32%	116,6%	1 458 051,05	116,3%	1 454 133,73
IRISH GOVT 5.92% 05/42		5 590 065,36	165,15%	157,6%	8 808 822,14	168,8%	9 435 936,12
IRISH TREASURY GOV. 4.40%/18-06-2019		950 000,00	107,17%	108,7%	1 032 842,03	109,5%	1 040 532,53
IRISH TREASURY GOV. 4.50%/18-04-2020		320 000,00	111,56%	112,8%	360 936,30	114,7%	367 124,78
NETHERLANDS GOV. 3.75%/15-01-2023		5 000 000,00	119,62%	123,2%	6 161 920,81	123,2%	6 160 894,51
NETHERLANDS GOVT 0% 01/15/22		820 000,00	101,08%	101,2%	830 212,63	101,1%	828 847,79
NETHERLANDS GOVT 0% 04/15/18		50 000,00	100,18%	101,0%	50 485,00	100,2%	50 090,50
NETHERLANDS GOVT 0.5% 15/07/2026		11 480 000,00	101,06%	100,8%	11 575 300,02	101,3%	11 628 609,38
NETHERLANDS GOVT 2.5% 01/15/33		6 617 900,00	122,79%	127,9%	8 464 822,89	125,2%	8 284 701,52
NETHERLANDS GOVT 4% 01/15/37		8 580 000,00	152,33%	158,1%	13 566 044,30	156,2%	13 399 009,88
O.A.T. 3.75%/25-04-2021		4 500 000,00	113,62%	115,4%	5 191 311,22	116,2%	5 228 617,19
O.A.T. 4.00%/25-04-2055		6 000 000,00	158,16%	165,2%	9 914 032,28	160,9%	9 653 983,56
O.A.T. 5.75%/25-10-2032		2 000 000,00	164,19%	178,4%	3 567 517,38	165,2%	3 304 969,59
REPUBLIC AUSTRIA 3.90% /15-07-2020		4 840 000,00	111,11%	112,7%	5 456 661,16	112,9%	5 464 880,47
REPUBLIC AUSTRIA 4.65% /15-01-2018		100 000,00	100,14%	101,9%	101 949,99	104,6%	104 595,90
REPUBLIC AUSTRIA 6.25% /15-07-2027		1 350 000,00	154,09%	161,6%	2 182 208,55	157,0%	2 119 254,78
REPUBLIC AUSTRIA TV CMS FLOOR/28-07-2025		1 000 000,00	106,27%	106,5%	1 064 600,00	106,7%	1 066 963,97
REPUBLIC OF AUSTRI 2.4% 05/23/34		3 430 000,00	120,23%	124,4%	4 265 739,83	121,7%	4 173 786,10
REPUBLIC OF AUSTRI 4.15% 03/15/37		4 260 000,00	152,27%	156,2%	6 653 962,19	155,6%	6 627 436,65
REPUBLIC OF AUSTRIA 0.75% 10/20/2026		8 388 000,00	102,25%	102,5%	8 594 867,37	102,4%	8 589 055,75
REPUBLIC OF AUSTRIA 3.5% 09/15/21		350 000,00	114,22%	115,4%	404 060,14	115,2%	403 368,09
REPUBLIC OF PERU 2.75% 01/30/26		1 200 000,00	111,25%	109,5%	1 313 609,06	113,8%	1 365 287,67
REPUBLIC OF POLAND 4% 03/23/21		2 000 000,00	113,00%	114,0%	2 279 066,09	116,1%	2 322 027,40
REPUBLIC POLAND 4.2% /15-04-2020		600 000,00	109,75%	111,0%	665 786,24	112,7%	676 450,68
REPUBLICA SLOVAKIA 4%/27-04-2020		200 000,00	110,08%	111,5%	223 019,96	112,8%	225 595,62
REPUBLICA SLOVENIA 4.125%/26-01-2020		1 800 000,00	109,22%	110,2%	1 984 409,53	113,1%	2 034 938,96
REPUBLIKA OF SLOVENIJA 1.50% 03/35		5 550 000,00	98,58%	87,7%	4 869 015,32	99,7%	5 535 114,60
REPUBLIKA SLOVENIJA 1.75% 11/03/40		5 000 000,00	99,21%	97,7%	4 884 780,78	99,5%	4 974 304,11
REPUBLIKA SLOVENIJA 4.625% 09/24		1 000 000,00	129,94%	127,4%	1 274 016,51	131,4%	1 313 708,49
SPANISH GOV 4% 04/30/20		2 402 000,00	109,73%	110,6%	2 656 593,30	112,4%	2 700 254,70
SPANISH GOVT 1.95% 07/30		6 900 000,00	100,16%	104,4%	7 206 089,42	101,0%	6 967 947,06
SPANISH GOVT 2.15% 10/25		2 980 000,00	107,55%	109,5%	3 263 635,97	107,9%	3 215 548,59
SPANISH GOVT 2.75% 10/24		1 490 000,00	112,69%	113,4%	1 689 084,13	113,1%	1 685 884,19
SPANISH GOVT 5.4% 01/31/23		1 550 000,00	124,91%	126,5%	1 960 580,62	129,8%	2 012 649,73
SPGB 0.75% 07/30/21		50 000,00	102,36%	102,6%	51 275,00	102,7%	51 339,72
SPGB 4.2% 01/31/37		2 200 000,00	127,78%	123,4%	2 714 732,78	131,6%	2 895 734,32
SPGB 4.4% 10/31/23		3 630 000,00	121,64%	123,3%	4 476 806,48	122,4%	4 442 152,33
SPGB 4.9% 07/30/40		4 400 000,00	139,83%	149,9%	6 593 497,60	141,9%	6 243 309,49
SPGB 5.15% 10/31/44		1 700 000,00	144,94%	142,8%	2 426 977,95	145,8%	2 478 645,64
SPGB 5.9% 07/30/26		550 000,00	137,39%	133,4%	733 444,34	139,9%	769 358,23
SPGB 6% 01/31/29		4 000 000,00	143,02%	139,4%	5 574 235,05	148,5%	5 940 256,43
SWEDEN KINGDOM 0.875% 01/18		6 280 000,00	100,09%	100,3%	6 297 062,88	100,9%	6 336 123,40
UNITED MEXICAN STATES 1.625% 03/06/24		1 000 000,00	104,25%	99,6%	996 417,46	105,6%	1 055 856,16
Subtotal	0	577 848 565,36			668 463 970,20		668 822 479,81
2.2.2.2 - De outros emissores públicos							
GENERALITAT DE CATALUNYA 4.75% 06/18		40 000,00	101,30%	100,9%	40 368,15	104,0%	41 614,75
K.F.W. TV Ei Cap/Floor /24-07-2018		250 000,00	100,97%	103,3%	258 137,50	104,0%	259 998,34
ONTARIO PROVINCE 4.75% /23-04-2019		900 000,00	106,75%	108,2%	973 522,12	110,0%	990 265,07
RESEAU FERRE FRANCE 6.00% /12-10-2020		400 000,00	117,37%	119,6%	478 284,53	118,7%	474 748,27
COMMUNITY OF MADRID 4.125% 05/24		3 000 000,00	120,03%	120,2%	3 605 855,38	122,6%	3 676 695,20
Subtotal	0	4 590 000,00			5 356 167,68		5 443 321,63

(valores em euros)

Identificação dos Títulos	Quantidade	Montante do Valor Nominal	% do Valor Nominal	Preço Médio de Aquisição	Valor Total de Aquisição	Valor de Balanço (Inclui Juros Decorridos)	
						Unitário	Total
2.2.2.3 - De outros emissores							
A2A SPA 4.375% 01/10/21		260 000,00	112,87%	114,2%	296 881,80	117,1%	304 525,36
ABERTIS INFRA. 4.375%/25-10-2019		1 100 000,00	108,65%	110,1%	1 210 736,53	109,5%	1 204 741,09
ADIDAS AG 1.25% 10/21		750 000,00	102,82%	99,5%	746 164,95	103,1%	773 300,03
AIR PRODUCTS & CHEMICALS 1% 02/12/25-14		750 000,00	101,71%	99,6%	746 935,92	102,6%	769 426,44
AMERICA MOVIL 6.375% 09/06/73		2 500 000,00	122,44%	116,3%	2 906 275,16	124,5%	3 111 525,69
ARCELORMITTAL 3.125% 01/22		1 000 000,00	109,32%	99,9%	998 510,69	112,3%	1 123 241,37
ASSIST PUBL HOPIT PARIS 1.75% 11/27/41		7 500 000,00	100,42%	99,6%	7 467 975,00	100,6%	7 543 351,03
AT&T INC 1.3% 09/05/23		700 000,00	102,51%	101,2%	708 114,11	102,9%	720 465,97
AURIZON NETWORK PTY 3.125% 06/01/26		5 100 000,00	112,82%	109,6%	5 590 314,68	114,6%	5 847 029,14
AUSTRALIA PACIFIC AIRPORTS 1.75% 10/24		500 000,00	105,36%	99,3%	496 420,45	105,7%	528 625,89
BANIF FINANCE 3% 31/12/2019 CALL 2014		200 000,00	0,00%	0,0%	0,00	0,0%	0,00
BARCLAYS 6.5% 12/29/49		2 000 000,00	106,78%	94,8%	1 895 958,94	107,0%	2 140 996,67
BARCLAYS 6.625% 03/30/22		600 000,00	122,64%	118,2%	708 928,53	127,7%	765 909,53
BARCLAYS BANK 6% 01/14/21		2 100 000,00	115,49%	113,7%	2 386 733,05	121,3%	2 546 415,12
BARCLAYS BANK CMS FLOOR/25-06-2018		400 000,00	101,84%	108,3%	433 300,00	104,3%	417 329,44
BERKSHIRE HATHAWAY 1.125% 03/16/27		1 000 000,00	99,17%	99,0%	990 003,78	100,1%	1 000 678,35
BG ENERGY CAPITAL 3.625% 07/19/19		1 000 000,00	105,75%	106,9%	1 068 988,78	107,4%	1 074 224,93
BHARTI AIRTEL INTERNAT 3,375% 05/2021		750 000,00	108,82%	99,6%	747 114,95	110,9%	831 753,59
BK TOKYOMITSUBISHI UFJ 0.875% 03/22		880 000,00	101,87%	99,7%	877 498,92	102,6%	902 714,49
BLACKROCK 1.25% 05/06/25		1 100 000,00	102,93%	99,6%	1 095 745,60	103,7%	1 141 211,41
BNP PARIBAS 05/49 TF 4,875% 17/10/2049 CALL 2011		2 000 000,00	104,06%	100,7%	2 013 691,10	105,1%	2 101 154,25
BNP PARIBAS 1.375% 11/21/18		50 000,00	101,34%	102,9%	51 425,00	101,5%	50 745,34
BOMBARDIER 6.125% 05/15/21		1 100 000,00	106,74%	100,1%	1 101 263,38	107,5%	1 182 528,88
C.D.C. IXIS 5.375% /29-11-2027		1 900 000,00	119,67%	113,4%	2 154 092,33	120,1%	2 282 645,42
C10 CAPITAL SPV LTD 07/49 TF/TV 6,277% 30/06/2049 CALL 2017		1 000 000,00	85,54%	80,9%	809 460,83	85,6%	855 522,22
CARREFOUR 1.25% 06/25		500 000,00	101,96%	99,6%	498 073,48	102,7%	513 418,02
CARREFOUR 1.75% 07/22		500 000,00	105,68%	99,6%	497 904,09	106,5%	532 431,37
CARREFOUR 3.875% 04/25/21		3 000 000,00	112,09%	114,2%	3 424 931,93	114,7%	3 442 203,29
CASINO GUICHARD CALL 4.87%/31-01-2048		1 100 000,00	101,77%	95,2%	1 046 945,88	106,2%	1 168 512,22
CASINO GUICHARD PERRACHO 2.33% 25-24		1 500 000,00	105,04%	100,0%	1 500 231,35	108,2%	1 623 679,31
CASINO GUICHARD PERRACHO 3.311% 01/23		300 000,00	112,73%	109,8%	329 326,02	117,0%	350 935,81
CIE DE SAINT-GOBAIN 3.625% 06/15/21		300 000,00	111,55%	113,0%	338 918,18	113,5%	340 588,11
CIE FINANCEMENT FONCIER 5.75% /04-10-2021		500 000,00	121,84%	124,5%	622 681,64	123,2%	616 106,51
CITIGROUP INC 05/30 TF/TV 4,25% 25/02/2030 CALL 2025		3 500 000,00	117,11%	113,7%	3 979 080,80	120,7%	4 224 708,08
CLOVERIE PLC SWISS REINS 6.625% 09/01/42		3 400 000,00	126,53%	126,1%	4 285 700,00	128,7%	4 376 725,92
COCA-COLA 1.125% 03/09/27		1 000 000,00	100,98%	99,2%	992 419,23	101,9%	1 018 944,11
COMMERZBANK AG 7.75%/16-03-2021		100 000,00	121,63%	117,0%	117 032,88	127,8%	127 785,53
CREDIT SUISSE 5.75% 09/18/25		3 500 000,00	113,53%	107,3%	3 756 086,02	115,2%	4 030 857,46
CREDIT SUISSE LONDON 09/19 TF 4,75% 05/08/2019		1 460 000,00	107,73%	108,8%	1 588 414,82	109,7%	1 601 021,79
DAIMLER AG 1.875% 07/24		1 000 000,00	107,72%	105,7%	1 057 057,64	108,6%	1 086 241,09
DELPHI AUTOMOTIVE 1.5% 03/25		700 000,00	102,72%	99,7%	697 699,38	103,9%	727 569,07
DEUTSCHE ANN FIN 2.125% 07/22		500 000,00	107,02%	99,7%	498 277,46	108,0%	540 179,18
EASTER CREATION II INV 1% 03/19/18		280 000,00	100,16%	100,0%	279 888,17	100,9%	282 655,24
EDENRED 1.375% 03/25		1 000 000,00	102,30%	99,2%	992 073,60	103,4%	1 034 110,69
ELECTRICITÉ DE FRANCE 09/21 TF 6.25% 25/01/2021		1 500 000,00	118,66%	121,2%	1 818 049,53	124,5%	1 867 153,77
ELECTRICITE FRANCE CALL 4.125% TV/22-01-2048		1 900 000,00	106,75%	94,9%	1 802 917,69	110,6%	2 101 920,03
ELECTRICITE FRANCE CALL 5.0% TV/22-01-2049		2 000 000,00	110,90%	94,4%	1 888 094,51	115,6%	2 311 952,60
ENAGAS FIN 1% 03/25/23		500 000,00	102,43%	99,8%	498 993,08	103,2%	515 974,32
ENAGAS FINANCIACIONES 1.25% 02/25		700 000,00	102,65%	99,3%	695 217,95	103,8%	726 385,01
ENBW 6.125% 07/39		1 000 000,00	166,68%	145,4%	1 454 158,61	169,7%	1 696 502,05
ENEL 5% 01/15/75		3 000 000,00	108,50%	107,3%	3 218 597,21	113,3%	3 398 895,61
ENEL FINANCE 4.875% 04/17/23		1 000 000,00	123,06%	125,8%	1 258 337,40	126,5%	1 265 098,90
ENEL SOCIETA 5.25%/20-05-2024		3 000 000,00	128,32%	133,0%	3 989 448,22	131,6%	3 946 689,04
ENERGIE AG OBEROSTERREICH 05/25 TF 4,5% 04/03/2025		1 720 000,00	124,51%	124,9%	2 148 589,28	128,2%	2 205 629,75
ENI SPA 4.125%/16-09-2019		700 000,00	107,10%	108,4%	758 914,06	108,3%	758 078,62
ERSTE GROUP BANK 7.125% 10/10/22		3 000 000,00	129,64%	114,7%	3 441 381,61	131,2%	3 937 190,55
ESM 1.85 01/12/55		15 000 000,00	108,74%	105,0%	15 747 000,00	108,9%	16 333 658,22
EVONIK INDUSTRIES 1% 01/23/23		500 000,00	102,86%	99,5%	497 730,90	103,8%	518 989,93
FCE BANK PLC 1.134% 02/10/22		500 000,00	102,21%	100,0%	500 065,76	103,2%	516 093,09
FERROVIAL S.A. 2.5% 07/24		1 100 000,00	109,22%	107,1%	1 177 921,70	110,4%	1 214 152,87

(valores em euros)

Identificação dos Títulos	Quantidade	Montante do Valor Nominal	% do Valor Nominal	Preço Médio de Aquisição	Valor Total de Aquisição	Valor de Balanço (Inclui Juros Decorridos)	
						Unitário	Total
Designação							
FIAT CHRYSLER 4.75% 07/15/22		225 000,00	112,64%	108,0%	242 971,15	114,8%	258 379,46
FIAT CHRYSLER FINANCE		630 000,00	101,21%	102,8%	647 497,32	106,5%	670 898,65
FIAT FINANCE 4.75% 03/21		1 000 000,00	110,92%	107,4%	1 073 717,91	114,6%	1 146 118,91
FIAT FINANCE 6.75% 10/19		305 000,00	111,15%	109,3%	333 309,89	112,6%	343 410,07
FINMEC FINANCE 4.5% 01/21		730 000,00	111,82%	110,5%	806 569,00	116,1%	847 440,60
FINMECCANICA FIN. 5.25% /21-01-2022		2 640 000,00	117,21%	116,0%	3 061 473,45	122,2%	3 224 837,76
FLOWSERVE CORPORATION 1.25% 03/17/22		2 000 000,00	98,75%	99,6%	1 991 557,93	99,7%	1 994 694,52
FRESENIUS SE & CO 4% 02/01/24		1 200 000,00	116,85%	117,0%	1 404 578,21	118,5%	1 422 054,66
GAS NATURAL CAPITAL 5.125%/02-11-2021		2 000 000,00	118,92%	120,6%	2 412 196,16	119,8%	2 395 048,49
GAS NATURAL FENOSA 2.875% 03/24		1 000 000,00	112,13%	99,9%	998 715,63	114,5%	1 144 536,30
GAS NATURAL FENOSA 4.125% 11/29/49		2 400 000,00	109,01%	101,8%	2 443 362,70	109,5%	2 627 783,01
GAZPROM 3.389% 03/20/20		500 000,00	105,42%	102,2%	510 991,02	108,1%	540 377,45
GDF SUEZ 1% 03/13/26		2 400 000,00	100,67%	99,4%	2 385 994,59	101,5%	2 435 273,76
GENERAL ELECTRIC 05/35 TF 4,125% 19/09/2035		500 000,00	130,51%	147,7%	738 422,56	131,7%	658 385,21
GENERAL MOTORS FINANCIAL 1.875% 10/15/19		500 000,00	103,29%	100,0%	499 822,43	103,7%	518 422,74
GIE PSA TRESORERIE 03/33 TF 6% 19/09/2033		800 000,00	128,90%	121,5%	971 985,68	130,6%	1 044 737,20
GOLDMAN SACHS GROUP 06/21 TF 4,75% 12/10/2021		490 000,00	114,86%	113,9%	557 893,88	115,9%	567 925,17
GOLDMAN SACHS GROUP 1.375% 07/26/22		1 050 000,00	103,75%	99,5%	1 044 783,33	104,3%	1 095 645,65
GOLDMAN SACHS GROUP 3.25% 02/01/23		1 585 000,00	112,32%	112,7%	1 786 436,82	115,3%	1 827 315,88
GRAND CITY PROPERTIES 3.75% 12/29/49		1 900 000,00	106,83%	101,0%	1 918 338,66	110,1%	2 091 511,94
GROUPAMA 6% 01/23/27		3 000 000,00	126,09%	100,0%	2 998 684,28	131,7%	3 951 357,53
GROUPAMA SA 7.875% 10/27/39		700 000,00	113,48%	104,0%	728 010,96	114,9%	804 197,78
HALIFAX BK SCOTLAND 05/30 TF/TV 4,5% 18/03/2030 CALL 2025		3 050 000,00	117,39%	108,4%	3 307 419,33	120,9%	3 688 812,89
HEIDELBERG CEMENT 7.5%/03-04-2020		800 000,00	116,66%	117,0%	936 297,07	118,5%	947 748,00
HEIDELBERGCEMENT FIN 9.5% 12/15/18		1 500 000,00	109,09%	111,8%	1 676 747,23	109,5%	1 642 242,50
HSBC 5.25% 12/29/49		1 000 000,00	110,43%	95,8%	957 736,36	112,0%	1 119 586,58
IBERDROLA 2.5% 10/22		1 000 000,00	109,96%	99,8%	998 159,84	110,4%	1 104 237,53
IBERDROLA 5.75% 02/27/49		800 000,00	100,90%	107,5%	860 262,94	105,7%	845 890,41
IBERDROLA FIN 4.125% 03/20		2 000 000,00	109,05%	110,6%	2 212 778,16	112,2%	2 244 945,75
IBM CORP 1.25% 05/26/23		2 000 000,00	103,90%	99,9%	1 997 250,47	104,7%	2 093 040,00
INTESA SANPAOLO 1.125% 01/20		270 000,00	102,08%	99,7%	269 304,84	103,2%	278 526,19
INTESA SANPAOLO 1.125% 03/22		500 000,00	102,15%	99,8%	498 890,39	103,1%	515 384,11
INTESA SANPAOLO 6.625% 09/13/23		1 285 000,00	125,48%	117,3%	1 506 996,55	127,5%	1 637 815,06
ITALCEMENTI FINANCE 6.625% 03/20		800 000,00	111,38%	119,3%	954 312,00	115,6%	924 810,96
JP MORGAN CHASE 1.5% 01/27/25		1 000 000,00	104,02%	100,0%	999 567,11	105,4%	1 054 120,41
KELLOGG CO 1.25% 03/10/25		1 500 000,00	100,65%	100,0%	1 499 628,49	101,7%	1 524 970,48
KENNEDY WILSON EUR 3.25% 11/12/25		7 700 000,00	103,86%	103,8%	7 989 960,26	104,3%	8 030 430,21
KONINKLIJKE 6.125% 03/29/49		2 000 000,00	103,98%	107,0%	2 139 691,16	105,8%	2 115 746,58
KPN NV 5.625%/30-09-2024		1 125 000,00	131,34%	133,7%	1 504 451,27	132,8%	1 493 491,59
LA POSTE 03/23 TF 4,375% 26/06/2023		1 500 000,00	121,20%	123,9%	1 858 082,94	123,5%	1 851 816,37
LANDBK SACHSEN GIRO 6.195% /21-05-2031		400 000,00	142,38%	143,6%	574 201,14	146,2%	584 610,50
MACQUARIE BANK 1% 09/16/19		200 000,00	101,73%	100,0%	200 001,82	102,0%	204 040,82
MERRIL LYNCH TV CMS FLOOR/04-10-2019		200 000,00	107,53%	110,5%	221 000,00	108,7%	217 464,96
METRO AG 1.5% 03/25		500 000,00	100,64%	99,9%	499 369,63	101,8%	509 117,26
MOODYS CORP 1.75% 03/27-26		500 000,00	102,95%	98,3%	491 699,36	104,4%	521 869,86
MORGAN STANLEY 1.75% 01/30/25		1 000 000,00	104,48%	99,9%	998 634,79	106,1%	1 060 861,64
MUNICH RE 6.25% 05/26/42		400 000,00	123,25%	122,0%	488 000,00	127,0%	507 980,00
NATIONAL GRID NA INC 0.75% 02/22		300 000,00	101,52%	99,6%	298 725,70	102,2%	306 548,10
NATIONWIDE BLDG SOCIETY 1.25% 03/25		1 000 000,00	102,30%	100,0%	999 531,57	103,3%	1 033 356,71
NRW 1 16/10/46		10 000 000,00	87,50%	85,5%	8 545 000,00	87,7%	8 770 921,92
OBRASCON HUARTE LAIN 4.75% 03/15/22		200 000,00	100,49%	74,3%	148 662,48	101,9%	203 766,93
ORANGE 5.25% 12/29/49		2 200 000,00	118,77%	110,8%	2 437 572,48	123,5%	2 716 481,35
P TELECOM 05/25 TF 4,5% 16/06/2025		1 700 000,00	40,76%	20,7%	351 050,00	40,8%	692 971,00
PEMEX TR 5.50%/24-02-2025		2 000 000,00	117,89%	110,8%	2 216 775,23	122,6%	2 451 304,65
PETROBRAS 5.875% 03/22		1 500 000,00	115,94%	97,9%	1 468 595,69	120,8%	1 811 305,07
PETROBRAS GLOBAL FINANCE 4.25% 10/02/23		1 080 000,00	109,47%	89,4%	965 275,26	110,5%	1 193 572,21
PEUGEOT 6.5% 01/19		725 000,00	106,61%	108,3%	785 113,13	112,8%	817 730,77
POHJOLA BANK PLC 0.75% 03/22		500 000,00	102,00%	99,8%	498 903,48	102,6%	513 113,01
PPG INDUSTRIES 1.4% 03/13/27		1 000 000,00	100,90%	98,9%	989 123,47	102,0%	1 020 208,35
PROLOGIS LP 1.375% 10/07/20		1 000 000,00	103,17%	99,9%	999 237,73	103,5%	1 034 892,05
R.B.S. TV CMS FLOOR /10-06-2019		500 000,00	105,80%	102,5%	512 500,00	108,4%	542 119,24

(valores em euros)

Identificação dos Títulos	Quantidade	Montante do Valor Nominal	% do Valor Nominal	Preço Médio de Aquisição	Valor Total de Aquisição	Valor de Balanço (Inclui Juros Decorridos)	
						Unitário	Total
Designação							
RABOBANK 5.5% 01/22/49		500 000,00	108,29%	98,5%	492 552,71	108,3%	541 620,68
RABOBANK 6.875% 03/19/20		5 300 000,00	114,88%	112,4%	5 959 062,96	120,3%	6 374 883,57
RABOBANK NEDERLAND 08/18 TF 4,75% 15/01/2018		550 000,00	100,17%	101,8%	559 990,65	104,7%	575 986,37
RCI BANQUE 0.625% 03/20		1 610 000,00	101,04%	99,9%	1 608 720,32	101,6%	1 635 117,99
REDEXIS GAS FINANCE 2.75% 04/21		2 000 000,00	106,85%	99,7%	1 993 964,41	108,9%	2 177 312,88
REPSOL 3.875% 12/29/49		1 800 000,00	107,33%	92,4%	1 663 084,89	110,3%	1 985 583,95
REPSOL INTL FINANCE 4.875% 02/19		1 200 000,00	105,46%	107,2%	1 286 461,42	109,7%	1 315 970,30
ROYAL BANK OF SCOTLAND 3.625% 03/25/24		2 500 000,00	103,19%	99,2%	2 479 862,92	106,0%	2 649 593,83
SANTANDER CONSUMER BANK 0.625% 04/18		500 000,00	100,25%	100,0%	499 886,27	100,7%	503 438,22
SES SA 4.625% 12/29/49		1 900 000,00	107,15%	103,3%	1 962 483,02	111,7%	2 123 186,49
SFR GROUP SA 5.375% 05/15/22		1 400 000,00	102,95%	103,1%	1 443 498,03	105,0%	1 469 532,76
SHELL INT. FIN. 09/18 TF 4,375% 14/05/2018		2 000 000,00	101,68%	103,2%	2 063 241,72	104,4%	2 088 896,71
SINOPEC GRP OVERSEA 2015 0.5% 04/18		280 000,00	100,18%	99,9%	279 824,30	100,5%	281 452,44
SMURFIT KAPPA ACQUISITIO 3.25% 06/01/21		770 000,00	107,89%	106,5%	819 825,90	108,2%	832 792,00
SOCIETE GENERALE 4% 06/07/2023		2 000 000,00	115,41%	112,0%	2 239 823,56	117,7%	2 353 509,87
SOCIETE GENERALE 9.375% 09/29/49		1 950 000,00	114,72%	123,3%	2 403 375,00	117,8%	2 296 160,53
SODEXO 1.75% 01/24/2022		700 000,00	105,50%	100,0%	699 882,51	107,1%	749 916,52
STANDARD CHARTERED 3.625% 11/23/22		500 000,00	112,05%	105,1%	525 575,10	112,4%	562 111,99
STATE GRID EUROPE DEV 1.5% 01/22		1 000 000,00	102,91%	99,8%	998 476,15	104,3%	1 042 981,50
STORA ENSO OYJ 5.5% 03/19		300 000,00	106,19%	107,9%	323 610,34	110,7%	332 092,44
SVENSKA CELLULOSA 1.125% 03/25		1 000 000,00	100,76%	99,8%	998 368,67	101,7%	1 016 917,39
TDC 1.75% 02/27		500 000,00	101,15%	99,2%	496 243,06	102,6%	513 084,59
TELECOM ITALIA 3.25% 01/23		400 000,00	109,73%	107,5%	429 964,22	112,8%	451 346,14
TELECOM ITALIA 5.25% 02/22		3 250 000,00	117,60%	114,8%	3 732 411,62	122,3%	3 973 588,91
TELECOM ITALIA FIN SA 03/33 TF 7,75% 24/01/2033		100 000,00	153,65%	134,9%	134 917,80	160,9%	160 886,41
TELEFONICA 4.693%/11-11-2019		2 150 000,00	108,74%	110,2%	2 369 723,18	109,4%	2 351 817,86
TELEKOM FINANZ 4% 04/04/22		1 400 000,00	115,25%	117,2%	1 640 843,51	118,2%	1 655 078,08
TELENET FINANCE VI 4.875% 15/07/27		1 900 000,00	108,79%	105,4%	2 001 940,77	111,0%	2 109 520,13
TEOLLISUUDEN 2.125% 02/04/25		1 500 000,00	99,29%	99,5%	1 492 407,33	101,2%	1 518 183,48
TESCO CORP 1.375% 07/19		952 000,00	101,79%	99,9%	950 970,19	102,5%	975 613,25
TOTAL 2.625% 12/29/49		1 630 000,00	105,22%	95,1%	1 550 089,89	107,4%	1 751 207,92
TRASM. ELET. RETE NAZIONALE 04/24 TF 4,9% 28/10/2024		3 100 000,00	128,58%	134,8%	4 178 403,00	129,4%	4 012 645,52
TS ENERGY ITALY 4.2% 30/06/2032		13 778 850,00	100,00%	100,0%	13 778 850,00	100,0%	13 778 850,00
TYCO INT FINANCE 1.375% 02/25/25		500 000,00	95,16%	99,9%	499 356,96	96,3%	481 640,21
UBS AG TFI TV 4.75%/12-02-2026		1 200 000,00	111,94%	106,4%	1 276 835,50	116,1%	1 393 654,00
UNIBAIL-RODAMCO 1% 03/14/25		1 000 000,00	101,30%	99,7%	997 463,38	102,1%	1 020 990,00
UNICREDIT 5.75% 10/28/25		2 200 000,00	111,06%	104,1%	2 289 456,28	112,1%	2 465 500,83
UNICREDIT SPA 6.95% 10/31/22		980 000,00	122,88%	110,9%	1 086 525,25	124,0%	1 215 626,36
UNICREDITO ITALIANO 04/20 TF 4,375% 29/01/2020		2 050 000,00	108,93%	109,4%	2 241 981,52	113,0%	2 315 524,15
UNIV POLITEC VALENCIA 6.6%/15-12-2022		498 840,00	119,98%	113,5%	566 366,27	120,3%	599 951,45
VATTENFALL 3% 03/19/77		2 000 000,00	101,50%	87,8%	1 755 009,39	103,9%	2 077 178,08
VEOLIA Env. Call 18 4,45% 16/04/2048		1 800 000,00	101,20%	103,8%	1 867 969,50	104,4%	1 878 510,09
VNESHECONOMBANK 4.032% 02/21/23		750 000,00	108,88%	98,0%	734 791,87	112,3%	842 554,34
VOESTALPINE AG 2.25% 10/21		220 000,00	104,96%	100,0%	219 934,64	105,4%	231 974,21
VOLKSWAGEN 5.125% 09/29/49		3 000 000,00	115,49%	105,4%	3 161 574,50	117,1%	3 514 495,48
VOLVO 4.85% 03/10/78		2 500 000,00	114,60%	103,2%	2 578 861,48	118,5%	2 963 228,76
WASHINGTON MUTUAL BANK 06/17 TF 4,5% 17/01/2017		5 000 000,00	0,00%	0,0%	0,00	0,0%	0,00
WENDEL 2.75% 10/24		100 000,00	109,97%	99,6%	99 611,08	110,6%	110 648,08
WESFARMERS 1.25% 10/21		1 500 000,00	103,95%	100,3%	1 505 232,16	104,2%	1 563 646,44
WHIRLPOOL CORP 0.625% 03/12/20		380 000,00	101,14%	99,8%	379 198,31	101,6%	386 241,20
WP CAREY 2% 01/20/23		6 900 000,00	103,77%	102,4%	7 066 899,63	105,7%	7 290 706,35
Subtotal	0	274 789 690,00			283 699 920,63		298 124 254,32
Subtotal	0	857 228 255,36			957 520 058,51		972 390 055,76
Total	4 575 448	857 228 255,36			1 419 670 638,02		1 442 551 810,01
Total	7 164 636 155	891 966 005,36			1 512 306 151,47		1 537 945 549,95
3 - TOTAL GERAL		7 166 310 603			1 530 876 110,48		1 555 009 945,07



08

DIVULGAÇÃO
DAS POLÍTICAS
DE REMUNERAÇÃO

DIVULGAÇÃO DAS POLÍTICAS DE REMUNERAÇÃO

A presente divulgação engloba os seguintes 3 componentes:

- Política de remuneração dos membros dos Órgãos de Administração, de Fiscalização e da Mesa da Assembleia Geral, incluindo quadro com remunerações pagas durante o ano de 2017;
- Política de remuneração dos “Colaboradores com funções-chave”;
- Declaração de cumprimento, nos termos previstos no Artigo 4.º da Norma 5/2010.R, de 1 de abril, da ASF.

POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO, DE FISCALIZAÇÃO E DA MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

1. Introdução | Objeto

- 1.1 A presente política de remuneração dos Membros dos Órgãos de Administração, de Fiscalização e da Mesa da Assembleia Geral da Seguradoras Unidas S.A. (de ora em diante também designada por “Companhia” ou “SU”), tem por objeto dar cumprimento ao regime previsto na Lei n.º 28/2009, de 19 de junho, que prevê que as entidades de interesse público, como é o caso das empresas de seguros e de resseguros, devem, anualmente, submeter à aprovação da Assembleia Geral uma declaração sobre a política de remuneração dos membros dos seus órgãos de administração e fiscalização.
- 1.2 No que diz respeito à atividade seguradora, esta matéria é ainda regulada pelo Regulamento Delegado (UE) 2015/35 da Comissão de 10 de outubro, bem como pelas disposições constantes da Norma Regulamentar n.º 5/2010-R e da Circular n.º 6/2010 da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF), ambas de 1 de abril.
- 1.3 É com base no mencionado enquadramento legal e regulamentar que se procede à elaboração e divulgação da presente Política de Remunerações dos Membros dos Órgãos de Administração, de Fiscalização e da Mesa da Assembleia Geral da Seguradoras Unidas, S.A. para o ano de 2018 (a “Política de Remuneração”), que se submete à aprovação da Assembleia Geral.

2. Princípios aplicáveis à Política de Remuneração

A presente Política de Remuneração obedece aos princípios constantes da Circular n.º 6/2010, de 1 de abril, nomeadamente os seguintes:

- A Política de Remuneração e as suas respetivas práticas são estabelecidas, implementadas e mantidas em conformidade com a atividade da Companhia, (i) sendo consistente com uma estratégia de gestão e controlo de riscos eficaz, (ii) evitando uma excessiva exposição ao risco, (iii) evitando potenciais conflitos de interesses e (iv) sendo coerente com os objetivos, valores e interesses da Companhia a longo prazo;
- A Política de Remuneração obedece ao princípio da proporcionalidade, sendo desenhada por forma a ter em conta a organização interna da Companhia, bem como a dimensão, natureza e complexidade dos riscos inerentes à sua atividade;
- A Política de Remuneração obedece aos limites previstos nos Estatutos da Companhia.

3. Aprovação, Divulgação e Revisão da Política de Remuneração

3.1 Aprovação

A Política de Remuneração dos órgãos sociais da Companhia é, nos termos previstos no artigo 13.º dos Estatutos da Companhia, aprovada em sede de Assembleia Geral, sob proposta do Comissão de Remuneração.

3.1.1 Comissão de remuneração

a) Composição

A Comissão de Remuneração é composta por dois administradores não executivos, eleitos em Assembleia Geral para o período de 2016 a 2018.

b) Atribuições

A Comissão de Remuneração realiza as atribuições previstas na Circular n.º 6/2010, de 1 de abril, entre as quais, a revisão, com uma periodicidade mínima anual, da Política de Remuneração da Companhia, bem como da implementação da mesma.

3.1.2 Consultores externos

Na definição da referida política de remuneração não são utilizados serviços de Consultores Externos.

3.2 Divulgação

A Política de Remuneração é transparente e será objeto de divulgação interna, nomeadamente, através da sua publicação no Portal da Companhia. A Política de Remuneração deverá ainda constar nos documentos anuais de prestação de contas, disponíveis no sítio institucional da Companhia durante um período mínimo de 5 anos.

3.3 Revisão

A Política de Remuneração é revista com uma periodicidade mínima anual, nos termos previstos no n.º 5 artigo 64.º do Regime Jurídico de Acesso e Exercício da Atividade Seguradora e Resseguradora (RJAS).

A Política de Remuneração é submetida a uma avaliação interna independente executada pelo Departamento de Risco, com uma periodicidade mínima anual, com vista a apurar o seu eventual impacto ao nível da gestão de riscos, controlo interno e capital necessário, bem como pela Unidade de *Compliance*, a quem compete analisar a Política de Remunerações à luz das recomendações da ASF.

4. Membros do Conselho de Administração com Funções Executivas

4.1 Remuneração dos Membros do Conselho de Administração com Funções Executivas

A remuneração dos membros do Conselho de Administração com funções executivas é fixada pela Comissão de Remuneração em conformidade com a presente Política de Remuneração, e integra uma componente fixa de remuneração e, eventualmente, uma componente variável.

4.1.1 Componente fixa da remuneração

Os membros do Conselho de Administração com funções executivas auferem uma remuneração fixa mensal, paga 14 (catorze) vezes em cada ano civil completo, cuja definição terá por base o posicionamento competitivo face ao universo de empresas de referência nacional.

Sempre que a remuneração total anual dos membros do Conselho de Administração com funções executivas integre uma componente fixa e uma componente variável, a componente fixa da remuneração obedecerá aos limites que forem fixados anualmente em sede de Assembleia Geral, não devendo, em regra, ser inferior a 60% da mencionada remuneração total anual.

4.1.2 Componente variável da remuneração

À componente fixa poderá acrescer uma remuneração variável, calculada com base em critérios de desempenho individual e/ou coletiva e sujeita a limites, nos termos que vierem a ser definidos em Assembleia Geral.

A remuneração variável anual, quando existente, não deverá, em regra, ser superior a 40% da remuneração total anual, oscilando contudo o seu valor exato, em cada ano, em função da avaliação do desempenho individual e global dos membros do Conselho de Administração com funções executivas, bem como do grau de cumprimento dos principais objetivos anuais da Companhia, designadamente do Resultado Líquido do Exercício do ano anterior, da Rentabilidade dos Capitais Próprios e do Rácio Combinado, tendo sempre em consideração no processo de avaliação a adequabilidade, quer dos capitais próprios da Companhia aos riscos assumidos, quer ainda da representação das provisões técnicas.

O pagamento da componente variável da remuneração, quando atribuída, tem lugar, preferencialmente, após o apuramento das contas de cada exercício

económico, sendo que a remuneração variável anual da totalidade dos membros do Conselho de Administração com funções executivas não poderá exceder 5% dos lucros do exercício, quando existentes, conforme determinado no artigo 13.º dos Estatutos da Companhia.

4.1.2.1 Elegibilidade à componente variável | Critérios de desempenho | Atribuição

(a) A elegibilidade para atribuição de remuneração variável assenta num processo de avaliação de desempenho individual e/ou coletivo, definido pela Companhia com base em critérios mensuráveis e pré-determinados, incluindo critérios não financeiros, tendo em conta nomeadamente os seguintes indicadores:

- (i) Remuneração líquida referente ao período da avaliação;
- (ii) ROE;
- (iii) Rácio combinado; e
- (iv) Adequação do capital ao nível de risco e às provisões técnicas realizadas.

(b) A avaliação do desempenho dos membros do Conselho de Administração com funções executivas é realizada pela Acionista única da Companhia, em Assembleia Geral, conforme modelo definido internamente na Companhia, nomeadamente em obediência aos princípios enunciados na presente Política de Remuneração.

(c) Na eventualidade de os resultados evidenciarem uma deterioração relevante do desempenho da Companhia no último exercício apurado ou quando esta seja expectável no exercício em curso, poderão ser introduzidas limitações necessárias e adequadas, incluindo o eventual não pagamento de qualquer componente variável, com a vista a preservar o seu equilíbrio financeiro e o cumprimento dos demais rácios de solvabilidade impostos legalmente.

4.1.2.2 (Não) Diferimento da componente variável

Considerando a atual estrutura de remuneração, os valores máximos considerados e os níveis de tolerância ao risco definidos, não foi considerado necessário, até à data, proceder ao diferimento de uma parte da componente variável da remuneração.

4.1.2.3 Natureza da componente variável | Instrumentos financeiros

A remuneração variável pode ser atribuída sob a forma de bónus de performance, prémio de desempenho e/ou distribuição de lucros, conforme o que vier a ser expressamente determinado em Assembleia Geral.

Sem prejuízo do acima disposto, o acionista poderá, em sede de Assembleia Geral, definir que a componente variável da remuneração, ou uma parte desta, seja atribuída através de planos de ações ou de opções de aquisição de ações da Companhia ou de qualquer outra empresa do Grupo.

4.1.2.4 Celebração de contratos

É proibida a celebração de contratos pelos membros do órgão de administração, quer com a Companhia, quer com terceiros, que tenham por efeito mitigar o risco inerente à variabilidade da remuneração que lhes for fixada pela Companhia.

4.2 Fundo de pensões e outros benefícios

Os membros do Conselho de Administração com funções executivas poderão

ainda beneficiar de uma contribuição para um Fundo de Pensões nos termos e condições constantes na Deliberação de Acionista Única, datada de 10 de julho de 2016, da qual se lavrou a Ata número 53 do Livro de Atas da Assembleia Geral.

Para além do referido na presente Política de Remuneração não são consideradas outras formas de remuneração dos membros do Conselho de Administração com funções executivas, não sendo igualmente atribuídos aos mesmos quaisquer benefícios pecuniários ou não pecuniários de relevo.

5. Membros do Conselho de Administração sem Funções Executivas

Os membros do Conselho de Administração sem funções executivas poderão auferir uma remuneração fixa anual nos termos que vierem a ser definidos pela Comissão de Remuneração que, em qualquer caso e a verificar-se, não dependerá de qualquer elemento de desempenho, não havendo lugar ao pagamento de qualquer remuneração variável.

6. Limites à Indemnização a Pagar por Destituição sem Justa Causa do Órgão de Administração

A eventual indemnização por destituição sem justa causa de um membro do órgão de administração não deve ser paga se a mesma resultar de um inadequado desempenho do membro cessante.

7. Órgãos de Fiscalização

7.1 Conselho Fiscal

7.1.1 O Conselho Fiscal é, nos termos previstos no artigo 25.º dos Estatutos da Companhia, constituído por três membros, dos quais um desempenha as funções de Presidente.

7.1.2 Os respetivos membros são remunerados através do pagamento de um valor fixo mensal, pago 12 vezes em cada ano civil completo, nos termos definidos em Assembleia Geral.

8. Revisor Oficial de Contas

O Revisor Oficial de Contas será remunerado de acordo com as condições definidas na legislação aplicável. Os respetivos honorários deverão ser propostos pelo Revisor Oficial de Contas e aprovados pelo Conselho de Administração, após parecer do Conselho Fiscal.

9. Membros da Mesa da Assembleia Geral

9.1 A Mesa da Assembleia Geral é, nos termos previstos no Artigo 15.º dos Estatutos da Companhia, constituída por um Presidente e um Secretário.

9.2 Os membros da Mesa da Assembleia Geral poderão ser remunerados através de um valor fixo por Assembleia Geral, na data da sua realização, sendo o mesmo definido pela Comissão de Remuneração, caso haja lugar ao seu pagamento.

Quadro de Remunerações Pagas durante o ano de 2017 aos Membros dos Órgãos Sociais da Seguradoras Unidas, S.A.

(milhares de euros)

	Remuneração		Total
	Fixa	Variável	
Conselho de Administração			2 326
Gustavo Alexandre P. T. Mesquita Guimarães (Presidente)	150,0	-	150,0
Alexandre Wallace Humphreys (Vogal)	-	-	-
Augusto Tomé Pires Fernandes Pedroso (Vogal) ⁽¹⁾	225,6	180,0	405,6
Gernot Wilhelm Friedrich Lohr (Vogal)	-	-	-
Jan Adriaan de Pooter (Vogal)	400,0	341,0	741,0
Nuno Miguel Pombeiro Gomes Diniz Clemente (Vogal) ⁽¹⁾	275,0	150,0	425,0
Pedro Luís Francisco Carvalho (Vogal)	275,0	238,0	513,0
Gonçalo Fernando S. Marques Oliveira	91,4	-	91,4
Conselho Fiscal			110,0
Lúis Maria Viana Palha da Silva (Presidente)	50,0	-	50,0
Manuel Maria de Paula Reis Boto (Vogal Efetivo)	30,0	-	30,0
Pedro Manuel Aleixo Dias (Vogal Efetivo)	30,0	-	30,0
Sandra Maria Simões Filipe de Ávila Valério (Vogal Suplente)	-	-	-
Total Remunerações	1 527,0	909,0	2 436,0

(1) Os membros dos Órgãos Sociais acima indicados deixaram entretanto de exercer os respetivos cargos.

POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO DOS “COLABORADORES COM FUNÇÕES-CHAVE”

1. Âmbito de aplicação

Nos termos previstos no Regulamento Delegado (UE) 2015/235 da Comissão de 10 de outubro, bem como na Norma n.º 5/2010, de 1 de abril, da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (adiante também abreviadamente designada por “ASF”), a presente Política de Remunerações aplica-se:

- Aos Colaboradores que desempenham a sua atividade profissional no âmbito de funções-chave, entendendo-se como tal todos aqueles que exercem uma atividade no âmbito dos sistemas de gestão de riscos, controlo interno, *compliance* e atuarial;
- A todos os Colaboradores com cargos de chefia de 1.º nível (Diretores de Topo) e Assessores do Órgão de Administração, independentemente da área em que exerçam atividade, na medida em que tenham acesso regular a informação privilegiada e participem nas decisões sobre a gestão e estratégia comercial da empresa.

Para efeitos da presente política de remuneração, o conjunto dos colaboradores acima considerados será no presente documento designado genericamente por “Colaboradores com Funções-Chave”.

2. Aprovação, Divulgação e Revisão da Política de Remuneração

a) Aprovação

A política de remuneração dos “Colaboradores com Funções-Chave” é avaliada e aprovada pelo Conselho de Administração, mediante proposta apresentada pelo Administrador responsável pelo pelouro dos Recursos Humanos.

Na elaboração da proposta de política de remuneração participam diversos quadros dos principais Departamentos da Companhia, em particular do Departamento de Recursos Humanos.

b) Consultores externos

Na definição da política de remuneração aplicável aos “Colaboradores com Funções-Chave” da Companhia não são utilizados os serviços de Consultores Externos.

c) Divulgação

A Política de Remuneração é transparente e será objeto de divulgação interna, nomeadamente, através da sua publicação no Portal da Companhia.

A Política de Remuneração deverá ainda constar nos documentos anuais de prestação de contas, disponíveis no sítio institucional da Companhia durante um período mínimo de 5 anos.

d) Revisão

A Política de Remuneração é revista com uma periodicidade mínima anual, nos termos previstos no n.º 5 artigo 64.º do Regime Jurídico de Acesso e Exercício da Atividade Seguradora e Resseguradora (RJAS).

A Política de Remuneração é submetida a uma avaliação interna independente executada pelo Departamento de Risco, com uma periodicidade mínima anual, com vista a apurar o seu eventual impacto ao nível da gestão de riscos, controlo interno e capital necessário, bem como pela Unidade de *Compliance*, a quem compete analisar a Política de Remunerações à luz das recomendações da ASF.

3. Remuneração dos Colaboradores com Funções-Chave

a) Composição da remuneração

A remuneração dos colaboradores com funções-chave integra uma parte fixa e, eventualmente, uma parte variável. Na determinação destas duas componentes, são considerados pelo Conselho de Administração diversos fatores, dos quais se salientam:

- A situação económica e os resultados obtidos pela Companhia;
- Os interesses da Companhia numa perspetiva de médio e longo prazo;
- As especificidades da função desempenhada;
- As práticas salariais em vigor no setor segurador;
- A avaliação de desempenho, tanto a nível corporativo, como também a nível departamental e individual.

b) Mandato do Conselho de Administração

Nos termos da Lei e dos Estatutos, a fixação da remuneração dos “Colaboradores com Funções-Chave” da Companhia incumbe ao Conselho de Administração, no âmbito da gestão da sua política de Recursos Humanos, tendo em vista a prossecução dos objetivos estratégicos da Companhia.

c) Componente fixa

A parte fixa é definida dentro dos limites fixados pelo Conselho de Administração, sendo composta pelo vencimento base e por outras

prestações regulares e periódicas, atribuíveis a todos os colaboradores da Companhia, representando em média na Companhia aproximadamente, entre 80% e 85% da Remuneração Total Anual.

d) Componente variável

Caso haja lugar à atribuição de uma componente variável, a mesma poderá ser composta por prémios de desempenho ou de performance, de acordo com os fatores acima identificados ou outros que venham a ser especificamente previstos pelo Conselho de Administração, ou mesmo a distribuição de gratificações por conta de lucros conforme proposta a ser formulada pelo Conselho de Administração e objeto de deliberação em Assembleia Geral da Companhia.

A parte variável não deverá exceder, em média, 20% da remuneração total anual para a totalidade dos Colaboradores da Companhia, sendo que o valor máximo individual por regra não deverá exceder os 40% do valor total da remuneração anual.

Tal situação adequa-se às recomendações constantes da Circular n.º 6/2010, de 1 de abril, da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundo de Pensões, que favorecem uma percentagem elevada da componente remuneratória fixa em relação à componente variável da remuneração.

e) Critérios de definição da componente variável e momento do seu pagamento

Em caso de atribuição, o montante da Remuneração Variável Anual (RVA) situar-se-á dentro dos limites definidos pelo Conselho de Administração. A RVA é referente ao desempenho de Curto Prazo, sendo o seu valor exato, em cada ano, definido em função dos critérios previstos na alínea a), ficando em qualquer caso sempre consignado para todos os efeitos que a RVA não constitui um direito dos Colaboradores, podendo os critérios de atribuição da mesma ser alterados e/ou revogados a qualquer momento pelo Conselho de Administração, estando sujeita a aprovação anual pelo Conselho de Administração em função da performance e avaliação anual dos Colaboradores.

No que a avaliação dos Colaboradores abrangidos pela presente Política de Remuneração diz respeito, a mesma tem por base o modelo de Avaliação de Desempenho em vigor na Companhia nas suas diversas vertentes, nomeadamente:

- Avaliação de Competências;
- Avaliação de Objetivos Corporativos;
- Avaliação de Objetivos Departamentais;
- Avaliação de Objetivos Individuais.

f) (Não) Diferimento da componente variável

Tendo presente as características inerentes à estrutura de remuneração em vigor, os valores máximos considerados e os níveis de tolerância ao risco definidos, não foi considerado necessário, até à data, proceder ao diferimento de uma parte da RVA.

g) Natureza da componente variável | Instrumentos financeiros

Caso haja lugar ao pagamento de uma remuneração variável, o seu pagamento será, em regra, feito de uma só vez, em numerário, salvo decisão em contrário do Conselho de Administração.

Sem prejuízo do acima disposto, o Conselho de Administração, em linha com as orientações estipuladas pelo acionista nesta matéria, poderá definir que a componente variável da remuneração, ou uma parte desta, seja atribuída através de planos de ações ou de opções de aquisição de ações da Companhia ou de qualquer outra empresa do Grupo, nos moldes que o mesmo definir.

h) Outros benefícios

Para além da remuneração fixa e variável descrita na presente política de remuneração, os “Colaboradores com Funções-Chave” poderão auferir, se aplicável, ainda os seguintes benefícios, conforme definido no Instrumento de Regulação Coletiva de Trabalho (IRCT) aplicável ao setor segurador ou em normativo próprio da Companhia para a generalidade dos Colaboradores:

- Seguro de Saúde;
- Seguro de Vida;
- Planos individuais de Reforma, em caso de reforma por velhice ou invalidez.

4. Ampliação do âmbito de Aplicação da Presente Política de Remuneração.

Salvo mediante decisão contrária aprovada em sede de Conselho de Administração, a presente Política de Remuneração será, em regra, igualmente aplicável em relação aos restantes Colaboradores da Companhia, não considerados nos critérios definidos no ponto 1 (Âmbito de aplicação da Política de Remuneração).

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO (N.º 1 DO ARTIGO 4.º DA NORMA 5/2010-R, DE 1 DE ABRIL, DA ASF)

Indicação discriminada das recomendações adotadas e não adotadas contidas na Circular n.º 6/2010, de 1 de abril, da ASF.

Recomendação	Grau de Cumprimento	Observações
I. Princípios Gerais		
I.1	Cumpre	
I.2	Cumpre	
I.3	Cumpre	
II. Aprovação da Política de Remunerações (PR)		
II.1	Cumpre	
II.2	Cumpre	
II.3	Cumpre	
II.4	Cumpre	
II.5	Cumpre	
III. Comissão de Remuneração (CR)		
III.1	Cumpre	
III.2	Cumpre Parcialmente	O CR é composto por dois membros do Conselho de Administração não executivos e não remunerados de forma a garantir a independência
III.3	Não Aplicável	
III.4	Cumpre	
III.5	Cumpre	
IV. Órgão de Administração – Membros com Funções Executivas		
IV.1	Cumpre	Os critérios de avaliação assentam em indicadores de gestão, sendo também sempre tida em consideração a adequabilidade dos capitais próprios ao seu nível de risco e representação das provisões técnicas.

Recomendação	Grau de Cumprimento	Observações
IV. Órgão de Administração – Membros com Funções Executivas (continuação)		
IV.2 Adequação da componente fixa e variável, devendo a fixa representar uma proporção suficientemente elevada da remuneração total. A componente variável deve estar sujeita a um limite máximo.	Cumpre	
IV.3 Pagamento de uma parte substancial da parte variável em instrumentos financeiros emitidos pela instituição cuja valorização dependa do desempenho de médio e longo prazo.	Não Cumpre	Esta medida será objeto de reavaliação durante o ano 2018.
IV.4 Diferimento de uma parte substancial da parte variável por um período mínimo de 3 anos e o seu pagamento dependente do bom desempenho da instituição.	Não Cumpre	Esta medida será objeto de reavaliação durante o ano 2018.
IV.5 A componente variável sujeita a deferimento deve ser determinada em função crescente do seu peso relativo à componente fixa.	Não Aplicável	Não aplicável face ao disposto no ponto IV.4
IV.6 Inexistência de contratos celebrados por membros do Órgão de Administração que tenham por efeito mitigar a variabilidade da remuneração que lhe for fixada.	Cumpre	
IV.7 Manutenção, até ao termo do mandato, do valor das ações que lhe foram atribuídos no âmbito da componente variável, até ao limite de 2 vezes a remuneração total anual, salvo se necessário para pagamento de impostos resultantes do benefício dessas mesmas ações.	Não Aplicável	Não aplicável face ao disposto no ponto IV.3
IV.8 Quando a remuneração variável compreender a atribuição de opções, o início do período de exercício deve ser diferido por um prazo não inferior a 3 anos.	Não Aplicável	Não aplicável face ao disposto no ponto IV.3
IV.9 Após o exercício referido no ponto anterior (IV.8), os membros executivos do órgão de administração devem conservar um certo número de ações até ao fim do seu mandato, devendo esse número ser fixado.	Não Aplicável	Não aplicável face ao disposto no ponto IV.3
IV. Órgão de Administração – Membros Não Executivos		
IV.10 A remuneração dos membros não executivos do Órgão de Administração não deve incluir nenhuma componente cujo valor dependa do desempenho ou do valor da instituição.	Cumpre	
IV. Órgão de Administração – Indemnizações em Caso de Destituição		
IV.11 Definição de instrumentos jurídicos adequados para que a compensação estabelecida para qualquer forma de destituição sem justa causa de um membro do Órgão de Administração não seja paga se a destituição ou cessação por acordo resultar de um inadequado desempenho do referido membro.	Cumpre	Não existem compensações estabelecidas para qualquer forma de destituição sem justa causa de um membro do órgão de administração.
V. Remuneração dos Colaboradores – Relação entre a Remuneração Fixa e Variável		
V.1 Se a remuneração dos colaboradores incluir uma componente variável, este deve ser adequadamente equilibrada face à componente fixa, atendendo designadamente, ao desempenho, responsabilidades e funções de cada colaborador. A remuneração fixa deve representar uma parte suficientemente importante da remuneração total; A componente variável deve estar sujeita a um limite máximo.	Cumpre	
V.2 Pagamento substancial de uma parte variável em instrumentos financeiros emitidos pela instituição, cuja valorização dependa do desempenho de médio e longo prazo da instituição, e sujeito a uma política de retenção alinhada com os interesses a longo prazo da instituição.	Não Cumpre	Esta medida será objeto de reavaliação durante o ano 2018.
V. Remuneração dos Colaboradores – Critérios de Atribuição da Remuneração Variável		
V.3 A avaliação de desempenho deve atender não apenas ao desempenho individual, mas também coletivo da unidade da estrutura onde o colaborador se integra e da própria instituição, devendo incluir critérios não financeiros relevantes, como o respeito pelas regras e procedimentos aplicáveis à atividade desenvolvida, designadamente regras de controlo interno e as relativas às relações com os Clientes.	Cumpre	
V.4 Os critérios de atribuição da remuneração variável em função do desempenho devem ser predeterminados e mensuráveis, devendo ter por referência um quadro plurianual, de três a cinco anos, a fim de assegurar que o processo de avaliação se baseia num desempenho de longo prazo.	Cumpre Parcialmente	Os critérios utilizados são predeterminados e mensuráveis. Não são relativos a um quadro plurianual por se entender que esta componente tem um baixo peso no valor global e diz respeito ao cumprimento ou não dos objetivos anuais.
V.5 A remuneração variável, incluindo a parte diferida dessa remuneração, só deve ser paga ou constituir um direito adquirido se for sustentável à luz da situação financeira da instituição no seu todo e se se justificar à luz do desempenho do colaborador em causa e da unidade de estrutura onde este se integra. O total da remuneração variável deve, de um modo geral, ser fortemente reduzido em caso de regressão do desempenho ou desempenho negativo da instituição.	Cumpre	
V. Remuneração dos Colaboradores (Funções-Chave) – Diferimento da Remuneração Variável		
V.6 Uma parte significativa da remuneração variável deve ser diferida por um período não inferior a três anos e o seu pagamento deve ficar dependente de critérios de desempenho futuro, medidos com base em critérios ajustados ao risco, que atendam aos riscos associados à atividade da qual resulta a sua atribuição.	Não Cumpre	Foi considerado até à data que o baixo peso desta componente na Remuneração Total Anual não justifica o seu diferimento. Esta medida será objeto de reavaliação em 2018.

Recomendação	Grau de Cumprimento	Observações
V. Remuneração dos Colaboradores (Funções-Chave) – Diferimento da Remuneração Variável (continuação)		
V.7 A parte da remuneração variável sujeita a diferimento nos termos do número anterior deve ser determinada em função crescente do seu peso relativo face à componente fixa da remuneração, devendo a percentagem diferida aumentar significativamente em função do nível hierárquico ou responsabilidade do colaborador.	Não Aplicável	Não aplicável face ao disposto no ponto anterior
V. Remuneração dos Colaboradores – Colaboradores que Exerçam Funções-Chave		
V.8 Os colaboradores envolvidos na realização das tarefas associadas às funções-chave devem ser remunerados em função da prossecução dos objetivos associados às respetivas funções, independentemente do desempenho das áreas sob o seu controlo, devendo a remuneração proporcionar uma recompensa adequada à relevância do exercício das suas funções.	Cumpre	
V.9 Em particular, a função atuarial e o atuário responsável devem ser remunerados de forma consentânea com o seu papel na instituição e não em relação ao desempenho desta.	Cumpre Parcialmente	Sendo a remuneração consentânea com a função, a mesma não é porém totalmente alheia ao desempenho da mesma
VI. Avaliação da Política de Remuneração		
VI.1 A política de remuneração deve ser submetida a uma avaliação interna independente, com uma periodicidade mínima anual, executada pelas funções-chave da instituição, em articulação entre si.	Cumpre	
VI.2 A avaliação prevista no número anterior deve incluir, designadamente, uma análise da política de remuneração da instituição e da sua implementação, à luz das recomendações da presente Circular, em especial sobre o respetivo efeito na gestão de riscos e de capital da instituição.	Cumpre	
VI.3 As funções-chave devem apresentar ao órgão de administração e à AG ou, caso exista, à comissão de remuneração, um relatório com os resultados da análise a que se refere o número VI.1., que, designadamente, identifique as medidas necessárias para corrigir eventuais insuficiências à luz das presentes recomendações.	Cumpre	
VII. Grupos Financeiros		
VII.1 A empresa-mãe de um grupo segurador ou conglomerado financeiro sujeito à supervisão da ASF com base na sua situação em base consolidada deve assegurar que todas as suas filiais, incluindo as filiais no estrangeiro, implementem políticas de remuneração consistentes entre si, tendo por referência as presentes recomendações.	Cumpre	
VII.2 A adoção das presentes recomendações deve ser assegurada para o total das remunerações pagas a cada colaborador pelo conjunto das instituições que integrem o mesmo grupo segurador ou conglomerado financeiro.	Cumpre	
VII.3 As funções-chave da empresa-mãe devem efetuar, em articulação entre si, com uma periodicidade mínima anual, uma avaliação das práticas remuneratórias das filiais no exterior à luz das recomendações da presente Circular, em especial sobre o respetivo efeito na gestão de riscos e de capital da instituição.	Não Aplicável	
VII.4 As funções-chave devem apresentar ao órgão de administração da empresa-mãe e à Assembleia Geral ou, caso exista, à comissão de remuneração, um relatório com os resultados da avaliação a que se refere o número anterior, que, designadamente, identifique as medidas necessárias para corrigir eventuais insuficiências à luz das presentes recomendações.	Não Aplicável	

09

CERTIFICAÇÃO
LEGAL
DAS CONTAS

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **Seguradoras Unidas, S.A.** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2017 (que evidencia um total de 2.232.308 milhares de euros e um total de capital próprio de 131.902 milhares de euros, incluindo um resultado líquido negativo de 41.690 milhares de euros), a conta de ganhos e perdas, a demonstração do rendimento integral, a demonstração de variação de capitais próprios e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materiais, a posição financeira da **Seguradoras Unidas, S.A.** em 31 de Dezembro de 2017 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o sector Segurador estabelecidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF).

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efectuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.



Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Mensuração de instrumentos financeiros (incluindo o reconhecimento de imparidade)

Em 31 de Dezembro de 2017, as carteiras de activos financeiros disponíveis para venda e activos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de resultados totalizam 1.522.965 milhares de euros e 14.980 milhares de euros, respectivamente, conforme nota 6 às demonstrações financeiras, representando cerca de 68% e 1% do activo, respectivamente.

O risco	A nossa resposta ao risco identificado
<p>A mensuração destes activos encontra-se ao justo valor de acordo com a respectiva política contabilística descrita na nota 3 – Activos financeiros anexa às demonstrações financeiras. No que respeita aos activos disponíveis para venda, a Entidade determina que existe imparidade quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor.</p> <p>O justo valor para a maioria dos activos acima referidos que compõem a respectiva carteira de activos é determinado directamente com referência a um mercado oficial activo ou através de <i>price providers</i>. Conforme referido na nota 3 – Principais estimativas e julgamentos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras, as avaliações são obtidas através de preços de mercado ou de metodologias de avaliação os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.</p>	<p>No âmbito da nossa auditoria efectuámos, entre outros, os seguintes procedimentos:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Avaliação do desenho e implementação dos principais controlos efectuados pela Entidade ao nível da mensuração da sua carteira de activos; ▪ Teste à valorização da carteira de activos, com vista a aferir da razoabilidade do justo valor reconhecido pela Entidade, tendo em consideração fontes de preços externos, análise dos principais pressupostos considerados na valorização de unidades de participação ▪ Confirmação da titularidade dos activos financeiros disponíveis para venda; e, ▪ Avaliação das divulgações efectuadas pela Entidade, de acordo com o normativo contabilístico aplicável.

Provisões matemáticas do ramo vida e passivos financeiros associados a contratos de investimento

Em 31 de Dezembro de 2017, as provisões matemáticas do ramo vida (incluindo a provisão para compromissos de taxa) e os passivos financeiros associados a contratos de investimento, ascendem a 591.765 milhares de euros e 142.913 milhares de euros, respectivamente, e representam, cerca de 28% e 7% respectivamente, do passivo.

O risco

A Entidade procede, em cada data de relato, a uma avaliação da adequação das suas responsabilidades associadas aos contratos de seguro e contratos de investimento, que estão reflectidas nas provisões matemáticas e nos passivos financeiros, tendo por base métodos actuariais reconhecidos nos termos da legislação em vigor aplicável, tal como referido nas políticas contabilísticas na nota 4 relativas a contratos de seguro e de investimento.

Esta é uma área que envolve um grau de julgamento significativo por parte do Conselho de Administração da Entidade sobre resultados futuros, nomeadamente (i) o valor total estimado de responsabilidades de longo prazo para com os segurados (o qual depende de um amplo conjunto de pressupostos económicos, demográficos e de negócio usados como *inputs* para estimar esses passivos de longo prazo) e, (ii) o rendimento futuro esperado das carteiras de activos afectos à cobertura dessas responsabilidades, conforme mencionado na nota 3 – Principais estimativas e julgamentos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras. Metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas poderiam resultar num nível diferente de provisões matemáticas e de responsabilidades associadas a contratos de investimento.

A nossa resposta ao risco identificado

No âmbito da nossa auditoria efectuámos, entre outros, os seguintes procedimentos:

- Análise do desenho e da implementação dos principais controlos-chave da Entidade ao nível da sua política de provisionamento técnico;
- Avaliação da adequação dos pressupostos utilizados na determinação das responsabilidades associadas aos contratos de seguro do ramo vida e aos contratos de investimento;
- Avaliação da adequação das provisões matemáticas e responsabilidades associadas a contratos de investimento tendo em consideração o estabelecido nas condições contratuais de cada produto incluindo garantias; e,
- Revisão das divulgações efectuadas pela Entidade, de acordo com o normativo contabilístico aplicável.

Provisões para sinistros

Em 31 de Dezembro de 2017, a provisão para sinistros, no valor de 989.836 milhares de euros, representa 47% do passivo à mesma data dos quais 417.351 milhares de euros são referentes às provisões matemáticas de acidentes de trabalho, conforme nota 4 anexa às demonstrações financeiras da Entidade.

- (i) **Provisão para sinistros (excepto Provisões Matemáticas de Acidentes de Trabalho - Pensões) no montante de 572.485 milhares de euros**

O risco	A nossa resposta ao risco identificado
<p>A provisão para sinistros corresponde aos custos com sinistros ocorridos e ainda por liquidar, à responsabilidade estimada para os sinistros ocorridos e ainda não reportados (IBNR) e aos custos directos e indirectos associados à sua regularização no final do exercício. As provisões para sinistros, excepto provisões matemáticas de Acidentes de Trabalho não são descontadas, tal como referido nas políticas contabilísticas na nota 4 relativas a contratos de seguro e de investimento.</p> <p>As responsabilidades com sinistros são inerentemente incertas, envolvendo a sua estimativa um grau de julgamento significativo por parte do Conselho de Administração da Entidade.</p> <p>Com base na experiência passada de regularização/liquidação de sinistros e outros pressupostos explícitos ou implícitos e através da aplicação de métodos estatísticos, a Entidade calcula a sua melhor estimativa do valor da provisão para sinistros.</p>	<p>No âmbito da nossa auditoria efectuámos, entre outros, os seguintes procedimentos:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Avaliação do desenho e da implementação dos principais controlos-chave da Entidade ao nível da sua política de provisionamento para sinistros; ▪ Testes, com vista a verificar a adequação da estimativa do valor da provisão para sinistros, os quais compreenderam, entre outros, a aplicação de técnicas actuariais reconhecidas (análises <i>run-off</i>); ▪ Avaliação da metodologia e os pressupostos utilizados pela Entidade na estimativa do valor da respectiva provisão para sinistros; ▪ Avaliação do trabalho produzido e as conclusões obtidas pelos actuários responsáveis da Entidade; e, ▪ Revisão das divulgações efectuadas pela Entidade, de acordo com o normativo contabilístico aplicável.

(ii) **Provisão para sinistros – Provisões Matemáticas de Acidentes de Trabalho no montante de 417.351 milhares de euros**

O risco	A nossa resposta ao risco identificado
<p>A estimativa das provisões matemáticas de acidentes de trabalho, tal como referido nas políticas contabilísticas na nota 4 relativas a contratos de seguro e de investimento, é uma área que envolve um grau de julgamento significativo por parte do Conselho de Administração da Entidade sobre resultados futuros incertos, nomeadamente (i) o valor total estimado de responsabilidades de longo prazo para com os sinistrados (o qual, para além dos requisitos legais e normativos que devem ser observados, depende de um amplo conjunto de pressupostos económicos, demográficos e de negócio usados como <i>inputs</i> para estimar esses passivos de longo prazo) e, (ii) o rendimento futuro esperado da carteira de activos afectos à cobertura dessas responsabilidades.</p>	<p>No âmbito da nossa auditoria efectuámos, entre outros, os seguintes procedimentos:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Avaliação do desenho e da implementação dos principais controlos-chave da Entidade ao nível da sua política de provisionamento para sinistros de Acidentes de Trabalho; ▪ Avaliação da metodologia e os pressupostos utilizados pela Entidade na estimativa do valor da respectiva provisão, em especial, os pressupostos económicos e não económicos e utilizados na projecção e desconto das suas responsabilidades decorrentes de acidentes de trabalho; ▪ Avaliação do trabalho produzido e as conclusões obtidas pelos actuários responsáveis da Entidade; e, ▪ Revisão das divulgações efectuadas pela Entidade, de acordo com o normativo contabilístico aplicável.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o sector Segurador, estabelecidos pela ASF;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares, aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e,
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das actividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detectará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos cepticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detectar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detectar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objectivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respectivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas actividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas actividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transacções e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;

dv

- das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, excepto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública; e,
- declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percebidas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorrecções materiais.

Sobre a informação não financeira prevista no artigo 66.º-B do Código das Sociedades Comerciais

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 6, do Código das Sociedades Comerciais, informamos que a Entidade irá preparar um relatório separado do relatório de gestão que inclui a informação não financeira, conforme previsto no artigo 66.º-B do Código das Sociedades Comerciais, o qual deverá ser publicado no seu sítio na Internet no prazo legal.

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10º do Regulamento (UE) n.º 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de Abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- Fomos eleitos auditores da Entidade pela primeira vez na assembleia geral de accionistas realizada em 9 de Dezembro de 2016, para o ano de 2016. Fomos eleitos na assembleia geral de accionistas realizada em 20 de Julho de 2017 para um segundo mandato para o ano de 2017.

- O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o cepticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude.
- Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização da Entidade em 20 de Março de 2018.
- Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77.º, n.º 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face à Entidade durante a realização da auditoria.

20 de Março de 2018



KPMG & Associados

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. (n.º 189)

representada por

Ana Cristina Soares Valente Dourado (ROC n.º 1011)

10

RELATÓRIO E PARECER
DO CONSELHO
FISCAL

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL**Aos Acionistas da
Seguradoras Unidas, SA**

Em conformidade com a legislação em vigor e com o mandato que nos foi confiado, vimos submeter à Vossa apreciação o nosso Relatório e Parecer que abrange a actividade por nós desenvolvida e os documentos de prestação de contas da **Seguradoras Unidas, SA** (“Unidas”) relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2017, os quais são da responsabilidade do Conselho de Administração.

Durante o exercício de 2017, este Conselho Fiscal acompanhou a atividade da **Unidas**, com a periodicidade e a extensão considerada adequada, tendo tido durante o exercício 10 reuniões conforme as atas exaradas ao livro respetivo, bem como a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor.

Tendo presente as nossas obrigações legais e estatutárias, tivemos reuniões periódicas, quer com o Conselho de Administração, quer com os diversos serviços da **Unidas**, nomeadamente das áreas contabilística e financeira, Auditoria Interna, Legal, Gestão de Risco Global, *Compliance* e Controlo Interno, de quem obtivemos todas as informações e os esclarecimentos solicitados. Adicionalmente e no cumprimento do nº 1 do artº 452 do Código das Sociedades Comerciais, tivemos reuniões com a Sociedade de Revisores Oficiais de Contas KPMG & Associados, SROC, que, no exercício das suas funções, examinou as presentes demonstrações financeiras de 2017, emitindo a correspondente Certificação Legal das Contas em 20 de Março de 2018, sem reservas nem ênfases, com a qual concordamos e que aqui se dá por integralmente reproduzida.

No âmbito das nossas funções, examinámos o Balanço em 31 de Dezembro de 2017, a Conta de Ganhos e Perdas, as demonstrações do rendimento integral, de variação de capital próprio e dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o respetivo anexo às demonstrações financeiras. Nesta análise, observámos a adequação das políticas contabilísticas adotadas e dos critérios valorimétricos em vigor. Adicionalmente, procedemos a uma análise do Relatório de Gestão preparado pelo Conselho de Administração e da proposta de aplicação de resultados nele incluída.

Este Conselho fiscal recebeu da KPMG um documento designado *Report to Audit Committee* (relatório adicional ao órgão de fiscalização), que incluiu de forma muito detalhada a análise das áreas consideradas como de maior relevância para a auditoria, bem como as conclusões obtidas sobre a auditoria efetuada. Em particular, julga este Conselho Fiscal ser importante referir que, sobre Solvência II (em vigor desde janeiro de 2016), existe um reporte mensal dos rácios de solvência, devendo os dados definitivos ser apenas divulgados em maio de 2018, devidamente certificados, conforme previsto pela legislação.

Durante o corrente exercício, que apresenta um resultado líquido negativo de 41.690 milhares de euros, e da análise efetuada às presentes demonstrações financeiras, merece particular relevância o seguinte:

- Operacionalmente, verificou-se um ano de forte crescimento anual do sector segurador, em que a quota da **Unidas** se manteve nos 15% e do qual se registou um reforço significativo da atividade do mercado não-Vida (com um aumento de 5,4%), nomeadamente nos ramos de Acidentes de Trabalho (crescimento de 10,5% fundamentalmente resultante do *repricing*), Automóvel (crescimento de 8,2%, sustentado basicamente no número de viaturas seguras) e Saúde (crescimento de 6,2%) que foram os principais dinamizadores do crescimento do setor;
- Internamente, este foi um ano de consolidação da fusão efetuada em 30 de Dezembro de 2016, pela integração em 2017 dos sistemas das carteiras e processos das empresas objeto da fusão, em particular, Tranquilidade, T-Vida, Açoreana e Logo, incluindo o acesso a clientes e parceiros de novas plataformas; aliás, este efeito da consolidação é notório, sobretudo na conta de Ganhos e Perdas, dado que em 2016 apresenta apenas os efeitos da atividade da Tranquilidade até à data da fusão por integração;
- Pela relevância na atividade da Unidas, cremos importante referir o impacto significativo na rubrica de custos com sinistros dos incêndios que ocorreram no segundo semestre em Portugal; assim, o impacto ascendeu a cerca de 51,6 milhões de euros; este ramo de Incêndios teve um acréscimo de 79,8% (cerca de 44,4 milhões de euros) face a 2016;

BT
lp
A

- Entre os custos operacionais merece destaque pelo impacto significativo os custos com a reestruturação de pessoal (35,6 milhões de euros), sendo de registar que no exercício houve 50 entradas e 219 saídas, para além das 177 pessoas que saíram ao abrigo do acordo de reestruturação; a rubrica de fornecimentos e serviços externos ficou sensivelmente ao nível do exercício anterior;
- A atividade financeira registou uma rentabilidade média global de 2,4% (ou seja, de 22,3 milhões de euros) para a qual contribuiu a manutenção da estratégia adotada em exercícios anteriores de investimento em obrigações de taxa fixa privilegiando uma forte exposição aos países *Euro Core* e em fundos de investimento diversificados, com menos exposição ao setor imobiliário; esta política de prudência na gestão das taxas de juro foi estabelecida também em consideração com Solvência II;
- Pela sua relevância, nomeadamente na apresentação dos resultados negativos, merecem ser mencionados (i) tal como supra referido, os custos decorrentes do processo de reestruturação, que ascenderam a 35,6 milhões de euros; (ii) o reconhecimento da menos-valia potencial a incorrer com a venda de um conjunto de imóveis em 2018, no montante de 18,8 milhões de euros; e (iii) as imparidades, no montante de 4,9 milhões de euros, nas participadas de Angola e Moçambique.

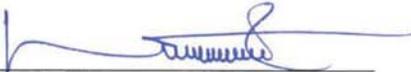
Para além destes temas, o Conselho Fiscal deu particular atenção:

- À suficiência das provisões para sinistros dos ramos automóvel e acidentes de trabalho, bem como da provisão para despesas de regularização de sinistros;
- À análise dos riscos de recuperabilidade dos impostos diferidos ativos, do *goodwill*, dos investimentos (a justo valor por resultados e disponíveis para venda) e das contas a receber, incluindo os das participadas com sedes noutros países estrangeiros;
- Ao cumprimento do programa de *Compliance*, sustentado num Código de Conduta devidamente aprovado, contemplando entre diversas outras atividades o tema do combate ao branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo e prevenção de práticas de suborno e corrupção; neste âmbito, foi desenvolvida uma Linha de Ética em conformidade com as melhores práticas internacionais; de salientar que nesta análise temos presente o relatório anual das atividades de *Compliance*, datado de 23 de Fevereiro de 2018;
- Sempre que entendeu relevante, este Conselho Fiscal reuniu com o Departamento de Auditoria Interna, do qual recebeu um Relatório Anual da Atividade datado de 5 de Fevereiro de 2018 com o detalhe da atividade anual e que inclui uma opinião sobre o controlo interno sem reservas;
- Igualmente, este Conselho Fiscal reuniu com regularidade com o Departamento de Risco e acompanhou as respetivas funções bem como com os responsáveis do Departamento Legal, seguindo com detalhe os processos relevantes em que a **Unidas** se encontra envolvida.

Face ao exposto, somos da opinião que, tendo em consideração o teor da Certificação Legal das Contas emitida pela KPMG, as demonstrações financeiras supra referidas e o Relatório de Gestão, bem como a proposta de aplicação de resultados nele expressa, estão de acordo com as disposições contabilísticas e estatutárias aplicáveis, pelo que poderão ser aprovadas na Assembleia Geral da **Seguradoras Unidas, SA**.

Desejamos ainda manifestar ao Conselho de Administração e aos Serviços da **Seguradoras Unidas** o nosso apreço pela colaboração prestada.

Lisboa, 27 de Março de 2018


Luis Palha da Silva


Manuel Maria Reis Boto


Pedro Aleixo Dias



**RELATÓRIO
E CONTAS**
CONTAS INDIVIDUAIS

**20
17**

SEGURADORAS UNIDAS, S.A.